Peru: Classes, Estado e Nação

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG)

Presidente Maria Stela Pompeu Brasil Frota

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA (CHDD)

Diretor Álvaro da Costa Franco

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IPRI)

Diretor Carlos Henrique Cardim

A *Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira. A Funag tem dois órgãos específicos singulares:

Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) – tem por objetivo desenvolver e divulgar estudos e pesquisas sobre as relações internacionais. Com esse propósito:

- promove a coleta e a sistematização de documentos relativos ao seu campo de atuação;
- fomenta o intercâmbio científico com instituições congêneres nacionais, estrangeiras e internacionais e
- realiza e promove conferências, seminários e congressos na área de relações internacionais.

Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) – cabem-lhe estudos e pesquisas sobre a história das relações internacionais e diplomáticas do Brasil. Cumpre esse objetivo por meio de:

- criação e difusão de instrumentos de pesquisas;
- edição de livros sobre história diplomática do Brasil;
- pesquisas, exposições e seminários sobre o mesmo tema;
- publicação do periódico *Cadernos do CHDD*.

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3322-2931, 3322-2188
Site: www.funag.gov.br

Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6786/6800/6816
Fax: (61) 3323-4871
E-mail: *ipri@mre.gov.br*

Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD)
Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
Centro – 20080-002 Rio de Janeiro, RJ
Telefax (21) 2233-2318/2079
E-mail: *chdd.funag@veloxmail.com.br*

Coleção América do Sul

Julio Cotler

Peru: Classes, Estado e Nação

Tradução
Sérgio Bath





CNPq
Ministério da Ciência e Tecnologia
PROSUL

Copyright © Julio Cotler

Título original:
Clases, Estado y Nación en el Perú

Cotler, Julio
Peru: classes, Estado e Nação. / Julio Cotler; tradução de Sérgio Bath – Brasília : Funag, 2006.
344 p. ; 22,5 cm. – (Coleção América do Sul)

Inclui Bibliografia

ISBN

1. Política e governo – Peru. 2. História – Peru. I. Sérgio Bath. II. Fundação Alexandre de Gusmão. III. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. IV. Título. V. Série.

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3322-2931, 3322-2188
Site: www.funag.gov.br
E-mail: pub1icacoes@funag.gov.br

Impresso no Brasil 2006

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional
conforme Decreto nº 1.825 de 20.12.1907



Por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão, inicia, no corrente ano, a publicação de uma nova coleção – a *Coleção América do Sul*.

A grande prioridade da política externa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Nessas circunstâncias, julgou-se oportuno que o IPRI pudesse contribuir para tal objetivo, ao colocar à disposição do leitor brasileiro obras fundamentais para conhecimento dos países da América do Sul, de autoria de conhecidos e respeitados escritores sul-americanos, traduzidas para o português.

Com efeito, a integração da região sul-americana, em que está empenhado o Governo, repousa, não só sobre aspectos econômicos e comerciais, mas também sobre aspectos políticos, sociais e culturais. Nesse sentido, um melhor conhecimento dos países da região, de sua história e de suas sociedades é condição importante para que suas populações aprendam a compreender e a estimar as diferentes culturas e a diversidade de estruturas sociais incluídas no espaço sul-americano. A *Coleção América do Sul* procura, justamente, estimular no leitor brasileiro o interesse pela região e o sentido de pertencer a uma área que vai além das fronteiras do Brasil.

A nova coleção inicia-se, assim, com a publicação de *A Argentina, História do País e de seu Povo*, de María Sáenz Quesada; *Peru: Classes, Estado e Nação,* de Julio Cotler; *Breve História Econômica do Equador*, de Alberto Acosta; *Ideologia Autoritária*, de Guido Rodríguez Alcalá, relativo ao Paraguai; *Os Mitos Profundos da Bolívia*, de Guillermo

Francovich; *Sociedade de Fronteira*: *uma análise social da história do Suriname*, de R. A. J. Van Lier. Acadêmicos e autoridades sul-americanas, nacionais de cada um dos países em questão e, também, de conhecidos especialistas brasileiros contribuirão, em certos casos, pequenos prefácios e introduções.

Sumário

Prefácio 11

Introdução 15

I. A herança colonial 21

II. Desintegração política e econômica. A reorganização colonial 61

III. Formação capitalista–dependente: "república aristocrática" e enclave imperialista 101

IV. Leguía: consolidação do imperialismo e emergência das forças populares antioligárquicas 153

V. A crise de 1930 e o desenvolvimento orgânico da luta de classes 187

VI. Novo caráter da penetração imperialista e mudanças na estrutura social e política 225

VII. A crise do regime de dominação oligárquica 275
A título de conclusão 315

Bibliografia 321

Talvez minha única noção de pátria
Seja esta urgência de dizer "nós".
Talvez minha única noção de pátria
Seja este retorno ao próprio desconcerto.

Mario Benedetti

"[...] puede ser capaz, en su existencia de mí,
no seré forastero en este país, tierra donde hemos nacido"

José María Arguedas

Prefácio

José Viegas Filho

Julio Cotler, um dos mais destacados nomes da intelectualidade peruana, é daqueles cientistas políticos que não se satisfazem em compreender a generalidade do fenômeno histórico. Cotler não se deixa jamais abater pela complexidade do real. Analista de fôlego, acadêmico erudito e de fina sensibilidade, o nosso autor vai sempre além do plano das explicações abstratas, fundamentadas no manejo exclusivo de categorias universais. Está sempre em busca dos elementos distintivos das circunstâncias específicas sobre as quais se debruça. Está sempre preocupado em captar a essência singular do *corpus* social do Peru, país a que vem dedicando toda uma vida de estudos ao mesmo tempo extensos e profundos, abrangentes e meticulosos.

A obra **Peru: classes, Estado e nação** revela de forma bastante nítida esses caracteres da trajetória de Cotler.

Instigado pelo propósito de investigar o regime militar que se instaurou no Peru em 1968, o sociólogo sente a necessidade de fazer remontar sua análise aos primórdios da colonização espanhola. Deixa claro, ao longo de todo o livro, que o adequado entendimento do movimento de 68 – como, de resto, o adequado entendimento do Peru contemporâneo – não pode prescindir de uma volta às raízes, sob pena de, no procedimento analítico, se privilegiarem as marcas gerais do conjunto das sociedades periféricas em detrimento dos traços peculiares do caso peruano.

A premissa adotada por Julio Cotler é a de que o processo de formação da sociedade peruana não sofrera qualquer ruptura importante desde o século XVI. Desde então, aquela sociedade viveria, por assim dizer, um "*continuum*" repleto de contradições e de aparentes lugares-comuns latino-americanos que, na sua realização concreta, ganhariam um sentido próprio, especificamente peruano. Por isso, nenhum

acontecimento da história peruana poderia ser corretamente dimensionado sem recurso ao passado colonial e ao tipo (fraturado) de sociedade que ele engendrara. O Peru, dada a ausência de cortes estruturais em sua evolução social, só poderia ser posto em perspectiva tendo-se presente o secular lapso histórico inaugurado no instante em que passou a integrar, como ator vinculado ao centro hegemônico europeu, o chamado "sistema-mundo".

Assim é que, no volume que o leitor tem em mãos, Julio Cotler delineia um verdadeiro panorama da "construção" peruana – na qual se inclui o progredir dialético da tensão entre os conceitos de classe, Estado e nação – que se estende da chegada dos espanhóis à década de 1960. Sem a pretensão de constituir uma história social ou política do Peru, como ressalva o próprio autor, a obra revela como cerca de 500 anos do caminhar de um povo teriam sido condicionados, de forma especialmente acentuada, por uma renitente herança colonial, moeda de duas faces sombrias: a da dependência externa, com o conseqüente sacrifício da autonomia das elites em relação aos interesses do capital estrangeiro, e a da exploração da população indígena, com a decorrente marginalização de importantes segmentos sociais.

Dessa maneira, o analista põe a nu a inaptidão histórica das oligarquias peruanas para, imersas numa cultura patrimonialista e clientelista, atender de forma estruturada às demandas dos grupos sociais menos favorecidos em suas tentativas de organizar-se e de fazer-se representar para a promoção de seus direitos. Descortina o caráter historicamente frágil e fragmentado de uma sociedade que, com dignidade e bravura, luta para superar passivos de monta e realizar o projeto de uma democracia mais justa e equilibrada.

Com **Peru: classes, Estado e nação**, Julio Cotler contribui não apenas para que os peruanos deixem de ser "estrangeiros" em seu próprio país, como escreve na Introdução à obra. Com este trabalho de peso – que a Fundação Alexandre de Gusmão e o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Itamaraty em boa hora trazem ao público brasileiro –, Cotler contribui também para que nós, vizinhos sul-

americanos, consolidemos a percepção de que, conhecendo-nos uns aos outros de forma mais precisa, saberemos trilhar de modo seguro o caminho da integração regional. Esse é, aliás, um benefício que resulta de toda a Coleção América do Sul, da qual este livro é parte integrante.

Que o leitor usufrua, em mais uma elegante tradução do Embaixador Sérgio Bath, o interessante texto de Julio Cotler.

Brasília, julho de 2004.

Introdução

Originalmente este livro devia ser um capítulo introdutório ao estudo do processo político inaugurado pelo Governo Revolucionário das Forças Armadas, em 3 de outubro de 1968. Devia relatar seus antecedentes e a conjuntura imediata que condicionaram a formação deste governo, as medidas que impôs, a forma como as executou, as reações suscitadas e, por fim, seus resultados. No entanto, logo ficou evidente que essa análise seria insuficiente para explicar a natureza *específica* desse governo militar e de suas projeções políticas.

Pouco tempo depois de instalado esse Governo, o autor esteve entre os que o caracterizaram pelos objetivos reformistas, visando a uma modernização da sociedade peruana dependente do capitalismo. Embora essa caracterização pareça correta com relação aos fatos, a despeito dos protestos dos generais e da retórica inflamada dos seus propagandistas, ela nada dizia sobre a peculiaridade do "modelo peruano" implantado pelos militares. Isso porque a modernização, ou a reforma, podem ter diferentes modalidades, sujeitas às *características particulares de cada formação social*.

Além disso, embora as bases sociais do Estado reformista latino-americano sejam semelhantes (considerando as distintas configurações de classes sociais ao longo do desenvolvimento histórico do país), o regime político adotado pode ser relativamente variado. Em outras palavras, as formas concretas do exercício da dominação de classe, que enquadram o curso das lutas sociais e transformações políticas, ou seja, a história, manifestam-se de diferentes modos. Nesse sentido, o "dedutivismo" generalizado, que pretende inferir o tipo de relação política estabelecida entre as classes dominantes e as dominadas a partir do modo de produção predominante, impede a "análise concreta de situações concretas". Conforme afirma Moore:

> [...] a identificação do tipo predominante de exploração é necessária, mas de nenhum modo é suficiente para a análise da

> estrutura política de uma instância histórica específica de domínio de classe. Em primeiro lugar, não pode explicar os efeitos políticos das variações da estrutura econômica exibidas por sociedades baseadas no mesmo tipo de exploração [...] a variedade de formas estatais – monárquicas e republicanas, aristocráticas e democráticas – que encontramos em sociedades diferentes baseadas no mesmo tipo de exploração – escravagista, feudal ou capitalista – [...] a variedade de formas estatais que encontramos na mesma sociedade durante um período em que o tipo predominante de exploração não se modifica. (1971, 27-8).

Portanto, para compreender a particularidade do governo militar e o seu projeto político não basta analisar a crise oligárquica iniciada nos anos 1950 e concluir com a (inevitável?) formação deste governo, com suas variantes da primeira, segunda e talvez da terceira fase. Isso só se poderia conseguir conhecendo os problemas singulares derivados da formação social peruana: do contrário, esse exercício só explicaria os acontecimentos de forma muito genérica, sem dar conta da singularidade dos fenômenos políticos dos últimos dez anos.

Está claro que essa colocação pode provocar mais de uma objeção. Para compreender a crise de um sistema político, será necessário recuar às suas origens remotas, buscando a partir dali, em sucessivos encadeamentos sociais, a causa do fenômeno que queremos examinar? Finalmente, por que devemos referir-nos à constituição colonial da sociedade peruana para entender a "ruptura" tentada pelos militares em 1968? Por que não recuar, então, à formação do Estado inca ou possivelmente ainda antes, à ocupação humana de Piquimachay?

Aparentemente, estamos diante de uma proposição insólita. Com efeito, não pareceria razoável que, para entender uma crise política – digamos, da Argentina, dos Estados Unidos ou da União Soviética –, tivéssemos de iniciar a sua análise com a formação do porto de Buenos Aires, a emigração inglesa para a América ou a história de Ivan, o Terrível. Portanto, por que agir assim no caso do Peru?

Basicamente porque partimos da constatação de que, neste caso, ao contrário de outros, não houve um corte histórico, depois do século XVI, que tenha significado um *momento novo e diferente* na sua formação social e condicionado, assim, o desenvolvimento subseqüente do país. Em outras palavras: a sociedade peruana guarda, sem solução de continuidade, um conjunto de características derivadas da sua constituição colonial, que condicionaram o desenvolvimento da sua estrutura e do seu processo social. Isso significa a acumulação, ao longo da história, de uma série de problemas que, ao se sobreporem e se confundirem, marcam fortemente sua existência. Somente em meados dos anos 1950, estas características deixaram transparecer, em toda a sua crueza, o caráter contraditório e anacrônico com que se desenvolvia a sociedade peruana.

Essas considerações nos levaram a fazer, primeiramente, o exame da formação social, para nela encontrar o conjunto de fatores que teriam condicionado o encaminhamento da sociedade para o que se chamou, eufemisticamente, de "revolução peruana". Em segundo lugar, como, nos fatos e nas palavras – que não coincidem necessariamente –, o Estado militar desenvolveu uma estratégia para atacar a formação social, modificar as constantes que a definem e analisar os resultados alcançados. Dessa tarefa ambiciosa nasceu este volume, dedicado ao exame da formação social, e um outro que deverá seguir-se, estudando as relações entre o Estado e a sociedade nesta década.

Os problemas da formação social peruana têm sido tratados com diferentes graus de penetração e lucidez, por diferentes atores e observadores do drama peruano, antes mesmo da sua continuação republicana[1]. Em termos gerais, repetem de forma monótona as mesmas síndromes, recorrendo a termos como "desarticulação", "inorganicidade", "dualismo", "arquipélago", "desintegrado", para caracterizar de forma sintética as notas básicas dessa sociedade "enferma". Na oportunidade

[1] A este propósito, queremos assinalar a dívida que temos com a obra de Jorge Basadre. Em boa parte, o presente texto deve-se a uma análise dos seus escritos, embora alguns deles, como a sua **História da República**, não apareçam citados suficientemente.

do sesquicentenário da Independência, data apropriada para exaltar os valores pátrios, Macera arrematou essas percepções negativas com uma frase de efeito, afirmando que o Peru não é mais do que um excesso semântico – frase que lembra a de Marx quando afirmou que a Alemanha não passava de "um espaço geográfico".

Daí a "promessa da vida peruana", título de um dos livros de Jorge Basadre, a idéia de um país por realizar-se, ter sido uma nota constante em todos os analistas, qualquer que fosse a sua posição política, o que supunha, também, a necessidade de ordenar de modo radicalmente diferente a sociedade e a política peruanas. No entanto, embora esta tenha sido uma constante na caracterização do exercício intelectual no país, as receitas para "realizar" a existência peruana têm diferido radicalmente, conforme os interesses e perspectivas sociais dos que trataram da questão.

Nos diferentes trabalhos de interpretação do Peru, e não só nos contemporâneos, o país é definido pelos seus traços negativos: pelo que não é e pelo que poderia e deveria ser. Parece que um sentimento de frustração foi o denominador comum que motivou esses autores a procurar identificar e entender as deficiências e incapacidades da nossa sociedade, projetando-as para chegar a uma referência integrada, social e cultural.

Com efeito, diversos autores aludem, reiteradamente, à falta de articulação territorial do país, de homogeneidade e de fluidez econômica entre as várias esferas da produção e as várias regiões geográficas. Por outro lado, assinalam as diferentes formas de organização social como determinantes de uma situação plural e heterogênea, não integrada, que levaria a definir o Peru como um "museu vivo".

Junte-se a tudo isso a permanente instabilidade política e a situação paradoxal de um Estado centralizado com governos incapazes de tornar efetiva essa centralização; daí a observação de que a política peruana se caracteriza pela existência de governos incapazes de governar e de homens poderosos reduzidos à impotência. Por último, como causa e derivação desse rol de deficiências, agrega-se a falta de uma identidade coletiva reunindo indígenas, *cholos*, mestiços, asiáticos, negros e brancos; povo

da serra e do litoral; burgueses, latifundiários, operários, feudatários e meeiros, com a conseqüente carência de um sentimento de solidariedade nacional.

Em resumo, e como disseram simultaneamente, na década de sessenta, um importante profissional e um comandante militar, o Peru se encontrava em estado coloidal, à espera de um modelador providencial.

Várias foram as explicações dadas para essa situação. Até a década de 1920, havia toda uma gama de hipóteses, que iam desde a afirmativa, vigente até hoje, de que o problema resultava da deficiência racial das classes populares, ou da indolência da alma hispânica, "forjadora da nacionalidade", até o outro extremo, que explicava qualquer um dos sintomas mencionados pela presença dos outros – ou seja: a interpretação caracterizava-se ou por um claro racismo ou pelo idealismo, quando não por um positivismo factual e imediatista, sem que se pudesse extrair destas várias explicações uma compreensão científica do fenômeno.

Com Mariátegui e Haya de la Torre começa no país uma nova corrente de interpretação do problema peruano; de diferentes perspectivas e projeções políticas procurarão compreendê-lo a partir das suas condições materiais e do seu relacionamento com o passado colonial, a resultante estrutura de classes, sua implantação no Estado e sua influência na definição da nação.

Em outras palavras, esses dirigentes políticos e inovadores teóricos explicitaram os temas que os escritores precedentes só trataram de modo implícito e unilateral, já que não enfatizaram os interesses e a perspectiva histórica das massas populares.

Se nos somamos a esses esforços e aos que os sucedem é com o desejo de contribuir para continuar esclarecendo esses problemas, e para considerar de que forma e até que ponto são genuínos e continuam a existir na situação atual, criada pelo Governo das Forças Armadas. Nesse sentido analisamos classes, Estado e nação, procurando uni-los, dando a cada um, em cada momento da dialética histórica, o peso necessário e assinalando os fatores que contribuíram para dar coesão à sociedade peruana, a despeito da sua "desarticulação".

Por último, este trabalho não é, nem pretende ser uma história social ou política do Peru, embora se baseie nela: propõe-se apenas a encontrar um caminho para que deixemos de ser estrangeiros neste país.

* * *

Este livro foi iniciado e completado no Instituto de Estudos Peruanos, onde contamos com o estímulo constante de José Mattos e a reflexão e o diálogo frutífero de Giorgio Alberti e Heraclio Bonilla. O último, além de dar-nos sua generosa colaboração, serviu como crítico permanente e, embora nem sempre tivéssemos seguido as suas sugestões, ajudou a resolver mais de um problema. Foram importantes também os comentários e observações de Baltazar Caravedo e José M. Mejía.

Por intermédio dos seus diretores, Raúl Benites e Julio Labastida, o Instituto de Investigações Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México nos acolheu e apoiou na realização da pesquisa. Atilio Borón, Ricardo Cinta, Liliana De Riz, Julio Labastida, Juan Carlos Portantiero, Sergio Zermeño leram e discutiram a primeira versão do texto, contribuindo para aprimorá-la. No México, contamos também com o alento e a calorosa amizade de Laura e Raúl Carpintero, Rosamaría e Ricardo Cinta, Irma e Enrique Valencia.

Rosalía Avalos de Matos e Rogger Ravines nos ajudaram a tornar o texto mais compreensível e a refinar as nossas idéias.

Leonor, Pablo, Helena, Andrés, Angelina, companheiros de aventuras, sempre foram nossa referência imediata nessa "*urgencia de decir nosotros*".

I

A herança colonial

A conquista da América aconteceu no momento em que a Europa lutava para resolver a crise do sistema feudal, por meio da sua expansão territorial. A conquista permitiu superar a crise, com a formação de uma economia mundial mercantil e, com ela, uma divisão internacional do trabalho, tendo a Europa como eixo do novo sistema e a América como uma das periferias coloniais. Nessas condições, o papel desempenhado por todos os domínios espanhóis foi o de contribuir com recursos metálicos para a acumulação nos países centrais, mediante a instituição legal de relações sociais de produção pré-capitalista nas novas áreas coloniais (Wallerstein 1974). Por isso, Braudel (1961) adverte que "o ouro e a prata do Novo Mundo permitiram à Europa viver acima das suas possibilidades, e investir muito mais do que poupava".

Com efeito, a conquista da América abriu possibilidades insuspeitadas para a expansão da produção e o intercâmbio de mercadorias, bem como do poder central nos centros do sistema de dominação. A importância do ouro e da prata consistia em permitir a realização de grandes e rápidas operações comerciais a juros baixos e a conseqüente apropriação de enormes excedentes. Assim, como assinala Lessa (1969), a América cumpriu a função de um banco emissor, propiciando uma oferta elástica de dinheiro aos setores metropolitanos. As teorias econômicas da época recolheram essa realidade, identificando a riqueza de um país ou de um monarca com a sua disponibilidade de meios de pagamento.

Tamanha era a importância que o ouro e a prata americanos representavam para a Espanha e, de modo geral, para o conjunto europeu, que a exploração mineral foi o eixo da produção colonial, em torno da qual se articularam a agricultura, o artesanato e o comércio.

Por isso, a mineração chegou a ser a principal preocupação dos conquistadores, o que faria López de Gomara dizer que Cortés "*pensaba llegar a cargar oro [...] tuvo en poco aquello, diciendo que más quería ir a coger oro [...]*"

> Assim digo destes indígenas que um dos meios da sua predestinação e salvação foram essas minas, tesouros e riquezas, porque vemos claramente que onde elas existem chega o Evangelho, voando e competente, enquanto onde são inexistentes, ou apenas pobres, é um meio de reprovação, porque nunca chega ali o Evangelho, como se vê amplamente: nas terras onde não há esse dom do ouro e da prata, não há soldados nem capitão que queiram ir, nem mesmo um pregador do Evangelho [...] Digo que do ponto de vista moral é tão necessário haver minas nesses Reinos que se não as houvesse não haveria nem Rei nem Deus (Anônimo de Yucay 1571).

Pelo papel que lhe coube desempenhar na divisão internacional do trabalho, como parte da periferia americana do sistema capitalista em formação, o Peru não tinha condições de experimentar as transformações que ocorriam nos países centrais, em termos de acumulação original e de liberação da mão-de-obra dos vínculos legais pré-capitalistas estabelecidos pelo poder central. Pelo contrário, a instituição legal dessas relações sociais, destinadas a favorecer a apropriação mercantil nas zonas centrais do sistema global, selou a sorte e o destino histórico da sociedade peruana.

O Vice-Reinado peruano organizou a exploração da mão-de-obra nativa, primeiramente, pela concentração dessa população nas *reducciones* que o Vice-Rei Toledo mandou criar, poucos anos depois de consumada a conquista. Estas "reduções" caracterizaram-se pelo assentamento em vilas dos *ayllus* indígenas dispersos, e tinham o objetivo de organizar a população subjugada para facilitar a cobrança de tributos e dispor da mão-de-obra para as necessidades da população dominante. Por outro lado, a redução procurava isolar os indígenas dos surtos de resistência e insurreição e quebrar as suas identidades étnicas, implicando também a concessão de terras comuns às povoações assim organizadas, para garantir a sua existência.

O tributo que os indígenas deviam fornecer à metrópole, pela sua vassalagem, representou um mecanismo chave da organização colonial. Esse tributo, que seguia em importância a renda que a Coroa recebia da exploração mineral, devia ser pago em metal ou em artigos que as autoridades considerassem equivalentes. Assim, os índios eram obrigados a participar da economia mercantil, vendendo produtos ao preço estabelecido pelos *cabildos*, e a entregar aos funcionários parte da sua colheita e produção artesanal, a preços que eles determinassem, bem como a trabalhar com o salário fixado pelas autoridades.

Por outro lado, a população dominada devia adquirir ferramentas, alimentos e animais de tração a preços administrados, e enquanto os produtos "vendidos" pelos indígenas eram subavaliados em relação ao "mercado", os que "compravam" eram supervalorizados. Em outras palavras, o grupo dominante formava um monopólio e uma monopsônio em relação à sociedade dominada, adquirindo assim uma capacidade inusitada de maximizar as suas vantagens em todas as fases dos processos de produção e circulação. Isso provocava o endividamento crescente da população colonizada, que passava a ter a característica marcante de mão-de-obra aprisionada, tornando uma realidade a afirmativa de que "sem dívidas não há trabalhador."

Os conquistadores recebiam do monarca diversos tipos de prebendas, base do estado patrimonial, e assim se beneficiavam com o trabalho indígena, o que tornava viável o desenvolvimento mercantil a partir dessa exploração. Uma das regalias mais importantes era a *encomienda indiana*, ou seja, a entrega ao conquistado de um determinado número de tributários, que ficavam assim obrigados a prestar-lhe serviços pessoais pelo equivalente do que deviam pagar como tributo à Coroa. Dessa forma, o *encomendero* tinha o poder legal de apropriar-se de uma renda por meio do trabalho indígena na mineração, agricultura, artesanato, e em troca devia cuidar da sua evangelização, o que, em termos concretos, significava preservar o estado de submissão da população conquistada.

Essa instituição provocou conflitos sucessivos entre a Coroa e os conquistadores e foi substituída pelo pagamento do tributo ao

encomendero, alteração que não eliminou o fato de a *encomienda* funcionar como um dos núcleos do recrutamento da mão-de-obra servil. "[...] não podia haver homens ricos sem encomiendas, uma vez que a indústria dependia do trabalho indígena, e só os que tinham indígenas podiam dedicar-se ao comércio [...]" (Haring 1963, 53).

Não obstante isso, já que a *encomienda* favorecia a autonomia dos conquistadores, a Coroa limitou o seu usufruto a duas gerações, restringindo cada vez mais a sua concessão, até eliminá-la definitivamente no século XVIII, sob os Bourbons, substituindo-a por uma soma fixa outorgada pelo Rei. Foram essas decisões, que procuravam preservar os interesses reais sobre os senhoriais, que provocaram as rebeliões e guerras civis com que os conquistadores enfrentaram a Coroa.

Com base no pressuposto de que a mobilização obrigatória da mão-de-obra fosse de interesse comum, o poder público ordenou à Justiça Real que distribuísse os trabalhadores entre os conquistadores que o solicitassem. Assim se instalou a *mita*, segundo a qual os indígenas deviam executar as atividades mais variadas. De acordo com os decretos do Vice-Rei Toledo, organizador supremo do domínio colonial, a sétima parte dos indígenas adultos tinha a obrigação de trabalhar durante dez meses por ano em diferentes tarefas determinadas pelo governo colonial. Para diminuir os protestos provocados por esse tipo de trabalho forçado, a Coroa estipulou que os conquistadores deviam pagar aos indígenas por esse tipo de serviço. Esse "salário", que no século XVI representava a metade ou o terço do que recebia um trabalhador livre, não foi alterado durante os três séculos de domínio colonial, com a conseqüente desvalorização do seu poder aquisitivo.

Para o cumprimento da *mita* não se levava em conta o tempo do deslocamento até o lugar do trabalho a ser executado. Rowe (1957) estima que os índios de Chucuito levavam dois meses para chegar a Potosi e que essa viagem supunha a mobilização de 7.000 homens, mulheres e crianças, com mais de 40.000 lhamas carregando os alimentos necessários durante o tempo tomado pela viagem e pela *mita*.

Podemos afirmar, assim, que as condições dessa exploração tinham características de genocídio – melhor dito: de etnocídio. Durante os

séculos XVI e XVII, a população nativa diminuiu consideravelmente, devido às doenças e as condições em que vivia. Esta diminuição significou que as obrigações impostas aos indígenas aumentaram cada vez mais, chegando a afetar praticamente toda a população, com o seu deslocamento dos lugares de residência e o desrespeito aos laços de parentesco e identidade étnica, e com eles as relações de intercâmbio e reciprocidade, bases da articulação da sociedade indígena.

Nessas circunstâncias, para manter o "estoque" demográfico, sem o qual não funcionaria o domínio colonial, a Coroa instituiu o *corregimiento de indios*. No entanto, esses "corregedores" substituíram os *encomenderos* na função de mobilizar mão-de-obra indígena em seu proveito pessoal, com a conivência dos próprios *encomenderos*, sacerdotes e chefes políticos locais.

Aos poucos os corregedores de índios adquiriram amplos poderes, incumbindo-se da segurança interna das reduções, ou seja, de descobrir e esmagar as revoltas indígenas; administravam justiça, recolhiam os tributos e zelavam pelo cumprimento da *mita*. A amplitude dos seus poderes derivou rapidamente para a situação que a Coroa tinha procurado evitar: logo estes funcionários se converteram em símbolo da exploração, ao exigir serviços gratuitos ou mal pagos, ao mesmo tempo em que atuavam como agentes comerciais monopolistas.

> Proibiram o ingresso de comerciantes nas suas jurisdições, encarregando-se eles próprios da importação de bens que obrigavam os índios a comprar a preços inflacionados [...] Recolhiam o tributo real em espécie pela metade do preço de mercado, para revendê-lo em seguida pelo preço real [...] (Rowe 1957, 163).

A clara incapacidade do governo do Vice-Reinado de acompanhar a atuação dos seus funcionários e as exigências crescentes dos comerciantes e das Caixas Reais determinaram o reconhecimento pela Coroa da autonomia dos corregedores de instituir legalmente o sistema de *repartimiento de mercancías*, ou seja, de repartição de mercadorias, que representava uma concessão outorgada pela Coroa aos corregedores, obrigando os indígenas a comprar mercadorias a preços fixados

artificialmente. Assim, a partir de 1670 a Coroa colocou à venda estes cargos "públicos", para poder participar dos benefícios auferidos pelos corregedores.

Corregimiento e *repartimiento* representavam, pois, o canal fundamental de oferta obrigatória de serviços de baixo custo para os espanhóis e da demanda, igualmente obrigatória, de mercadorias de alto valor relativo para os indígenas, que pareciam assim incorporados à economia mercantil:

> Para evitar que, pela ausência de uma corrente espontânea de intercâmbio, viessem a faltar os produtos mais necessários a zonas rurais inteiras, decidiu-se induzir esse fluxo mediante um ato de império: os corregedores, funcionários colocados pela Coroa à frente dos distritos, passariam a oferecer os seus produtos mediante trocas com as populações indígenas sujeitas ao seu mando (Halperin 1970, 17).
>
> [...] o repartimiento constituiu evidentemente um modo de aumentar o consumo. Forçou a demanda em uma comunidade cujos costumes e padrões de vida tinham pouca relação com o mercado espanhol. Por isso, esse sistema se apoiava não só nos corregedores, mas também em alguns grupos de comerciantes. O medo de que diminuísse o nível da atividade econômica foi um fator freqüentemente debatido quando se discutiu a abolição do repartimiento (Cornblit 1976, 162-3).

Em resumo, às obrigações do índio de pagar por produtos agropecuários de origem européia, de responder por tributos devidos à Coroa ou ao *encomendero,* além dos dízimos pagos à Igreja e da obrigação com a *mita*, agregava-se o *repartimiento* para forçar essa população a oferecer o seu trabalho e o produto dele a um "preço" inferior ao do "mercado livre".

Essas formas de participação do povo indígena na economia colonial foram cumpridas paralelamente à criação das fazendas e plantações baseadas no trabalho escravo. A Coroa incorporou ao seu patrimônio as terras do Inca que, em um primeiro momento, as audiências e os *cabildos* distribuíram pelos conquistadores com seus

correspondentes *mitayos*. Além disso, graças a uma relativa autonomia frente ao Rei, os *encomenderos*, corregedores, *cabildos* e congregações religiosas tinham condições de transgredir a lei e obter terras das comunidades, englobando seus habitantes como trabalhadores enfeudados.

O abuso da *mita* e a crescente mortalidade indígena produziram uma grande acumulação de terras vagas e realengas, entre as entregues originalmente às comunidades. A este fenômeno se associava o fato de que um número crescente de índios se convertia em *forasteros* ao fugir das reduções, condição que lhes permitia evadir o tributo e a *mita*, por não contar com terra para o seu sustento. Essa situação deu origem à chamada "composição de terras", de que os espanhóis abusaram. Assim, *encomenderos*, corregedores e padres transformavam-se em fazendeiros, a despeito das disposições reais expressas em contrário.

Entretanto, a posse de terras ou de minas só tinha valor se acompanhada de mão-de-obra servil e abundante. Logo, o interesse da camada dominante por apropriar-se de maior extensão de terras estava relacionado com a possibilidade de absorver força de trabalho indígena.

As fazendas eram trabalhadas com *mitayos*, *yanaconas*, arrendatários e em menos grau com assalariados. Como dissemos, os *mitayos* eram indígenas que, por disposição expressa das *Leyes de Indias,* deviam servir um membro da sociedade conquistadora durante um tempo determinado. Os *yanaconas* eram trabalhadores que, em troca da prestação de serviços gratuitos, recebiam um pedaço de terra para a sua manutenção. Os arrendatários eram trabalhadores "contratados" pelos corregedores e chefes políticos locais que, em troca de um lote para plantar e do compromisso do fazendeiro de protegê-los da exigência da *mita*, trabalhavam gratuitamente para ele.

> [...] a fazenda era feudal por ser colonial. A feudalização do agro era um modo e condição do colonialismo".
>
> A nosso ver o decisivo é que a análise da comercialização agropecuária e das relações sociais de trabalho revela um 'jogo duplo' na fazenda: enquanto no interior se criava uma economia não

> monetária, com os salários pagos em serviços, concessão precária de terrenos e gêneros supervalorizados, do outro lado, para fora, a fazenda era administrada como economia monetária, vendendo seu produto no mercado por dinheiro. Situava-se, portanto, na fronteira das duas economias, de dois setores sociais, regulando a comunicação entre ambos. O êxito da empresa residia nessas funções de trânsito, cobrança de pedágio nas pontes, controle. (Macera 1977, III: 142, 219-20).

Portanto, mediante tributos, dízimos e *primícias* suplementares, reduções, *encomiendas* e *mitas*, *corregimientos* e *repartimientos*, os espanhóis mobilizaram "legalmente" a população indígena para conseguir força de trabalho e alimentos "baratos" nos núcleos urbanos e nos centros mineiros, assim como uma demanda mercantil sobrevalorizada, mecanismos que lhes permitiam apropriar-se dos excedentes da produção.

Essas instituições cumpriam a função econômica de incorporar a população indígena à economia mercantil, embora em condições de exploração colonial. Por sua vez, os excedentes mercantis de que os grupos dominantes conseguiam apoderar-se eram reinvestidos em minas, terras, escravos e símbolos de prestígio recebidos da sociedade metropolitana, articulando-se assim a periferia com o centro do sistema capitalista nascente.

Acrescente-se a esses mecanismos de exploração do trabalho indígena a escravidão da mão-de-obra de origem africana, destinada a trabalhar principalmente nas plantações da costa, nas oficinas e no serviço doméstico. A produção dos dois primeiros setores era transferida integralmente para os circuitos monetários interno e internacionais, o que fazia que os seus proprietários valorizassem o investimento feito na mão-de-obra escrava.

Por intermédio da Casa de Contratação de Sevilha (onde um grupo privilegiado de comerciantes peninsulares tinha obtido do Rei a concessão da exclusividade), a Coroa procurou reiteradamente monopolizar o comércio e o transporte de mercadorias. Essa relação, que colocava a Espanha como eixo integrador das suas diversas

economias coloniais, supunha que a Casa de Contratação devia abastecer os mercados americanos de escravos e manufaturas a preços inflacionados. Somava-se a isso a política protecionista em favor da produção peninsular e em detrimento da americana; no entanto, devido à precariedade da indústria espanhola, na realidade, esta política favoreceu a Inglaterra, França e Holanda, enquanto a Casa de Contratação de Sevilha se limitava ao papel de intermediação comercial.

Seus agentes estavam sediados nas poucas cidades que, como Lima, tinham o direito de exclusividade para receber mercadorias. Estes agentes incumbiam-se de distribuí-las pelo interior do Vice-Reinado, por meio dos seus representantes, e, pela ação extorsiva dos corregedores, obrigava a população colonizada a comprar o que de outra forma seria invendável, por duas ou três vezes o seu valor comercial.

Em síntese, pode-se afirmar que a operação mercantil e colonial se baseava na coação e mobilização forçada da mão-de-obra indígena, obrigada a trabalhar nos centros mineiros, de cuja produção o Estado recebia o quinto real. Os donos das minas ficavam com o resto, em troca do pagamento simbólico que devia servir para que os camponeses contribuíssem para o tributo da *encomienda* e adquirissem alimentos e objetos necessários à sua subsistência. Os alimentos e objetos adquiridos pelos *mitayos*, assim como pelo resto da população residente nos centros mineiros, e os insumos exigidos para a produção, provinham, por sua vez, das rendas das *encomiendas*, dos dízimos e das trocas e vendas forçadas impostas pelos corregedores.

> Desse modo, o ciclo da subtração conclui com o intercâmbio. Mas a operação M/D ou D/M do centro mineiro é um intercâmbio não equivalente do ponto de vista social, pois o indígena precisa investir T(rabalho) para ter a posse de D(inheiro), enquanto para o espanhol a propriedade das M(ercadorias) é uma dádiva graciosa que lhe concede o sistema de dominação através da *encomienda* ("cobrar para si os tributos dos indígenas"). Com efeito, [...] a maior parte das mercadorias que chegavam a Potosi era produzida pela economia camponesa e transferida para o espanhol sob a forma de tributo. Desse modo, essas mercadorias são produtos que têm

> um determinado custo social, mas nenhum custo monetário; são um excedente com conteúdo de valor cuja mudança de propriedade não se retribui com outro valor; para o produtor direto, o excedente são valores de uso, enquanto, transferido para o grupo dominante, converte-se em M(ercadorias), com um valor de troca que, passando pelo mercado mineiro, assume a forma de D(inheiro)" (Assadourian, manuscrito).

Por último, as rendas e excedentes mercantis concentrados nas figuras espanholas dominantes lhes permitiam adquirir produtos importados da Europa, que podiam ser circulados ou consumidos, enquanto os agentes da Casa de Contratação remetiam à metrópole os benefícios extraídos dessa atividade.

Por outro lado, a operação de subtração de excedentes da população camponesa constituía a base da formação do mercado, favorecendo a divisão social do trabalho e sua especialização e obrigando a que os salários dos indígenas se destinassem também à compra do que não era produzido diretamente (Mellafale 1969).

O fato de que a produção e o comércio tinham por fundamento a exploração colonial dos indígenas, contudo, restringiu consideravelmente o desenvolvimento de um amplo setor de produtores e consumidores livres, de mercadorias diferenciadas, com o subseqüente crescimento da demanda interna e da renda geral, que poderiam levar à formação de um mercado interno cada vez mais homogêneo e integrado. Apesar disso, a dominação colonial procurou formar mercados reduzidos, segmentados e descontínuos, reforçando o fracionamento da sociedade em múltiplos "usos e costumes".

A coação extra-econômica dos interesses metropolitanos sobre indígenas e escravos sustentava-se em um ordenamento político de natureza patrimonial.

Fundada na tradição católica e medieval, a ideologia política espanhola partia da premissa de que a forma de organizar saudavelmente a sociedade era sobre a base de claras hierarquias sociais, seguindo assim os postulados aristotélicos e tomistas prevalecentes. Estas hierarquias se justificavam pela necessidade de que diferentes estamentos sociais

cumprissem funções especializadas, para que o conjunto se desenvolvesse com normalidade.

> Na República bem ordenada é necessário que haja homens ricos, para que possam resistir aos inimigos e os pobres da terra possam estar sob o seu amparo, como acontece em todos os reinos onde há política e boa ordem e estabilidade, como na Espanha e em outros reinos. Para que esta terra se perpetue, é um grande erro pensar que todos os povoadores devem ser iguais, pois a Espanha não se conservaria, nem qualquer outro reino, se nele não houvesse senhores e príncipes e homens ricos; e nesta terra não pode haver homens ricos nem poderosos, não tendo aldeias de *encomienda*, como se diz, porque todas as fazendas e plantações são administradas pelos índios dos aldeamentos que estão encomendados aos espanhóis, e fora deles não há forma de haver qualquer outra atividade rural (Zavala 1972, 104).

No caso americano, essa hierarquização se justificava pela origem dos diferentes estratos sociais. Enquanto os conquistadores eram "cristãos antigos", destacando-se pela "limpeza de sangue", a população subjugada tinha origem indígena. Portanto, os primeiros deviam encarregar-se de cristianizá-la, em troca do cumprimento de tarefas servis. Não é de estranhar, pois, que os teólogos desempenhassem uma função decisiva na elaboração de doutrinas que justificavam a dominação colonial, tais como a da "guerra justa", e aquelas relativas ao estatuto social que correspondia aos povos conquistados.

Além disso, essa hierarquização estamental decompunha-se em setores divididos funcionalmente e organizados de acordo com diferentes atividades desempenhadas pelos vários estamentos coloniais.

> [...] assim como qualquer República bem organizada exige que os seus cidadãos se distribuam e se apliquem em diferentes ofícios, misteres e ocupações, entendendo alguns dos trabalhos do campo, outros da negociação e venda de mercadorias, outros ainda das artes liberais e mecânicas, do trabalho dos tribunais para julgar ou defender causas e pleitos, assim também, e antes de tudo, convém

> e é necessário que conforme a disposição e a natureza de cada um sirvam os que têm maior aptidão para o trabalho, outros governem e mandem: os que demonstram mais razões e capacidade para isso [...] Porque segundo a doutrina de Platão, Aristóteles, Plutarco e os seus seguidores, de todos esses ofícios reunidos forma a República um conjunto composto de muitos homens, como de muitos membros, que se ajudam e cooperam entre si, entre eles os pastores, lavradores, mecânicos, que alguns são braços e dedos da mesma República, sendo todos nela obrigatórios e necessários, cada um no seu mister, como grave e santamente nos deu a entender o apóstolo São Paulo (Solórzano Pereira 1648, 88).

A sociedade divide-se hierarquicamente em estamentos, subdivididos por sua vez em diferentes corpos, com funções sociais específicas, entrosando-se as corporações com a figura pessoal do monarca.

As relações do Rei com o resto da sociedade diferiam conforme o princípio da "limpeza de sangue" dos súditos, o que levava à constituição de diferentes "repúblicas" ou estamentos sociais, com deveres e direitos particulares, que supunham uma delimitação definida e inamovível dos papéis e funções dominantes e subordinados, a cumprir-se em cada república. Em outras palavras, neste esquema funcional da estratificação social, os indivíduos se localizavam segundo o seu nascimento, o que, por sua vez, determinava sua ocupação e posição social.

Na América, como na Idade Média, quando a sociedade se encontrava dividida em "*defensores, oratores et laboratores*", ou seja, guerreiros, sacerdotes e pessoas comuns, aplicou-se o mesmo princípio genérico, cujo resultado foi a divisão entre espanhóis, de um lado, e índios e negros, de outro. De modo geral, eram considerados "espanhóis" os peninsulares e seus descendentes americanos, havendo distinções, entre os últimos, em função de nascimento, grau de nobreza e riqueza. Embora nominalmente tanto os peninsulares como os *criollos*, nascidos na América, tivessem os mesmos privilégios, a realidade era diferente. Com efeito, só os espanhóis podiam alcançar posições de privilégio e importância nas esferas governamental e eclesiástica e só eles podiam integrar certas corporações, como a dos comerciantes importantes. Dos

cento e oitenta Vice-Reis que governaram as colônias americanas, só quatro eram *criollos*, mas educados na Espanha, onde moraram por muito tempo; dos seiscentos e dois Capitães Gerais, só catorze eram *criollos*. No caso da Igreja, esta desproporção era menos extremada: dos seiscentos e dois Bispos americanos, cento e cinco eram *criollos*.

Os indígenas, que com os negros constituíam o setor dominado da população, tinham a própria hierarquia interna. Os que podiam provar sua linhagem, filiação e sangue constituíam o grupo dos chefes políticos locais, enquanto os que só tinham conseguido o reconhecimento da relação de descendência ficavam localizados no setor intermediário, com menos privilégios; os demais, as pessoas comuns, constituíam o amplo grupo dos *hatunruna*, ou tributários. Os primeiros gozavam uma série de privilégios: não pagavam impostos ou dízimos, tinham os seus direitos de propriedade reconhecidos, podiam educar-se em escolas especiais e, juntamente com os corregedores e sacerdotes, encarregavam-se de administrar a exploração dos índios dentro da sua jurisdição (Spalding 1974, 31-60).

Os negros eram libertos ou escravos e, dada a miscigenação em curso, havia diversas denominações, associadas a diferentes responsabilidades legais e fiscais.

As diferentes repúblicas ou estamentos guardavam entre si uma relação de dominação e subordinação. A dos espanhóis agrupava funcionários, comerciantes, eclesiásticos, *encomenderos* e mineiros. Os indígenas, como os negros, sempre tiveram uma posição subordinada, desempenhando tarefas servis destinadas a cobrir as necessidades dos espanhóis e excluídos de qualquer possibilidade de ocupar outras posições na sociedade. O regime patrimonial vinha regularizar as relações de dominação, justificando-as teoricamente:

> Sendo assim, não pode parece injusto que os índios, que pelo seu estado e natureza são mais aptos do que os espanhóis a exercer os serviços de que tratamos, sejam obrigados a ocupar-se deles com bons partidos, governando-os, adestrando-os e ajudando os espanhóis com sua indústria e engenho, como indica dita Lei de Partida. Porque, conforme afirma Aristóteles, e outros que o seguem, aqueles

> a quem a natureza deu corpos mais robustos ou vigorosos para o trabalho e menor inteligência ou capacidade, infundindo-lhes mais estanho do que ouro, são os que devem ser empregados nele assim como os outros a quem se deu mais, em governá-los e nas demais funções e utilidades da vida civil. Do que não se afasta Sêneca quando diz que os homens toscos, rudes e de pouco entendimento são criados pela mesma natureza quase como os animais, para que nos possamos servir deles pela sua curta capacidade (Solórzano Pereira 1648, 89).

Do mesmo modo, Elliot (1972, 59) cita a seguinte declaração feita por um perito anônimo, cuja opinião foi manifestada a Felipe III:

> Devemos dizer que os índios são servos dos espanhóis [...] pela doutrina de Aristóteles (Política, livro 1) segundo a qual os que precisam ser regidos e governados por outros podem ser chamados de seus servos [...] E essa mesma razão a natureza fez proporcionados os corpos dos indígenas, com força bastante para o trabalho do serviço pessoal, e os dos espanhóis, pelo contrário, delicados e habilitados a tratar da política e dos assuntos urbanos [...]

A delimitação de cada um desses estamentos sociais estava associada a foros privativos e a obrigações especiais, que delineavam com precisão os lugares onde *podiam* residir, as ocupações que *podiam* ter, os tributos que *deviam* pagar, os tribunais a que *podiam* recorrer, e o peso legal que *devia* ter o testemunho de espanhóis e índios, assim como o tipo de vestimenta e acessórios que *podiam* usar, as festividades que *podiam* celebrar e os meios de transporte que *podiam* usar. Assim, por exemplo, o testemunho de um espanhol equivalia ao de dois índios ou de três mulheres indígenas; aos índios era proibido tocar guitarra e montar a cavalo. Índios e espanhóis não podiam contrair matrimônio, freqüentar as mesmas igrejas e ser enterrados nos mesmos cemitérios. Devido a sua condição social inferior, os índios eram considerados legalmente menores de idade e não podiam celebrar contratos com os espanhóis sem a aprovação real. Por isso, e pela suposta incapacidade de compreender os mistérios da religião, os indígenas não recebiam as ordens maiores da Igreja.

A situação dos mestiços era variada e incerta. Os descendentes de matrimônios dos conquistadores com índias da nobreza regional eram incorporados ao estamento espanhol, enquanto os outros, ou seja, a imensa maioria, fruto de relações eventuais, eram desconsiderados e incluídos nas *castas* que agrupavam os descendentes da mestiçagem com negros e os índios forasteiros. O desprezo devotado pelos espanhóis às castas resultava da sua indefinição social, ou seja, da impossibilidade de fixar-lhe papéis determinados. Essa população, que com o tempo aumentou substancialmente, pela sua condição de marginalidade, desenvolveu uma conduta estranha ao regime estamental. Por outro lado, os estamentos também se dividiam pela participação da população em corporações ou grêmios, em cujo interior se repetia o mesmo tipo de hierarquia existente entre as repúblicas. Desse modo, os diferentes componentes sociais aglutinavam-se em grupos e associações identificáveis pelo seu *status* e funções, com valores, símbolos, comportamentos correspondentes e, finalmente, por suas distintas personalidades jurídicas, manifestadas em foros especiais.

> Juridicamente, cada um constituía até certo ponto uma entidade à parte, um estado dentro do estado. Cada um estava envolvido por seus próprios assuntos, interessado exclusivamente no seu próprio bem-estar, em seus privilégios ou imunidades, que deviam ser defendidos zelosamente contra objetivos semelhantes de outros segmentos sociais. Não havia valores, interesses ou objetivos comuns: havia índios, castas, nobres, soldados, sacerdotes, comerciantes e juristas, mas não havia cidadãos. Nas palavras de Ortega y Gassset, era uma sociedade invertebrada (McAlister 1963, 364).

No mesmo sentido, Morse refere-se ao caráter corporativo da sociedade colonial e a suas conseqüências:

> Só no sentido mais lato de 'grupos com privilégios jurisdicionais comuns' é possível dizer que na América Espanhola existiram estamentos sociais. O Estado tinha um caráter corporativo e dentro dele coexistiam, de forma independente, privilégios e jurisdições

> para setores amplos (índios, europeus, eclesiásticos, negros), assim como para outros setores menores e específicos, tais como: índios em missões, povoados indígenas, índios de *encomiendas*, comerciantes, o clero regular, o clero secular, funcionários da Inquisição, escravos negros, libertos e assim sucessivamente. A marca medieval do sistema, na sua totalidade, não era a de uma representação parlamentar, mas de um regime pluralista de privilégios compartimentalizados e de administração paternalista (Morse 1964, 144).

A organização política patrimonial fundamentava-se na premissa de que o Rei concedia aos súditos espanhóis a atribuição de administrar *seu patrimônio particular* e, por isso, eles deviam pagar-lhe um tributo e prestar-lhe lealdade pessoal, em troca das vantagens derivadas da sua administração. Criava-se assim um relacionamento patrão–cliente entre o monarca e seus vassalos, *do ut des*, reproduzida reiteradamente em todos os níveis da hierarquia social. Com efeito, as relações patrimoniais faziam que o acesso a qualquer recurso transitasse pessoalmente por quem tinha a capacidade de cedê-lo, na suposição de que se tratava de um favor, que devia ser retribuído em termos de serviço pessoal.

Em conseqüência, os funcionários reais eram quase proprietários do que administravam em nome do Rei. As diferentes regalias e seus foros correspondentes encarregavam-se de certificar essa situação. O clero secular, o regular, a Inquisição, os comerciantes do Tribunal do Consulado, os mineiros, fazendeiros, *encomenderos* e corregedores consideravam que suas obrigações públicas eram, na verdade, direitos privados.

A conquista de territórios realizava-se depois de firmada uma "capitulação", na qual o monarca outorgava aos conquistadores o privilégio de adquirir no *seu* nome a posse de terras e homens, incorporando-os ao *seu* domínio, em troca do poder de administrar a respectiva exploração. Assim, as concessões obtidas na América pelos conquistadores e seus descendentes constituíam regalias, dispensas, favores ou prebendas que o Rei outorgava com base nos serviços prestados a ele, em pessoa, ou em troca de futuros serviços que esses concessionários se comprometiam a prestar-lhe.

Paralelamente, a Coroa procurou centralizar permanentemente todo o conjunto social dividido em compartimentos estanques. Desde os primeiros dias da Colônia, a Coroa tentou reduzir e controlar as atribuições dos funcionários e dos conquistadores para impedir que derivassem em uma estrutura política de caráter feudal, sobre a qual a Coroa não teria condições de exercer pleno controle. Por isso, uma das características da vida política colonial foi, de um lado, a permanente tensão entre a Coroa e os funcionários coloniais; de outro, a tensão entre os últimos e as corporações que procuravam cada vez mais se livrar do engessamento real com o seu séqüito de funcionários.

Essa tensão explica a decisão do Rei de procurar suprimir as *encomiendas* logo depois de as haver criado, para negar aos conquistadores um recurso que lhes podia dar maior autonomia de ação. E explica também o interesse subseqüente da Coroa pelos indígenas, para convertê-los em vassalos.

Para resolver essa situação, a metrópole procurou sempre dispersar as fontes de poder em muitas instâncias governamentais e sociais para resguardar, de forma indiscutível, a capacidade de arbitragem do soberano.

> Carlos I e Felipe II determinaram deliberadamente que a dispersão do poder e dos privilégios entre vários grupos impediria o surgimento de uma classe feudal única, que pudesse desafiar a autoridade real (ToPaske 1970, 265).

Essa política, baseada na desconfiança do Rei com relação aos seus delegados coloniais, era executada por meio de uma variedade de mecanismos. O Conselho das Índias arrogou-se a atribuição de nomear todos os funcionários, por vezes até mesmo os que ocupavam níveis hierárquicos inferiores; alternativamente, precisava confirmá-los nos seus cargos, caso já tivessem sido nomeados pelas dependências coloniais. Dessa forma, tais funcionários passavam a depender de uma decisão da Coroa, dissolvendo-se assim a capacidade executiva do Vice-Rei e da Audiência. De outro lado, o crescimento espetacular da administração colonial não implicava, em paralelo, a definição clara das suas funções, atribuições e jurisdição.

> Em teoria é fácil discriminar as atribuições do Vice-Rei e distingui-las das que correspondiam especificamente à Audiência [...]".
> Mas, como precisar em que casos cabiam recursos judiciais à Audiência contra decisões do Governo Superior em assuntos referentes aos setores [...] enumerados? Por outro lado, quando devia o Vice-Rei solicitar o voto consultivo do Real Acordo? [...] Não era fácil dar resposta a essas perguntas, em parte porque o próprio monarca tinha interesse em que esses pontos não fossem esclarecidos. Embora pudesse haver uma polêmica entre os dois poderes, os abusos de autoridade eram mais difíceis. Possivelmente se criavam assim situações embaraçosas que prejudicavam a boa marcha dos assuntos, mas a arbitragem de toda disputa ficava em mãos da Coroa, o que pressupunha uma compensação suficiente dentro do sistema político estabelecido, que, como dissemos, estava inspirado pela desconfiança (Ots Capdequi 1941, 55).

Desse modo, implantava-se um sistema de fiscalização recíproca entre as várias dependências coloniais, impedindo a concentração de poder em mãos locais. A esse respeito, Halperin generaliza da seguinte maneira a situação administrativa colonial:

> As atribuições das diferentes magistraturas superpunham-se e as dificuldades resultantes acentuavam-se quando os conflitos de jurisdição ocorriam muito longe de quem podia resolvê-los, tendendo assim a perdurar e a agravar-se. O esquema administrativo das Índias mostrava autoridades de designação direta ou indiretamente metropolitana (Vice-Reis, Audiências, Governadores, Regedores), e outras de origem local (os Cabildos de espanhóis e de indígenas). As autoridades desses dois tipos exercem funções complexas, variáveis conforme o caso, na administração, nas finanças, no Exército e na justiça. As audiências unem suas funções judiciais a outras de controle administrativo, e mesmo executivas; algumas são, por outro lado, as incumbidas de promulgar novas normas originadas na Coroa e, para isso, estão em comunicação direta com a metrópole, por intermédio do organismo criado para cuidar dos assuntos americanos, o Conselho das Índias. Os Vice-Reis têm funções administrativas, fazendárias e de defesa, que exercem sobre um

> território excessivamente grande [...] para que possam cumpri-las com eficiência. A delegação de autoridade é portanto inevitável, embora limitada pelo fato de que não se institucionalizou a não ser em medida muito limitada (Halperin 1970, 50-1).

Dessa forma eram criados os canais de comunicação entre os vários níveis da autoridade colonial e o Conselho das Índias, abrindo assim a possibilidade de que o monarca fosse informado das várias situações coloniais por meio de versões diferentes, que podiam ser contrapostas.

Finalmente, essa instrumentação político-administrativa fundamentava-se na delimitação minuciosa das atribuições específicas de cada funcionário e cada organismo, procurando não deixar qualquer margem à iniciativa local. Por isso, as *Ordenanzas* reais exibiam um detalhismo exasperante, procurando condicionar de forma permanente a ação administrativa. Nesse sentido, a legislação colonial confundiu deliberadamente as disposições gerais com a respectiva regulamentação, impedindo que houvesse qualquer adaptação a casos específicos.

A imagem de ineficiência que se tem da administração colonial na época das duas Áustrias não decorre de "descaso" ou da falta de previsão, mas da legítima desconfiança do monarca a respeito da conivência das autoridades coloniais e dos proprietários de terras para gozar dos benefícios derivados da exploração da população subjugada. Paradoxalmente, a mesma aliança tornava factível o funcionamento do aparelho de dominação colonial.

Ao desejo permanente e insaciável de concentrar o poder na Coroa, opunham-se seriamente as tendências centrífugas que predominavam na sociedade colonial e que minimizavam, distorciam e, em muitos casos, anulavam as ordens reais e a burocracia metropolitana. Os *encomenderos*, corregedores, comerciantes ricos, fazendeiros e eclesiásticos resistiam passivamente à administração colonial, impedindo assim a aplicação das disposições legais erráticas e repartindo com os funcionários as vantagens da "lei que se acata, mas não se cumpre".

Devido aos foros privativos e aos privilégios especiais obtidos do Rei, havia impedimentos concretos para tornar efetiva a centralização política, na medida em que, por exemplo, o Consulado recebia

impostos e era um tribunal fiscal, a Igreja não pagava impostos, os sacerdotes eram beneficiados com tribunais especiais e a Inquisição tinha atribuições que se estendiam praticamente a todas as atividades sociais, políticas e também administrativas.

Por haver comprado os seus cargos, corregedores, regedores e notários públicos convertiam-se em verdadeiros proprietários e dificilmente cumpriam os dispositivos impostos pela metrópole que contrariassem os seus interesses. Dessa forma, ao privatizar o governo, estes muitos grupos e setores da sociedade se transformavam em oligarquias múltiplas, que, embora reconhecessem a filiação à metrópole, disputavam permanentemente as suas atribuições políticas com a administração central, mantendo um constante estado de corrupção. Por isso, Jorge Basadre conclui que:

> O Peru foi, como a Espanha, um conjunto de províncias mal governadas, tendo à frente um soberano nominal. Nas províncias, o despotismo assumiu diferentes formas, subordinadas ao modo de proceder dos corregedores, intendentes, fazendeiros, etc. Ao mesmo tempo, tornou-se difícil a uniformização dos costumes nas práticas e na vida das províncias [...] o regime imperante no Peru era na verdade uma espécie de transação entre o centralismo político que governava mal as províncias distantes e a autonomia da classe proprietária com relação ao latifúndio, ao regime de trabalho dos índios, etc. (1947 107,115-6).

Em resumo: organizada de forma estamental e corporativa, a estrutura política colonial fragmentou os interesses sociais, impedindo a realização de uma identidade comum. Foi assim que a Coroa procurou bloquear o desenvolvimento de atividades produtivas, de articulação de interesses e de manifestação de aspirações políticas que não contassem com a sua recomendação prévia. Em outras palavras, essa configuração social e política contrariava definitivamente o desenvolvimento de uma infra-estrutura social e política de natureza liberal e burguesa.

Assim, a dominação colonial não proporcionou possibilidades políticas e econômicas ao desenvolvimento nacional: econômicas, pelas relações sociais de natureza colonial entre os estamentos sociais, e

políticas, devido à fragmentação corporativa em que se encontravam esses estamentos, assim como pelas múltiplas facções oligárquicas resultantes de tal fragmentação. Ao mesmo tempo, a administração precária da metrópole, resultado das tensões entre a administração espanhola e a colonial, associada à preservação dos direitos corporativos, resultou na falta de universalização do Estado, impedindo o desenvolvimento na população de valores e símbolos comuns.

Manuel Abad y Queipó, Bispo de Michoacán (1799), referiu-se ao que acontecia na Nova Espanha em termos que podiam ser aplicados ao Peru. Depois de considerar a existência de três classes naquele Vice-Reinado, os espanhóis, os índios e as castas, em que a primeira representava um décimo do total, mas que possuía "quase toda a propriedade e a riqueza", enquanto as outras duas "ocupam-se dos serviços domésticos, dos trabalhos agrícolas e dos misteres ordinários do comércio, das artes e ofícios, ou seja, são criados, serventes ou trabalhadores diaristas servindo à primeira classe", assim continua:

> Em conseqüência, há entre elas e a primeira classe aquela oposição de interesses e de afetos que é habitual entre os que nada têm e os que possuem tudo, entre dependentes e senhores. A inveja, o furto, o mau serviço da parte de alguns; o desprezo, a usura, a dureza, da parte de outros. Até um certo ponto esses resultados são comuns em todo mundo. Na América, porém, adquirem muita importância, porque não há gradações: todos são ricos ou miseráveis, nobres ou infames [...] Nessa situação, que interesses comuns poderiam unir essas duas classes com a primeira, e todas as três com o governo e as leis? A primeira classe tem o maior interesse na observância das leis que lhe asseguram e protegem a vida, a honra e o patrimônio contra os ataques da inveja e os assaltos da miséria. As outras classes, porém, que não possuem nem bens, nem honra, nem qualquer outro motivo de inveja, que levasse alguém a atacar a sua vida e a sua pessoa, que valor darão às leis que só servem para medir as penas dos seus delitos? Que afeição, que benevolência podem ter os ministros da lei que só exercem a sua autoridade para levar outros ao cárcere, ao presídio ou à forca? Que vínculos podem estreitar essas classes com o governo, cuja proteção benéfica não são capazes de compreender?

Diferentemente do que aconteceu na Europa a partir do Renascimento, na América o Estado não conseguiu alcançar universalidade, orientando-se cada vez mais para o particular. Se na Europa Ocidental a centralização estatal significou a contenção da autonomia local e particular, buscando assim generalizar a lei e a burocracia estatal, na Espanha e na América Hispânica aconteceu exatamente o contrário. O Rei procurou exercer um poder central autoritário, mas sem subverter a ordem medieval, pelo menos até os Bourbon, no século XVIII.

Essa precariedade seria evidente naquele século, à medida que se tornavam cada vez menos aceitáveis o exclusivismo peninsular e as divisões estamentais e corporativas; e também quando os Bourbon quiseram centralizar efetivamente a sua autoridade, sem levar em conta os direitos adquiridos na América pelos estratos dominantes.

Na Inglaterra, o desenvolvimento cada vez maior do mercantilismo e sua transposição para a esfera política e militar provocaram a intensificação dos conflitos com a Espanha a propósito do controle do mercado hispano-americano. Foi nessa conjuntura que, no princípio do século XVIII, a Coroa espanhola foi transferida dos Habsburgo para os Bourbon, que encarnavam o "despotismo esclarecido".

Essa mudança deu início a um longo processo de reformas administrativas, destinadas a obter uma efetiva centralização política e a reduzir os privilégios patrimoniais da multiplicidade de funcionários dos Vice-Reinados, conseguindo assim aumentar a contribuição das colônias à sustentação da Espanha como potência imperial. Com base no tratado de Utrecht, permitiu-se a navios ingleses visitar portos das colônias americanas, levando uma carga limitada de mercadorias. Poucos anos depois, foi criado o sistema de navios de registro, abolindo-se, em 1739, o sistema de fretes, o que facilitou o fluxo comercial entre a Europa e a América.

Juntamente com essas medidas, o governo de Madrid promoveu maior fluidez no comércio intercolonial e internacional. Em 1774, instituiu o livre comércio do Peru com o México e a Guatemala e, dois anos mais tarde, o Peru podia comerciar com Buenos Aires e o Chile.

Finalmente, no mesmo ano, as colônias americanas puderam comerciar com a Espanha (Villalobos 1968). Foi abolido, assim, o monopólio da Casa de Contratação de Sevilha e do Consulado de Lima. Eram claros os objetivos fiscais que davam força às reformas coloniais: a liberdade do comércio devia incrementar a receita com os direitos de importação e exportação e, ademais, desestimular o contrabando.

Além disso, com a subida de Carlos III ao trono, em meados do século, começou a ser aplicado um conjunto de medidas destinadas a ajustar a integração política e econômica das Índias à metrópole espanhola. Essa reorganização tinha por meta uma racionalização administrativa de amplos territórios que, ao longo de dois séculos, tinham passado por um processo de diversificação e desagregação administrativa.

Em 1776, a Espanha criou o Vice-Reinado do Rio da Prata, a que foi incorporada a Audiência de Charcas, e elevou o Chile à categoria de Capitania Geral. Esta reorganização, somada à instituição do Vice-Reinado de Nova Granada, em 1736, e à incorporação da Audiência de Quito àquela jurisdição, significou uma verdadeira mutilação do Vice-Reinado peruano, que foi afetado especialmente pela perda das Caixas Reais de Charcas, que contribuíam de forma significativa para o seu orçamento (Céspedes del Castillo 1947).

Essas mudanças comerciais e jurisdicionais tiveram sérias repercussões no Vice-Reinado do Peru. A liberalização comercial permitiu uma baixa considerável nos preços dos produtos importados, que resultou em incremento substancial do comércio intercolonial, multiplicado por sete, fazendo que a receita fiscal resultante aumentasse de seis para dezoito milhões de pesos. No Peru, o valor do comércio interno multiplicou-se por cinco, criando, segundo Hunt (1973, 29), maior capacidade de financiamento, "presumivelmente devido ao aumento dos lucros obtidos no comércio". Por sua vez, estes recursos destinaram-se à exploração de novas minas, com isso aumentando a produção no momento em que Potosi atravessava uma crise devido ao esgotamento das suas veias mais ricas e à falta de inovações técnicas na mineração.

Uma das modificações resultantes da criação do Vice-Reinado do Rio da Prata foi o fato de que o comércio do Chile, e especialmente o de Charcas, passou a fazer-se pelo Atlântico, evitando assim o monopólio comercial de Lima. Com o aumento das importações e a mudança da via comercial, assim como a baixa na produção de Potosi enquanto novas minas eram abertas, a agricultura e o artesanato entraram em uma crise profunda. Aproximadamente a metade das oficinas do Peru fechou suas portas e a produção de alimentos e licores de Arequipa, Puno e Moquega, assim como a de tecidos de Cusco e Cajamarca, viram-se seriamente afetadas. Portanto, durante a segunda metade do século XVIII, a estrutura produtiva do Vice-Reinado do Peru passou por uma reestruturação.

Essa reorganização da produção causou uma série de fissuras internas nos diferentes estamentos e corporações da sociedade, precipitando ao mesmo tempo uma modificação nos centros de poder colonial. Essa recomposição social significou uma queda relativa dos setores tradicionalmente valorizados e uma mobilidade crescente das pessoas que atuavam como intermediários comerciais. Os herdeiros dos conquistadores foram afetados primeiro pelo corte, depois pela eliminação das *encomiendas*. Os fazendeiros da Costa foram duramente golpeados por pragas que atacavam os seus trigais; os mineiros eram perseguidos por dívidas e debilitados pelas pequenas margens de lucro obtidas com os veios de prata, quase esgotados. A crise mineira e depois a liberdade comercial entre as colônias e a Europa trouxeram para os agricultores e artesãos do Sul uma forte competição.

Desde o século XVII, contudo, os comerciantes nunca deixaram de crescer em importância econômica. Na medida em que o capital mercantil centralizava a transferência dos excedentes absorvidos pelos proprietários e funcionários, ele conseguia, em última instância, acumular o fluxo procedente da produção. Foi assim que o capital comercial conseguiu ampliar seu raio de ação e suas oportunidades econômicas, por meio de empréstimos, com taxas de juros elevadas, feitos a *encomenderos*, mineiros, corregedores, fazendeiros e até mesmo à tesouraria colonial. Nessas condições, todo o sistema colonial foi

aprisionado pelos comerciantes, que adquiriam os produtos a preços que lhes garantiam grandes lucros.

Desse modo, os comerciantes enriqueceram e associaram-se com a nobreza e a administração, conquistando posições que aumentavam o seu prestígio social e poder político. No século XVII, um *criollo* nobre, irritado, escrevia: "*Os que ontem estavam em lojas, tabernas e outras funções vis, ocupam hoje os melhores lugares e mais qualificados*" (Vicens Vives 1958, 525).

Assim foi surgindo uma aristocracia *criolla,* associada de forma indistinta a comerciantes, latifundiários e nobres, a qual, a despeito da política adotada pela metrópole, foi-se fundindo com a administração colonial, até que, em fins do século XVIII, tinha adquirido tanta importância a ponto de representar risco para a Coroa (Campbell 1972, Burkholder 1972, Barbier 1972).

No outro extremo, havia crescido uma categoria numerosa e complexa: as *castas* e os índios forasteiros, resultado dos deslocamentos causados pelas migrações, a *mita* e a aculturação, e que não contribuíam com impostos ou com pagamentos forçados. Os índios forasteiros viviam fora dos limites urbanos, ocupando posições "marginais", ou então se fixavam nas fazendas, na condição de *yanaconas* (Cornblit 1976).

Em meados do século XVIII, a proporção de forasteiros no total da população indígena chegou a ser considerável: de 140.000 adultos recenseados, 40%, ou seja, 56.000, tinham esta condição. Vinte anos depois, no censo feito na época do Vice-Rei Amat, o resultado mostrou um aumento de 20% da população indígena, sem que se modificasse a proporção dos forasteiros. No entanto, a proporção parece ter variado regionalmente de acordo com a proximidade das minas e, de modo geral, dos centros de maior dinamismo econômico. Entre os indígenas radicados em La Paz e Chuquisaca, os forasteiros representavam 60%; em Cusco, 40%; em Trujillo, não passavam de 20% (Rowe 1957).

Essa população "flutuante" morava nos centros urbanos e desempenhava atividades que ligavam o campo com a cidade, como pequenos comerciantes, artesãos e assalariados; eram também administradores de propriedades de espanhóis e *criollos*. Seu grau de

assimilação aos senhores coloniais foi grande. Assim, ontem como hoje, bastava que os índios cortassem o cabelo, falassem castelhano e usassem roupas européias para que se fizessem passar por mestiços, ocupando cargos intermediários, não especificados legalmente, entre a população branca e a indígena. Por tudo isso, e por não ocupar uma posição definida, já que não pertenciam nem às comunidades indígenas nem à sociedade espanhola, estes índios constituíam um setor com ampla margem de mobilização política.

Os *curacas*, ou chefes políticos locais, representavam o nexo de articulação da massa indígena, função que lhes facilitava os meios para organizarem a exploração econômica dessa massa. Juntamente com o corregedor, o fazendeiro e o padre, eram verdadeiros centros autônomos de poder local, incorporando-se e integrando-se aos estratos intermediários peninsulares e *criollos*, pelas das múltiplas atividades empresariais que desempenhavam (Spalding 1974). No entanto, juntamente com os forasteiros, a marca indígena, embora nobre, dificultava a sua ascensão legal na escala hierárquica existente.

A reorganização político-administrativa empreendida pelos Bourbon superou de muito a redefinição do livre comércio e das jurisdições do Vice-Reinado. Ela propôs-se centralizar efetivamente "estes e esses reinos", implantando normas universais que abordaram, de diferentes modos, os novos e antigos "direitos adquiridos" de todos os múltiplos grupos que formavam a sociedade estamental e corporativa, com a conseqüente limitação dos poderes locais. Em uma palavra, os Bourbon pretendiam instituir na Espanha uma monarquia absoluta (fenômeno avançado na Inglaterra e na França), atacando as bases patrimoniais sobre as quais o Estado se apoiara até então. Na verdade, esta política procurava reconquistar as colônias para a Coroa, que havia perdido terreno em favor dos que nelas tinham cargos patrimoniais, para que o Estado espanhol desempenhasse um papel de primeira ordem no jogo internacional (Vicens Vives 1960).

Nesse sentido, a nova estrutura política que os Bourbon procuravam estabelecer atacava tanto os interesses criados como as aspirações dos numerosos grupos coloniais. Reduzia a autonomia e os

privilégios sociais, regionais e corporativos e enfrentava toda a sociedade, criando mal-estar e conflito.

Somadas à reorganização da economia e da sociedade colonial, as conseqüências das reformas feitas pelos Bourbon detonaram certos processos que afastariam da Coroa muitos setores da sociedade. Os Bourbon reduziram a imunidade eclesiástica, interferiram nas eleições provinciais, procuraram substituir o clero regular pelo secular, cada vez mais dependente da Coroa, e limitaram as atividades econômicas das diferentes ordens religiosas. Desse modo, o confronto entre o Estado e os jesuítas determinou a sua expulsão da América. Por outro lado, a jurisdição da Inquisição foi reduzida de forma drástica.

O Rei retirou também os privilégios de que gozava o Tribunal do Consulado em matéria de impostos e proibiu aos mineiros manter suas tradicionais prerrogativas de cunhar moeda e comerciar a prata lavrada. Restringiu-se também o uso de certas atribuições da burocracia, como as sinecuras particulares, mediante o controle mais estrito executado por funcionários especialmente designados pela Coroa. Regentes, visitadores e intendentes receberam uma delegação de poder do monarca que desafiava o Vice-Rei e as Audiências, o que criou muitas instâncias conflituosas.

Esta reorganização político-administrativa atacava de forma muito especial os *corregimientos*, centros locais de poder que, por meio da atividade administrativa, se haviam tornado núcleos de oligarquias locais. Por isso, antes de substituí-los pelo sistema de Intendências, a Coroa arrogou-se o poder de nomear essas autoridades, restringindo notavelmente as atribuições do Vice-Rei e das Audiências.

Os *criolllos* foram especialmente afetados por essas reformas – tanto os que ocupavam os níveis mais altos da sociedade colonial como os de níveis menos importantes de Lima e das províncias. As novas disposições reais não só cortaram direitos adquiridos como limitaram o acesso dos *criollos* aos cargos administrativos e das corporações – ou os afastaram deles –, substituindo-os por peninsulares, como meio de garantir a lealdade ao monarca. Desde então, uma das queixas permanentes dos *criollos* seria a de conseguir uma proporção determinada

dos cargos administrativos, assim como o cancelamento da proibição de comerciar livremente.

> Em 1793, José Baquíjano y Carrillo recebeu a missão de viajar de Lima à Corte de Madrid como representante do *Cabildo* de Lima, e também da Universidade de San Marcos, levando propostas de regionalização e descentralização. Entre elas estavam: a concessão aos peruanos de um terço dos cargos nas Audiências do Vice-Reinado, mesmo se fossem nativos das suas sedes; a expansão das faculdades dos *Cabildos*; maior representação *criolla* no Tribunal do Consulado e a derrogação do Regulamento do Livre Comércio. Este último ponto tinha um conteúdo paradoxal, uma vez que Baquíjano defendera as novas normas econômicas na revista *Mercurio Peruano*, enfrentando os antigos e ricos monopolistas, que tinham sido prejudicados [...] As Instruções preparadas pelo *Cabildo* incluíam, ao lado de outras demandas, a outorga da metade dos cargos públicos, civis e militares, aos espanhóis americanos, sem oposição aos oriundos das cidades onde fossem nomeados, e sem a necessidade de pagar por tal distinção, de viajar à Espanha para solicitá-la ou de contratar agentes em Madrid para conseguir a sua obtenção. Ao mesmo tempo, essas instruções pediam a abolição das Intendências; o restabelecimento de um sistema depurado de corregedores e de *repartimientos*; a eliminação dos monopólios (entre os quais havia os do mercúrio, tabaco, cartas de baralho e papel selado), assim como a cobrança nas alfândegas provinciais do imposto sobre vendas e o recente tributo sobre os grãos importados do Chile (Basadre 1973, 77-9).

Vale dizer que o novo contexto político e econômico deu origem a uma situação permanente de ambivalência com relação aos *criollos*, pois embora o seu *status* ficasse definido pelos privilégios, em contraste com a população subjugada, estavam impedidos de incorporar-se aos níveis dominantes, sendo deslocados pelos familiares, amigos e clientes dos novos funcionários. Além disso, ao contrário do que acontecia com os *criollos* de Buenos Aires e Caracas, onde a prática do livre comércio lhes abria a possibilidade de ascensão, os de Lima sofriam um rebaixamento na sua posição econômica devido à crise causada

pela eliminação do monopólio. Essa situação determinava uma clara ambivalência quanto à identidade e lealdades, pelo que se propôs a criação de uma dependência governamental incumbida especificamente de tratar dos seus problemas.

As reformas dos Bourbon procuraram também invalidar os "direitos" dos índios forasteiros e das castas, que deveriam contribuir para a Coroa com tributos e *mitas*. Com esse fim buscou-se reclassificá-los, incorporando-os às tradicionais categorias estamentais, com as obrigações correspondentes. Foram reduzidos também os privilégios dos chefes políticos locais, os *curacas*, minimizando-se seus direitos corporativos, como aconteceu com as outras categorias sociais.

No contexto dessa profunda reorganização política e econômica, teve origem a insurreição mais importante da época colonial. O movimento de Tupac Amaru foi, na verdade, a eclosão de uma série de revoltas locais que durante todo o século XVIII sacudiram o Vice-Reinado. Distinguiu-se dos movimentos anteriores, que eram protestos locais, tipicamente indígenas, enquanto, pelo menos em um primeiro momento, Tupac Amaru representou a aglutinação de todos os setores provinciais dominados pelo sistema metropolitano: índios, forasteiros, mestiços e *criollos*. Na medida em que a rebelião se foi convertendo em uma revolta popular anticolonial, os criollos e seus aliados foram abandonando-a (Flores Galindo 1976). O esmagamento dessa rebelião indígena e popular, assim como as terríveis represálias adotadas, tiveram conseqüências profundas na futura estruturação política da sociedade. Com efeito, sua derrota e conseqüente repressão significaram desarticular a identificação étnica da população indígena, mantida a despeito da exploração colonial. A rebelião de Tupac Amaru constituiu a demonstração tardia da unidade indígena, que a despeito das diferenças étnicas conseguiu reunir um único esforço coletivo de liberação social.

Uma das conseqüências imediatas da derrota de Tupac Amaru foi a supressão dos privilégios gozados pelos chefes políticos locais, assim como das suas funções de mediação entre a população dominante e a indígena, determinando que fossem compartilhadas com os proprietários locais. Essa dissolução da autoridade que mantinha a

integração política indígena, somada à "extirpação das idolatrias" praticada pelos espanhóis, fez que a população indígena fosse perdendo a sua identidade étnico-regional, diluindo-se até não ser mais do que uma massa indiferenciada de camponeses.

De seu lado, os *criollos* guardariam uma viva recordação do perigo representado pela emergência política da massa indígena, o que contribuía para aumentar o seu sentimento de ambivalência e impotência. Precisavam enfrentar a poderosa administração colonial, que impedia a consolidação do seu poder, mas sem ela se viam ameaçados pelo perigo indígena. Assim, sua opção foi em favor da Espanha: pagaram as despesas da reorganização administrativa, bem como das guerras contra portugueses e ingleses em Buenos Aires; debelaram o movimento de Tupac Amaru e apoiaram a metrópole nas guerras contra a Inglaterra e a França.

Como conseqüência dessas despesas, no fim do século o tesouro espanhol encontrou-se em situação deficitária. O porto de Callao foi inundado de manufaturas importadas, que superavam o consumo do pequeno mercado interno, o que determinou a queda dos preços e a resultante diminuição dos lucros dos comerciantes. Era um quadro diferente do de Buenos Aires, Caracas ou Vera Cruz, onde, graças às inovações no sistema de transporte, tinha sido possível ampliar as exportações agrícolas, com o aumento da capacidade de importar e dos lucros auferidos pelos comerciantes, membros da burguesia *criolla* emergente, o que levou Humboldt a escrever, no princípio do século XIX:

> Na Europa nos pintam Lima como uma cidade luxuosa, magnífica, com a formosura do sexo [...] Não foi o que vi, embora seja também verdade que essa capital decaiu com o aumento da importância de Buenos Aires, Santiago e Arequipa. Em termos de tratamento e vida cultural e social, Lima não se compara com La Habana; e no mais com Caracas. Nesta última, onde a agricultura se desenvolveu, devido à ausência de minas, há famílias com renda de trinta e cinco e quarenta mil duros. Hoje, em Lima, ninguém chega a trinta mil, e poucos a doze mil. Não vi nem casas ricamente adornadas

> nem senhoras vestidas com muito luxo e sei que são numerosas as famílias arruinadas. O segredo está na confusão da economia e no jogo [...] Na avenida muitas vezes não encontramos três carruagens. De noite, a imundícia das ruas, cheias de cães e burros mortos, assim como a irregularidade do piso impedem que as carruagens corram (em: Basadre 1973, 75-6).

Enquanto no México, em Buenos Aires e Caracas as novas classes *criollas* emergentes não podiam galgar o poder político, a deprimida classe *criolla* de Lima sofria a perda dos seus privilégios comerciais e administrativos. Se alguns descobririam a necessidade de livrar-se da metrópole, para afirmar a própria dominação, outros evocariam nostalgicamente a época em que a metrópole se desdobrava para incorporá-los a suas ações.

> Em 1809, a aristocracia *criolla* revelou que se contentaria apenas com uma maior participação no governo, esquema que, com o predomínio liberal na Espanha, entre 1811 e 1814, podia inspirar esperanças de êxito [...] Segundo lembra Fisher, o *cabildo* de Lima, por exemplo, tentou persuadir o de Buenos Aires, em 1811, a retornar à situação de submissão à metrópole, com o argumento de que as reformas liberais tinham criado uma nova era na vida da América. Esse esforço foi inútil (Basadre 1973, 79-80).

Embora a *intelligentsia criolla*, reunida no fim do século XVIII na Sociedade Amantes do País, apoiasse no **Mercurio Peruano** o decreto que outorgava a liberdade de comércio, na suposição de que essa liberação aumentaria a riqueza e permitiria uma maior iniciativa pessoal, base do progresso dos povos, cuidou-se muito bem de pretender subverter a ordem colonial. A esse propósito, López-Soria (s/d, 136-7) assinala que:

> Um indiscreto autor anônimo exige que o pessoal do *Mercurio* se pronuncie claramente a respeito da sua posição reformista [...] que os mercuristas, por intermédio do então presidente da Sociedade Amantes do País [...] vêem-se obrigados a refutar [...] começa o articulista denunciando a covardia dos Amantes do País por não

refletirem sobre os temas que podiam provocar conflitos com a autoridade real. Por exemplo: é conveniente para o progresso do Peru que subsista a separação entre índios, espanhóis e as castas, ou seria mais útil formar um único corpo de nação? Precisamente nessa separação, aprovada e auspiciada pelos mercuristas, radica, na opinião do autor anônimo, a causa fundamental da falta de progresso. Sem a união de todos os grupos humanos e sem a sua igualdade diante da lei não pode haver felicidade, porque os partidos contrários se desprezam e detestam mutuamente.

Indaga depois o autor a razão da existência de um grupo de parasitas, os nobres, que não se dedicam ao trabalho produtivo. Critica igualmente os comerciantes de Lima porque "nunca deram o tom desse comércio, mas só o receberam". Esses comerciantes sofreram com paciência a situação de não dirigir o negócio comercial, mas de serem executores de diretrizes vindas de fora. Calaram-se diante da desordem representada pelo valor das diárias pagas aos trabalhadores, imposto pela metrópole, que não se ajustava aos preços dos comestíveis e da roupa. Por fim, permitiram que a comercialização dos nossos produtos traga lucros para os comerciantes, descuidando do bem público.

Que podiam responder a essas colocações, que se referem tanto à estrutura colonial como ao trabalho "progressista" dos Amantes do País? Para estes, a posição assumida pelo autor anônimo era certamente exagerada [...].

Nas anotações feitas ao artigo, Cerdán y Pontero afirma que o ordenamento político e social deve apoiar-se na lei natural, sem destruí-la. Como as diferenças entre índios e espanhóis estão enraizadas na natureza, seria antinatural procurar eliminá-las. Não obstante, é preciso organizar o corpo social de tal forma que se mantenha a harmonia sem quebrar tais diferenças. Para o presidente da Sociedade, harmonia quer dizer a integração de todos os grupos humanos na produção e de todas as regiões naturais em um único sistema econômico. Significa também a apropriação das melhores terras pelos espanhóis e a orientação das relações comerciais com a Europa em função da satisfação das necessidades dos chamados consumidores (*criollos* e peninsulares ricos). Significa, por fim, manter as diferenças entre as diversas 'nações' que compunham o todo social.

Desde o fim do século XVIII, como a Espanha se viu envolvida nas repercussões das guerras napoleônicas, a metrópole esteve impossibilitada de fazer-se presente na América, especialmente depois de Trafalgar. Desde então o vazio metropolitano aumentou, deixando interrompidas e debilitadas as reformas que vinham sendo implantadas na América a partir de meados do século. Durante todo o longo período em que o tráfico entre a Espanha e as colônias esteve interrompido pelos conflitos que envolveram a debilitada metrópole espanhola, o abastecimento da América foi assegurado pela crescente marinha britânica.

A invasão da Espanha pelo Exército de Napoleão e a deposição do Rei Fernando VII significaram um desastre para a monarquia espanhola e o princípio do fim do seu império colonial americano. Este procurou reconstituir-se em torno da Junta Central e, para garantir a solidariedade das colônias, o governo espanhol favoreceu a formação de Juntas Provinciais na América, reconhecendo-as como integrantes da Espanha e concedendo igualdade de direitos a *criollos* e peninsulares.

Em todas as principais cidades americanas foram criadas essas Juntas, exceto Lima; o resultado foi uma dualidade de poderes. Enquanto as juntas provinciais, seguindo a Central, se mantiveram leais a Fernando VII, as autoridades coloniais reconheceram como soberano José I, imposto pelo Exército francês. Em Caracas, Bogotá, Quito, Santiago, Buenos Aires, uma cidade depois da outra, essa dualidade foi resolvida em 1810 pelo expediente da autonomia política. A emergência econômica dos *criollos* e a sua marginalização dos cargos administrativos coloniais, conjugada com a quebra do Império, convergiram para que eles garantissem a sua hegemonia através da conquista do governo.

Em Lima, porém, a situação era diferente. Como já vimos, sobretudo depois do episódio de Tupac Amaru, a aristocracia *criolla* percebia a sua existência em função da continuidade da estrutura de apoio espanhola. Durante todo o período das guerras napoleônicas, com o enfraquecimento da presença espanhola, esta aristocracia procurou recuperar as posições perdidas com as reformas dos Bourbons.

Em suma, as reformas que os *criollos* de Lima exigiam da metrópole eram as que lhes garantiriam a sua continuidade.

Baquíjano y Carrillo, Rodríguez de Mendoza, Hipólito Unanue e Manuel Lorenzo Vidaurre, que em 1810 propugnaram pela autonomia americana, e em 1820, por "uma verdadeira concordata entre espanhóis, europeus e americanos", formavam parte desse grupo seleto que procurava limitar as mudanças dentro da ordem colonial. Riva Agüero, porém, pela adesão radical à causa da Independência, foi deportado em 1810. O grupo que integrava se dispersou rapidamente, mostrando a sua precária integração política.

A ambivalência dos aristocratas *criollos* diante da nova conjuntura era típica dos "liberais" da época, devido ao temor do que significava a Independência quanto à igualdade de direitos civis com *criollos* e índios. Por isso, o poder colonial centrado em torno da burocracia, coligado com os *criollos* e peninsulares ricos, financiou expedições militares para debelar as tentativas de independência de Quito e Charcas, assim como os que, nas províncias de Tacna, Huánuco e Cusco, repetiam refrões contra o poder colonial de Lima.

Em 1814, com a deposição de Fernando VII e do seu ordenamento absolutista, seguindo os traços gerais da Santa Aliança, a Coroa anulou a Constituição de 1812 e reprimiu duramente as forças liberais, que se haviam desenvolvido muito na Espanha durante a década anterior. A aplicação dessa política à América consistiu no fortalecimento do aparelho militar a fim de reajustar os mecanismos espoliativos.

A partir dessa época, as guarnições foram bastante reforçadas com soldados e oficiais peninsulares; por outro lado, a tributação dos indígenas, que depois do levante de Tupac Amaru tinha sido suspensa, foi reimplantada como uma forma de apaziguar os ânimos populares. Em suma, o minguado poder real pretendeu reatualizar algumas reformas dos Bourbon. Uma nova rebelião, liderada por Pumacahua, ocorreria outra vez no Sul do Peru, com alta concentração de forasteiros. No entanto, como no caso de Tupac Amaru, a crescente participação indígena fez que os setores *criollos* desistissem de apoiá-la. Um dos mais notáveis "liberais" da época, Vidaurre, autor das **Cartas Americanas**,

ouvidor da Audiência de Cusco, comandou a ação destinada a esmagar a revolta cusquenha.

> Em 1814–5, quando na maior parte do Império grupos *criollos* estavam comprometidos com a causa da Independência, os *criollos* peruanos novamente se uniram com a Coroa espanhola para derrubar a ameaça surgida à estrutura social e econômica estabelecida. No contexto social mais amplo, este é o significado da rebelião de Tupac Amaru e, em menor grau, o da revolta de Pumacahua. Esta última começou com um movimento reformista *criollo*-mestiço, mas a principal razão do seu fracasso foi o fato de que a maioria dos *criollos* estavam alienados pelos muitos indígenas que o levante atraiu de imediato. Os dois movimentos deixaram clara a ameaça indígena aos *criollos* e, de forma negativa, fortaleceram a autoridade espanhola, ao confirmar o conservadorismo político dos *criollos* [...] Em outras palavras, nessa época os verdadeiros inimigos dos índios foram os que controlavam a vida econômica e social dentro do Vice-Reinado peruano, particularmente nas áreas rurais, que de modo geral eram *criollos*, e não peninsulares (Fisher 1976, 125).

A situação particular da aristocracia de Lima determinou esse comportamento, orientado para recuperar os privilégios de que tinham gozado antes dos Bourbon. De outro lado, os *criollos* das províncias, que por meio das prebendas patrimoniais, tinham formado oligarquias senhoriais, semi-autônomas, sofriam a nova presença do Estado e a dominação exercida por Lima sobre eles. Ao mesmo tempo, no entanto, sua situação baseava-se na exploração imediata a que submetiam a população indígena e negra. Desse modo, o imobilismo e a ambivalência alternaram-se para definir a conduta política do estrato *criollo* dominante.

Referindo-se a esse período, Riva Agüero (1965, 428-9) caracteriza-o do seguinte modo:

> É certo que no Peru, assim como no México, a magnitude e importância dos interesses conservadores e a tradição colonial, mais sólida do que nas outras regiões da América, fizeram com que o movimento revolucionário fosse a princípio quase exclusivamente indígena e provinciano e que os *criollos* educados, das classes sociais elevadas

> da capital, que formavam uma pequena, mas entusiástica minoria aderente à causa separatista, pelo seu pequeno número se visse reduzida, a despeito do entusiasmo, à impotência de conjuras sempre abortadas, devendo finalmente resignar-se a esperar de fora, de elementos externos, o impulso decisivo.

A chegada de San Martín ao Peru, juntamente com a rebelião liberal na Espanha, que mobilizou o contingente das tropas peninsulares que se devia deslocar para lutar contra as forças da independência e que favoreceu uma onda de deserções nas guarnições espanholas na América, determinaram uma mudança brusca em alguns setores da aristocracia *criolla*. Só então eles se inclinaram em favor da causa da Independência, mas como meio de preservar a dominação colonial da população, tendo em vista os acontecimentos na Espanha. Assim, a independência política foi um movimento contra-revolucionário. A esse respeito, é ilustrativo que o jornal **La Gaceta** de 28 de julho de 1821, ou seja, o mesmo dia da proclamação da Independência peruana, criticasse duramente um projeto de concordata aprovado pelas Cortes da Espanha, secularizando as instituições religiosas, outorgando aos padres a liberdade para casar-se e determinando que o matrimônio e o divórcio seriam objeto de normas exclusivamente civis, suprimindo as festas de santos, interrompendo o curso das bulas pontifícias e as relações espirituais com Roma e declarando que a nação espanhola ignoraria os concílios convocados pela Santa Sé. Sobre isso, **La Gaceta** dizia:

> Graças a Deus já não pertencemos a semelhante Nação! A religião vai refugiar-se em nossos países. Só isto bastaria para justificar a independência que proclamamos hoje e a cuja perpetuidade nos sacrificaremos amanhã com o juramento mais solene prestado no altar de Deus eterno, de quem reconhecemos tê-la recebido (Tovar de Albertis, 1972).

O projeto monárquico de San Martín e de uma parte importante da aristocracia *criolla* foi a expressão mais concreta do caráter contra-revolucionário da Independência. Apesar dissso, a oposição dos *criollos* da província, pertencentes às camadas sociais intermediárias, foi forte

o bastante para que se desistisse dessa intenção, sobretudo quando as autoridades espanholas não a apoiaram. Mas tal oposição não se fundava na vocação desse povo para erradicar a organização colonial em seu conjunto, mas só nas possibilidades de centralização política. Embora não se discutisse a legitimidade da exploração do povo indígena ou negro, esses setores propugnavam por garantir sua autonomia, incrementar sua capacidade de enriquecimento e sua emergência política. Assim se define o "nacionalismo" dos novos líderes republicanos.

A incapacidade de San Martín e dos aristocratas de Lima de impor um triunfo militar aos espanhóis deve ser examinada à luz dos seus projetos políticos. A busca de um acordo com as autoridades espanholas para encontrar a paz que assegurasse uma continuidade política e a recusa manifesta em promover uma mobilização popular maciça baseavam-se na indecisão bélica.

A ação de Bolívar, com tropas e oficiais provenientes da Grã Colômbia, e a retirada de San Martín romperam esse delicado equilíbrio político e militar, decidindo a sorte da América do Sul com os sucessivos triunfos de Junín e Ayacucho, em 1824. Com efeito, Bolívar, que na Venezuela decretara "guerra mortal" contra os espanhóis, não contava com as amarras que San Martín e os aristocratas de Lima se haviam imposto. Por isso, a sua campanha militar teve uma tônica completamente diferente.

O triunfo militar de Bolívar significou de fato um conflito com a aristocracia *criolla*, devido à sua manifesta ambivalência, cumplicidade e leniência com os espanhóis (Basadre 1973, 212-4). A aristocracia *criolla* enfrentou Bolívar, argumentando que ele pretendia deslocá-la das funções de direção do país, em benefício dos colombianos, o que era relativamente certo e se explicava precisamente pela conduta política desses aristocratas de Lima. Assim, o setor dominante passou a aliar-se aos resíduos do poder espanhol, em um derradeiro esforço para recuperar o poder. Mas o que conseguiu foi sua derrota e eliminação definitiva do cenário político.

A ausência da aristocracia na direção política da Independência, pela sua permanente ambivalência e conduta errática frente aos

espanhóis, fez que fosse deslocada pelos chefes militares e que não figurasse no grupo dirigente no novo cenário republicano.

Além disso, a destruição de fazendas, oficinas, minas e o recrutamento forçado da mão de obra servil e escrava, indistintamente de "patriotas" e "realistas", somaram-se a esse deslocamento político da aristocracia, determinando a ruptura das bases econômicas do seu poder. A guerra da Independência provocou, igualmente, o exílio em massa de comerciantes peninsulares, de muitas famílias aristocráticas, dos funcionários coloniais e de dignitários eclesiásticos.

Como afirmara Riva Agüero, a aristocracia de Lima:

> [...] desfez-se lentamente na ampla anarquia ocorrida e desapareceu como classe social. Sua indolência, sua *peruana blandura*, não lhe permitiu conservar importância e poder, constituindo uma oligarquia republicana conservadora, como no antigo Chile. Mereceu sua queda, pois se arruinou por falta de prestígio, energia e habilidade (1965, 436).

Em resumo, ao se romperem os laços com a metrópole, a aristocracia *criolla* não pôde servir como elemento de substituição e de estabilidade, como alguns teriam querido. Destruídos o núcleo patrimonial metropolitano e a aristocracia colonial, que davam ordem e concerto à organização da sociedade e à política, o "corpo" social se fragmentou, desconjuntando-se em partes governadas por grupos senhoriais que exibiam uma importante autonomia para decidir a sorte das respectivas jurisdições. Ao romper-se o pacto colonial, a tensão patrimonial permanente entre a metrópole e os grupos oligárquicos locais resolveu-se com a "feudalização política".

Desde então, a direção política do país caiu em mãos dos chefes militares da campanha da Independência. Estes, porém, sem o suficiente poder econômico para constituir um novo centro hegemônico de poder, precisaram valer-se de alianças transitórias com diferentes oligarquias regionais e com políticos capazes de exprimir ideologicamente os interesses de tais alianças.

Assim, a partir da Independência o Peru sofreu uma fragmentação política que deu origem a uma instabilidade profunda, a qual, com diferentes intervalos, durou até o fim do século XIX. Com a eliminação do estrato colonial dominante e a desarticulação das massas populares, criou-se um vácuo de poder que nem os chefes militares nem as facções oligárquicas puderam preencher, pela incapacidade de integrar-se politicamente e, em conseqüência, de integrar a população dominada, faltando assim a possibilidade da constituição efetiva de um Estado e de uma Nação.

Para ter uma idéia das dificuldades encontradas pela sociedade peruana para integrar-se social e politicamente, devemos acrescentar a essas indicações de instabilidade política e ausência da hegemonia de uma classe os numerosos surtos de insurreição e as guerras civis que durante o século XIX afetaram todos os governos. Daí decorre o fato de que os problemas de ordem e unidade nacional merecem consideração especial no desenvolvimento histórico do país.

Desde essa época, o Peru atravessou, até o fim do século, um processo aparentemente paradoxal: o estabelecimento de uma "situação" oligárquica sem conformar uma facção hegemônica. Pelo contrário, como explicar a permanente instabilidade política que persistiu ao longo de todo o século, desde a Independência? Se em lugar desta hipótese se admitisse que a situação oligárquica esteve dirigida por uma facção hegemônica, qual seria o caráter político dominante desta facção, que não podia manter-se no poder e que a cada nove meses em média precisava ceder lugar a um novo caudilho e a sua corte de aliados? Do mesmo modo, como explicar que nesse período tenham sido promulgadas oito constituições diferentes? Se, pelo contrário, se questionasse a existência de um regime oligárquico neocolonial, o caráter censitário do voto, a concentração da propriedade, a manutenção da escravidão até meados do século e o tributo indígena e sua condição colonial bastariam para afastar qualquer dúvida a esse respeito.

II

Desintegração política e econômica. A reorganização colonial

A desintegração da ordem patrimonial e o rompimento do comércio colonial derivaram em um processo de "feudalização" política e de retração econômica generalizada. A perda de legitimidade política do estrato *criollo* dominante e a destruição do aparato produtivo abriram a oportunidade para que os grupos de poder regionais e locais se encontrassem em situação de autonomia diante de qualquer pretendido centro "nacional".

Os chefes militares e o seu séqüito de apaniguados emergiram para o primeiro plano da vida política, pois, para ostentar a patente de coronel, bastava contar com algum dinheiro (geralmente proporcionado por um proprietário) destinado a cobrir o custo de armar um número indeterminado de homens. Por isso, durante todo o século XIX, houve uma relação fluida entre oligarquia e caudilhos, o que definiu o perfil político-social da república nascente, devido à falta de diferenciação e de participação política autônoma da população dominada.

> Na confusão que chamamos de "História do Peru", governos e partidos, homens e idéias se sucedem de forma tão rápida que qualquer idéia sistemática parece apagar-se na consciência nacional. A permanência da anarquia, o triunfo dos vencidos da véspera, a derrota dos vencedores do dia, terminaram por destruir o fundamento moral de qualquer ordem e por afastar da autoridade estabelecida o apoio da opinião pública. A força se tornou verdade: aquele que pode dispor dela chega ao poder; sendo o Exército o seu instrumento, as patentes são procuradas com ambição encarniçada. Os grandes partidos subdividiram-se em uma série de seitas políticas, que, por sua vez, desentendendo-se entre si, só deixam subsistir homens e representações, enquanto a idéia, o

> partido, a seita se personificam no Chefe. Quando se chega a esse triste extremo no qual um indivíduo é tudo e o povo não é levado em conta para nada, a marcha da sociedade, em vez de ser a lei do pensamento comum, não passa de capricho do homem forte ou afortunado (Radiguet 1971, 130-1).

Simultaneamente, havia uma forte tensão social em todos os setores que durante o período do Vice-Reinado tinham experimentado um bloqueio imposto às suas aspirações emergentes. Graças à eliminação da burocracia colonial, assim como dos peninsulares e *criollos* defensores da causa realista, surgiu a possibilidade de que *criollos* e castas, que tinham uma posição intermediária na sociedade colonial, ocupassem as posições vagas e aquelas que as novas condições viabilizavam. Além disso, a desocupação provocada pela destruição do sistema de produção levou essa população a buscar na atividade político-militar a solução para a sua situação pessoal, ao mesmo tempo em que os chefes militares buscavam aproximar-se desse povo que, pelo seu alto potencial político, lhes permitia ampliar a sua base de apoio social e geográfica.

> Levanta-se em toda parte um grupo imenso de aspirantes e queixosos, que reclamam com ousadia um destino. Julgam-se credores de funções, tenham ou não méritos e aptidão para desempenhá-las. De seu lado, o governo nem pode criar emprego para todos nem entregar os que existem aos que não sejam capazes de preenchê-los. Para estes, a administração é sempre injusta e nunca deixarão de conspirar, pensando em mudanças, porque com elas esperam que sua sorte melhore. A empregomania que herdamos dos espanhóis é um dos terríveis obstáculos à frente do nosso governo nascente. Por toda parte só encontramos descontentes, ansiosos para que o cenário mude, não porque aspirem à melhoria das instituições, em geral, mas porque sua fortuna individual não é a esperada com a Independência; e é muito fácil que essa classe de homens avance para mudar tudo, logo que falte a autoridade enérgica que saiba fazer-se respeitar (Laso 1959, 120).

Essas condições permitiram a ascensão social das camadas intermediárias, proporcionando aos caudilhos soldados, oficiais, funcionários e ideólogos – os célebres "plumíferos" – posições a partir das quais se podia obter as prebendas necessárias para escalar a hierarquia social. Isto significou o recondicionamento da relação patrão-cliente como fundamento político da organização social da República nascente.

A relação de clientela baseia-se na subordinação de uma série de indivíduos, de diferente posição social, a um chefe capaz de oferecer-lhes diferentes tipos de bens e serviços, de acordo com a sua capacidade de mobilizar recursos políticos em favor do caudilho. Esta relação de intercâmbio assimétrico caracteriza-se pela natureza interpessoal, com o efeito de diluir a identificação dos interesses de grupo, mas insistindo naqueles estritamente pessoais. Daí o clientelismo favorecedor do arrivismo pessoal e a natureza personalista dessa atividade política (Powell 1970, Scott 1972).

Assim, a reestruturação da sociedade seguiu a sorte dos caudilhos, de seus êxitos e fracassos com relação a outros caudilhos e às várias oligarquias. A sua incapacidade de afirmar um domínio pessoal motivou, por sua vez, a mudança contínua de clientelas, na tentativa de conseguir ou manter as prebendas políticas que, assim como no Vice-Reinado, lhes permitiam explorar colonialmente a população dominada, para enriquecer. Esse deslocamento contínuo não era fruto do acaso: a relação de clientela entre o caudilho e clientes repousava no respaldo dos seus seguidores, na medida em que recebiam favores pessoais. Assim se explica a contradança da vida política peruana durante o século XIX, "onde em pouco tempo se tem ao lado aquele que antes estava à frente, e vice-versa [...]" (Basadre 1931, 39).

À falta de um grupo burguês capaz de exercer a hegemonia e de impor sua lei dentro de um quadro institucional, a política peruana – e de modo geral a hispano-americana – institucionalizou o clientelismo e o caudilhismo personalista, revitalizando assim formas coloniais de dominação.

A recomposição social que estava em andamento desde fins do século XVIII, interrompida com as guerras da Independência e a

emergência do caudilhismo, manifestou-se no nível político-ideológico na disputa entre "conservadores" e "liberais". Desde os primeiros momentos dos enfrentamentos entre *criollos* e peninsulares, as lutas ideológicas afirmavam as posições dos diferentes bandos no seu empenho em lograr uma ordem institucional que desse fundamento à integração política dos povoadores. Luta que foi tão mais intensa quanto maior a fragmentação da sociedade, como resultado da destruição do sistema espanhol e da ausência de um cenário liberal e burguês.

> A abundante diversidade de castas no Peru é uma espécie de gangrena que prepara a dissolução, sempre que não se saiba neutralizar desde o princípio a ignorância e as idéias grosseiras de algumas, os falsos conhecimentos das outras e os interesses de todas [...] Mais ainda: nossa gente não reconhece o espírito nacional que é o fomento do amor pátrio; e para o vulgo o nome de 'peruano' tem só um significado vago e indiferente [...] (Laso 1959, 118).

Em termos gerais, conservadores e liberais propugnavam formas contrapostas de organização social e política, ocultando-se por trás delas interesses concretos dos diferentes setores que pretendiam hegemonizar a maltratada sociedade. Enquanto os conservadores acentuavam a necessidade de impor ordem e unidade, mediante o fortalecimento do princípio de autoridade e a obediência a um Estado cesarista de inspiração divina, os liberais insistiam na necessidade de promover e generalizar a participação do cidadão em múltiplos níveis, para robustecer o espírito cívico e a natureza republicana do Estado.

Na verdade, o que os conservadores defendiam era a manutenção da ordem patrimonial, com um Estado personificado na figura de um governante que administrasse a sociedade autoritária e burocraticamente: sociedade composta de estamentos e corporações na qual se destacava a espoliação colonial e a "proteção paternal" da população indígena. Diante disso, os liberais propugnavam pelo rompimento do centralismo burocrático e pela distribuição do poder entre diferentes esferas regionais, assim como pela destruição das formações estamentais e corporativas, seus foros e privilégios, admitindo, portanto, a liberdade

de movimentação das pessoas, das propriedades e do capital. O objetivo dos liberais era universalizar o Estado e romper com as identidades segmentárias, abrindo passo à formação de cidadãos, ou seja, de indivíduos cujas referências e lealdades comuns confluíssem para o Estado nacional.

Em última análise, o problema consistia em bloquear ou favorecer a recomposição da estrutura social, mantendo estabilizada a ordem hierárquica e corporativista a sociedade, ou então romper essa legalidade, aceitando como legítima a emergência dos setores que lutavam por livrar-se dos exclusivismos patrimoniais.

Os que se agruparam no lado conservador não dissimularam a sua vocação centralista, autoritária e clerical, destinada a recuperar a ordem patrimonial perdida com a Independência; para tanto, seria necessário ter um poder executivo forte e centralizado e limitar a participação política e a consagração de foros privativos à Igreja e ao Exército. Por antonomásia, Bartolomé Herrera e seus discípulos do Internato de San Carlos seriam os representantes desta tendência, cuja expressão mais completa se traduziu no projeto constitucional claramente corporativo proposto por Bartolomé Herrera em 1860 (Pareja y Paz Soldán 1951, 70-6).

Para Bartolomé Herrera o problema consistia na necessidade de implantar na República a ordem e a unidade, bases de qualquer ordenação moral, por conseguinte, fundamento da religião católica. Essas exigências supunham a existência de um princípio de autoridade e obediência que organizasse a vida social, ainda mais porque o problema fundamental do Peru era apresentado como a incapacidade de implantar a legalidade.

Se a obediência tinha um fundamento religioso, este correspondia também à autoridade.

> [...] que o povo, isto é, a soma dos indivíduos de todas as idades e condições, não tem a capacidade nem o direito de fazer as leis. Segundo confessam os patriotas, as leis "são princípios eternos fundados na natureza das coisas": princípios que não podem ser percebidos com clareza, mas só pelo entendimento habituado a vencer as dificuldades

> do esforço mental e exercitado na indagação científica. A maioria de um povo está em situação de empreender essa difícil tarefa, indispensável para descobrir esses princípios? Não, não tem tal capacidade. E não se pode dizer, sem cometer um absurdo, que quem não tem a capacidade de fazer alguma coisa tem o direito de fazê-la. O direito de ditar leis pertence aos mais inteligentes – à aristocracia do saber, criada pela natureza (Herrera 1920, I, 131).

Assim, Herrera continuava repetindo, em versão corrigida e ampliada, os preceitos católicos medievais relativos às funções específicas correspondentes aos diversos segmentos da sociedade. Só teriam o direito de governar os que configurassem a aristocracia do intelecto. Em uma sociedade tão profundamente hierarquizada, era óbvio que os proprietários se confundiam com essa aristocracia. Se este setor era a cabeça, os trabalhadores seriam os pés e as mãos.

No outro extremo, os liberais eram porta-vozes das idéias favoráveis à implantação do princípio republicano e democrático segundo o qual todos os peruanos eram cidadãos iguais perante a lei e a autoridade política tinha por base a soberania popular. Desse princípio fundamental decorria, em primeiro lugar, a necessidade de universalizar os direitos e deveres dos cidadãos; em segundo lugar, a necessidade de criar mecanismos de controle popular sobre os governantes, restringindo o âmbito da sua ação. Para eles, a autoridade e a lei emanavam da vontade popular; por isso, favoreciam a generalização do direito de cidadania, por conseguinte, o sufrágio universal, a descentralização político-administrativa, privilegiando o legislativo e os governos locais; a separação entre Igreja e Estado, com a eliminação dos foros privativos, dízimos, fundações eclesiásticas, vinculações etc; a subordinação do Exército ao poder político, para que o Poder Legislativo se encarregasse da promoção dos oficiais, eliminando-se os foros privativos das Forças Armadas; por último, e na mesma direção, visando a universalizar a lei, rompendo com os exclusivismos patrimoniais, inclinava-se pela abolição das corporações profissionais, os *mayorazgos* e as comunidades indígenas. Em outras palavras, a forja da Nação devia operar com fundamento no princípio da igualdade dos cidadãos.

Essas ideologias não se referiam somente ao ordenamento político, mas refletiam igualmente "cosmovisões" da sociedade. Nesse mesmo sentido, elas se irradiavam de dois centros culturais diferentes: o Internato de San Carlos e o Colégio de Nossa Senhora de Guadalupe, favorecendo desse modo o distanciamento entre essas posições, sem a possibilidade de criar entre elas alguma forma de conciliação. Assim, a luta política entre diferentes grupos da sociedade *criolla* manifestou-se no campo ideológico, distanciando-as seriamente. Contudo, tais polêmicas ideológicas, que coloriam o ambiente intelectual das cidades em decadência, terminaram sempre nos conflitos enfrentados pelos distintos caudilhos e suas clientelas mutáveis. Nesse sentido, os vários grupos adotavam indistintamente diferentes posicionamentos ideológicos, na medida em que podiam servir a seus interesses particulares.

O caráter anti-hispânico das guerras da Independência favoreceu a aprovação de uma série de leis que proclamavam a igualdade social, eliminando as prerrogativas e os exclusivismos implantados em favor dos peninsulares. Favorecia-se assim a ascensão maciça das castas e das camadas intermediárias de *criollos* ao plano dominante da sociedade. Por outro lado, o rompimento dos estamentos e das corporações tornou possível a esses grupos substituir legalmente os espanhóis, apropriando-se das propriedades e do trabalho indígena em seu benefício. Logo, amparados pela nova legislação, os grupos então dominantes reeditaram o episódio da conquista da população indígena pelos espanhóis.

Está claro que o problema central da definição do regime pós-hispânico era o *status* socioeconômico dos índios e escravos. A esse respeito, durante todo o século XIX, foram criados muitos dispositivos que liberavam essa população, decretando o rompimento dos laços extra-econômicos que a mantinham sujeita aos novos dominadores. Apesar disso, as condições estruturais em que emergia a República nascente tornavam possível que a realidade colonial se impusesse aos desígnios ideológicos dos liberais que tentavam modificar as bases econômico-sociais do país, mediante modificações na superestrutura. Em agosto de 1821, um mês depois de proclamada a Independência,

San Martín decretou a liberdade dos filhos de escravos; posteriormente, Bolívar estendeu essa condição a todos os escravos que se tinham inscrito nas fileiras patrióticas. Nos dois casos, proibiu-se o comércio de escravos, mas não passaria muito tempo até que ele fosse reintroduzido pelos caudilhos Gamarra e depois Salaverry, com o intuito de promover a produção agrícola da região costeira. A escravidão só foi suprimida definitivamente em meados do século XIX, depois da revolução liberal dirigida por Castilla. No entanto, nas fazendas tanto os descendentes dos escravos, como a população indígena, mantiveram sua condição servil por muitas décadas do século XX.

Pelo mesmo decreto, San Martín suprimiu o tributo indígena, as *mitas* e as *encomiendas*, assim como o emprego legal dos termos "indígena" e "natural", que tinham uma clara conotação discriminatória. Em 1824, Bolívar insistiu nesse tema, decretando a supressão das prestações obrigatórias de serviços que os fazendeiros, sacerdotes, oficiais do Exército e autoridades políticas recebiam dos indígenas. Além disso, e para suprimir o caráter corporativo da população indígena, em 8 de abril de 1824 decretou a supressão das comunidades, aprovando a distribuição privada das suas terras entre seus integrantes, desde que soubessem ler e escrever no idioma oficial, ou seja, em castelhano. Esses títulos seriam atualizados em 1850. Pretendia-se assim acabar com os compartimentos estanques da sociedade colonial, o que permitiria transferir os índios da condição de indígenas à de camponeses, "integrados" assim à Nação.

Simultaneamente a essa ofensiva liberal, Bolívar pôs à venda as terras do Estado e distribuiu propriedades entre os seus oficiais, como pagamento e recompensa pelos serviços prestados para ter os recursos de que o governo necessitava com urgência. Portanto, o surgimento cada vez mais intenso de novos setores da sociedade foi amparado legalmente por esses dispositivos. As novas e antigas oligarquias regionais conseguiram encontrar os canais para reacomodar-se e assentar-se legalmente. Na medida em que o capitalismo fora travado durante o período da dominação hispânica e que as novas condições econômicas (resultantes da destruição do sistema produtivo com a campanha da

Independência) reproduziam essas travas, os indígenas foram incorporados violentamente, em condição servil, às fazendas que se multiplicavam e se ampliavam, anulando, dessa forma, a política propiciada pelos ideólogos liberais.

Felipe Pardo y Aliaga (1869) expressou de maneira direta as contradições entre o estatuto político liberal e as relações sociais existentes, de natureza colonial. Em "*A mi hijo en sus días*", ironizando as pretensões liberais, diz:

Dichoso, hijo mío, tú,
que veinteún años cumpliste:
dichoso que ya te hiciste
ciudadano del Perú.
Este dia suspirado
celebra de buena gana,
y vuelve orondo mañana
a la hacienda y esponjado,
viendo que ya eres igual,
según lo mandan las leyes,
al negro que unce tus bueyes
y al que riega el maizal.

Ou seja: "Feliz, meu filho, tu / que vinte e um anos completaste: / feliz que já te fizeste / cidadão do Peru. / Este dia suspirado / celebra com boa vontade, / e retorna amanhã, satisfeito, / à fazenda / vendo que já és igual, /segundo mandam as leis, / ao negro que amarra teus bois / e ao que rega o milharal."

Os chefes militares, no entanto, não tardaram a introduzir nos dispositivos liberais uma saída para obter os recursos exigidos pelo Estado. Em 1826, o General La Mar, Presidente da nova República, reimplantou a contribuição indígena, para custear as despesas governamentais e o pagamento dos funcionários locais, suprimindo, ao mesmo tempo, a restrição imposta por Bolívar no sentido de que até 1850 os indígenas não poderiam usar os títulos das propriedades distribuídas pelas suas comunidades, o que os incapacitava legalmente a vender as suas terras.

Por outro lado, na Constituição de 1828 o direito à cidadania foi restringido, adquirindo um caráter censitário: só poderiam votar os proprietários de terra com uma renda mínima de oitocentos pesos anuais, assim como os alfabetizados. Em outras palavras, excluía-se das eleições a grande maioria da população.

No tocante à circulação da propriedade, desde a formação da República ficara estabelecida uma tendência liberal, tratando-a como se fosse uma mercadoria, enquanto, paralelamente eram mantidas as práticas coloniais de estabelecer condições restritivas à participação política da população. Essa ambigüidade aparece regulamentada em 1852, com o triunfo da revolução liberal, quando se estabeleceu a liberdade de contratos e da compra e venda, suprimindo-se outra vez as contribuições e a prestação obrigatória de serviços pelos indígenas, mas mantendo-se as condições censitárias para o direito de voto.

Na esfera econômica, a Independência teve resultados semelhantes a suas conseqüências políticas. Se desde o fim do século XVIII, o mercado peruano se havia reduzido e fragmentado, as conseqüências que trouxe a desintegração política aceleraram pronunciadamente essa tendência, somando-se a esse desastre a queda na produção mineira e na circulação comercial. Não obstante isso, durante a primeira década da independência política, com a exportação de lãs o Sul do Peru associou-se economicamente à Inglaterra. Essa relação com o mercado europeu, somada à importância relativa dos proprietários e à articulação regional, criou uma situação propícia para os projetos separatistas e federativos. Com efeito, durante todo o século XIX, as oligarquias e os caudilhos do Sul do país procuraram organizar a República em torno dos seus interesses e perspectivas, em oposição a Lima e ao Norte peruano. Nesse sentido, a experiência mais importante foi a Confederação Peruano-Boliviana, que pretendia restabelecer a integração desse grande território. A ela se opôs o governo chileno, para manter sua hegemonia na área do Pacífico Sul, contando com o apoio de vários generais peruanos. Enquanto os chilenos se limitavam, no entanto, a uma motivação "nacional" para opor-se à Confederação, os peruanos respondiam a interesses de facções locais. A vitória chilena sobre o

Peru (a primeira de uma série) representou uma marca no processo de consolidação política da classe dominante desse país; a derrota peruana, porém, não foi mais do que um dos passos da contradança política neste "país".

As rebeliões anteriores a 1821, as campanhas da Independência, os movimentos chefiados posteriormente pelos chefes militares, enfrentando-se entre si, e os conflitos com os novos países vizinhos para resolver divergências territoriais, literalmente acabaram por destruir o que sobrou do decaído sistema produtivo. As diferentes ações bélicas significaram a destruição de lavouras, criações de gado e instalações mineiras, bem como a dispersão da mão-de-obra e o abandono de propriedades. A demanda comercial caiu substancialmente e, além disso, as oligarquias viram-se obrigadas a subscrever empréstimos e a cobrir os gastos dos diferentes adversários. Por último, mas nem por isso menos importante, a expulsão e exílio de milhares de peninsulares e *criollos* representaram uma fuga maciça de capital. Desse modo, a República em gestação enfrentou um sistema produtivo deteriorado e sem perspectiva de recuperação.

Por outro lado, essas mobilizações bélicas, tanto contra os países vizinhos como as enfrentadas por diferentes caudilhos, não derivaram para a constituição de um sentimento nacional, ou seja, para a sua identificação coletiva em um conjunto particular e autônomo. Entre as razões, havia não só a profunda divisão social e étnica entre os proprietários, brancos e mestiços, e os camponeses indígenas e escravos africanos, mas também o fato de que essas mobilizações não foram feitas convocando as massas para enfrentar uma ameaça "coletiva". Assim, diferentemente de outras sociedades estruturadas de forma análoga ao Peru, os grupos dominantes vinculados a grupos regionais foram incapazes de criar identidades e símbolos integradores da população.

A desordem política era tal, e repercutia tão duramente sobre a produção, que, em 1827, o Cônsul inglês em Lima, Charles Ricketts, recomendou ao Ministro Canning fechar o Consulado, pelos poucos serviços que podia prestar ao comércio britânico. Esse quadro não se

modificou nas décadas seguintes. Na sua viagem pela América do Sul, Charles Darwin constatou, em 1835, que: "na América do Sul, nenhum Estado sofreu maior anarquia, desde a declaração da Independência, do que o Peru (1890, 266)".

Em 1844, o Cônsul inglês residente em Islay, principal porto do Sul, escrevia o seguinte ao Ministro das Relações Exteriores do seu país:

> [...] os horrores que acompanharam a luta pela Independência toldaram de tal forma o horizonte que agora mal se podem antecipar as brilhantes perspectivas que esperam o Peru. Atualmente, de qualquer ponto de vista o panorama é sombrio e a aparência do país é a de que sofreu recentemente um desses terríveis terremotos que deixam tudo destruído e em ruínas. As terras não são cultivadas, os edifícios precisam ser reconstruídos, a população diminuiu, o governo é instável e será preciso promulgar leis justas, reunir novos capitais e garantir a tranqüilidade. Ainda não se traçou um plano básico de melhorias e sinto ter que acrescentar que a Grã Bretanha corre o risco de assumir parte importante da série de males que têm assolado o país (Bonilla 1975A, I,22).

Os escassos recursos fiscais derivados das alfândegas e da contribuição indígena destinavam-se ao pagamento das tropas e dos apetrechos militares que permitiam garantir a existência e continuidade dos caudilhos. A isso somava-se o domínio do comércio britânico que, diante do vazio deixado pelos comerciantes peninsulares e *criollos*, contribuiu decididamente com suas importações para destruir a produção interna. Assim,

> entre 1830–4 e 1845–9, a taxa anual de aumento das importações esteve perto de 5,6%, porcentagem que se elevou ainda mais no começo da década de 1850. Entre 1847 e 1851, o valor das importações praticamente duplicou, e esse valor se manteve durante toda a época do guano (1851–77) (Bonilla 1974, 151).

Em 1840, o Peru tinha cessado de manter relações comerciais com a Espanha e os agentes importadores franceses dominavam o

comércio atacadista das principais cidades litorâneas (Basadre 1928); dez anos depois, eles se apropriariam por fim do comércio de varejo.

Devido à prostração em que se encontrava a economia peruana, as importações eram pagas com prata cunhada. O vazio monetário que isso representou e a incapacidade do Estado de controlar politicamente o território fizeram que o país fosse inundado por moedas bolivianas de baixa lei. Em 1862, quase quarenta anos depois da Independência, o Cônsul inglês em Islay relatou, a este propósito, o seguinte:

> A duras penas pode-se dizer que existe um sistema monetário peruano, pois a moeda que circula na realidade é cunhada na Bolívia. Há já algum tempo não se cunha dinheiro no Peru e nada se faz ainda nesse campo. Tanto em Lima como em Cusco as máquinas existentes são antiquadas e, portanto, de muito pouca utilidade. A que se utilizava em Arequipa está totalmente destruída. Há três anos cunharam-se em Lima meio milhão de dólares; embora fosse dinheiro genuíno, foi levado totalmente para a Inglaterra, deixando no país somente a chamada prata boliviana, que é uma liga com cerca de 40 por cento de cobre [...] A inexistência de cunhagem adequada neste país tem prejudicado os peruanos com relação às repúblicas vizinhas, especialmente o Chile, onde o dinheiro boliviano não circula a não ser com um deságio de pelo menos 30 por cento [...] Em conseqüência, as letras de câmbio sobre o Chile têm sido valorizadas em 36 por cento (Bonilla 1976, IV: 135).

Embora vários governos tenham tentado estabelecer tarifas aduaneiras importantes, mais com ânimo fiscalista do que pensando em proteger a reduzida produção local, não conseguiram realizar esse propósito. Em primeiro lugar, devido à oposição dos comerciantes estrangeiros e à extrema dependência do Estado com relação a eles, a ponto de Santa Cruz pedir-lhes que redigissem o Código Comercial. Por outro lado, porém, estas tarifas não cumpriram seu objetivo pela simples razão de que nenhum governo teve a capacidade necessária para fazê-las cumprir, ainda mais quando as alfândegas eram uma das prebendas favoritas dos protegidos dos chefes militares.

Em outras palavras, a ruptura da articulação mercantil e colonial do Peru com a Espanha provocou um fracionamento das relações econômicas inter-regionais ou intersetoriais. Um fato político correspondente manifestou-se na feudalização política representada pelo caudilhismo e na emergência oligárquica regional. Juntos, estes fatos impediram a integração econômica e política da República. Ao mesmo tempo, a exploração servil e escravagista da população trabalhadora tornou possível manter incólumes as bases da sociedade colonial. Nessas circunstâncias, criou-se um novo pacto colonial, embora desta vez entre uma República "independente" e os dois países que emergiam como centros capitalistas industriais: a Inglaterra e a França.

Nos primeiros anos da década de 1840, quando o país estava sendo sacudido por guerras civis, o Peru começou a experimentar um aumento no volume e nos preços das suas exportações, destinadas em sua maior parte à Inglaterra e à França. O crescimento do comércio exterior tinha por base o guano das ilhas, fertilizante rico em fosfatos e superfosfatos, que permitia um incremento substancial da produção agrícola dos países importadores, em pleno processo de desenvolvimento capitalista.

Esse comércio permitiu ao Peru restabelecer sua debilitada conexão com a economia européia, com uma intensidade que nenhum país da área tinha até então conseguido. Os níveis dos preços do guano durante a década dos anos cinqüenta alcançaram uma altura sem comparação com os outros produtos exportados pelos países hispano-americanos, tendência que se manteve até meados dos anos setenta, durante um longo período de vinte e cinco anos.

Em 1852, as exportações peruanas alcançaram a cifra de dois milhões de libras esterlinas, valor que um quarto de século mais tarde se multiplicaria por cinco, mantendo-se durante todo esse tempo uma média anual de quatro milhões e meio de libras (Bonilla 1967-8). Entre 1850 e 1860, o guano chegou a representar o primeiro produto nas importações britânicas da América Latina (Mathew 1968). Devido a tais fatos, o governo peruano teve condições de contrair importantes empréstimos de bancos ingleses.

Contrariamente ao que se podia supor, o governo de Lima teve uma participação muito significativa nos lucros resultantes da venda do guano. Shane Hunt (1973) estima que entre 1840 e 1880 as vendas deste fertilizante produziram um lucro líqüido de aproximadamente 150 milhões de libras esterlinas, ou seja, 750 milhões de soles. Desse total, couberam ao governo peruano quase 60%, ou seja, 440 milhões de soles (48 milhões de libras esterlinas).

A proporção do guano nas receitas do governo cresceu substantivamente durante esses anos. Em 1846, quando Ramón Castilla preparou o primeiro orçamento da República, com um valor total de cinco milhões de libras peruanas, a receita do guano representava só 5% desse total. No entanto, vinte anos depois o guano contribuía com 75% dos vinte milhões de soles do orçamento nacional.

À primeira vista, os lucros derivados dessas receitas permitiram reativar a agricultura de exportação: algodão e cana-de-açúcar; e facilitaram também a exploração de cobre e salitre. Por último, permitiram a construção de várias ferrovias, conectando os principais portos com alguns centros produtores agrícolas e mineiros.

Quadro 1

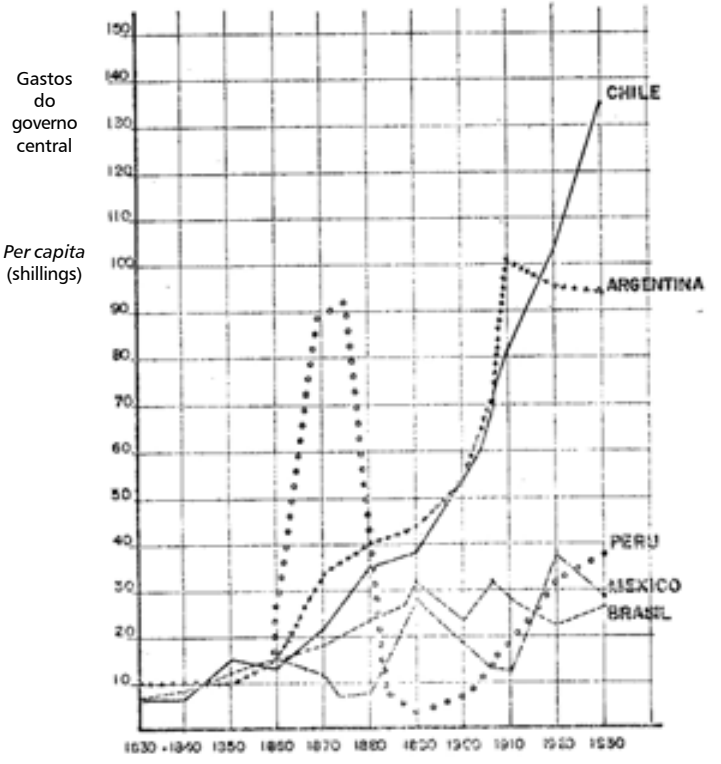
América Latina: emissões de títulos pelos governos na Bolsa de Londres, 1822-1880 (valores nominais em milhares de libras esterlinas)

País	Total	1822 - 25		1826 - 50		1851 - 80
		% do total	Total	% do total	Total	% do total
Argentina	1.000	4,7	-	-	13.804	10,4
Brasil	3.200	15,1	1.444	7.8	24.420	18,4
Chile	1.000	4,7	750	4.1	9.819	7,4
México	6.400	30,3	2.018	11.0	12.864	9,7
Peru	1.816	8,6	3.776	20.5	46.194	34,9
Outros países	7.713	36,6	10.401	56.6	25.262	19,2
Total	21.129	100,0	18.389	100.0	132.363	100,0

Fonte: J. Fred Rippy 1959, 17-22, 26-32.

Em uma palavra, o crescimento da demanda por um novo tipo de mercadoria por parte dos novos eixos do sistema capitalista permitiu que o espaço peruano se inserisse de forma privilegiada na periferia do sistema capitalista. Concretamente, isto significava uma redinamização da ordem colonial: exportação de matérias-primas obtidas mediante relações sociais não-capitalistas, que seriam transformadas e capitalizadas na Europa, para reiniciar em seguida um novo ciclo, com a re-exportação de produtos manufaturados.

Gráfico 1
Gastos do governo por pessoa:



Fonte: M. G. Mulhell, *Dictionary of Statistics*, Londres 1903; *Statesman Yearbook*, McMillan, Londres.

Em segundo lugar, essa nova situação significou um deslocamento das atividades tradicionais e dos centros regionais, até então dirigidos pelos latifundiários da região meridional da Serra, com a emergência de novas atividades extrativas da região costeira e de uma burguesia comercial, sem solução de continuidade entre esses grupos proprietários. Assim, o novo pacto colonial precipitava o deslocamento inter-regional, intersetorial e interclassista que o Peru experimentava desde os princípios do século.

Durante o período entre 1850 e 1870, o Peru viveu uma crise política e fiscal permanente, que no princípio da década de setenta, se converteu em total bancarrota. Esta situação dramática pode ser explicada, fundamentalmente, pelo súbito e "fácil enriquecimento" do fisco e, por meio deste enriquecimento, do que chegaria a ser a plutocracia do guano, costeira, o que criou uma situação de desestímulo à inversão interna dos excedentes obtidos graciosamente com o comércio internacional. Isso determinou que a possibilidade de eliminar as formas pré-capitalistas coloniais de produção se visse frustrada. Muito pelo contrário, a expansão econômica criou uma situação favorável para a dependência do país das importações de alimentos e manufaturas, cujo efeito foi aprofundar o deslocamento da sociedade e da política. Desde então, os observadores mais lúcidos caracterizaram o "país" pela sua natureza de arquipélago, desintegrado e sem comunicação interna. Assim, em vez de alcançar a sua integração espacial, social e política, o Peru sofreu maior desagregação em todos os níveis.

No final desse período de aparentes possibilidades, mas que terminou cheio de frustrações, o Peru viu-se envolvido em uma guerra que tornou evidentes as muitas deficiências da sua constituição. Por fim, a derrota sofrida em mãos do Estado e da burguesia do Chile provocou um definitivo e dramático desastre político, selando a tendência existente. Os recursos do guano desperdiçados e a bancarrota fiscal evidenciada com a derrota na Guerra do Pacífico criaram condições propícias para que, subseqüentemente, o capitalismo internacional se fixasse nos principais eixos de produção, sujeitando o desenvolvimento do país a seus objetivos particulares. Assim, o destino

da burguesia emergente baseada na agricultura, na mineração e no comércio viu totalmente frustrada a possibilidade de desempenhar um papel relativamente autônomo e de que se constituísse um Estado capaz de atender à exigência de transformar as características coloniais dominantes da sociedade peruana.

Tudo isso motivou questionamentos permanentes sobre a existência precária do Peru e explica as várias tentativas de propor respostas sobre a sua incapacidade de aglutinar os recursos disponíveis para formar uma Nação e o respectivo Estado.

Seguindo a legislação patrimonial hispânica, o governo republicano arrogou-se direitos exclusivos sobre os recursos naturais, inclusive do guano. Nessas condições, Ramón Castilla (1846–51), caudilho triunfante, no momento em que se descobriu internacionalmente a importância deste fertilizante, concedeu o monopólio do seu comércio a estrangeiros, que se comprometeram a entregar ao fisco os lucros correspondentes, deduzidos os custos de comissões, fretes e armazenagem. A despeito do muito provável exagero dos custos, o governo começou a ter uma receita segura, cada vez maior, que lhe permitiu iniciar a centralização política do país.

A precariedade da situação inicial do governo de Castilla e dos proprietários nacionais determinou que a concessão da exploração e do comércio do guano fosse dada a firmas estrangeiras. Em primeiro lugar, elas conheciam o comércio internacional e em particular o mercado europeu, o que lhes permitiria promover as vendas do produto. Por outro lado, com o apoio das suas matrizes e dos bancos europeus, estas firmas contavam com os recursos necessários para promover com eficiência a exploração, o transporte e a comercialização do guano, o que não aconteceria com os comerciantes peruanos. Na mesma medida, as casas comerciais européias tinham condições de adiantar ao governo peruano as quantias necessárias para desenvolver sua política de centralização.

Mas havia também importantes considerações políticas: o simples fato de que as agências comerciais européias tivessem o apoio tácito dos seus governos limitava a possibilidade de que os caudilhos rivais

de Castilla se arriscassem a apoderar-se dessas jazidas, o que provocaria uma situação internacional difícil. Ao entregar a concessão do guano, Castilla fazia implicitamente uma aliança política com os comerciantes europeus e seus governos. Para a Inglaterra, em particular, essa situação favorecia a comercialização do produto no mercado internacional e também o aumento da produtividade da sua agricultura, assim como o incremento das exportações para o Peru.

Os principais mecanismos acionados por Castilla para tornar efetivo o seu governo tinham por base essa aliança e os recursos que lhe proporcionavam. Com fundamento nas receitas que o comércio do guano produzia para o fisco, Castilla centralizou a administração pública, até então dependente dos governos provinciais, ou seja, das oligarquias regionais. Da mesma forma que o governo do Vice-Reinado, Castilla empregou sua clientela em diferentes cargos burocráticos, entregues como vantagens pessoais. Com isso, ampliando o recrutamento burocrático, garantiu não só o controle territorial como neutralizou a capacidade dos rivais.

Por outro lado, organizou a primeira Guarda Nacional, sob o seu comando direto, adotando os mesmos mecanismos aplicados à administração pública, com o que desmantelou a força dos restantes chefes militares. Assim, depois de vinte anos de uma guerra civil intermitente, o Peru começou a gozar de relativa estabilidade interna, com um governo cada vez mais centralizado. Por isso, Ramón Castilla é considerado como o forjador da nacionalidade.

A mesma política seria mantida por sucessivos caudilhos: dos 440 milhões que o governo recebeu como renda do guano entre 1847 e 1878, Hunt (1973) calcula que 29% foram destinados a cobrir gastos com a administração pública, que neste intervalo cresceram de 44,8 a 147,5 milhões (um aumento de 329%). Daquele total, 24,5% foram gastos com as Forças Armadas, que no mesmo período tiveram um aumento de 70,4 para 181,7 milhões, ou seja, de 259%. Isso significa que 54% da receita foram destinados a cobrir as despesas correntes do governo.

Com o inesperado enriquecimento do Estado, os portadores de títulos da dívida externa, emitidos na Inglaterra durante as guerras da Independência, exigiram o seu resgate. Em 1848, a dívida externa principal e os juros somavam cerca de 4,5 milhões de libras esterlinas. Com as pressões exercidas pelos detentores destes títulos, Castilla comprometeu-se a recolhê-los mediante um novo empréstimo, de 3,5 milhões de libras, obtido em 1849. Como garantia de pagamento o Peru assumiu o compromisso de depositar no Banco da Inglaterra metade dos lucros gerados pela exportação de guano. Simultaneamente, vários países vizinhos, que tinham colaborado com as guerras da Independência, exigiram também que o governo peruano reconhecesse e pagasse as dívidas, exigência que Castilla aceitou e honrou.

Evidentemente, essa situação restringia a receita fiscal de que o governo necessitava para levar adiante seu projeto de centralização administrativa. Por isso, durante o governo de Castilla, teve início a política de solicitar adiantamentos e empréstimos às casas comerciais estrangeiras, dando como garantia a receita derivada de futuras exportações. Pelos juros e comissões implicados, esses créditos comprometiam a receita dos governos futuros, criando-se assim uma cadeia de endividamento. De seu lado, os exportadores, pelas operações comerciais tão onerosas para o país, não só dobravam os seus lucros como asseguravam a continuidade das concessões oferecidas pelo governo.

Na medida em que a crescente receita fiscal começou a encher as arcas do Tesouro público, Castilla aprovou a chamada Lei de Consolidação da Dívida Interna (em 1850), mediante a qual o governo reconhecia os compromissos econômicos assumidos pelos caudilhos militares com os proprietários nacionais, desde o começo das guerras da Independência até 1850. Dessa forma, esperava-se que o dinheiro recebido pelo governo beneficiasse a classe decaída dos proprietários nacionais, que poderiam então investir em fazendas e minas, promovendo o emprego e a paz social. No entanto, contrariamente ao previsto, essa decisão provocou um processo diferente: de um lado, o enriquecimento de um pequeno grupo de proprietários; de outro, o

empobrecimento da maioria da população, agravando assim o conflito social, em todos os níveis.

O reconhecimento da dívida interna, iniciado por Castilla, ampliou-se durante o governo do seu sucessor, o General Rufino Echenique (1851–4). Em dois anos, a dívida interna multiplicou-se, passando de cinco a 23 milhões, enriquecendo subitamente a clientela política deste caudilho, com uma operação que teve todos os elementos de uma grande negociata pública.

Para evitar que esse reconhecimento e o conseqüente pagamento fossem contestados por algum governo futuro, Echenique converteu os bônus da dívida interna, no valor de treze milhões, em títulos da dívida externa. Para isso, contraiu em Londres um empréstimo de 2,5 milhões de libras esterlinas. Os dez milhões de soles restantes foram agregados ao meio circulante, provocando um processo de inflação que castigou duramente os servidores públicos, artesãos e camponeses que participavam da economia monetária. Ao mesmo tempo, o súbito enriquecimento de um grupo de proprietários favoreceu a importação desenfreada de bens de consumo, o que afetou o emprego nos setores urbanos populares.

Essa situação deu lugar a violentos protestos contra os novos ricos e os comerciantes estrangeiros, e criou uma oposição generalizada ao governo. Teve início assim novo ciclo de guerras civis, dirigidas por Castilla, em 1854, e que terminou com o triunfo da chamada "revolução liberal", em 1857. O triunfo significou, entre outras coisas, a supressão dos *mayorazgos*, corporações e foros da Igreja, a libertação de vinte mil escravos e a eliminação do tributo indígena. Todas essas reformas atacavam a existência institucional dos resíduos coloniais. Memos assim, essas medidas agravaram ainda mais a inflação e acentuaram a instabilidade política prevalecente no país.

A abolição da escravidão representou o pagamento pelo Tesouro de seis milhões de pesos aos seus proprietários, aumentando nesta proporção o meio circulante. Ao mesmo tempo, paralisou a produção na região costeira, devido ao abandono maciço das fazendas pelos escravos libertos.

> [...] os campos estão abandonados e o povo paga quatro pelo que antes valia um. Incapazes de trabalhar, os escravos assaltam as casas e os viajantes e o governo criou um tribunal, que chama de *Acordada*, para enviá-los pelo meio mais expedito à prisão (Dávalos y Lisson 1919, t. IV, 108).

Por outro lado, a supressão do tributo indígena significou não só que o fisco deixava de receber uma receita importante, mas também que essa população não precisava mais levar ao mercado os seus produtos aos baixos preços fixados pelos comerciantes, para poder assim pagar o tributo, fato que se somou aos já citados para fazer que o mercado interno diminuísse muito mais, com os setores urbanos populares gravemente afetados pela inflação.

> A abolição do tributo [...] contribuiu para uma contração na produção para o mercado, com a conseqüente elevação dos preços, pois em grande número de províncias o tributo representava uma espécie de mediação entre a economia de subsistência e a economia de troca (Bonilla 1974, 34).
>
> O tributo afastou o índio da solidariedade nacional e, devido a essa segregação, colocou-o fora da engrenagem administrativa. O tributo era módico e, mesmo que não o fosse, tinha a virtude de obrigar os indígenas a trabalhar e a pô-los em contato com as autoridades constituídas [...] A supressão preparou a crise econômica que sobreveio mais tarde e a rebeldia do índio, que passou a acreditar que era injusto cobrar-lhe uma contribuição, preferindo viver completamente ocioso. Devido à supressão, o *ayllu* adquiriu maior solidariedade. O índio dedicou-se a cultivar unicamente a parte da terra que produzia alimento para ele e para seus poucos carneiros, dos quais tirava a lã para vestir-se (Dávalos y Lisson 1919, IV, 101-3).

A inflação e a acumulação de dinheiro dos proprietários favoreceram, por sua vez, uma segunda onda de apropriação das terras comunitárias, o que levou um cônsul inglês a dizer que no interior do país se desenvolvia uma verdadeira guerra de castas, opondo mestiços e índios (Bonilla 1974, 37).

Dávalos y Lisson cita um autor da época, Timoleón, que em 1855 escreveu:

> [...] Agora os avaliadores das terras rurais poderão pôr as mãos nas terras dos índios e exagerarão seus produtos para aumentar seu tanto por cento de prêmio. O pobre dono receberá também adiantamentos sobre seus frutos, para pagar esse novo tributo, e as terras dos índios, objeto permanente da cobiça dos subprefeitos, governadores e fazendeiros vizinhos, deixarão as mãos dos seus primitivos donos para engrossar outras fortunas [...] (Dávalos y Lisson 1919, IV, 102-3).

Por último, a supressão do tributo indígena esvaziou as tesourarias provinciais, que eram mantidas por esse imposto e passavam agora a depender diretamente do governo de Lima. A nova situação, que reduzia a autonomia regional, promoveu uma atitude negativa por parte dos grupos dominantes locais, que se alinharam à corrente favorável ao federalismo e, de modo geral, à descentralização política do país.

Esse tumultuado período social significou dedicar e comprometer cada vez mais a receita do guano na manutenção do Exército e de uma administração cada vez mais numerosa, no preciso momento em que declinava a produção interna. Entre 1854 e 1862, as receitas do governo por conta do guano alcançaram a soma de cem milhões de pesos, treze dos quais se destinaram a custear a revolução de 1854, e 41 milhões, a de 1856. Desse modo, mais da metade da receita do guano foi perdida com os conflitos internos. Com efeito, durante a década dos cinqüenta, como no decênio seguinte, as receitas governamentais multiplicaram-se por cinco, mas as despesas aumentaram oito vezes. Ao mesmo tempo, devido ao preço mais baixo, estimulou-se o consumo de mercadorias importadas por conseguinte, as reservas do país diminuíram. Em conseqüência, o orçamento nacional de 1861 foi deficitário, obrigando o governo, no ano seguinte, a tomar um empréstimo de cinco milhões e meio de libras. Essas condições desfavoráveis não se alteraram nos anos seguintes e, três anos depois, foi necessário assumir um outro empréstimo, desta vez de dez milhões de libras.

Depois disso, o conflito social generalizado não se reduziu. Com o aumento dos preços dos têxteis importados da Inglaterra, por causa da "fome de algodão" provocada pela guerra civil norte-americana e à interrupção das importações devido à guerra com a Espanha, em 1866, aumentaram consideravelmente os preços dos artigos de consumo, que cada vez mais eram importados. Por esse motivo, na década de sessenta, se experimentou uma crescente irritação da população urbana contra os importadores, assim como, de outro lado, uma contínua rebelião camponesa contra a expansão das terras do latifúndio.

Paralelamente a essa tensa situação social, os proprietários enriquecidos com a consolidação da dívida interna procuraram apropriar-se do suculento negócio do guano, arrebatando-o dos estrangeiros. Em 1862, conseguiram que o Parlamento aprovasse uma lei que dava preferência aos "filhos do país" nessa lucrativa operação. Ao apossar-se do comércio do guano, os novos ricos conseguiram os meios necessários para reproduzir rápida e facilmente o capital obtido originalmente com Echenique, assumindo a dupla função dos consignatários estrangeiros como comerciantes e banqueiros do Estado. Assim, de um só golpe todo um setor de latifundiários transformou-se em burguesia comercial e rentista.

> Toda a nova força econômica desse grupo estava mais orientada para substituir as firmas estrangeiras na comercialização do guano. Para os membros dessa classe, sua conversão em consignatários lhes garantia uma posição excepcional de domínio e controle sobre um Estado que vivia em permanente déficit monetário. Ao assumir a venda do guano, podiam atuar também como banqueiros de um Estado em permanente necessidade de recursos, bastando para isso converter-se em agentes financeiros do governo no levantamento de novos empréstimos no exterior. Estimavam, em suma, que a inversão do seu capital em empréstimos feitos ao Estado era uma operação muito mais lucrativa do que a aplicação desses capitais na agricultura ou na mineração. Confiança que lhes era inspirada pelos juros elevados pagos pelo Estado e, sobretudo, a preciosa hipoteca do guano (Bonilla 1974, 40).

Embora durante a década de 1860 a plutocracia da região costeira, comerciantes e banqueiros dominassem o cenário econômico usando o Estado como sua principal fonte de enriquecimento, era evidente a sua incapacidade de transferir seus recursos para a vida política do país, aplacando os chefes militares, as oligarquias regionais e o povo das cidades e do campo. Vamos encontrar os motivos desse aparente paradoxo na Constituição. A acumulação de capital comercial lograda pela plutocracia não esteve associada à destruição dos fundamentos pré-capitalistas da sociedade peruana, de modo que chefes militares e oligarquias mantiveram seu âmbito de poder local.

Embora a "plutocracia" tenha nascido graças aos favores dos chefes militares, desenvolvendo-se com os benefícios obtidos do Estado, ela rapidamente se viu enfrentada pelos que continuavam dominando os fundamentos da sociedade, privando-a assim da oportunidade de modelar o Estado de acordo com seus interesses de médio e longo prazo.

Devido às condições em que se desenvolveu o comércio do guano, e às conseqüências que provocou, o Estado peruano viu-se obrigado a gastar permanentemente mais do que angariava como receita fiscal. O resultado desse desequilíbrio era a acumulação do déficit orçamentário, situação que tornava obrigatório o recurso aos consignatários, a princípio estrangeiros e, a partir de 1862, nacionais, assim como aos bancos ingleses, em busca de adiantamentos, empréstimos e colocação de bônus da dívida externa para cobrir precariamente o déficit orçamentário. Ora, é certo que esse mecanismo garantia suculentas vantagens à burguesia "compradora", mas no médio prazo ameaçava, ao mesmo tempo, sua existência e seu desenvolvimento. Os consignatários tinham consciência de que, se não conseguissem intermediar uma mudança na política seguida por sucessivos governos militares, o eventual esgotamento do guano significaria a bancarrota estatal que os arrastaria para o desastre.

Durante a década de 1860, os comerciantes do guano, liderados por Manuel Pardo, promoveram uma campanha em **La Revista de Lima** para mudar a política econômica dos caudilhos governantes. Esta

campanha, que pouco depois culminara na criação do Partido Civil, manifestava a posição anticaudilhista desse setor da classe proprietária, que simplificava seu diagnóstico dos males do país, responsabilizando por eles o governo militar.

Em poucas palavras, o projeto da burguesia comercial era criar as condições propícias para canalizar os capitais acumulados para a extração de novas matérias-primas, tendo em vista aumentar o comércio com a Europa. Por sua vez, essa expansão devia favorecer o desenvolvimento da demanda interna, valorizando a propriedade. Assim, esses liberais procuravam pragmaticamente realizar o chamado "desenvolvimento para fora", de modo a concretizar o crescimento econômico e a integração política do país.

Isso, porém pressupunha cumprir um mínimo de condições que eram esquecidas pelos governantes. Como era patente, o fisco não se limitava a suas possibilidades reais, endividando-se continuamente, cada vez mais, para custear a despesa pública e debelar os contínuos levantes, bem como para cumprir com as obrigações de serviço da dívida externa. Os redatores de **La Revista de Lima** propunham que o governo se submetesse a uma política de estrito equilíbrio orçamentário e, com a garantia do guano, obtivesse empréstimos destinados a conectar as regiões potencialmente produtivas com os portos de exportação. Em outras palavras: o primeiro objetivo do Estado deveria ser solucionar o problema da desarticulação territorial do país.

> Nessa época, a Nação era um conjunto de povoados isolados e tão distantes entre si, pela falta de estradas ou pelo tempo necessário para vencer a distância entre eles, que a partir de Lima era mais fácil ir a Guayaquil ou a Valparaíso do que às cidades de Ayacucho ou de Cusco. Não menos de um mês era o que se precisava para chegar a qualquer um desses povoados da Serra, sendo tão precária a situação social e política do Peru nesses anos que, com toda facilidade, teria sido possível prescindir da população do interior sem que o país tivesse nada a perder, sob qualquer aspecto. Os interesses e as paixões da região costeira, especialmente de Lima, eram os únicos a determinar os eventos. Os demais pontos do

> território só serviam de instrumento ou prejuízo [...] Assim eram as coisas, porque a Serra tinha perdido a intensa vida econômica que tivera durante a Colônia; nela não havia ciência, riqueza, indústria, comércio, nada enfim que pudesse despertar o espírito e colocar cada entidade provincial no lugar que lhe devia corresponder (Dávalos y Lisson 1919, IV, 253-4).

A conseqüência derivada da falta de um mercado integrado era tomada como causa e, em vez de orientar a ação política para enfrentar o problema da estrutura da propriedade e das relações sociais, os consignatários convertidos em políticos definiam a situação peruana em termos das dificuldades de transporte e de comercialização dos produtos de exportação.

Vale dizer que o diagnóstico feito por esse setor da classe proprietária estava centralizado no problema da falta de comunicação entre as possíveis áreas produtivas e o mercado europeu. A solução, portanto, seria contratar empréstimos para construir ferrovias que ligassem minas e fazendas ao porto. A redução dos custos de transporte deveria incidir de forma considerável nos custos de produção das matérias-primas, tornando-as competitivas no mercado internacional. Por sua vez, essa situação incentivaria os proprietários a aplicar recursos nos campos, formando-se assim um novo circuito econômico que garantiria definitivamente a paz social.

Esse programa proposto pela burguesia comercial inspirava-se em experiências em curso na Europa e na América, mas, se em certos casos as ferrovias representavam fatores fundamentais do desenvolvimento capitalista industrial, em outros precipitavam a integração periférica às economias metropolitanas. Foi este o caso dos países latino-americanos e da Europa Central. No exemplo peruano, a burguesia comercial procurava aproveitar as oportunidades oferecidas pela demanda européia para incrementar suas exportações de matérias-primas, à semelhança do que fizera a burguesia comercial no México, na Argentina e no Chile.

Tais idéias, que recolhiam uma preocupação com o futuro do guano, acabaram sendo incorporadas pelos governos militares que se

sucederam durante a década de sessenta. Vários dos redatores de **La Revista de Lima** ocuparam o Ministério da Fazenda, mas viram-se impossibilitados de conseguir o desejado equilíbrio orçamentário, pois não havia maneira de romper o círculo vicioso criado mais de uma década antes.

Só em 1868, quando Balta chegou à Presidência, com o apoio do General Echenique, teve início a política proposta pelos civilistas. Paradoxalmente, isso significou um conflito entre os governantes e os comerciantes peruanos que monopolizavam a exploração do guano, ou seja, os mesmos redatores de **La Revista de Lima** e futuros dirigentes do Partido Civil.

Em 1868, quando mudou o governo, a dívida externa era de 45 milhões e o déficit fiscal, de dezessete milhões. Diante dessa situação crítica, o Ministro da Fazenda, Nicolás de Piérola, concebeu um plano para solucionar o problema e criar, ao mesmo tempo, os meios necessários para a conversão da receita do guano em estradas de ferro. Em primeiro lugar, eliminou os consignatários, retirando assim dos plutocratas a sua base de enriquecimento, e assinou um contrato de venda de dois milhões de toneladas para a Casa Dreyfus, de Paris, ao preço de sessenta soles a tonelada. Esta firma comprometia-se a custear o serviço da dívida externa, amortizar a que o governo contraíra com os consignatários, no total de dezessete milhões e, finalmente, contribuir para o fisco todo ano com dezessete milhões de soles. Segundo o Diretor da *Société Générale* de Paris, organismo a que a Casa Dreyfus se tinha associado, era: "o maior, mais positivo e mais lucrativo negócio que existe no mundo" (Bonilla 1974). As vantagens que a Casa Dreyfus esperava obter com esta operação estavam avaliadas em seis milhões de libras esterlinas, ou seja, trinta milhões de dólares (Bonilla 1974).

A oposição dos consignatários a esse contrato foi tenaz e persistente. O Parlamento e a Corte Suprema posicionaram-se em seu favor; no entanto Piérola pôde sair vitorioso da disputa, adiantando a solução que tinha proposto e deixando a descoberto a incapacidade política da burguesia. Para isso, contava com o ódio generalizado aos consignatários e aos comerciantes, assim como com as vantagens relativas do contrato

Dreyfus, que permitia liquidar as dívidas pendentes e ao mesmo tempo garantir uma receita fixa mensal para equilibrar o erário nacional.

A supressão do sistema de consignação representou para o capital nacional, imobilizado no comércio do guano e nos empréstimos ao governo, a possibilidade de canalizar aplicações para a agricultura e a mineração. No entanto, mesmo antes da mudança, motivada pela guerra civil norte-americana e a conseqüente "fome de algodão" ocorrida no mercado britânico e ao aumento dos preços do açúcar, em face da crise cubana, os consignatários dedicaram até trinta milhões de soles (seis milhões de libras) ao fomento desses cultivos.

Contrariamente ao que postulavam os redatores de **La Revista de Lima**, essa produção não favoreceu a formação de um mercado de trabalho livre. Devido à libertação dos escravos e à retração dos trabalhadores indígenas, resultado da abolição do tributo que eram obrigados a pagar, a região costeira passou por uma escassez generalizada de mão-de-obra. Para manter a exploração do guano e a produção de açúcar e algodão, com mão-de-obra barata, os fazendeiros decidiram importar 100.000 *coolies* chineses, que viviam em condições muito semelhantes ao estado de servidão em que era mantida a população indígena (Stewart 1976, Derpich 1977).

A supressão do sistema de consignação e a assinatura do contrato Dreyfus deram ao Estado a possibilidade de recorrer ao crédito internacional por intermédio dessa casa comercial e das suas aliadas. Por outro lado, o *boom* dos bancos franceses, durante o Segundo Império, criou as condições favoráveis para que tais bancos se interessassem por negócios daquela natureza.

Em 1870, Piérola incumbiu a Casa Dreyfus de obter um empréstimo de 59 milhões de soles, ou seja, doze milhões e meio de libras esterlinas. O seu êxito inusitado levou o governo, no ano seguinte, a solicitar outro empréstimo de 75 milhões de libras, o qual, contudo, não chegou a se concretizar devido à crise do sistema financeiro europeu. Embora estes empréstimos milionários tenham viabilizado o início da execução do plano ferroviário, representaram também o afastamento da política de equilíbrio orçamentário proposta pela burguesia. As

receitas estatais fornecidas dentro do contrato Dreyfus estavam comprometidas com o serviço de uma nova dívida e o governo perdeu, assim, a possibilidade de contar com uma receita fixa segura, capaz de manter os gastos correntes do orçamento interno.

Coube a um corajoso contratista norte-americano, Henry Meiggs, a construção das estradas de ferro, pondo em marcha a obra, de acordo com as pressões locais vencedoras na disputa com a burguesia do guano. Desencadeou-se de forma desenfreada a política da "orgia ferroviária": Meiggs chegou a escrever que o importante era levar a cabo a construção de estradas de ferro mesmo que o seu destino fosse o céu. O que contava era pôr em movimento o dinheiro recebido do empréstimo garantido pelo guano.

Para executar essas obras, Meiggs importou todos os bens e materiais necessários, inclusive dormentes. Assim, durante dois anos, o país viveu uma euforia sem limites, com a corrupção instalando-se abertamente, enquanto os lucros da operação do empréstimo eram remetidos para a Europa e os Estados Unidos.

No entanto, as ferrovias não tiveram nenhum dos efeitos esperados. Originalmente os civilistas pensavam que elas teriam um efeito multiplicador, ampliando e diversificando as exportações agrícolas e minerais, que, por sua vez, dinamizariam a produção de alimentos e a atividade artesanal. É evidente que a construção buscou de alguma forma a proletarização de um setor até então sujeito à imposição servil, mas sua incidência foi reduzida (Klarén 1974). Ao contrário, os indígenas viram-se forçados a trabalhar nessas obras em benefício das oligarquias provinciais. Por outro lado, a demanda interna era atendida principalmente com produtos importados, devido ao custo mais baixo e à abundância monetária. Por fim, as ferrovias fracassaram como meio de baratear e difundir a produção e o transporte das mercadorias. Dois anos depois de ter recebido a concessão da estrada de ferro Arequipa–Puno, Meiggs a restituiu ao governo peruano, alegando que o transporte por mulas representava uma competição insuperável.

No meio de todo esse desperdício, a burguesia comercial organizou-se em torno do Partido Civil, em aberta oposição ao "partido

militar" que desde a Independência dominava o cenário político. O Partido Civil mobilizou a população das cidades, convocando-a em torno do seu projeto de formar, como diria Fernando Casós, "uma República". Só assim se poderia pôr fim ao período de desordem e arbitrariedade fomentado pelos caudilhos e oligarquias regionais, impedindo o desenvolvimento de uma situação de paz e de trabalho que garantisse o futuro do país. Nesse sentido, a candidatura de Pardo não só previa a ascensão do primeiro civil à Presidência do Peru como a emergência política da burguesia, prevalecendo sobre os latifundiários. A determinação do Partido Civil de controlar as tendências centrífugas dos militares, ou seja, dos caudilhos e seus seguidores, assim como das oligarquias senhoriais, teve de enfrentar a rebelião dos irmãos Gutiérrez, mas a oposição generalizada do povo de Lima a esta tentativa concluiu com a morte dos caudilhos e a dispersão dos seus soldados. Assim, o caudilhismo militar sofreu a primeira de três derrotas, no período entre 1872 e 1895.

A vitória do Partido Civil nas eleições de 1872 (da qual participaram 3.778 eleitores) e a dissolução do Exército favoreceram a implantação do projeto estatal da burguesia comercial. Para isso, o novo bloco político constituiu uma Guarda Nacional com vinte batalhões, aquartelados na capital para garantir a ordem pública. Seus oficiais foram recrutados integralmente dentro da burguesia, criando-se assim uma verdadeira guarda pretoriana. Desse modo, o caráter classista do governo e do seu instrumento repressivo adquiriam uma natureza transparente.

Paralelamente, o grupo governante eliminou as corporações, os foros privativos da Igreja e do Exército, e, por meio do Congresso, criou o controle político das promoções, assumindo a responsabilidade de modernizar a educação; extinguiu os direitos de pedágio, travessia de pontes e as alfândegas interiores controladas pelas Juntas Departamentais (governadas pelas oligarquias senhoriais), procurando centralizar e universalizar a função estatal. Isso gerou nas províncias uma corrente política e ideológica favorável ao federalismo e contrária ao "centralismo de Lima", ou seja, ao domínio que a burguesia procurava impor a partir da capital.

A vitória do Partido Civil é um marco importante na história do Peru. Em 1872, depois de cinqüenta anos de crises e instabilidade, de confusão e desperdício, que impediam uma organização política perdurável pela ausência de um grupo capaz de exercer liderança efetiva, o país parecia orientar-se para nova etapa histórica. No entanto, em breve essa esperança seria frustrada.

Em primeiro lugar, dados os compromissos internacionais contraídos pelo país, Pardo não pôde anular o contrato Dreyfus. Os desperdícios fiscais dos anos anteriores e os empréstimos contraídos eram de tal magnitude que as quantias remetidas ao governo peruano pela Casa Dreyfus não bastavam para cobrir os juros da dívida, além de manter a administração pública e continuar com a construção ferroviária.

Em 1868, quando Balta assumiu o poder, a dívida externa atingia oito milhões de libras. Quando Pardo ocupou a Presidência, quatro anos mais tarde, já era de 35 milhões de libras e o seu serviço anual equivalia ao total que a Casa Dreyfus entregava ao tesouro pelas vendas de guano.

Assim, ironicamente, Pardo precisou paralisar as obras ferroviárias, causando descontentamento em todos os que se beneficiavam com elas, assim como na população, que ficava desempregada. A isso se somam certos fatos definitivos: o guano começava a esgotar-se e a sua qualidade baixou sensivelmente, ao mesmo tempo em que outros fertilizantes apareciam no mercado para substituí-lo. Simultaneamente, os bancos europeus passaram por uma crise, de forma que, quando Pardo quis tomar um novo empréstimo para aliviar a grave situação fiscal do país, não conseguiu fazê-lo.

Diante dessa situação, Pardo propôs-se descentralizar a administração pública, elevar os impostos entre 5 e 10% e, por último, instituir um imposto aplicável às exportações de salitre, um novo fertilizante que surgia no Sul do país como sério competidor do guano. Enquanto em 1868 a exportação de guano alcançou 500.000 toneladas, a de nitrato foi de 87.000. Quatro anos mais tarde, a exportação de guano caía para 400.000, enquanto a de salitre subia para 200.000.

Em 1874 os volumes eram, respectivamente, de 337.000 e 253.000. Em 1876 se chegou a uma situação tal que os volumes das exportações destes dois fertilizantes eram de 379.000 e 320.000 toneladas, respectivamente.

Enquanto o Presidente preferia tributar as exportações de salitre, que se encontravam quase todas em mãos de estrangeiros, o Congresso exigiu a sua monopolização, como uma forma de controlar as vendas e assim garantir a receita fiscal que o guano já não produzia. Diante dessa ameaça, os produtores aumentaram rapidamente a produção, fazendo baixar o preço, com o que o projeto perdeu a sua eficácia original. A solução foi entregar concessões aos exploradores das jazidas de salitre, sob o controle do sistema bancário privado, para decidir sobre preços e quotas. Tais medidas afetaram os produtores peruanos, favorecendo os estrangeiros, porque estes, graças aos seus recursos de capital, haviam incorporado a tecnologia moderna da época, o que lhes permitia competir com os produtores peruanos. Assim, o salitre não resolveu a crise financeira do país (Greenhill-Miller 1973).

Com a queda do valor e do volume das exportações de guano, sem que o Estado peruano pudesse compensar essa perda com a exportação do salitre, a receita fiscal do governo reduziu-se drasticamente, tornando impossível sustentar o fluxo de importações e o serviço da dívida externa. A despeito do seu crescimento a partir da década anterior, as exportações agrícolas e minerais não bastavam para satisfazer as necessidades do balanço de pagamentos. A essas dificuldades somaram-se a falta de confiança geral no papel-moeda emitido pelo governo, que provocou uma violenta elevação do custo de vida, a paralisação das construções e a escassez dos meios de pagamento nos setores assalariados, inclusive a administração pública. Nessas condições, o crédito privado foi restringido e o Estado interveio para limitar as emissões, abrindo caminho para o esgotamento das reservas com uma sucessão de falências.

Diante dessa situação crítica, a pretensão hegemônica da burguesia não pôde prosperar. De um lado, teve início um processo de fragmentação no grupo que acabara de emergir em termos de poder

político, devido às diferenças suscitadas no modo de enfrentar a situação. De outro, havia uma oposição encarniçada dos proprietários regionais afetados pela ascensão da burguesia, assim como pela população urbana, que sofria os rigores da crise econômica.

Estava declarada assim a bancarrota fiscal e com ela a falência da economia nacional. Durante cerca de trinta anos, o Peru contara com recursos suficientes para um vigoroso crescimento econômico, o que tinha facilitado a sua constituição como República. A estruturação colonial da sociedade e a desintegração política, contudo, anularam qualquer possibilidade de progresso. Além disso, essa situação definia também a bancarrota política da burguesia comercial.

Como se isso não bastasse, o Peru envolveu-se em conflito bélico com o Chile, o que deu o toque definitivo à crise nacional, desmascarando e aprofundando o caráter inorgânico da sociedade e do Estado.

Após muitos anos de desavenças fronteiriças entre os dois países, em 1872, Chile e Bolívia assinaram um tratado secreto. Na faixa costeira correspondente à Bolívia, havia importantes jazidas de salitre, que se estendiam pelo Sul do Peru, exploradas por capitalistas chilenos e ingleses. Em 1874, como complemento do tratado assinado dois anos antes, ficou estabelecido entre estes países que, durante 25 anos, a Bolívia não aumentaria os impostos cobrados sobre o salitre. Este tratado, no entanto, não foi ratificado pelo Congresso boliviano, que em seu lugar decretou um novo imposto de dez centavos por quintal, o que levou o governo de Santiago a ocupar militarmente o território boliviano onde se encontravam as jazidas.

Em 1874, o Peru tinha assinado um tratado secreto de defesa mútua com a Bolívia para resistir à hegemonia chilena no Pacífico Sul e negou-se a declarar neutralidade na disputa que o seu aliado enfrentava com o Chile. Em conseqüência, o Peru entrou na Guerra do Pacífico (1879–83), cujo desenlace estava decidido antes do seu início, porque o conflito implicava enfrentar a burguesia chilena hegemônica, que fora capaz de integrar a população e organizar o Estado, contra a classe fragmentada dos latifundiários; dela surgira havia pouco um setor

burguês que procurava organizar um sistema estatal centralizador e "moderno" sob as condições críticas que já descrevemos.

Ao terminar o governo de Manuel Pardo, sem ter resolvido a crise econômica e social, o Partido Civil foi obrigado a propor para Presidente um General, Mariano Ignacio Prado, procurando anular as tensões centrífugas que voltavam a aflorar entre os latifundiários. No começo do conflito com o Chile, o Presidente abandonou o país, explicando que a viagem se destinava à aquisição de armamentos no exterior. Está claro que ninguém aceitou esta desculpa, e a viagem foi considerada uma fuga tosca, custeada pelo Estado. O grau de desconcerto que provocou o ato tão insólito de covardia somou-se às crescentes diferenças entre os dirigentes políticos, criando um vazio de poder governamental que se refletiu na desarticulação militar. O representante inglês em Lima resumiu a situação da seguinte forma:

> [...] O General Mendiburu e o resto do Gabinete renunciaram e o Presidente convocou o General La Cotera para que este o ajudasse a formar um novo gabinete [...] Até agora nada foi feito, apesar de as pastas de Relações Exteriores e Justiça terem sido ocupadas por poucos dias. A incapacidade dos dois representantes foi por demais óbvia para que pudessem permanecer por muito tempo no poder [...] Neste momento parece inexistir absolutamente qualquer governo [...] Tudo parece estar em situação caótica: não há um general à frente do Exército, nada se fez para reforçar a defesa da cidade, embora em geral se acredite que o Chile prepara uma expedição para atacar a capital [...] De todos os lados a incapacidade parece dominar cada setor importante, e há a informação de que no Sul os chefes do Exército se divertem como se não houvesse guerra. [...] O povo parece atacado por paralisia, tão indiferente com relação ao futuro quanto a classe dirigente, que pensa mais nas suas ambições pessoais do que no bem-estar do país (Bonilla 1977, 41).

O caos político-militar favoreceu a implantação da ditadura de Piérola, que dirigiu a organização da defesa de Lima e proclamou-se "protetor da raça indígena" (suspeitando talvez que nela estaria o último

baluarte da defesa do país). Apesar disso, a ascensão ao poder de Piérola fez que se aprofundassem as divisões entre os proprietários de terras. "Antes os chilenos do que Piérola" (Basadre 1931, 139) foi o lema da burguesia comercial contra aquele que, em 1868, lhe havia arrebatado o negócio lucrativo do guano e que, agora, organizava o povo para a defesa contra o invasor, concedendo-lhe capacidade autônoma frente ao setor dominante.

Com a ocupação de Lima pelas forças chilenas, o conflito internacional adquiriu novas dimensões classistas, refletidas na sucessão de governos, "diante da perplexidade dos chilenos, que não sabiam com quem discutir as condições de paz" (Bonilla 1977, 45). Como manifestou com toda clareza o "presidente" García Calderón, a burguesia buscava a paz a todo custo, para defender "a fortuna privada" e, com ela, a ordem existente:

> Com a guerra, os que possuíam fortuna sofreram muito mais do que os que viviam somente do seu trabalho. [...] As devastações causadas pelo inimigo provocaram a perda de centenas de fazendas e casas, representando milhões de soles. Se essas fazendas não forem cultivadas, se essas casas não forem reconstruídas, o trabalhador honesto, que vive do produto dos seus braços, não encontrará ninguém que lhe dê subsistência. Os males que há dois anos vem sofrendo a nossa pátria não terminarão a não ser com o trabalho e não haverá trabalho enquanto não houver paz (Ugarteche-San Cristóval 1945, II, 116-7).

Nessas circunstâncias, o General Andrés Avelino Cáceres desenvolveu uma resistência heróica contra o Exército chileno de ocupação e contra a atitude assumida pela classe latifundiária. Anos depois, Cáceres escreveria a esse propósito:

> O Chile dedicou toda a sua atividade à consecução de tal objetivo, valendo-se dos meios mais vis e inescrupulosos. E para maior desdita encontrou compatriotas nossos que, inspirando-se mais em suas ambições pessoais do que nas conveniências supremas da pátria, agiram como colaboradores eficientes do invasor.

> Se nos coube tão má sorte, ela não se deveu de modo algum à pressão das armas inimigas, mas pode ser atribuída ao estado de desorganização em que se encontrava o Peru, aos desacertos dos seus dirigentes e à atitude mesquinha de certos indivíduos poderosos que não souberam nem quiseram manter até o fim a vontade de lutar pela integridade territorial da nação e que, longe disso, ajudaram o trabalho empreendido com refinamento inaudito pelo inimigo, deixando o nosso Exército sem qualquer apoio, retirando-lhe o que poderiam ter dado. [...] Na capital da República, pessoas acomodadas, que no princípio queriam a guerra, rejeitavam a resistência armada e só pensavam em salvar-se com a paz – a elas e a seus bens (1973, 250).

A pressa dos latifundiários em celebrar a paz pode ser explicada não só pela destruição deixada pelo Exército chileno, no seu deslocamento para desmantelar qualquer possibilidade de resistência e de desafio à hegemonia nesta parte da América do Sul, mas também pelo estado de revolta do povo, que acabou por desarticular todo o sistema de dominação. Com o desastre militar e a incapacidade de organizar a defesa de Lima, o povo voltou-se para o saque da cidade. As "*montoneras*" organizadas por Cáceres dedicaram-se a recrutar a massa camponesa, que, em muitos casos, se livrava dos seus patrões e chefes, dirigindo suas armas, indistintamente, contra o Exército chileno e os latifundiários. Diante de tais fatos, os últimos recorreram às forças de ocupação do inimigo para que debelassem a rebelião popular e garantissem o seu domínio (Favre 1967, 1975).

Desse modo, a "herança colonial" traduzia-se de forma cristalina em uma falta de identidade "nacional" da população do campo e dos indígenas, com relação aos setores dominantes. Um oficial chileno comunicava a seus superiores que:

> Todos os índios de Huanta e Huancayo estão sublevados. Os poucos com quem pudemos entrar em contato declararam que o seu objetivo não era combater os chilenos ou os peruanos partidários da paz, mas toda a raça branca (Favre 1975, 63).

Por sua vez, o oficial britânico delegado ao quartel general peruano diria que:

> A maioria dos oficiais, sobretudo os superiores, são descendentes dos antigos colonizadores espanhóis e, por isso, têm pouco em comum com os seus homens. O espírito da corporação é desconhecido e, embora o soldado peruano grite invariavelmente "Viva o Peru!", antes de cada ataque ou fugindo do inimigo, não sabe o que essas palavras significam e repete simplesmente o que lhe foi ordenado. Muitos eram totalmente ignorantes da causa pela qual lutavam, imaginando tratar-se de uma revolução cujas partes em conflito eram o "general Chile" (*sic*) e Piérola. Fui informado também por um oficial que muitos soldados tinham dito que "não se deixariam matar por causa dos brancos! Bonilla 1977, 59-60).

Essa era a razão pela qual aldeias inteiras declararam sua "neutralidade" no conflito para evitar o pagamento das contribuições obrigatórias exigidas pelos chilenos. Um conjunto de comunidades camponesas do Departamento de Lima, a três dias de viagem da capital, negou-se a pagar o tributo às forças de ocupação, alegando que nada tinha que ver com o Peru. Por isso, em um conto de Enrique López Albújar, o chefe de uma aldeia indígena pergunta a um dirigente da resistência antichilena: "Por que vamos fazer causa comum os *mistis piruanos*?" Com efeito, não havia qualquer razão para que os explorados se identificassem com os seus exploradores, que para eles eram tão estranhos quanto os chilenos.

Por volta de 1881, Ricardo Palma (1964, 13) escrevia nesse sentido a Nicolás de Piérola:

> Na minha opinião, a causa principal do grande desastre do 13 está em que a maioria do Peru tem uma raça abjeta e degradada, que Vossa Senhoria quis dignificar e enobrecer. O índio não tem o sentimento da pátria; é inimigo nato do branco e do homem do litoral e, senhor por senhor, tanto faz para ele que seja chileno ou turco. Explico assim o fato de que batalhões inteiros tenham abandonado suas armas, em San Juan, sem queimar um só cartucho.

> Educar o índio e inspirar-lhe o patriotismo será obra não das instituições, mas do tempo.

Outro problema foi a rebelião dos trabalhadores chineses escravizados, que se rebelaram contra os fazendeiros e criaram uma "brigada infernal", que destruía as propriedades e esmagava toda possível resistência, assolando províncias inteiras, que levariam mais de uma década para voltar a ser transitáveis. Ao mesmo tempo, em toda a costa, essa gente sofreu uma série de *pogroms*, precisando recorrer à proteção diplomática inglesa. Quando o Exército de ocupação entrou em Lima, alvoroçados os descendentes dos escravos africanos saudaram-no como uma força de liberação, ao mesmo tempo em que se dedicavam a participar das incursões contra os chineses e da destruição das propriedades rurais da burguesia (Arona 1891).

Daí em diante, a derrota frente ao Chile e a conduta dos diversos estratos sociais seriam decisivas no desenvolvimento político-ideológico do país, passando a constituir o *leitmotiv* da futura consciência castrense. Em todos os casos, o problema da integração política e nacional da população seria o núcleo das suas preocupações.

III

Formação capitalista–dependente: "república aristocrática" e enclave imperialista

Depois da falida experiência civilista e da derrota imposta pelo Chile, que significou a destruição da capacidade produtiva do país e a perda da área produtora de salitre, o país encontrou-se uma vez mais economicamente abatido e politicamente dividido, com uma classe latifundiária deslocada, sem a capacidade de organizar a população desse "espaço geográfico" chamado Peru.

Após atravessar um período aparentemente promissor para afirmar a sua hegemonia, o grupo agrocomercial viu suas ambições desvanecerem-se; outra vez o país estava em situação semelhante à de sessenta anos antes, depois de Ayacucho, a derrota das forças realistas que marcou a independência peruana. No âmbito do setor burguês da classe dominante, difundiu-se então um sentimento de frustração e pessimismo, derivado da sua incompetência para aglutinar a classe em seu conjunto, e toda a população, em torno dos seus interesses e perspectivas. Incompetência tinha sido a causa imediata do descalabro sofrido diante da classe dominante chilena, bem integrada, que soubera dar coesão ao povo em torno do Estado oligárquico.

Vários autores projetaram sobre o povo peruano a frustração e o pessimismo sofrido pela classe dominante, qualificando os peruanos de "ingovernáveis", de "povo doente", incapaz de reagir às solicitações da pátria – entidade personificada na classe "culta". A mistura de ódio, desprezo e medo dos grandes proprietários – brancos e *costeños* – com relação às camadas populares a eles submetidas (índios, chineses e negros) era a mesma que os conquistadores espanhóis tinham sustentado com respeito ao povo andino conquistado.

O descalabro político deu um impulso à produção intelectual do civilismo, destinada a pôr em evidência a causa das deficiências da sociedade peruana e dar respostas positivas ao diagnóstico resultante. Em suas expressões, prevalece um posicionamento que caracteriza a sociedade pela sua natureza dualista, como se diria hoje, reconhecendo de forma implícita a falta de integração nacional, que seria devida às diferenças e contrastes entre as regiões da costa e da serra. A população da primeira representava a civilização ocidental, enquanto os habitantes da serra, devido a uma inércia "natural", permaneciam no seu mundo primitivo, pré-hispânico e feudal. A conclusão era a necessidade de integrar fisicamente essas regiões, incorporando a economia serrana na dinâmica capitalista da costa e fundindo as duas culturas em uma entidade mestiça.

Eram retomadas assim as proposições básicas dos redatores de **La Revista de Lima**, mas agora elas tinham um tom de urgência, pois poderia haver uma repetição da derrota militar diante do Chile ou então surgirem conflitos com outros países limítrofes com os quais o Peru tinha problemas fronteiriços, pondo em perigo a existência do país ou da classe latifundiária. Por outro lado, devido à necessidade premente de legitimar a dominação sobre os camponeses, era imperativo "peruanizá-los", impedindo assim que os surtos de rebeldia étnica e classista se traduzissem em um levantamento maciço que pudesse destruir a precária ordem social.

Por essas razões, a tarefa pendente da formação de um Estado-Nação passou a ser o centro das preocupações dos intelectuais burgueses do fim do século XIX, uma preocupação que se manteve ao longo do século XX. Enquanto Fernando Casós afirmava, na campanha eleitoral de 1872, que o civilismo queria forjar uma República, na primeira década do século vinte, Victor Andrés Belaúnde reclamava: "Queremos Pátria!" – invocações que, diga-se de passagem, continuam em plena vigência.

Essa integração nacional pressupunha, em primeira instância, a instituição firme de uma classe dominante, politicamente aglutinada, capaz de organizar a economia e a sociedade mediante a centralização

estatal. Francisco García Calderón (1907), um dos mais notáveis representantes da geração dos anos 1900, propôs um projeto político nesse sentido: era preciso criar uma oligarquia culta, coesa e "progressista", isto é, interessada em ser assimilada pelo circuito internacional do capital, que sob a liderança de um "homem forte", ditasse os termos da existência social. O "cesarismo democrático" propiciado por Vallenilla Lanz na Venezuela e pelos "cientistas" mexicanos, era retomado no Peru por este autor. A ideologia, que reconhecia a incapacidade da classe dominante de organizar politicamente a sociedade sem a pressão brutal de um Gómez ou de um Díaz, unia o liberalismo com as idéias clericais e patrimoniais de Bartolomé Herrera, propiciando o estabelecimento de uma "aristocracia do espírito", que atuasse por trás das cortinas, comandando a pressão policial que devia levar a massa ignorante a seu destino previsto, à viva força, como um pastor conduzia o seu rebanho. Sob a proteção dessa aristocracia espiritual, o índio (na verdade todo o povo) se iria civilizando, entendendo que os seus interesses estavam devidamente protegidos pela classe dirigente. E só com a conclusão desse processo educativo teria condições de receber o título de cidadão.

Assim, a partir da integração política dos latifundiários, o país alcançaria a coerência e a estabilidade necessárias para conseguir a inserção (periférica) da sua economia no mercado internacional e, a partir dela, acumular os capitais que, por sua vez, reforçariam a integração política da população em torno da classe latifundiária e do Estado. Desse modo, quis García Calderón examinar a solução dos problemas fundamentais do Peru: a falta de recursos econômicos e a centralização política.

A essas idéias neocolonialistas, Manuel Gonzáles Prada contrapôs, com um vigor que deixou marca profunda na nação, a necessidade imperiosa de revolucionar a sociedade e a política do país para democratizá-lo, condição necessária para resolver a falta de compactação do conglomerado peruano. Assim, atacou violentamente os militares, os latifundiários e comerciantes pela sua responsabilidade direta na derrota diante do Chile e por colocarem os interesses particulares acima dos da nação, constituída por "nossos índios".

> Nossa forma de governo se reduz a uma grande mentira, porque não merece chamar-se de república democrática um estado em que dois ou três milhões de indivíduos vivem fora da lei. Se na costa se podem vislumbrar garantias, sob um arremedo de república, no interior todos os direitos são violados, sob um verdadeiro regime feudal. Ali não vigem códigos nem há tribunais de justiça, porque fazendeiros e chefes políticos resolvem qualquer questão arrogando-se o papel de juiz e executor das suas sentenças. [...]
>
> Quando as fazendas da costa somam quatro ou cinco mil *fanegadas* e as propriedades da serra têm trinta e até cinqüenta léguas, a nação tem que estar dividida em senhores e servos (Gonzáles Parda 1974, 185, 189).

Mas as propostas de Gonzáles Prada não encontraram bastante eco, pois no princípio do século as camadas populares iniciavam um processo de diferenciação estrutural com respeito às classes dominantes. Seria preciso duas décadas para que a sua mensagem fosse retomada por Mariátegui e Haya de la Torre.

Por isso, a única alternativa possível seria a de García Calderón, visto que, a partir da retirada do Exército de ocupação, em 1883, o Peru começou a experimentar, de maneira errática, um período de reconstrução, ou seja, um desenvolvimento incipiente do capital e da burguesia, juntamente com a centralização estatal.

Depois da retirada das forças chilenas, em 1883, continuaram, durante dois anos, as lutas entre caudilhos. O General Andrés Cáceres, herói da resistência, assumiu o poder, inaugurando um período de dez anos de governos militares. Não obstante isso, assim como em 1824, em uníssono com os latifundiários as autoridades regionais tinham pleno domínio local. Em 1888, no seu célebre discurso no Teatro Politeama, Manuel Gonzáles Prada referia-se à "tirania do juiz de paz, do governador e do padre, esta trindade embrutecedora do índio". Era evidente a distância entre o país legal e o país real, no qual as condições coloniais de exploração não tinham mudado, embora as constituições e as leis dissessem o contrário.

O pequeno Exército comandado por Cáceres, ao assumir o poder, procurou não subverter as condições existentes, retomando assim a política de distribuir prebendas administrativas entre os seus correligionários e de reconhecer como um fato as autonomias locais. Sobre tais bases foi iniciado um processo de relativa estabilidade política: os grandes comerciantes e os latifundiários exportadores apoiavam os militares, na medida em que não dispunham ainda dos meios para um projeto político autônomo e também porque a manutenção da paz social facilitava o restabelecimento da estrutura produtiva do país e da classe. Dez anos depois, o mesmo setor teria condições de livrar-se dos caudilhos e tomar o poder para usá-lo em benefício próprio.

Diante dessa coalizão insólita, Piérola, que como antes representava os interesses anticivilistas e, em especial, os latifundiários do Sul, enfrentou essa aliança militar-civilista. Os motivos alegados para isso foram a responsabilidade dos civilistas pela bancarrota fiscal dos anos 1870 e o desastre militar que a sucedeu. Essa oposição respondia também à idéia que os seguidores de Piérola faziam do apoio civilista ao governo de Cáceres como um meio para reconquistar a posição preponderante que tinham gozado, contrariando os latifundiários e a Igreja.

O conflito evidenciou-se quando, depois da retirada chilena, os bancos e o governo da Inglaterra fizeram uma forte pressão sobre o governo de Lima para que este pagasse os 51 milhões de libras esterlinas dos empréstimos concedidos na época do guano, pagamento que o governo peruano não tinha condições de fazer, devido à exaustão das jazidas de guano, à perda dos territórios produtores de salitre e à difícil situação da agricultura de exportação. No entanto, para restabelecer a economia do país e da burguesia, a solução do problema da dívida externa era cada vez mais urgente. Depois de três anos de negociação, o governo de Cáceres concluiu o chamado "Contrato Grace", cujos termos eram difíceis de executar devido à forte oposição dos representantes parlamentares – basicamente os seguidores de Piérola. Para implementar o acordo o Executivo precisou persegui-los e prendê-los.

O Contrato Grace entre o governo peruano e os portadores de títulos da dívida externa, que posteriormente formaram a *Peruvian Corporation*, estipulava que o governo lhes cederia a exploração das ferrovias por 66 anos, a livre importação dos materiais necessários para a sua reconstrução e equipamento e a livre circulação pelo lago Titicaca. O governo, por sua vez, comprometia-se a entregar três milhões de toneladas de guano, a conceder uma concessão de dois milhões de hectares na selva do Perené e, *last but not least*, a pagar 33 anualidades de 80.000 libras cada uma. Em troca, os credores comprometiam-se também a reconstruir as ferrovias destruídas durante a guerra e a terminar a construção daquelas que tinham sido interrompidas (Basadre 1968, XIII, 262).

Para os seguidores de Piérola, a assinatura do Contrato Grace significava (como antes dele o sistema de consignação da venda de guano) a entrega dos recursos nacionais ao capital estrangeiro e uma intromissão na soberania nacional. Nesse sentido, sua nova batalha implicava retomar a luta empreendida vinte anos antes pelo grupo senhorial contra os interesses da burguesia comercial, que havia controlado a exploração do guano e, associada às empresas e potências européias, procurara garantir vantagens para si, sem levar em conta os interesses da classe e do país em geral.

Nesse sentido, assim como em outras partes da América Latina, como anticapitalistas, os latifundiários eram "nacionalistas" *avant la lettre*. De seu lado, a burguesia de Lima estava voltada para o exterior, na medida em que buscava incorporar-se plenamente ao circuito capitalista internacional.

O apoio dado pela maioria dos civilistas à assinatura do Contrato Grace baseava-se em considerações pragmáticas. Para eles, este contrato significava que o país, e os exportadores em particular, poderiam recuperar o crédito internacional que tinham perdido. Além disso, o acordo com os portadores de bônus aliviava o ônus do serviço da dívida externa, dando ao governo a possibilidade de dedicar sua receita limitada para assegurar a paz social, a integração territorial do país e a sua inserção no mercado internacional. Finalmente, o acordo deveria promover um

novo fluxo de capitais estrangeiros, em apoio à recuperação econômica do Peru.

Na medida em que se afirmava tal recuperação, e a dos exportadores, fazia-se sentir também a necessidade de que estes dirigissem diretamente os assuntos do Estado, obstaculizado pelo monopólio militar sobre a vida política nacional. Embora o "cacerismo" tenha contribuído para estabilizar o Estado durante os anos oitenta, esse caudilhismo (como acontecera antes, durante os anos sessenta) era um empecilho para reestruturar o Estado e facilitar a expansão da produção e das camadas sociais que ela beneficiava. Com efeito, o o caudilhismo "cacerista" tinha por meta a unidade e a estabilidade política do governo, a ser conseguida com a distribuição de prebendas entre os aliados do Chefe. Pela sua formação e a anterior experiência bélica, os militares focalizavam o problema em termos de controle, sem levar em conta os requisitos econômicos e políticos da unidade e da estabilidade. Por isso, esse governo não pôde servir os fins de desenvolvimento e fortalecimento da produção e do setor burguês, que se reconstituía rapidamente, assim como as exigências dos setores populares urbanos, que começavam a pressionar por maior participação econômica e política.

Nessas condições, que apontavam para uma próxima divisão da coalizão governante, surgiu um novo problema, que iria afetar a precária estabilidade política do país. Desde o fim dos anos oitenta, a prata começou a se depreciar no mercado internacional e a maioria das moedas "duras" tinha convertido sua paridade para o ouro. Juntamente com o México e a Índia, o Peru continuava com o padrão-prata, o que significava que os exportadores, principalmente de açúcar e algodão, conseguiam receber em ouro e reduziam consideravelmente seus custos de produção, ao efetuar pagamentos em prata depreciada.

Os agricultores que produziam para o mercado interno ou que colocavam a sua produção por intermédio de agentes comerciais, que se incumbiam de comercializá-la na Europa e nos Estados Unidos (caso típico da lã produzida pelos fazendeiros do Sul) se ressentiam duramente da depreciação da moeda. A mesma situação ocorria com os setores populares urbanos, proletários e artesanais, que viam diminuir

seu poder aquisitivo, o que provocou em Lima a primeira mobilização operária.

Dentro desse quadro, o país viu surgir em toda parte grupos de cavaleiros rebeldes, as *montoneras*, que, a partir de 1893, Piérola foi articulando, até que, dois anos depois, conseguiu derrotar o Exército e os governos militaristas; estes, sob a liderança de Cáceres, vinham-se sucedendo desde 1886. Assim, em um lapso de três décadas o Exército sofreu três derrotas, o que o deixou profundamente desprestigiado e carente: a primeira vez pela população de Lima (1872), a segunda pelos chilenos e a terceira pela mobilização popular que fizera do "Califa" (como Piérola era conhecido) um caudilho.

O triunfo político dos seguidores de Piérola, devido às *montoneras* populares, revelava a persistente debilidade política do setor burguês da classe proprietária, apesar da relativa expansão econômica que tinha gozado na última década; em troca, assinalava a vigência política das oligarquias regionais pré-capitalistas, como era o caso dos latifundiários da região meridional. Paradoxalmente o governo iniciado por Piérola deu um impulso ao desenvolvimento capitalista do país, começando o deslocamento das autonomias regionais e dos seus grupos de poder.

A partir de 1895, com o governo de Nicolás de Piérola, teve início o que se chamou de "República Aristocrática". Desde então, e até 1919, a despeito de persistirem motivos de dissidência interna na classe dominante, o grupo que representava os interesses dos exportadores dirigiu a política governamental e teve influência suficiente para fazer do Estado seu instrumento político de desenvolvimento.

Portanto, no princípio do século dezenove, o setor burguês da classe dominante foi capaz de afastar do poder político os latifundiários, *em termos relativos*, e de controlar os recursos econômicos e políticos do país. Contudo essa dominação burguesa baseava-se na articulação da burguesia nativa com os grupos senhoriais, permanecendo pendente o problema da democratização da sociedade. Ao mesmo tempo, sua articulação com o capital imperialista tornou impossível o seu desenvolvimento como classe "nacional", ou seja, como classe dirigente da sociedade peruana.

Ao assumir o poder, Nicolás de Piérola teve de se adaptar rapidamente às novas condições econômicas e sociais que o país vinha atravessando, favorecendo assim o desenvolvimento do capital que devia permitir a recuperação da produção e a reconstrução do aparato estatal. Nesse sentido, a ação dos seguidores de Piérola consistiu em modernizar o Estado, de modo a permitir a uma burguesia emergente contar com os recursos institucionais necessários para assegurar a sua inserção periférica no capitalismo internacional. Nas condições então existentes, isso significava a reorganização do Exército e a entrega dos recursos públicos aos grupos que controlavam o processo da produção.

Dessa forma, Piérola procurou erradicar as tendências centrífugas do Exército, criando suas primeira escolas profissionais, com a assessoria de missões européias, no entendimento de que isso iria favorecer a profissionalização dos militares e a sua subordinação efetiva ao governo.

Em segundo lugar, tomou uma série de medidas destinadas a dinamizar a atividade do capital. A despeito da oposição incisiva ao Contrato Grace, aparentemente pelos mesmos motivos pragmáticos levantados pelos civilistas no Parlamento, não ofereceu obstáculos à sua manutenção. Equilibrou o orçamento, reduziu os direitos de exportação do açúcar e do algodão, assim como os direitos de importação sobre bens de capital e insumos industriais, favorecendo os interesses da burguesia.

Uma das medidas econômicas mais importantes do governo de Piérola foi a adoção do padrão-ouro e a supressão paulatina da livre cunhagem de moedas de prata. No entanto, a paridade monetária só foi conseguida em 1901: uma medida que precisou ser gradual, devido à resistência tenaz das empresas e bancos privados estrangeiros, que viam nessa política a perda da sua sobretaxa de lucro. Para torná-la efetiva, Piérola viu-se obrigado não só a consultar exportadores e financistas, como a transferir-lhes as funções de emissão de moeda e recolhimento de impostos.

Até então, a arrecadação dos tributos, uma das prebendas favoritas tanto durante o domínio espanhol como mais tarde, na fase do caudilhismo militar, era confiada por meio de licitação a um particular,

seguindo antigo procedimento colonial. Piérola solicitou à Câmara de Comércio (herdeira do Tribunal do Consulado) a redação de um projeto de lei para criar uma empresa arrecadadora dos impostos. Os membros mais importantes desta instituição foram os fundadores da *Sociedad Anónima Recaudadora de Impuestos* – que uma década depois se transformou na Caixa de Depósitos e Consignações e só em 1963 seria estatizada, dando lugar à criação do *Banco de la Nación*. Aquela empresa, de caráter privado, incumbiu-se de arrecadar os impostos, mediante a cobrança de uma comissão.

Em 1896, devido à crescente importância da agricultura, da mineração e, em menor escala, da indústria, Piérola decretou a formação de três instituições, desdobradas da Sociedade de Agricultura e Mineração, constituída em 1887: as Sociedades Nacionais de Agricultura, Mineração e Indústrias, que representavam funcionalmente estes setores econômicos junto ao Ministério do Fomento, criado pelo seu governo, articulando com o Estado os diversos interesses da burguesia em formação.

Como bom discípulo de Bartolomé Herrera, Piérola considerava-se "convocado" a governar pela força divina; no entanto, os civilistas, sem contar com esse espírito providencial, encontraram no governo o conduto necessário para alcançar suas aspirações hegemônicas. Com efeito, graças ao deslocamento do militarismo e às medidas de modernização do Estado, o civilismo passou a apoiar Piérola abertamente.

Por isso, o governo de Piérola foi perdendo o entusiasmo popular do primeiro momento. Basadre (1943) diria que "pouco a pouco se criou uma separação entre Estado e povo, governo e nação"; não podia ser diferente, já que o movimento acaudilhado por Piérola tinha uma base popular que o foi abandonando à medida que o seu governo se associava aos interesses do setor preponderante da classe proprietária e, além disso, porque o mesmo governo preparava a transmissão do poder à nova burguesia civilista (Basadre 1965). Nesse sentido, Piérola fomentou o desmembramento do Partido Democrático, que ele tinha fundado, enfrentando novos motivos de dissidência política no setor dirigente. Assim teve início, no fim do século, a recomposição do quadro

político dominante, seguindo o ritmo das transformações econômicas e sociais que o país vinha experimentando.

No entanto, juntamente com a recuperação econômica da burguesia e do aparelho estatal, foi sendo aberto caminho para o capital estrangeiro, que, a partir da primeira década do século XX, passou a dominar a existência do país, distorcendo os planos originais dos proprietários peruanos. Em meados da década de oitenta. o Peru experimentou um rápido processo de reconstrução da sua devastada estrutura produtiva, graças à demanda internacional de açúcar, algodão e prata. No entanto, dadas as condições de que saía o país, só o capital estrangeiro podia prover os recursos necessários para empreender tal reconstrução. Com efeito, a guerra com o Chile destruíra a economia nacional: fazendas e minas jaziam abandonadas, os seus proprietários encontravam-se muito endividados com a assistência técnica estrangeira. Por último, com o Contrato Grace, as fontes de produção mais importantes tinham sido transferidas para a *Peruvian Corporation*.

Essas circunstâncias foram decisivas para definir o tipo de articulação neocolonial estabelecida a partir desse momento entre o Peru e as economias capitalistas, em plena expansão e concentração monopolista. De fato, a profunda escassez de recursos dos proprietários e do Estado permitiu que a burguesia comercial e seus representantes no governo buscassem a solução para seus problemas no capital estrangeiro. Esta decisão foi definitiva para impedir a formação de uma burguesia capaz de controlar a produção e de um Estado capaz de reconhecer e defender o interesse nacional.

Assim, as firmas estrangeiras que comercializavam as exportações adiantaram aos proprietários os capitais necessários e eles passaram a ser seus dependentes, ao mesmo tempo em que começavam a participar diretamente da produção de matérias-primas. Embora desde os anos sessenta começasse a haver transferências de propriedades agrícolas a empresas estrangeiras, esse processo acelerou-se depois da crise econômica da década de setenta, reiniciando-se de forma intensa no princípio do século vinte. Ao mesmo tempo, foram estabelecidas no Peru filiais de casas comerciais e bancárias estrangeiras (Grace, Milne,

Duncan Fox, Graham & Rowe, assim como dos Bancos do Peru e Londres, Italiano, Alemão Transatlântico, Mercantil), e foram formados bancos e empresas de seguros com participação mista, encarregados de financiar a produção e a comercialização das exportações.

O capital estrangeiro incorporado ao país durante os últimos anos do século XIX tinha um interesse primordial na comercialização da produção, deixando para o capital nacional uma margem de movimentação autônoma. Observava-se assim o princípio de um lento processo de industrialização, caracterizado por estar articulado com a produção voltada para o mercado externo.

Depois de um período de auge da exportação da prata, na década de oitenta, esta atividade declinou violentamente, dada a depreciação sofrida no mercado internacional em função da mudança universal da paridade monetária, orientada agora para o ouro. O excedente acumulado pelos mineiros, produtores de açúcar e de algodão, bem como pelos imigrantes dedicados ao comércio, transferiu-se para a indústria de tecidos e alimentos, e para a montagem de fundições destinadas a fabricar engenhos açucareiros e usinas de processamento (Bolinger 1970, Bertram 1974). Vários fatores conjugaram-se para viabilizar o desenvolvimento das manufaturas durante a última década do século XIX e a primeira do século XX (Thorp e Bertram 1974).

A queda dos preços internacionais da prata significou uma forte desvalorização da libra peruana, baseada na paridade com esse metal; a conseqüência foi um aumento geral dos preços e do custo de vida. Tudo isso se deveu ao fato de que os bens consumidos pela população urbana eram importados, enquanto os salários e as rendas das classes proprietárias, mantidos sem alteração, perdiam poder aquisitivo. Além disso, os governos que se sucederam, de Cáceres até Piérola, inclusive o último, por estritas razões fiscais, mantiveram direitos de importação elevados, o que deu lugar a uma conjuntura favorável para a produção industrial, tendo em vista que: "a indústria foi provida de uma margem crescente de proteção e de uma margem igualmente crescente de receita, em relação aos custos" (Thorp e Bertram 1974, 7).

Enquanto, em 1890, a produção local representava menos de dez por cento do consumo de tecidos de algodão, quinze anos mais tarde esta proporção aumentou para cerca de um terço do consumo total; ao mesmo tempo, em termos absolutos, a produção tinha duplicado. Nas primeiras décadas do século XX, a expansão da capacidade instalada na indústria têxtil cresceu 140%. A industrialização em curso representou um crescimento significativo da população assalariada. Capello (1974, 67) estima que, em 1890, Lima contava com cem mil habitantes, dos quais seis mil eram operários e dezesseis mil, artesãos. [1]

No entanto, esse processo de industrialização, contemporâneo ao que era iniciado em outros países da região, não se sustentou com a mesma intensidade depois da primeira década do século XX. Para isso, teve importância fundamental a crescente penetração do capital estrangeiro, na sua fase imperialista.

Nessa conjuntura, na qual ainda se percebia a existência de várias alternativas político-econômicas, abriu-se uma polêmica no seio da burguesia, com referência à política econômica que o Estado devia seguir. Com diferentes matizes, o debate centrava-se em torno da conveniência de criar uma proteção aduaneira à produção interna e do papel que devia ser atribuído ao capital estrangeiro no desenvolvimento nacional.

Durante o século XIX, autores como Copello e Petriconi (1871) haviam-se adiantado em pedir proteção estatal para os produtores nacionais, o que deveria permitir um desenvolvimento capitalista autônomo. Em 1900, Felipe Barreda y Osma propôs, no mesmo

[1] O autor estima que, ao terminar a primeira década do século, havia no país cerca de 100.000 assalariados, assim divididos: 21.000 trabalhando nas plantações de cana-de-açúcar; 10.000, nas de arroz; cerca de 40.000, nas de algodão e 20.000 trabalhando na mineração. Na indústria, esse número não devia ultrapassar 10.000. Em outras palavras, o que naquela época se poderia considerar como classe operária correspondia aproximadamente a 3,5% da população total do país e 6% da "população economicamente ativa". Estes números, muito tentativos, sugerem a magnitude provável desse setor da classe popular e o grau de desenvolvimento do capitalismo. Até mesmo o número de assalariados deve ser tomado com cautela, já que boa parte dos trabalhadores agrícolas e mineiros tinha emprego temporário e estava submetida à prática do chamado "*enganche*".

sentido, elevar a tarifa aduaneira para proteger a indústria e permitir a acumulação de riqueza. Essa proteção não só garantiria emprego estável à população como permitiria ao governo aumentar sua receita, mediante o imposto aduaneiro e de consumo, além de criar uma infra-estrutura econômica no país.

Contrários a essa posição, Garland (1896, 1900) e Gubbins (1899) argumentavam em favor do fomento às atividades nas quais o país tinha "vantagens comparativas" no comércio internacional. Garland advertia que o Peru se encontrava em pavorosa situação de abandono, que comprometia a vida da nação e a existência do Estado. Para resolver essa crise, propunha ampliar o comércio internacional, expandindo as exportações agrícolas e minerais, cujos benefícios serviriam de incentivo para que capitais e imigrantes se estabelecessem no país.

> O que contribuiria em primeiro lugar para atrair à nossa terra braços e capitais é o comércio, que nasce do transporte dos produtos brutos do nosso solo, em troca dos produtos manufaturados da Europa fabril e, em segundo lugar, a exploração dos produtos agrícolas e minerais. O estímulo para esses capitais e esses braços são os ganhos que o comércio internacional possa deixar-lhes, alimentado por nossa agricultura e mineração, mas não, seguramente, o estabelecimento de indústrias radicadas no nosso território com mercados de consumo raquíticos (Garland 1896, 33).

A essa argumentação clássica o autor acrescentava certas medidas insólitas. Em primeiro lugar, enfatizava a necessidade de subdividir a propriedade da terra, não só para redistribuir a riqueza, mas também para aumentar o número dos *cidadãos*: só por esse meio os camponeses se tornariam peruanos, interessando-se pelo desenvolvimento e a defesa do país.

O mesmo autor considerava indispensável a expansão das funções do Estado, para controlar o capital estrangeiro e as atribuições públicas. Solicitava assim a redução dos fretes pagos pelos produtos minerais exportados, que eram transportados pela *Peruvian Corporation*, e a criação de uma empresa nacional de transporte marítimo, para

economizar o pagamento feito a empresas estrangeiras. Quanto ao capital peruano, propôs a estatização da empresa privada incumbida de recolher os impostos, função pela qual o governo chegava a pagar 30% do valor envolvido. Ao mesmo tempo, Gubbins reiterava a necessidade de que o Peru utilizasse seus recursos mais abundantes, aqueles que maiores vantagens lhe traziam no comércio internacional: as indústrias extrativas. Apesar disso, o autor era extremamente crítico do papel dos investimentos estrangeiros, que já davam mostras de vir a ser os centros dominantes da economia:

> Embora não pretenda fechar as portas ao capital estrangeiro, não estou entre os que acreditam ver nele o único meio de desenvolver as riquezas do Peru. Acredito que o capital mais útil, que mais probabilidade oferece de ser bem aplicado, é o fruto da economia e da poupança, virtudes que a boa remuneração recebida hoje pelo capital estimula, e que se enfraqueceria com a vinda de capitais estrangeiros e a conseqüente redução dos lucros. Em outras palavras, a afluência dos capitais estrangeiros vem retardar a acumulação dos capitais nacionais (Gubbins 1899, 34).

Note-se que essas propostas têm um denominador comum, expressando a necessidade de que a burguesia nacional controlasse diretamente a produção e a expansão do mercado interno, como forma de conseguir a capitalização do país. No entanto, simultaneamente a essa polêmica, o capital estrangeiro começou a intervir de forma intensa nas fontes de produção de mercadorias destinadas à exportação, fazendo que esse debate deixasse de ter sentido.

Com a mudança do século, teve início o ingresso de novos capitais estrangeiros, principalmente norte-americanos, que, além de concentrar-se nos setores tradicionais do comércio, das finanças e do transporte, voltaram-se para a produção direta de matérias-primas agrícolas e, em especial, minerais (Bertam 1974, Bollinger 1970, Carey 1964). Além disso, estes capitais procediam de empresas pioneiras do desenvolvimento monopolista (imperialista) do capital norte-americano e procuravam insumos baratos em relação aos que podiam conseguir no mercado do próprio país, para reduzir o custo dos manufaturados.

Na região central da Serra foi organizada a *Cerro de Pasco Mining Company*, com capitais de Vanderbilt, Morgan e Hearst. No transcurso das duas primeiras décadas, esta empresa absorveu firmas inglesas, passando a controlar os centros de mineração de Cerro de Pasco, Morococha e Casapalca. Outras empresas norte-americanas dedicaram-se também à exploração do vanádio, controlando 80% da produção mundial, e do tungstênio. Em 1913, a *Standard Oil of New Jersey* adquiriu os interesses britânicos nas jazidas petrolíferas situadas na costa setentrional do país, transformando-as no centro petrolífero mais importante da costa do Pacífico.

Na agricultura, observou-se uma experiência semelhante, com o reinício do processo de concentração estrangeira da propriedade agrária dedicada à produção de açúcar, iniciado na década de setenta (Klarén 1970). Em 1883 a fazenda Cartavio passou para as mãos da Casa Grace; com o apoio de capitais alemães, a família Gildemeister adquiriu Casagrande, enquanto a família Larco aumentou suas terras com assistência financeira da firma inglesa *Graham & Rowe*, para vendê-las, em 1920, a Casagrande. Diferentemente do açúcar, as terras dedicadas ao algodão não sofreram uma concentração tão impressionante em mãos estrangeiras; no entanto, a comercialização deste produto não escapou do monopólio praticado por Grace, Milne e Duncan Fox.

As plantações e as minas alcançaram alto grau de autonomia, configurando típicas *company towns*, com sua pousada, hospital, "*guachimanes*", moradias divididas conforme a hierarquia e a nacionalidade dos ocupantes e, por último, com a restrição do acesso de "estranhos". Dessa forma, as concentrações empresariais tornaram-se verdadeiros enclaves políticos, nos quais a soberania nacional era cedida a um proprietário particular, além de tudo estrangeiro.

Para facilitar o ingresso de capitais estrangeiros e a concentração da propriedade agrícola, o governo que sucedeu Piérola, explicitamente civilista, adotou dois dispositivos-chave. Em primeiro lugar, decretou um novo Código de Águas (que só seria modificado em 1969), regulamentando a irrigação proporcionalmente à extensão da propriedade. Com base nesta legislação, facilitou-se a expansão dos

grandes capitalistas rurais. Em segundo lugar, revogou a lei que proibia os estrangeiros de ter propriedades, a qual remontava à legislação hispânica (no mesmo sentido assegurou-se a tolerância dos cultos religiosos não-católicos).

Dado o seu caráter monopolista, o capital estrangeiro não tardou a controlar diretamente não só a produção de matérias-primas, mas também sua comercialização, transporte e financiamento. Por extensão, dominou a maior parte do comércio exterior, os meios de comunicação interna e externa, bem como as principais instituições creditícias. Apenas como ilustração: das 79 diretorias das seis firmas mais importantes, todas estrangeiras, 48 estavam em mãos de quinze pessoas, das quais dez figuravam no Banco do Peru e Londres (Bollinger 1970, 236).

A integração horizontal do capital monopolista facilitava a sua capacidade de maximizar os lucros, minimizar os riscos e ter condições de adaptar-se com rapidez às diferentes conjunturas internas e do mercado internacional para exportar e realizar, no exterior, a mais-valia gerada pelos trabalhadores peruanos.

O caso mais complexo dessa forma de articulação foi provavelmente o da Casa Grace. Ela contava com fazendas produtoras de açúcar, artigo que a mesma firma comerciava com o exterior, usando os próprios barcos, da *Grace Line*, e financiando tais operações por meio da sua participação em vários bancos de Lima. A Casa Grace adquiriu várias fábricas têxteis, chegando a controlar 45% da produção têxtil. Ao mesmo tempo, controlava quase 60% das exportações de algodão e tinha uma participação destacada na importação de tecidos de algodão. Por último, a Casa Grace era uma das maiores firmas importadoras de bens de capital e produtos intermediários.

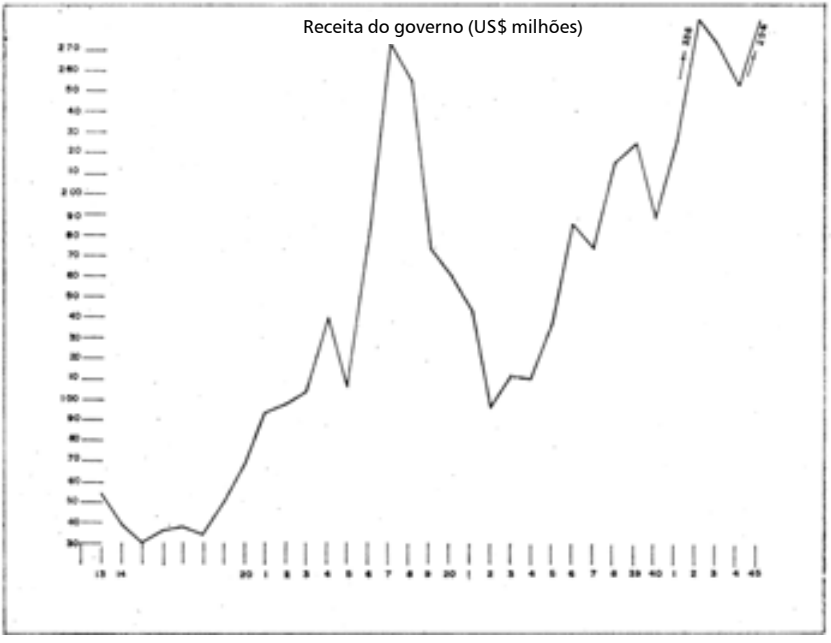
Nessas condições, as empresas expandiram de forma notável a produção de matérias-primas, de acordo com as necessidades industriais dos respectivos mercados nacionais, favorecendo assim o crescimento do comércio exterior do Peru (Bonilla 1977b). A abertura do Canal do Panamá teve uma incidência drástica, ao reduzir a distância do Peru à Europa e à costa oriental norte-americana.

Entre 1898 e 1918, as exportações aumentaram oito vezes, devido ao crescimento espetacular do cobre e do petróleo, monopolizados pelo capital norte-americano. Em 1886, as mineradoras exportavam cerca de 423.000 libras peruanas, em torno de dois milhões de dólares; em 1918, exportavam dez milhões de libras peruanas, ou seja, cinqüenta milhões de dólares.

Em 1919, o valor total das exportações de produtos minerais representava menos da metade da exportação agrícola, mas, em 1925, esta foi ultrapassada e, quatro anos depois, os produtos minerais correspondiam a duas vezes o valor das exportações agrícolas. Naquela época, 40% das exportações de açúcar, o item mais importante da exportação agrícola, eram controlados pelo capital norte-americano.

O crescimento do comércio exterior determinou, por sua vez, um aumento significativo do transporte ferroviário, a cargo da *Peruvian Corporation*, assim como do transporte marítimo, disputado pela firma norte-americana *Grace Line* e pela britânica *Pacific Steam Navigation*. Em 1890 as estradas de ferro transportaram 442.000 toneladas de carga e 2,5 milhões de passageiros; em 1917, estes números subiram para 2,5 milhões de toneladas e 25 milhões de passageiros. Em 1904, o transporte marítimo alcançou 1,8 milhão de toneladas, enquanto treze anos mais tarde esse número foi quatro vezes maior (Basadre 1961, VI, 40-46).

Gráfico 2
Receita do governo (milhões de dólares), 1913–1945



Fonte: *Anuários Estatísticos*, Ministério da Fazenda e do Comércio.

O ingresso do capital estrangeiro impediu a formação de um eixo integrador da economia peruana, ao interromper o esforço em marcha no sentido de associar a agricultura e a mineração com a indústria; o objetivo dessas inversões era suprir matérias-primas às casas-matrizes, ao menor custo possível, e favorecer as exportações industriais. Além disso, o fato de que essas empresas fossem estrangeiras determinou que escolhessem a tecnologia disponível nos países de origem. Completava-se assim a formação neocolonial da economia peruana: enquanto o país fornecia as matérias-primas, a produção de bens de capital, dinamizadora e integradora das economias modernas, desenvolvia-se nos países fornecedores de capital; os benefícios gerados pela produção e transformação das matérias-primas eram capitalizados nos mercados internos das empresas estrangeiras.

A articulação neocolonial criou condições para restringir até mesmo o desenvolvimento das indústrias dedicadas ao consumo urbano. A invasão maciça de capitais estrangeiros, destinados à compra de terras e concessões de mineração, assim como ao pagamento de salários; a crescente receita governamental pelos direitos de exportação (havendo expirado em 1915 a isenção tributária concedida por 25 anos à mineração); o empréstimo que o governo peruano conseguiu colocar, em 1905, o primeiro depois da fase do guano, são fatores que determinaram a sobrevalorização da moeda, com o conseqüente crescimento da capacidade de importar e a alteração dos preços das manufaturas, em favor das mercadorias importadas. A sobrevalorização da moeda associou-se à falta de elasticidade da oferta de alimentos, pela qual os preços internos subiram entre 65% e 95% na primeira década, enquanto o aumento médio dos preços dos produtos importados foi de apenas 19% (Thorp e Bertram 1974).

Somou-se a tudo isso a redução progressiva das tarifas de importação, a partir do princípio da segunda década. Em 1910, a tarifa média era de cerca de 20%, mas sete anos depois tinha caído para 9%. No relativo aos tecidos, no princípio do século a tarifa era de 40% e, em 1923, tinha caído para 13%.

Débeis, os setores industriais não conseguiram afirmar seus interesses, pressionando o governo para elevar as tarifas, pois as pequenas e médias indústrias, dedicadas principalmente à produção de bebidas e alimentos, não contavam com uma competição substancial de mercadorias importadas e, além disso, estavam monopolizadas por imigrantes que não participavam dos grupos oligárquicos, o que lhes dava pouca capacidade de promover os seus interesses. Em segundo lugar, as indústrias mais importantes em mãos de peruanos, principalmente as de tecidos, preferiam investir seus lucros na produção de algodão e açúcar, onde as oportunidades de investimento superavam as da indústria, especialmente entre 1917 e 1921, devido à súbita elevação do preço daqueles produtos.

A partir do princípio do século, devido às pressões da população urbana para deter a elevação do custo de vida, o governo considerou

que a elevação só podia ser controlada mediante a redução das tarifas de importação. Enquanto, em fins do século XIX, os artesãos exigiam uma política protecionista, os trabalhadores assalariados defendiam sua capacidade de compra.

Por último, e diferentemente do que ocorria naquele momento em outros países latino-americanos, o Peru não tinha um problema de balanço de pagamentos. Graças ao aumento das exportações e à elevação do preço dos seus produtos, a partir da Primeira Guerra Mundial, o país contava com um excesso de reservas. Nesse lapso, o valor das exportações triplicou, enquanto só em 1919 dobrou o montante total das importações, a despeito dos preços mais altos. Assim, o país não se via obrigado a adiar as importações, nem estimulado a desenvolver uma política para substituí-las.

A esses aspectos conjunturais somou-se o fato de que os principais importadores, os enclaves estrangeiros, encontraram no comércio de importação uma nova fonte de renda. Conseqüentemente, não só favoreciam a importação de bens de capital para desenvolverem as suas empresas, o que determinou o fechamento das fábricas locais que se dedicavam ao ramo, como aumentaram as importações de bens de consumo dos seus trabalhadores, destruindo a atividade artesanal de regiões inteiras do país (Klarén 1970).

Dessa forma, as empresas estrangeiras passaram a funcionar como *enclaves* (Cardoso e Faletto 1973). Com efeito, elas impediram o desenvolvimento de encadeamentos sucessivos no processo da produção, limitando a oportunidade de emprego na indústria e, portanto, restringindo o desenvolvimento do mercado interno. Formou-se, pois, um círculo vicioso que assegurava a persistência de uma área pré-capitalista generalizada. Por sua vez, a situação assegurava às firmas taxas de lucratividade superiores às que poderiam conseguir nos respectivos mercados nacionais, já que o setor pré-capitalista lhes fornecia força de trabalho, alimentos e produtos artesanais, sendo possível regular os salários pagos, de forma a garantir que os custos de reprodução da mão-de-obra fossem mantidos em nível inferior ao existente nos países capitalistas, onde o salário é determinado pelo mercado de trabalho industrial (Quijano 1973).

> Uma das razões pelas quais o trabalho não qualificado e de tempo parcial era aceitável para as empresas de mineração era o seu baixo custo. Como na realidade os camponeses dependiam da sua produção agrícola para subsistir, seus salários podiam ser fixados em nível muito baixo [...].

Se alguma vez os mineiros podiam livrar-se das suas dívidas, isto se devia a seus vínculos permanentes com a agricultura. Para economizar os salários, os mineiros levavam consigo, para as minas, animais e comida. As empresas mineradoras beneficiaram-se dessa situação, que lhes permitia manter baixos os salários (DeWind 1974–6, 10, 11).

Assim, o bloqueio ao processo de industrialização e à expansão do mercado interno foi devido a um jogo duplo: em primeiro lugar, ao caráter imperialista do capital estrangeiro; em segundo lugar, ao uso extensivo da força de trabalho pré-capitalista.[2]

Em resumo, a reestruturação da sociedade peruana, a partir da inserção dos enclaves imperialistas, fez-se mediante uma articulação complexa do modo de produção capitalista, centralizado principalmente na região da Costa, com o de natureza pré-capitalista, enraizada na Serra.

Este tipo de associação entre o capital imperialista e o pré-capitalismo determinou, a partir de então, o efetivo "desenvolvimento desigual e combinado" e a "heterogeneidade estrutural", traços distintivos da sociedade peruana. A Costa, sobretudo, foi-se tornando cada vez mais capitalista nas suas relações sociais, configurando-se ali um padrão cultural "*criollo*", enquanto na Serra se cristalizou o padrão "indígena", com a manutenção de formas arcaicas de produção. Acentua-se, pois, a imagem dupla e ambígua do país. A despeito dessas relações estruturais, dentro das classes e entre elas se reforçaram as distâncias culturais. Assim, um novo hiato, mais profundo, passou a comprometer a identidade das classes e da sociedade no seu conjunto.

[2] Em um trabalho minucioso sobre a formação do eixo regional Lima–Andahuaylas, durante as três primeiras décadas do século, Rodrigo Montoya (1977) menciona "a formação de um mercado interno onde se realiza uma parte da produção capitalista estrangeira e peruana, ao mesmo tempo em que se dá a apropriação da mais-valia não capitalista em um único processo econômico".

Nessas condições, a emergente burguesia peruana perdeu a derradeira possibilidade de afirmar-se como classe nacional e hegemônica. Sua única alternativa foi assimilar a dinâmica imposta pelo capital estrangeiro, como produtores a ele subordinados. Na incapacidade da classe dominante, em especial do seu grupo burguês, de articular-se politicamente e construir um Estado efetivamente centralizado, unindo o país legal ao país real, devemos encontrar a razão deste fracasso interrompido dos proprietários na tentativa de constituir-se no grupo hegemônico da sociedade peruana do século XX. A inveterada fragmentação política dos proprietários impediu a formação de um governo nacional sólido e consistente, capaz de mobilizar e assegurar o pleno apoio da população para negociar com o imperialismo e proteger o desenvolvimento da burguesia peruana, que dava mostras da sua capacidade empresarial. Victor Andrés Belaúnde, referindo-se à "plutocracia *costeña*", diria:

> Desde logo, ela teve um pecado original. Nossa plutocracia não foi a oligarquia agrária do Chile, tradicional e sã; a base da sua influência econômica não foi também principalmente o trabalho: foi a obra graciosa do próprio Estado. Este fato deu-lhe um caráter especial e definiu uma tendência que só gradualmente se irá desfazendo. Além disso, teve o defeito de não se arriscar profundamente na terra, de não se solidarizar intensamente com o país, de viver sempre com a nostalgia de outros mundos e com o forte desejo de escapar. Ninguém poderá negar as tendências absenteístas da nossa oligarquia. Por isso o nacionalismo peruano não pode tê-la como base principal da sua obra futura. Faltam os ideais positivos, de aspirações elevadas e profundas; ela é corroída lentamente por interesses contraditórios (1931a, 117).

No Chile, a integração política dos proprietários no Estado oligárquico, que aconteceu bem cedo, tornou possível o desenvolvimento de uma capacidade de negociação com o capital estrangeiro que salvaguardou os interesses agrários e permitiu, dentro de certos limites, a formação de uma burguesia e a obtenção de uma fiança do Estado, por meio do sistema fiscal (Hirschman 1977).

No entanto, embora a burguesia peruana tenha perdido qualquer possibilidade de dirigir a transformação capitalista do país, conseguiu enriquecer à sombra do imperialismo, consumando a tarefa de recuperação que não se tinha proposto. Em 1922, um parlamentar vangloriavam-se de que nunca antes o país contara com um número tão grande de milionários. Essa experiência exitosa da burguesia peruana reforçou o seu interesse em manter o padrão de desenvolvimento em torno do capital estrangeiro.

O desenvolvimento capitalista dirigido pelos enclaves imperialistas e sua associação com o modo de produção pré-capitalista representaram uma reestruturação importante da sociedade. Como se disse, para os proprietários foi oportuno o início de uma diferenciação interna, com a conseqüente emergência das camadas burguesas e o deslocamento e subordinação dos latifundiários.

Nas camadas populares, a reestruturação foi levada a cabo a partir de dois fenômenos complementares, embora aparentemente contraditórios: de um lado, houve um processo de semiproletarização, baseado no sistema de *"enganche"*; de outro, as relações de produção pré-capitalistas fortaleceram-se e expandiram-se, dando lugar a maior dependência do campo e do indígena.

Inicialmente, o desenvolvimento do capitalismo precisou enfrentar dois problemas cruciais. Em primeiro lugar, havia a falta de capitais: vimos como este fato favoreceu a penetração das empresas estrangeiras na economia peruana. Em segundo lugar, a inexistência de uma força de trabalho disposta a proletarizar-se, motivo de queixa dos proprietários durante os séculos XIX e XX.

A falta de uma oferta de mão-de-obra proletária em número suficiente pode ser explicada, tentativamente, pelo desequilíbrio demográfico do país e pela experiência econômica por que tinha passado. Quanto ao primeiro fator, desde o século XVIII, a Costa peruana sofreu uma queda na sua população, enquanto a Serra mostrava uma notável recuperação. Paralelamente, os camponeses da Serra viviam em condições que lhes permitiam manter a "separação" da economia monetária litorânea. O rompimento da dependência tradicional da agricultura com relação às minas, a desagregação política e as contínuas

rebeliões caudilhistas, com a resultante destruição do sistema produtivo, a liberação dos escravos e a supressão do tributo indígena, bem como a desarticulação provocada pela guerra com o Chile reduziram ainda mais o pequeno mercado interno. Levando-se em conta, ademais, que no auge do guano, com a inflação provocada pelos rendimentos da exportação deste fertilizante, a importação de alimentos para o consumo urbano foi favorecida, o quadro pintado por Dávalos e Lisson, que citamos páginas atrás, não parece exagerado. Em outras palavras, durante o século XIX, os mercados foram-se reduzindo, o indígena distanciou-se da economia monetária e com ele a Serra separou-se da Costa.

Diante da limitação do mercado interno, os latifundiários não tiveram como valorizar monetariamente a renda que recebiam dos camponeses; esta pode ter sido a razão do empobrecimento dos latifundiários da Serra. Por sua vez, as comunidades não se sentiam mais oprimidas pelos elementos dominantes. Nesta circunstância de estancamento das exigências coloniais, os camponeses puderam reagrupar-se, mantendo-se no nível das suas necessidades de subsistência, por meio do intercâmbio e da ajuda mútua, devido à relativa abundância de terras. Por isso, durante o século XIX, foi possível observar um processo de "reindigenização" (Kubler 1952).

Nessas condições, quando por volta de 1860 a burguesia agrocomercial propôs-se a desenvolver a agricultura da Costa e construir as ferrovias, teve de enfrentar o problema da escassez de mão-de-obra, que procurou resolver com a imigração de trabalhadores chineses semi-escravizados. No mesmo sentido, em princípios do século, a burguesia recorreu à importação de trabalhadores japoneses para recuperar a agricultura da Costa (Matos 1976). Os proprietários promoveram esta imigração, alegando que, diferentemente dos indígenas, os asiáticos eram mais diligentes e menos rebeldes, uma vez que não tinham acesso à terra, como os índios. O interesse pelos imigrantes devia-se também à sua frugalidade. Embora durante todo o período de reconstrução se houvesse falado na necessidade de promover a imigração européia, estava claro que os imigrantes europeus não aceitariam as condições de servidão a que aos asiáticos podiam ser reduzidos.

Devido à situação em que se mantinha o indígena, o desenvolvimento agrícola e mineiro do país se fez mediante o sistema de "*enganche*", a despeito da participação estrangeira. Por meio dele, a população era legalmente obrigada a separar-se, parcial ou totalmente, do seu lugar de origem, comprometendo-se com as exigências do capital. O "*enganche*" era feito assim: utilizando um intermediário, os proprietários contratavam a realização de determinado serviço por um tempo fixo. O agente recrutador percorria a região e, com a colaboração explícita das autoridades e dos "vizinhos notáveis", recrutava determinado número de trabalhadores que, depois de assinar um contrato cujo conteúdo desconheciam, pois eram analfabetos, recebiam um adiantamento em dinheiro, do qual o "*enganchador*" descontava a sua comissão. Mediante este contrato, o trabalhador comprometia-se a desempenhar determinado trabalho, por um período de tempo fixo, em troca de um salário, do qual se descontava o adiantamento recebido.

Na medida em que o "*enganchador*" era uma pessoa importante, comerciante ou autoridade local, e que o "*enganchado*" tinha um fiador que se responsabilizava pelo cumprimento do contrato, criava-se uma rede de relações de clientela que envolvia o trabalhador e intermediava entre ele e o fazendeiro, beneficiário do seu trabalho.

O salário do trabalhador "*enganchado*" caracterizava-se por ser recebido parte em moeda, emitida por alguns dos bancos particulares ou pelas empresas, e outra parte em vales, que podiam ser trocados por alimentos, remédios (especialmente nas regiões palúdicas do litoral) e instrumentos de trabalho, no "*tambo*", o armazém da fazenda, ou no "*bazar*" ou "*mercantil*" da mina, com validade não maior do que uma semana. Em alguns casos, como em Casagrande e no Cerro de Pasco, as empresas "vendiam" os produtos de suas próprias "colônias" agrícolas (o preço era fixado unilateralmente), onde eram mantidas relações senhoriais de exploração, ou importavam-nos do seu país de origem. Assim, estas operações levavam ao esgotamento da produção artesanal e do comércio regional (Klarén 1970).

Está claro que, nessas condições, a operação realizada pela "mercantil" acabava por espoliar o pouco que o trabalhador conseguia

guardar, enquanto a empresa obtinha ganhos consideráveis com a mais-valia gerada pelo seu trabalho, ainda maior porque o salário era regulado pela comercialização da produção obtida mediante relações pré-capitalistas (Favre 1972). Assim se renovou a política colonial de mobilização forçada da mão-de-obra, prendendo o trabalhador à fazenda ou à mina por meio das dívidas contraídas.

> Em 4 de setembro de 1903, por uma Resolução Suprema se outorga o Regulamento de Locação de Serviços para a Indústria Mineira. Nesse ato jurídico, de claro conteúdo classista e repressivo, o gerente da empresa fica autorizado a "[...] estabelecer as regras e precauções gerais a serem observadas nos trabalhos e acampamentos, necessárias para manter a ordem e o respeito à propriedade e à vida [...] [e] adotar as medidas disciplinares ou de segurança indispensáveis para impedir qualquer desordem ou perigo, até que a autoridade política possa intervir." [...] Esse Regulamento, que só dá legitimidade a um sistema de exploração já vigente, define como delito a sua desobediência por parte do trabalhador, autorizando o empresário a 'reter, perseguir, buscar e reclamar o *enganchado* que tenha escapado". Por outro lado, determina que em caso de fuga o trabalhador será objeto de detenção policial [...] estando sujeito a pesadas multas. [...] A instância encarregada de julgar esses delitos não serão as autoridades judiciais, mas os funcionários do governo central: subprefeitos e governadores. Em outras palavras, precisamente aqueles que, na maioria dos casos, atuavam como *enganchadores* (Yepes 1972, 210-1).

Por outro lado, as grandes fazendas de açúcar e algodão, assim como os grandes centros de mineração, dedicavam-se à compra de propriedades para convertê-las, com base no trabalho servil, em verdadeiras colônias agrícolas dos enclaves (Burga 1976, Horton 1976, Miller 1967). Não obstante isso, devido à demanda crescente de alimentos, na Costa setentrional as fazendas dedicavam-se à produção de arroz, com base no sistema de *enganche*, enquanto na Serra começou um processo de intensa "refeudalização", com base na recuperação das terras agrícolas que os latifundiários tinham entregado em arrendamento,

nas épocas de depressão, somado à expropriação maciça de terras comunitárias, o que obrigava os seus integrantes a passar à condição servil (Alegría 1971, Arguedas 1941, Chevalier 1966, Favre 1972).

Na mesma ordem de coisas, nos *páramos* da Serra central e meridional, ocorreu uma violenta ofensiva dos latifundiários contra as comunidades, instrumentada no aumento dos preços de importação da lã (Valdez de la Torre 1921, Bertram 1977). Este aumento fez que a *Peruvian Corporation* procurasse aumentar a utilização da decaída Ferrovia do Sul, por meio da modernização capitalista das fazendas de Puno, concentrando, racionalizando e tecnicizando a produção da lã, com a conseqüente eliminação do acesso das comunidades à terra e a proletarização de uma parte dos arrendatários e lavradores comunitários indígenas. Isto provocou uma ativa resistência camponesa, com tumultos e levantes (Díaz Bedregal 1972, Kapsoli 1972, Maltby 1971), assim como a recusa de alguns pastores em converter-se em trabalhadores assalariados (Martínez Alier 1973, Orlove 1974, Horton 1976). Terminada a Primeira Guerra Mundial, a queda dos preços internacionais da lã acrescentou-se a essa resistência camponesa para desestimular a ampliação do capitalismo rural na região do Sul. Até hoje subsistem nessa área formas de produção arcaicas.

Em todo caso, a resistência dos camponeses indígenas ao desenvolvimento capitalista correspondeu provavelmente a seus requisitos para manter em vigor as relações familiares e comunitárias – base da sua segurança e sobrevivência – e à falta de percepção de possíveis alternativas para a população que seria deslocada pelo desenvolvimento capitalista.

Nos lugares onde não havia fazendas e onde as comunidades puderam resistir ao embate dos proprietários, teve início um processo de diferenciação interna, na medida em que seus integrantes se incorporavam à economia de mercado. Desse modo, a partir de princípios do século, nas comunidades relativamente próximas dos centros de consumo se observou uma rápida deterioração da propriedade comunitária, com a conseqüente deterioração das normas tradicionais de reciprocidade e intercâmbio, e o surgimento de *comuneros* com

propriedades muito superiores à média (Adams 1959, Alberti-Sánchez 1974, Cotler 1959). Ao que parece, um número considerável de jovens, procedentes destas comunidades, trabalhavam sob o regime de *enganche* nas minas e fazendas, como forma de conseguir dinheiro, que em seguida aplicavam na compra de terras ou animais. No entanto, como já se disse, essa poupança só era possível se os camponeses se mantivessem graças aos alimentos produzidos nas suas localidades de origem.

Seria possível alegar, formalmente, que o desenvolvimento capitalista no Peru não é diferente das variações tardias do capitalismo. Da mesma forma como o capitalismo da Costa explorava a colônia representada pela Serra feudal, a Alemanha Ocidental tinha explorado a Prússia (Guershenkron 1974) e a Itália do Norte contava com a sua colônia interna situada no Sul da península (Sereni 1968). No entanto, enquanto no capitalismo europeu tardio os excedentes se acumulavam internamente, no caso peruano eles se realizavam e acumulavam no mercado nacional da burguesia imperialista, bloqueando-se assim a propagação e o aprofundamento do capitalismo. Por isso no Peru, como em outros casos latino-americanos, houve um "estado permanente de acumulação primitiva", conforme a frase certeira de Roger Bartra.

Apesar disso, a incursão do capital monopolista estrangeiro acarretou o desenvolvimento de toda uma série de conflitos entre ele e diferentes setores da burguesia e dos latifundiários, quando estes viam seus interesses prejudicados por essa incursão ou então porque, como observara Gubbins, não favoreciam a ansiada capitalização nacional.

Pouco depois de formada, a *Peruvian Corporation* precisou enfrentar a exigência do governo no sentido de reduzir os fretes para proteger os interesses dos mineiros, que se encontravam ameaçados de falência devido à queda no preço internacional da prata. A empresa concordou em reduzir, temporariamente, os seus fretes em cinqüenta por cento, não só para atender a essa exigência, mas também para acabar com o *arrieraje*, ou seja, o transporte por mulas, que competia com a ferrovia na Serra central até Lima (Miller 1974). Posteriormente, a empresa aumentou os fretes a níveis excessivos para maximizar seus

ganhos imediatos, às custas do desenvolvimento da pequena e média mineração, que reunia os proprietários peruanos, e da agricultura do vale de Mantaro. Em 1899, o **Financial Times** de Londres cita uma publicação oficial peruana em que o governo se queixa dessa situação:

> Os fretes da *Peruvian Corporation*, especialmente na linha central, são exorbitantes, chegando a ser 16 vezes mais altos do que o da ferrovia entre Veracruz e México. [...] Devido a isso se observa no Peru o ridículo de mulas, burros e *llamas* competindo com a estrada de ferro. [...] Em síntese, isso representa um obstáculo para o país, impedindo o seu progresso, destruindo a movimentação das empresas comerciais, tornando impossível o desenvolvimento de indústrias importantes e ao mesmo tempo obstaculizando a expansão da colonização, da população e da civilização que produziria o cultivo das férteis terras das nossas regiões centrais (Miller 1974, 41).

Segundo Miller, em 1907 a situação continuava pendente, apesar das recomendações que a *Peruvian* tinha recebido de um banqueiro norte-americano. No mesmo sentido, os latifundiários do Sul não cessavam de criticar as tarifas da Ferrovia do Sul, operada também pela *Peruvian Corporation*, que comprometia suas margens de lucro com o comércio da lã. Esse conflito estendia-se à pretensão da empresa de monopolizar as terras do altiplano, para convertê-las em empresas de criação rentáveis, às custas dos latifundiários do Sul (Bertram 1977).

Quando a *Peruvian* foi formada, a Ferrovia Central estendia-se aos centros mineiros produtores de prata, mas as vantagens que a empresa obtinha com o transporte deste mineral eram insuficientes para satisfazer as suas exigências de rentabilidade, pois a carga transportada caracterizava-se pelo pequeno volume e alto valor unitário. A isto se acresceu a redução dos fretes acordada com o governo para proteger os produtores de prata. Em 1897, o governo abandonou a paridade da moeda com a prata, atingindo essa produção com o golpe de graça; simultaneamente, teve início uma elevação significativa dos preços internacionais do cobre, o que permitiu aos proprietários iniciar

uma fase promissora. As jazidas que se encontravam ao longo da linha férrea e começavam a passar a mãos estrangeiras beneficiaram-se com essa conjuntura. Assim, entre 1895 e 1900, a *Peruvian Corporation* sextuplicou o volume de transporte de minerais, de cinco para trinta mil toneladas. Dois terços desse total eram cobre.

Mesmo assim, essa relativa bonança não favoreceu os mineiros de Cerro de Pasco, que não dispunham de acesso ao transporte ferroviário e precisavam usar mulas desde La Oroya até conectar-se com a ferrovia de Lima. Para reduzir os custos de produção, de que o transporte absorvia 30%, os mineiros instalaram máquinas concentradoras, que, por sua vez, aumentavam a necessidade de utilizar carvão, cujo custo de transporte por animais tornava impossível a empresa. Para superar o problema, seria preciso construir uma ligação ferroviária até os depósitos de carvão de Goyllarisquizga e uma segunda até La Oroya, mas eles não tinham o capital necessário para isso. Assim, em 1900, os mineiros de Cerro de Pasco estavam prontos a vender suas concessões a capitais norte-americanos, que passaram a formar a *Cerro de Pasco Corporation*. Sobre essa base, a empresa ampliou suas propriedades, chegando a controlar a produção mineral de toda a zona central da Serra.

Desde o primeiro momento, a *Cerro de Pasco Corporation* esforçou-se por resolver os problemas encontrados pelos produtores nacionais, começando a construção de uma linha férrea até as jazidas de carvão e negociando com a *Peruvian Corporation* uma redução dos seus fretes, levando em conta o volume de carga a transportar e a ameaça de construir ela própria uma nova ferrovia até o porto de Huacho. Nessas condições, a *Peruvian* aceitou a exigência da empresa norte-americana e fixou os fretes em função do volume de carga, o que significou que os pequenos e médios mineiros peruanos deixaram de ser contemplados e não tiveram alternativa senão vender suas concessões ou os minérios que produziam à *Cerro de Pasco*, passando a atuar como verdadeiras subsidiárias dessa empresa (Miller 1974).

O desenvolvimento dessa relação foi afetado por conflitos e protestos dos produtores nacionais contra as duas firmas estrangeiras

que explicitamente os afastavam do mercado. Um aspecto adicional foi o fato de que os representantes mais seletos do capitalismo e do civilismo (que no princípio do século controlavam o governo) enfrentaram a *Cerro de Pasco Corporation*. Esses capitalistas tinham obtido a concessão para trabalhar as minas de Cerro, que lhes dava o direito a 20% do minério obtido dessas jazidas. Para resolver a situação, a empresa norte-americana absorveu os capitalistas, comprando sua participação, o que bloqueou definitivamente a presença da burguesia peruana nos benefícios da exploração mineral.

No Norte, o desenvolvimento da concentração da terra e as concessões especiais recebidas por Casagrande, como a de usar, livre de direitos, o porto de Malabrigo, motivaram uma série de conflitos protagonizados pelos grupos senhoriais e comerciantes deslocados pelo capital estrangeiro (Klarén 1970). Não obstante isso, o conflito entre certos setores da burguesia, o Estado e a *International Petroleum Company* representou, por muitos anos, uma das fontes de fricção mais difíceis, pois esta empresa nunca reconheceu o direito patrimonial do Estado sobre os produtos do subsolo, negando-se a pagar os impostos correspondentes.

Desse ponto de vista, os conflitos não só eram motivados porque essas empresas deslocavam os interesses nacionais, mas também pela sua contribuição muito pequena ao desenvolvimento do capital nacional. Conforme a intuição dos ideólogos de uma presumida burguesia nacional, elas enviavam seus lucros, crescentemente, a suas casas matrizes, sem fomentar o desenvolvimento de outras atividades.

No entanto, essa oposição não conseguiu articular-se, devido à debilidade dos interesses nacionais e também porque, ao impedir o desenvolvimento integrado do mercado interno, os enclaves frustraram a formação de uma burguesia nacional capaz de sustentar seus interesses diante do Estado de forma homogênea, capacitando-a a negociar com o capital estrangeiro os termos da sua participação na sociedade peruana.

Desse modo, os proprietários peruanos viram-se isolados, procurando cada um deles, *individualmente*, inserir-se na economia internacional. Essa situação seria aproveitada pelo capitalismo

imperialista para, de forma direta ou indireta, associar *individualmente* a seus interesses um grupo de latifundiários e capitalistas nacionais, calando os seus protestos e canalizando as suas exigências. Desse modo, as empresas estrangeiras aglutinaram em torno delas clientes que, em troca de vantagens marginais, se prestavam a defender a articulação subordinada da economia e da política do país à estratégia de desenvolvimento daquelas companhias.

As oligarquias regionais precisavam acatar as novas condições reinantes no país, pois sua existência e revitalização estavam condicionadas ao desenvolvimento do capital. Embora renovassem suas queixas contra o centralismo de Lima, já que o desenvolvimento capitalista pressupunha o progresso do centralismo estatal, graças às suas representações parlamentares procuravam garantir seu poder local, tornando-se clientes do Executivo, que representava a burguesia, o que deu como resultado o "caciquismo político".

> O cacique parlamentar é uma ficção, uma sombra, uma alucinação. Sua história é geralmente a seguinte: agente eleitoral, advogado modesto, sobe à suplência de um deputado, com o apoio do governo; da suplência passa ao cargo efetivo. Nesse cargo se consolida e chega a ser uma força política, dando o seu voto ao governo e dele recebendo todo tipo de proteção e influência no seu distrito eleitoral. Consciente ou não dessa mentira convencional, o governo lhe dá apoio, fingindo acatar uma influência efetiva na província, e do seu lado o cacique consolida tal influência com o apoio do governo. [...] O cacique é assim um agente do poder central na província, um colaborador do regime personalista. É uma sombra de prestígio, uma ficção de poder, uma alucinação de força por trás da qual há um único conteúdo real e um valor substantivo: o subprefeito que lhe dá o poder central em troca dos seus votos no parlamento (Belaúnde 1931 a, 121-2).
>
> [...] o centralismo consegue manter as linhas gerais da sua política com o apoio dos caciques das províncias no Congresso e, em troca desse apoio, os caciques provincianos conseguem do subprefeito que lhes permita retirar os índios das suas terras, comprar lã a preço vil, fazer contrabando de álcool e prover os seus interesses

> pessoais. O casamento do centralismo e do localismo culmina nessa aberração que são as "juntas departamentais", que não passam de corporações de caciques, de senhores feudais ou chefes políticos locais [...] (Belaúnde 1931b, 70-1).

Gonzáles Prada diria igualmente que:

> Existe uma aliança ofensiva e defensiva, um intercâmbio de serviços entre os dominadores da capital e os da província; se o chefe político da Serra serve como agente político ao "chefão" de Lima, este defende o primeiro quando abusa barbaramente do indígena (1974, 182).

Desse modo, a camada dominante da sociedade peruana organizou-se em uma série de clientelas que dependiam do Estado e das empresas estrangeiras. Em torno desta nova forma de dominação, teve início um período de relativa estabilidade política. Após oito décadas de vida republicana, surgiu por fim no país uma coalizão capaz de fazer prevalecer a sua lei, institucionalizando a atividade do Exército, que passou a ter cada vez mais a capacidade de esmagar qualquer pretensão regional e caudilhista (Villanueva 1973).

O desenvolvimento capitalista vivido pelo Peru criou um novo tipo de contradição entre os proprietários e os setores populares, que o Estado, pela própria natureza oligárquico-imperialista, não tinha condições de arbitrar. Como já assinalamos, a dominação espanhola e, depois, a República, favoreceram a desestruturação étnica da população indígena, o que determinou a sua fragmentação em muitas comunidades isoladas, com diferentes graus de sujeição a proprietários e caudilhos. Em outras palavras, o povo peruano formou-se como uma massa indiferenciada, submetida aos variados interesses senhoriais, que no século XIX não lhe permitiu atuar como protagonista no processo de desenvolvimento nacional e estatal.

Depois da Guerra do Pacífico, o desenvolvimento do capitalismo foi criando lentamente uma diferenciação interna das classes fundamentais: da classe dos proprietários emergiu um setor burguês que, nutrindo-se do pré-capitalismo, procurava acumular capital,

tornar-se independente e submeter os estratos senhoriais com os quais estava vinculado; de outro lado, este desenvolvimento capitalista representou também a formação gradual de um setor assalariado, deslocado dos meios de produção.

Desde meados do século XIX, os grêmios de artesãos começaram a interessar-se pela formação de sociedades cooperativas. Depois da guerra com o Chile, em 1879, e a crise econômica subseqüente, este interesse foi renovado e a ele se associou um primeiro movimento de reivindicação operária dos poucos trabalhadores fabris do país, do qual participaram também portuários, gráficos e padeiros. Em 1888, foi formada a Confederação de Artesãos do Peru, da qual participavam indistintamente artesãos, operários e pequenos comerciantes e que canalizou o protesto popular pela depreciação do papel-moeda emitido durante o governo de Cáceres.

A queda definitiva do preço da prata no mercado internacional, em 1892, com a conseqüente elevação do custo de vida nos centros urbanos (já que parte dos alimentos e todas as manufaturas eram importadas), provocou um movimento geral de protesto de ferroviários, telegrafistas, padeiros, gráficos e estivadores, ao que se juntaram os artesãos e pequenos e médios proprietários rurais.

Em 1895, sob o patrocínio "pierolista", a Confederação de Artesãos mobilizou os setores populares e de classe média de Lima para obter uma representação parlamentar. Este fato insólito foi seguramente a primeira manifestação organizada da população de baixa renda na política do país. Não obstante, isso, o grupo ainda estava longe de alcançar sua autonomia dos setores dominantes, já que Piérola se tornou um intermediário entre ele e o Estado. Nessas circunstâncias, Piérola, o "Califa", pôde desfazer os temores do suposto "perigo socialista" representado pelas sociedades cooperativas e, ao contrário, afirmar o interesse destas organizações em cooperar com o governo na manutenção da paz social.

O acesso de Piérola ao governo e seu patrocínio ao movimento popular incipiente deram lugar a uma série de greves, desencadeadas entre 1895 e 1896, com as quais os trabalhadores pretendiam aumentar

seus salários e reduzir o horário de trabalho, que em muito casos chegava a dezesseis horas diárias. Mesmo assim, o interesse de Piérola concentrou-se na reconstrução do país e na rápida capitalização dos proprietários, e não no bem-estar dos trabalhadores. Por isso, durante as manifestações populares, Piérola aplicava uma violenta política repressiva, exigindo dos trabalhadores a aceitação muito "católica" da sorte que a Divina Providência lhes havia indicado. Não há dúvida de que essa atitude política de Piérola motivou a "separação entre governo e nação", de que fala Bassadre, mas foi também a partir da mesma política que ele conseguiu criar um consenso entre os diferentes grupos que compunham a classe dominante.

Em que pese à manipulação "pierolista" do movimento operário que nascia, por intermédio de seus representantes no Parlamento e da violência repressiva, os trabalhadores continuaram insistindo nas suas reclamações. O resultado foi uma série de massacres. Em 1900, os estivadores de Callao entraram em greve e paralisaram o porto; queriam conseguir assistência médica em caso de doença e indenizações por ações durante o trabalho. No ano seguinte, em Lima, as greves tiveram tal importância que o Prefeito propôs ao governo fazer um registro dos operários para controlar suas atividades e impedir a difusão de idéias "exóticas", proposta que foi rejeitada energicamente por todas as camadas populares da cidade.

Em 1902, os trabalhadores do porto de Mollendo, que era então o mais importante do Sul do país, entraram em greve geral, paralisando o movimento comercial da região. O governo respondeu às demandas populares de melhores salários e condições de trabalho, assim como de redução das horas de trabalho e de garantia de estabilidade no emprego, massacrando trezentos habitantes daquele porto. Embora esse acontecimento não tenha ecoado na Confederação de Artesãos, cujos dirigentes estavam mais interessados em obter favores do Executivo do que em criar uma disputa classista, um setor do civilismo teve consciência do perigo que ameaçava a recuperação e a estabilidade do país. O diário **El Comercio** protestou contra a ação governamental, comentando que nos países civilizados as reclamações operárias eram

um fato normal e neles as relações entre capital e trabalho eram reguladas pelo Estado. No Congresso Nacional, vários representantes propuseram regulamentar os contratos de trabalho rurais e urbanos e fixar indenizações pelos acidentes de trabalho, cada vez mais numerosos devido à utilização cada vez maior de máquinas. O representante das sociedades cooperativas defendeu também a regulamentação do trabalho de crianças e mulheres, cada vez mais solicitado como meio para neutralizar o movimento operário e baratear ainda mais a mão-de-obra.

Em 1904, a diminuição das exportações aumentou o desemprego e provocou uma redução dos salários. Esta situação, e as eleições que se avizinhavam, com as quais o "civilismo" procurava alcançar o governo, afastando definitivamente o "pierolismo", significaram a dinamização do movimento artesanal e operário. Nessas circunstâncias, porém, os dois partidos incumbiram-se de dividir os dirigentes populares, na tentativa de conquistar o seu apoio. Não obstante, a ação quase-populista de Piérola conseguiu manter a unidade popular e reelegeu o representante das Sociedades Cooperativas, competindo assim com a candidatura civilista. A Confederação dos Artesãos e a Assembléia de Sociedades Unidas, recém-formadas, mobilizaram o apoio popular ao seu candidato propondo um programa de reivindicações que incluía a jornada de dez horas, uma legislação sobre o trabalho infantil e feminino e o pagamento de indenizações pelos acidentes de trabalho.

Tendo conseguido apoderar-se das juntas de registro eleitoral, os civilistas manipularam a situação para impedir o voto dos trabalhadores, abrindo o registro exclusivamente durante as horas de trabalho. Esta decisão assegurou o triunfo do candidato civilista por Lima, havendo os trabalhadores perdido a sua representação parlamentar. O fato evidenciou o caráter classista do civilismo, motivando profunda hostilidade das classes populares contra o governo e a classe que ele representava. Foi precisamente nessa conjuntura, e para modificar tal percepção, que o civilismo, que qualificaremos convencionalmente de "progressista", para diferenciá-lo da ala mais associada aos estratos senhoriais, propôs um conjunto de medidas para que o Estado atuasse como mediador nos conflitos trabalhistas e assimilasse os trabalhadores

ao desenvolvimento capitalista. Matías Manzanilla, autor do projeto, afirmava que com essa legislação se conseguiria impedir a luta de classes no país.

O projeto Manzanilla contemplava a regulamentação de situações como a estabilidade no emprego, o trabalho feminino e de menores, o descanso dominical, a jornada máxima de trabalho, as indenizações por acidentes, os contratos de trabalho, greves, conciliação e arbitragem, por meio de uma Junta Nacional de Trabalho. Este conjunto de leis seria válido somente para os trabalhadores dos setores de transporte, mineração, portos e grandes fábricas, assim como para os trabalhadores agrícolas das grandes fazendas. Em outras palavras, seriam leis aplicáveis às áreas de desenvolvimento capitalista.

Quando o projeto foi divulgado, as camadas populares urbanas manifestaram seu apoio maciço à iniciativa do governo, tal como esperava José Pardo, o Presidente eleito. No mesmo sentido, Pardo propôs a expansão da educação popular e interessou-se pela melhoria das moradias operárias, pelos salários e pensões desses trabalhadores, assim como pelas restrições ao trabalho feminino e de menores; pediu aos proprietários maior responsabilidade, de cunho paternal, com os "seus trabalhadores". O objetivo era evitar que se repetissem no Peru as disputas classistas da Europa e dos Estados Unidos, como também de vários outros países da América do Sul. Neste ano, 1904, Luís Miró Quesada, representante destacado do civilismo, apresentou à Faculdade de Direito da Universidade de San Marcos uma tese intitulada *"La Cuestion Obrera en el Perú*", na qual avançava igualmente a necessidade de ordenar a relação entre capital e trabalho.

Apesar disso, os projetos do Presidente Pardo, figura eminente do civilismo e da burguesia, foram derrubados no Parlamento. Os interesses imediatos da raquítica burguesia peruana, que procurava capitalizar-se rapidamente, assim como das empresas estrangeiras, que perseguiam taxas de lucro elevadas, prevaleceram sobre as expectativas da ala "progressista" do civilismo, que tentava ampliar o espaço capitalista no país, incorporando de certo modo as massas populares ao sistema estatal.

Dessa forma, a diferenciação social em curso e as lutas populares tornaram patentes as novas contradições dentro das camadas dominantes, entre as quais se destacava uma mais avançada, que defendia a necessidade de criar mecanismos para incorporar os setores populares que ingressavam na vida política, de forma a garantir o desenvolvimento ininterrupto do capitalismo. Assim, a República Aristocrática viu-se marcada pelos conflitos entre as classes populares e a coalizão burguês–senhorial–imperialista e os que dependiam dela; entre os que procuravam assimilar essa população e os que se negavam teimosamente a reconhecer os direitos econômicos e sociais do povo.

Os temores de Pardo não eram infundados. Paralelamente à expansão do movimento operário, começaram a surgir os primeiros círculos anarquistas, que, em 1905, já representavam uma força importante dentro das classes populares. No mesmo ano em que Manzanilla apresentava o seu projeto, os anarquistas promoveram uma greve geral em Callao, que terminou com outro massacre. Em primeiro de maio de 1905, começaram os desfiles com bandeiras vermelhas, em Lima e Callao. Ao mesmo tempo, Gonzáles Prada propunha a organização de uma frente de trabalhadores e intelectuais para pôr fim ao sistema de exploração classista, enquanto os anarquistas atacavam violentamente as sociedades cooperativas pela sua dependência dos políticos de ocasião e começavam a formar organizações de resistência, reunindo fundos para sustentar os grevistas e fundando jornais em Lima, Trujillo, Arequipa, Chiclayo e Vitarte.

Em 1903, a Federação de Trabalhadores "A Estrela do Peru", que reunia os padeiros, propôs lutar pela implantação da jornada de trabalho de oito horas, exigência que no ano seguinte seria reiterada pelos trabalhadores do setor do açúcar. Ainda em 1906, os anarquistas conseguiram fundar as primeiras organizações sindicais, integrando os trabalhadores têxteis e criando fundos e comissões de greve. Em 1907, houve uma greve geral em Vitarte, principal centro fabril do país, perto de Lima, que reuniu amplo apoio popular urbano. Em 1908, as greves difundiram-se para Callao, Chancay e Huacho, e em todas essas ocasiões a repressão foi violenta, com dezenas de mortos.

No entanto, a despeito da sua fragmentação, o movimento popular não se limitava aos trabalhadores urbanos. Nos engenhos de açúcar os trabalhadores manifestavam-se repetidamente contra o sistema de "*enganche*" e a falta de definição do número de horas de trabalho.

Por outro lado, como já mencionamos, no Sul do país, desde o fim do século passado, a mobilização camponesa contra o latifúndio causava profunda preocupação política nas esferas dominantes. Em 1901, os camponeses de Chucuito, no departamento de Puno, conseguiram que a Câmara dos Deputados encarregasse um funcionário de examinar a situação social do departamento. Descontente com o teor desse relatório, a Câmara encarregou o Prefeito de Puno, Juan de Dios Salazar, de preparar novo relatório, mas este chegou às mesmas conclusões do seu predecessor:

> O próprio doutor Salazar [...] enumera [...] na mesma ordem em que vamos lembrá-las, as seguintes causas originais das revoltas [...] dos indígenas: 1) o pagamento da contribuição predial; 2) a cobrança dos arbítrios locais de *mojonazgo*, *sisa* e danos de gado; 3) o recrutamento e o sorteio militar; 4) a usurpação de terras; 5) os trabalhos forçados em obras públicas; 6) o sistema dos chamados *alcanzadores*, que vão atrás dos índios para exigir-lhes que vendam a sua lã por preços muito baixos; e 7) os serviços gratuitos prestados a funcionários, juízes, padres e particulares (Yrigoyen 1922, 13).

Juntamente com os sucessivos levantes camponeses, multiplicavam-se os relatórios oficiais, as teses universitárias e os estudos jurídicos, denunciando os chefes políticos locais e a exploração da população camponesa pelos enclaves. Nesse sentido, entre 1909 e 1916, a Associação Pró-Indígena cumpriu uma função relevante.

Em 1908, ao concluir seu período presidencial, José Pardo manobrou entre os dirigentes do Partido Civilista para conseguir que o seu antigo Ministro da Fazenda, Augusto B. Leguía, ocupasse a Presidência. Dessa forma, o grupo "jovem" e progressista do civilismo continuaria ampliando o espaço capitalista. A vinculação estreita de Leguía com as empresas estrangeiras e a burguesia nacional, interessada

em usufruir do crescimento econômico que elas propiciavam, deu-lhe o apoio suficiente para representar plenamente os interesses dominantes. No entanto, desde um primeiro momento Leguía enfrentou as mesmas dificuldades vividas por Pardo. Diferentemente de Pardo, contudo, pela origem social, educação e experiência pessoal, Leguía era menos propenso a contemporizar com as exigências senhoriais dos civilistas. Além disso, o próprio desenvolvimento capitalista, e as lutas sociais que provocava, com o conseqüente perigo para a recuperação do país, incitaram-no a procurar cortar os vários "nós górdios" criados pela República Aristocrática.

Para resolver as contradições que impediam a afirmação do capitalismo dependente, Leguía quis monopolizar os recursos políticos, desprezando os interesses confusos representados no Partido Civil, de cujas fileiras ele provinha. Procurou assim ganhar autonomia de ação para a base social em que se originava o seu poder, influindo sobre a própria clientela, a fim de poder governar sem os limites impostos pela heterogênea classe dominante. A conduta que assumiu, como membro conspícuo do partido Civilista, fez que este partido sofresse uma cisão profunda. A oposição a Leguía concretizou-se com a formação do Partido Civil Independente, conhecido como "*El Bloque*". A ação política da classe proprietária refletia a diferenciação dos seus interesses e perspectivas.

Continuando a contradança política tradicional, *El Bloque* uniu suas forças com os pierolistas, que pouco antes tinham sido afastados do poder, fortalecendo assim a sua capacidade de impedir que o Executivo ultrapassasse as atribuições que lhe haviam sido conferidas originalmente. No dia 29 de maio de 1909, cerca de duzentos pierolistas tentaram um golpe de Estado: ocuparam o palácio presidencial e obrigaram Leguía a desfilar pelas ruas da cidade, mofando-se dele e pretendendo que renunciasse. No entanto, diante da indiferença pública, o golpe dissolveu-se com a presença, quase acidental, de um pequeno destacamento militar. Este incidente provavelmente serviu a Leguía como lição, para convencê-lo da inutilidade e ineficácia do regime parlamentar no processo de modernização do país.

Assim como Pardo, Leguía insistiu em pedir ao Parlamento a aprovação das leis propostas anteriormente por Manzanilla, tendo em vista o aumento da mobilização operária, agora com participação anarquista, bem como o crescente protesto dos camponeses no Sul do país. Em 1909, conseguiu aprovar uma lei que proibia às autoridades governamentais exigir dos indígenas que trabalhassem gratuitamente, com o protesto de vários representantes que insistiam em estender essa norma aos latifundiários, principais exploradores dessa mão-de-obra. Na mesma data, foi aprovada disposição no sentido de que o contrato de "*enganche*" deveria ser pago em dinheiro e de que ninguém poderia ser "obrigado" ao trabalho nas minas. No entanto, assim como na época colonial, estas disposições não surtiram efeito, uma vez que os encarregados de dar-lhes cumprimento eram justamente os principais aproveitadores do trabalho indígena.

Em 10 de abril de 1911, pela primeira vez na história do Peru, houve uma greve geral com impressionante solidariedade da classe operária, o que determinou o cancelamento do trabalho noturno a que estavam obrigados os trabalhadores de Vitarte. No mesmo ano, depois de duas graves explosões nos centros mineiros da Serra central, que custaram a vida de cem trabalhadores, o governo exigiu que o Congresso aprovasse a lei reguladora dos acidentes de trabalho, que sete anos antes Manzanilla havia proposto, sem conseguir aprová-la. A pressão pública foi tão grande que obrigou à sua aprovação, dando início a este tipo de legislação na América Latina.

Naquela ocasião, houve nos enclaves produtores de açúcar uma ampla mobilização dos cortadores de cana, que foi fortemente reprimida. O governo comissionou uma conhecida figura civilista, Filipe de Osma, para investigar a razão desses acontecimentos. O relatório de Osma mostrou incisivamente que a principal causa do conflito era o "enganche", recomendando ao governo "autorizar o contrato coletivo de trabalho pela organização sindical de fazendeiros e trabalhadores braçais (1912, 10). Ao mesmo tempo, recomendou:

> a criação de um Instituto de Reformas Sociais que se incumbisse em caráter permanente de estudar e propor [medidas] que fosse

> necessário implantar na República e de nomear comissões de investigação, intervir nas juntas de conciliação e constituir ou integrar tribunais de arbitragem (1912, 24-5).

No entanto, as recomendações do comissário governamental pressupunham, como o projeto Manzanilla, ampliar as funções governamentais, com a outorga à estrutura administrativa de responsabilidade arbitral nas relações de classe; para isso eram indispensáveis maiores recursos e também a crescente autonomia da classe dominante. Este era precisamente o problema que a dividia: enquanto Leguía e o grupo modernizador procuravam ampliar as atribuições do Estado, o grosso da classe dominante queria exatamente o contrário, para ter absoluta liberdade de explorar a força de trabalho.

A necessidade de reforçar a capacidade do Estado de controlar efetivamente todo o território e de impor normas à população ficou patente quando explodiu em Londres o chamado "escândalo do Putumayo". Em 1911, a imprensa inglesa descobriu a existência de uma empresa peruana que mantinha na selva um regime de escravidão na exploração da borracha, com a qual estavam associados súditos da Coroa inglesa, de origem caribenha. Isso motivou um protesto da Inglaterra, que exigiu fosse eliminada tal situação. Além disso, essa empresa dispunha de uma força de mercenários que intervinha livremente nos países fronteiriços, criando uma situação difícil para o governo peruano, que estava materialmente impossibilitado de fazer-se presente em Loreto, região distante e inacessível, tendo precisado recorrer à mediação diplomática para solucionar situação tão incômoda.

Em 1912, ano eleitoral, a classe dominante encontrava-se dividida pela dissidência criada por Leguía e aproveitada por Guillermo Billinghurst, antigo dirigente e patrocinador econômico dos eventos de 1895. Billinghurst, que mantinha vigente o estilo populista de Piérola e a rejeição do civilismo, desenvolveu intensa campanha política, que transbordou dos salões de Lima; percorreu as ruas para conquistar apoio popular à sua candidatura; defendia uma plataforma política que considerava a necessidade de reformar a lei eleitoral, a fim de assegurar acesso político ao povo; era favorável à criação de empregos,

à regulamentação dos contratos de trabalho e à ampliação da lei dos acidentes de trabalho, de modo que fossem contemplados os problemas de doença e invalidez; favorecia o aumento de salários e a intervenção do Estado na construção de moradias populares. Assim, Billinghurst oferecia vantagens aos operários, artesãos e empregados, passando a representar as demandas populares e dos setores "progressistas" da classe dominante que queriam "abrir" o Estado, tornando-o mais nacional e menos oligárquico.

Registraram-se para essa eleição 144.000 eleitores, cerca de dez por cento da população adulta masculina. Contudo, a natureza indireta e a falta de segredo na eleição, além do controle dos colégios eleitorais pelo civilismo, não garantiam a limpeza do processo eleitoral. Por isso Billinghurst, que chegou a contar com o apoio maciço das camadas populares dos centros urbanos, solicitou e obteve das suas organizações uma mobilização de massa, destinada a promover a abstenção dos eleitores. Dessa forma, conseguiu que um terço dos eleitores se abstivesse de votar, o que deixava ao Congresso a faculdade de designar o Presidente. No dia da sua designação, Lima vivia momentos de grande triunfo popular; a população trabalhadora abandonou seus postos de trabalho, reunindo-se em frente do Congresso, de modo a pressionar os representantes para que proclamassem o seu candidato como Presidente da República. O Congresso foi forçado, assim, a reconhecer a vitória de Billinghurst, embora com o compromisso de que o Vice-Presidente fosse Roberto Leguía, irmão do ex-presidente. A candidatura de Antero Aspíllaga, que representava *El Bloque*, foi abandonada, ficando evidente a perda de posição política do setor civilista tradicional.

Com a ascensão de Billinghurst ao poder, os setores populares acharam que havia chegado o momento de completar o seu programa de reivindicações e promoveram uma onda de greves em todo o país, com a conseqüente excitação das sociedades cooperativas e o fortalecimento significativo do anarquismo. Uma das conquistas mais efetivas desse movimento foi a jornada de oito horas de trabalho obtida pelos estivadores de Callao, que criou entre os proprietários o temor generalizado da possibilidade de que esta norma pudesse ser aplicada também a outros setores. O Presidente procurou desfazer esse temor,

regulamentando as greves e decretando a arbitragem obrigatória. A legalidade de uma greve exigia a aprovação de três quartos dos trabalhadores envolvidos, devendo ser ratificada a cada quatro dias, com a apresentação à polícia de lista completa dos trabalhadores que a apoiavam. Ao mesmo tempo, Billinghurst interveio pessoalmente na solução dos conflitos, procurando conciliar capital e trabalho e favorecendo o aumento de salários e a estabilidade no emprego "para alcançar o equilíbrio necessário, que sob o amparo da lei resulte em ordem e harmonia".

Juntamente com essas medidas, e sustentado pelo apoio popular, o novo Presidente conseguiu que o Congresso aprovasse uma lei eleitoral, segundo a qual a Corte Suprema passava a dirigir as eleições e a zelar pela sua transparência, fazendo que o civilismo perdesse essa tarefa. Em 1913, Billinghurst conseguiu que o Parlamento modificasse a lei de acidentes de trabalho, ampliando esse benefício.

Todas essas medidas implicaram com que as organizações populares dessem a Billinghurst o título de "Primeiro Operário do Peru". No entanto, ele não tinha o apoio necessário para enfrentar a maioria parlamentar, que continuava obstaculizando o seu projeto de ampliação social das bases do Estado. Por isso, propiciou a formação do Comitê de Saúde Pública como instrumento de pressão popular sobre seus adversários, principalmente Leguía, organizador da oposição às crescentes manifestações populares de apoio ao Presidente, que escapavam do controle da classe dominante.

À primeira vista, pareceria que o conflito entre Leguía e Billinghurst não tinha sentido, pois eram ambos membros proeminentes da burguesia e tinham objetivos semelhantes. Porém, havia diferenças significativas. Enquanto Leguía buscava incluir nas considerações do Estado "de cima para baixo", administrativamente, os interesses imediatos de segmentos da população urbana, Billinghurst era favorável à democratização da sociedade e promovia a mobilização do povo das cidades.

Nessas condições, Billinghurst atacou a imprensa que representava Leguía e interferiu nas eleições departamentais, promovendo a presença ativa do povo no Palácio de Justiça. O conflito terminou quando a massa popular atacou a residência do Presidente do Senado e a de

Leguía, depois do reconhecimento das credenciais de um representante que se opunha ao Presidente. Leguía precisou defender-se a tiros e asilou-se em um navio estrangeiro, viajando para o Panamá, onde publicou um artigo, em jornal editado em língua inglesa, no qual caracterizava a situação peruana como "o estado de anarquia onde reinam os desejos da plebe e onde os *descamisados* (no original) usurparam todas as prerrogativas do governo" (Blanchard 1975, 271).

Em 1913, os anarquistas formaram a Federação Regional dos Trabalhadores do Peru, com o propósito de organizar uma central de trabalhadores. De seu lado, depois do massacre de três anos antes, os petroleiros de Talara voltaram a insistir, quase ao mesmo tempo em que os mineiros de Cerro de Pasco, na jornada de trabalho de oito horas e na liberdade de comércio, que permitisse a instalação de lojas que competiam livremente com as controladas pelos "*enganchadores*" e os "*mercantiles*" das empresas; incitados pelos anarquistas, os estivadores de Callao ameaçaram a empresa Duncan Fox de não despachar os barcos de que eram agentes, como os pertencentes às empresas britânicas que transportavam o petróleo de Talara, enquanto não fossem atendidas as exigências dos petroleiros. Nas minas da Serra central, houve protestos violentos dos trabalhadores contra os excessos dos "*enganchadores*".

Em 1914, o conflito classista alcançou níveis inusitados no país. Ao aproximarem-se as eleições municipais, as sociedades cooperativas de operários e artesãos já tinham sido substituídas pela Confederação de Trabalhadores do Peru, a qual, reconhecendo o antagonismo das classes, buscava a integração dos grêmios para promover uma frente única de trabalhadores que pressionasse o governo, para que este favorecesse a constituição de cooperativas, construísse casas populares, universalizasse a jornada de oito horas e proibisse o trabalho feminino e de menores.

A crise de exportação, devida ao início da Primeira Guerra Mundial, reduziu os lucros dos grandes proprietários, levando a um processo violento de desemprego. Os bancos limitaram o crédito e o governo viu-se obrigado a emitir papel-moeda, devido ao desaparecimento da circulação do ouro e da prata. Isso favoreceu os enclaves e os grandes proprietários peruanos, que passaram a emitir títulos como meios de

pagamento, ampliando assim o seu controle sobre os trabalhadores e restringindo ainda mais o mercado interno. Com a queda das exportações, as importações também foram paralisadas, entre outros motivos pela falta de meios de transporte, que, somada às dificuldades já citadas, originou uma forte elevação dos preços.

A despeito dessas dificuldades, o Presidente decretou um aumento de salários, em resposta à onda de agitações que percorria o país, promovendo ao mesmo tempo a estabilidade no emprego. Estas medidas esgotaram a paciência dos grandes proprietários, que, por intermédio dos seus representantes no Congresso, enfrentaram o Presidente, rejeitando o projeto de orçamento apresentado pelo governo. Billinghurst não deu atenção ao veto parlamentar e mobilizou as massas populares com a intenção de dissolver o Congresso e convocar novas eleições, tendo para isso começado a formar milícias populares.

Estava claro que o Presidente tinha avançado demais, sem ter os recursos políticos necessários para garantir seus objetivos revolucionários. Com a mobilização popular, Billinghurst ameaçava as próprias bases do regime de dominação e os fundamentos da sociedade capitalista-dependente. A seriedade da situação fez que a classe dominante se aglutinasse e convocasse o Exército como forma de assegurar a permanência do seu sistema de dominação.

Em 1914, com a cumplicidade dos irmãos Prado Ugarteche, representantes qualificados da classe dominante, o Coronel Oscar R. Benavides deu um golpe de Estado, o primeiro do século XX. Em nome da classe dominante, governou o país durante um ano. Em 1915, convocou uma convenção dos partidos políticos, que designou José Pardo como Presidente. O caráter classista deste golpe ficou consignado claramente nas palavras de homenagem tributadas aos irmãos Prado Ugarteche, durante o banquete que lhes foi oferecido para celebrar a queda de Billinghurst. O orador explicava que a intervenção militar tinha sido provocada devido à filosofia implícita no golpe: "Contrário à audácia desrespeitosa, insolente e demolidora das classes baixas, que haviam como que eclipsado as classes dirigentes" (Urdavinia 1954).

O diretor político da conspiração cujo desfecho foi o golpe militar contra Billinghurst diria: "[...] exaltou-se o predomínio das classes

populares mais baixas, sobre cujo agradecimento se queria edificar um apoio contra as classes mais altas [...] " (Ulloa 1946, III, 322).

De outro lado, o dirigente liberal Augusto Durand declarou:

> O Senhor Billinghurst tinha brincado com fogo e estremeceu as bases da nossa organização social, ao misturar uma questão meramente política com outra social, apelando para os baixos instintos das massas e procurando voltá-las contra a classe dirigente (*West Coast Leader*, 5-2-1914).

A partir de 1915, e até 1920, o país experimentou um novo surto na economia. Depois da queda das exportações, em 1914, elas aumentaram notavelmente, até dois anos depois de terminada a conflagração européia; entre 1915 e 1919, as exportações cresceram 300%. Se, em 1914, as vendas ao exterior superaram em 20% as importações, em 1919, o valor das exportações foi duas vezes o das importações. Essa circunstância favoreceu, de um lado, o crescimento do número de assalariados e, de outro, o enriquecimento dos produtores nacionais, que aplicaram seus lucros na capitalização das propriedades agrárias e na compra das terras controladas por empresas britânicas.

Simultaneamente, o aumento dos preços dos produtos importados provocou uma violenta onda inflacionária: entre 1914 e 1918, o custo de vida em Lima aumentou 84%. Diversos autores explicaram essa situação atribuindo-a aos altos preços do algodão e do açúcar no mercado internacional, que estimularam os proprietários a produzir estes produtos em lugar de gêneros alimentícios. Aprisionada nas suas relações pré-capitalistas, a agricultura da Serra não estava em condições de atender à demanda urbana.[3] Outro problema era a distância entre a Serra e a Costa, devido à carência de transporte, determinando que a

[3] Entre 1876 e 1906, a população peruana tinha crescido 35%: de 2,6 para 3,5 milhões de habitantes. Lima, a principal cidade do país, experimentou, na última década do século XIX, um aumento de 10% da sua população, chegando a contar, no princípio do século, com 127.000 habitantes. Durante a primeira década do século XX, Lima cresceu 15% e, entre os anos de 1911 e 1920, experimentou uma expansão demográfica de 19%, chegando a 170.000 habitantes.

região litorânea se abastecesse por via marítima, com produtos importados.

Quadro 2
Aumento porcentual dos preços de exportação (1914-9) (1913 = 100)

Ano	1914-1919 (1913 = 100)				
	Algodão	Açúcar	Lã	Petróleo	Cobre
1914	99	187	98	97	84
1915	89	220	115	126	168
1916	121	281	1áT	152	295
1917	203	291	321	130	311
1918	264	294	523	155	292
1919	467	588	316	255	245

Fonte: Basadre e Ferrero (1963, 107).

Apesar da repressão contra o movimento operário exercida por Benavides, a queda violenta na receita real dos trabalhadores favoreceu o rápido reinício da mobilização operária, embora sem o nível de integração do período anterior. De seu lado, as sociedades cooperativas de operários e artesãos demonstravam sua total inoperância, ao entrar em bancarrota devido ao número crescente de empréstimos inadimplentes. Embora José Pardo se tivesse encarregado de apoiar algumas reclamações particulares para atender à solicitação dos seus dirigentes, estes ajustes estavam longe de compensar as exigências dos grêmios. Por isso, não só em Lima, mas ao longo da Costa e nos enclaves mineiros da Serra, houve greves e explosões de violência, ao mesmo tempo em que, no Sul do país, ocorriam sucessivas revoltas camponesas, com o objetivo de opor-se à posição dos latifundiários.

Assim, ao Norte de Lima, em Huacho, Paramonga, Supe e Sayan, e ao Sul, em Pisco, Chincha e Cañete, ocorreram em 1916 greves violentas, exigindo a abolição do sistema de identificação dos empregados usado nas fazendas, a liberdade de comércio, a jornada de oito horas e o aumento de salários. Em Huacho, ocorreu o que seria

tradicional nesses casos, um *pogrom* contra os chineses, sob o pretexto de que eram competidores desleais dos comerciantes peruanos, sendo ouvidos gritos de "morte aos brancos!". No mesmo ano, na zona petrolífera de Lobitos, as greves derivaram em uma onda de violência, com massacre de trabalhadores.

Nos engenhos de açúcar, o incremento do trabalho feminino e de menores, que recebiam salários mais baixos, provocou novas violências. Nos enclaves mineiros da Serra central o número de acidentes tinha aumentado muito, chegando a quatrocentos o número de mortos, sem que se cumprisse a lei de acidentes de trabalho. O controle estrito exercido pela empresa norte-americana na sua *company town* não impediu, contudo, que ocorressem greves pela jornada de oito horas, a abolição dos bônus e a dedução pela assistência hospitalar, ao mesmo tempo em que se reclamava a adoção do regime de livre comércio.

Diante dessas mobilizações populares, o Presidente Pardo continuou reclamando do Parlamento a aprovação das outras leis preparadas por Manzanilla em 1904, com a esperança de que a sua aplicação fosse suficiente para aplacar e neutralizar a agitação operária que se fazia sentir em todo o país.

A oposição parlamentar a essas medidas continuava inalterada, pois a principal preocupação da burguesia era aproveitar ao máximo a possibilidade de capitalizar-se. Apesar disso, a pressão popular acabou por impor uma série de medidas, tais como o descanso dominical e nos dias feriados, e a obrigação das fazendas e minas de fornecer habitação, escola e serviços médicos aos seus empregados.

No fim da Primeira Guerra Mundial, o reajuste do mercado internacional repercutiu no Peru, provocando grande desemprego e o aumento desenfreado do custo de vida. O ambiente revolucionário europeu teve sua influência também entre os dirigentes do movimento popular, promovendo o seu reagrupamento, a obtenção da universalização da jornada de trabalho de oito horas e o barateamento do custo de vida. Outra vez sob a direção política dos anarquistas, os trabalhadores urbanos e dos enclaves reagruparam-se, dando lugar à mais importante mobilização popular da época. Uniram-se a este movimento os empregados e universitários, que aspiravam à realização da reforma,

chegando assim a haver a união das classes populares e médias na luta pela democratização social e política do país.

Em janeiro de 1919, essa mobilização era o centro da atenção da política peruana. Enquanto os anarquistas se organizavam em todo o país, deixando definitivamente à margem as sociedades cooperativas de operários e artesãos, no Parlamento eram acusados de querer repetir a revolução bolchevista e de tentar praticar o "terror vermelho", que na mesma ocasião tinha afetado a vida dos habitantes de Buenos Aires. Por outro lado, os anarquistas eram acusados de "traição à pátria", na suposição de que os seus atos estivessem inspirados por interesses chilenos. Não obstante isso, no dia 13 de janeiro de 1919, os trabalhadores de Lima e de outras cidades, assim como dos principais enclaves, cruzaram os braços. A despeito da ação da polícia, que fechou centros operários, e da perseguição sofrida pelos dirigentes populares, dois dias depois o Presidente Pardo foi obrigado a promulgar a lei que estipulava a jornada de trabalho de oito horas em todo o território nacional. Imediatamente, a recém criada Federação de Trabalhadores Têxteis do Peru convocou uma greve geral em toda a área da economia capitalista para que esta medida legal fosse cumprida.

O êxito popular favoreceu a criação do Comitê pró-Barateamento da Subsistência, que ampliou o movimento popular aos setores artesanais da cidade. O desfile de bandeiras vermelhas, os hinos revolucionários, assim como as greves, provocaram um verdadeiro pânico na classe dominante. Parecia a antevéspera de uma revolução. O *West Coast Leader*, órgão da coletividade inglesa de Lima, dizia:

> [...] noventa por cento dos elementos que compõem a massa responsável pelos saques e incêndios são jovens irresponsáveis, canalhas e rufiões do mais baixo nível. Eram liderados por criminosos ou pelos mais extremados agitadores socialistas, cujos cérebros tinham sido cozinhados pela saturação de fumos venenosos saídos dos tachos ferventes de Moscou e Petrogrado e que se propagaram por toda parte (Blanchard 1975, 496-7).

Em fins de maio, o governo prendeu os dirigentes anarquistas e dissolveu à bala as manifestações que se desenvolviam em Lima,

assassinando friamente cerca de quatrocentas pessoas. Nessa conjuntura, às vésperas de um novo capítulo histórico do país e de um processo eleitoral, anunciando a abertura, Basadre diria (1943, 45): "Desaparecia toda uma era e uma nova era chegava com um ímpeto que não podia ser contido", deixando paralisadas as forças dominantes.

Foi nessas condições que Leguía forçou a emergência política dos interesses das camadas burguesas, associadas ao capital estrangeiro e dele dependentes, enquanto vinculava intimamente o Estado com o capital e o governo norte-americanos, o que lhe permitiu onze anos ininterruptos de governo, o "onzênio", executando seus planos de modernização social e política sem contar com uma oposição efetiva.

Leguía procurava resolver as contradições sociais que, com o desenvolvimento do capitalismo, se haviam generalizado ao longo de 25 anos. Conforme assinalamos, estas contradições pressupunham o desenvolvimento de conflitos internos dentro da coalizão dominante e entre ela e as classes populares, que buscavam ampliar a sua presença política.

Os problemas internos enfrentados pela coalizão caracterizavam-se pela busca, em cada setor, de maximizar a sua participação no novo padrão de crescimento "para fora", estabelecido pelo capital norte-americano. Nesse sentido, a burguesia nacional, de que Leguía era o mais lúcido representante, procurava ampliar, aprofundar e centralizar o sistema estatal para conseguir hegemonia política. Com isso, os latifundiários deixariam de representar um obstáculo político ao desenvolvimento e a burguesia se converteria no único interlocutor genuíno do capital imperialista, com a capacidade de negociar sua associação de dependência. Ao mesmo tempo, a centralização política pressupunha a criação de mecanismos legais que permitissem ao Estado mediar os conflitos entre capital e trabalho, o que implicava a relativa ampliação das bases sociais do Estado.

Com tudo isso, Leguía conseguiu uma transformação substantiva do perfil social do país, assentando os fundamentos das estruturas de dominação que perduraram até 1968. Nesse sentido, Leguía é o fundador do Peru contemporâneo.

IV

Leguía: consolidação do imperialismo e emergência das forças populares antioligárquicas

No capítulo anterior, vimos em detalhe como a constituição oligárquica se baseou na implantação dos enclaves imperialistas, à cuja sombra o setor burguês da classe dominante pôde expandir-se em termos relativos e os grupos senhoriais revitalizaram-se. Esse tipo peculiar de estruturação social significou a complementação das diferentes modalidades produtivas e a articulação política da burguesia com as oligarquias senhoriais, sob a condução da primeira.

No entanto, a própria natureza heterogênea da coalizão dominante e a associação individual com caráter de clientela que se havia estabelecido entre latifundiários e capitalistas, e entre capitalistas e os enclaves, determinaram que os proprietários nacionais não se comportassem como um grupo de interesses comuns e autônomos. Por sua vez, essa desagregação da classe proprietária impedia ampliar a participação da burguesia nacional no novo padrão de desenvolvimento e centralizar o sistema estatal. Esse sistema limitava a capacidade de arbitragem do Estado com relação às classes populares, atentando contra a generalização e a dinamização do capitalismo dependente.

Leguía quis suprir essas deficiências desenvolvendo uma política centralizadora ativa, que terminou por subordinar a classe dominante ao Estado, enquanto o associava ao capital financeiro norte-americano, que lhe proporcionava os recursos econômicos para esse fim. Desse modo, o Estado passou a ser uma expressão cabal e depurada dos burgueses exportadores.

Para viabilizar a "Pátria Nova", Leguía precisava do Exército. Cinco anos antes, os militares haviam-se alinhado com o civilismo

para derrubar Billinghurst e impedir a aprovação das medidas que antes Leguía pretendia impor. Em 1919, porém, a crise oligárquica tinha reduzido substancialmente a legitimidade da classe dominante e da sua representação política, assim como a dos militares.

A dissolução do Congresso contou com a participação pessoal de Cáceres, chefe do "partido militar", além do apoio da força policial. Quando os oficiais generais quiseram impedir o golpe, assistiram a um fato insólito: a tropa não acatou suas ordens e debandou. Depois, Leguía não deixou de recompensar os que o tinham apoiado, procurando garantir a sua lealdade pessoal mediante uma política de clientelismo muito explícita no Exército. Esta política consistiu na promoção de um grupo numeroso de oficiais, contrariando a legislação em vigor, e assim foi quebrado o monopólio que os civilistas detinham sobre a corporação.

> [...] procedentes da tropa ascenderam à posição de oficial três vezes mais do que os formados pela Escola Militar. [...] Além disso, no decorrer do ano de 1919 um em cada três oficiais foi promovido e, em fevereiro do ano seguinte, o número dos promovidos foi o dobro do ano anterior [...] (ademais), como homens que gozavam da confiança do governante, recebiam os postos de maior responsabilidade (Villanueva 1973, 170-1).

Paralelamente a essa ação, no transcurso dos seus onze anos no governo, Leguía favoreceu o desenvolvimento da Marinha, da Aviação e especialmente da Guarda Civil, com o duplo objetivo de neutralizar o Exército e garantir meios de controle da população. Assim, por exemplo, Leguía exterminou os bandoleiros que assolavam as imediações de Lima.

Juntamente com essa medida de reforço à centralização política do Estado, em 1922, Leguía promulgou uma lei que criava o Banco de Reserva do Peru, incumbido de regulamentar o sistema de crédito e centralizar a emissão de moeda. Só a partir de então foi possível falar propriamente em "moeda nacional", pois até aquele momento esta função era desempenhada de forma particular pelos enclaves, os bancos,

as firmas fornecedoras, as fazendas e minas, o que limitava o comércio e o crescimento do mercado interno.

Simultaneamente com o desmantelamento político do civilismo e do setor da sociedade que ele representava, Leguía aprovou várias medidas destinadas a atender, em parte, às exigências populares e da classe média, com a finalidade expressa de atrair o apoio destas classes e, ao mesmo tempo, de neutralizar sua atividade política independente. Desse modo, e pela primeira vez na história republicana, um segmento da classe dominante pretendeu representar os interesses nacionais, ou seja, populares e, em termos gramscianos, conseguir uma posição *hegemônica*:

> [...] a supremacia de um grupo social manifesta-se de dois modos: como "domínio" e como "direção moral e intelectual". Um grupo social é dominante com relação aos grupos adversários, que tende a "liqüidar", ou a submeter com a força armada, e é dirigente dos grupos afins ou aliados (Gramsci 1974, 96).

No entanto, logo se veria que essa pretensão estava marcada pelo fracasso, dada a extrema subordinação desse grupo à classe dominante e do Estado peruano aos interesses do capital estrangeiro.

Leguía criou, no Ministério de Fomento e Obras Públicas, a Seção de Assuntos Indígenas, confiando-a a um destacado indigenista, Hildebrando Castro Pozo. Na sua gestão, foi criado o Patronato de Raça Indígena, com a função de proteger o camponês; instituiu-se o Dia do Índio e foram instalados centros agropecuários e escolas agrícolas para a população indígena. Com o propósito de enfatizar a importância dada pelo governo ao setor indígena, Leguía se autodenominou Viracocha, exibiu os símbolos indígenas de autoridade e chegou a pronunciar discursos em quéchua, idioma que desconhecia.

Simultaneamente, foi consolidada a abundante legislação que insistia no caráter particular, corporativo, da população ameríndia nas diferentes ordens da vida institucional do país. A condição do indígena foi regulamentada em termos específicos, no campo penal, civil, educacional, administrativo e econômico. Fixou-se um salário mínimo,

decretou-se mais uma vez a liberdade do índio de comprar e vender seus produtos e, em 1922, foi proibido, pela enésima vez, o trabalho indígena gratuito e obrigatório, exigido tradicionalmente pelas autoridades locais. Para resolver o problema social do Sul da Serra, onde continuavam a ocorrer levantes camponeses contra o neolatifundiarismo, foi nomeada uma comissão investigadora integrada por dois notáveis indigenistas.

De modo geral, o governo de Leguía, especialmente nos seus primeiros anos, valeu-se dessa atividade em favor do índio para obter a adesão dos novos setores radicalizados das classes médias. A ação governamental serviu para que se estimulasse o movimento indigenista, interessado em revalorizar a população indígena, de forma paternalista. Assim, às denúncias contra os chefes políticos locais, feitas pela Associação Pró-Indígena, somaram-se publicações periódicas em Arequipa, Ayaviri, Huancayo, Huaraz, Huánuco, Lima, Puno e Sicuani. Ao mesmo tempo, nas artes plásticas e nas ciências sociais, desenvolveu-se a tendência a focalizar o indígena, apresentado como paradigma nacional. Simultaneamente, a nova legislação foi utilizada para atacar a clientela latifundiária do Partido Civilista, provocando assim uma guerra surda entre os proprietários rurais médios e as oligarquias senhoriais, em especial as que não aderiram ao regime. Com esse fim, foram nomeadas como autoridades municipais e políticas pessoas destes estratos sociais, capazes de implementar uma política contrária aos grandes proprietários de terras.

A mecânica da dominação particular, resultante da articulação política entre os setores burguês e senhorial que deu forma à República Aristocrática, foi restabelecida com Leguía, mas sobre novas bases, sem afetar a condição pré-capitalista das áreas rurais. Os novos chefes políticos perderam a relativa autonomia política de que gozavam perante as oligarquias senhoriais e seu poder local foi sustentado pelo apoio explícito que recebiam do poder público e a ele davam.

Ao mesmo tempo, Leguía aprovou a Lei do Recrutamento Viário de 1920, pela qual todos os homens de 18 a 60 anos estavam obrigados a trabalhar gratuitamente doze dias por ano na construção de estradas.

Os que quisessem eximir-se desta obrigação deveriam pagar a soma de dez soles. Na realidade, isso significava que a população camponesa estava legalmente obrigada a esse trabalho, o que impunha na prática uma renovação da *mita* colonial, pois fazendeiros e autoridades tinham o poder legal de obrigar os camponeses a construir as estradas que facilitassem o escoamento dos produtos que eles monopolizavam.

O governo de Leguía preocupou-se principalmente em garantir o apoio dos setores urbanos de classe baixa e média. A jornada de oito horas foi legalizada; criaram-se comissões de arbitragem para resolver os conflitos trabalhistas; fixou-se o salário mínimo e ampliou-se o emprego urbano, mediante a construção de obras públicas. Quanto à classe média, o governo reconheceu a necessidade da reforma universitária, o que implicou a expulsão dos professores civilistas e a nomeação de Manuel Vicente Villarán como reitor de San Marcos. A burocracia cresceu mais do que a taxa de crescimento natural dos setores médios urbanos, criando assim oportunidades de emprego e renda.

A ampliação da estrutura política foi feita, quebrando todos os preceitos legais que o civilismo quis impor tão penosamente, evidenciando a precariedade da dominação política da República Aristocrática. Seguindo o preceito de Vidaurre, as leis eram atropeladas para impor-se a "Pátria Nova". Só assim Leguía conseguiu reeleger-se em 1924 e 1929. Para justificar essa situação, foram usados os mesmos argumentos empregados pelos positivistas de outros países, no seu empenho de instituir um regime de "ordem e progresso": o país não estava preparado para governar-se pelo sistema democrático, devido ao seu atraso econômico, social e moral; nessas condições, um regime democrático significaria a desordem, como os cem anos da República o haviam demonstrado. Para resolver essa situação, era necessário um "caudilho construtor", o "policial necessário" de Vallenilla Lanza, que agisse como reorganizador do país, criando um clima de estabilidade política e, em conseqüência, fomentando o desenvolvimento econômico. Só quando o país estivesse "maduro", poderiam ser criadas estruturas políticas democráticas capazes de garantir a ordem e a vida institucional (Chocano 1922).

A rearticulação política promovida por Leguía, ao afastar a oligarquia civilista, foi feita conformando novas clientelas com indivíduos até então segregados do poder. Como sempre, a única forma de manter estas clientelas satisfeitas e sujeitas ao poder central, para manter a estabilidade política, era criar e manter o número de prebendas, doações e concessões, com o apoio de recursos públicos. Essa situação criou rapidamente um grau até então desconhecido de corrupção e servilismo pessoal ao Presidente, em cínica competição pelos seus favores. Assim, este destruiu não só a força política civilista, mas também a constituição de um fundamento legal da dominação classista. O fato reforçou o regime político baseado no sistema de clientelas e impediu a criação de uma genuína *comunidade* de interesses dos proprietários, na medida em que o enriquecimento pela corrupção, estimulada pelo governante, representava uma realidade estritamente individual, na qual competiam muitos candidatos.

No entanto, a capacidade de distribuir riqueza entre as novas clientelas estava relacionada diretamente com o crescimento da economia e a expansão da receita fiscal. Com esse fim, Leguía tinha posto todas as suas esperanças no incremento das exportações peruanas para os Estados Unidos, com base em uma capitalização maior.

Por outro lado, as exigências de Leguía coincidiam com os interesses dos bancos e da burguesia norte-americana, que, como dissera Lenine, precisava colocar com urgência seus capitais no exterior para resolver o problema da acumulação interna. Com efeito, depois da Primeira Guerra Mundial, o interesse dos capitalistas norte-americanos por ampliar e diversificar seus investimentos no exterior e sustentar a acumulação havida durante a guerra tornou possível a Leguía recorrer a estes recursos.

> Desde o fim das hostilidades, os homens de negócios temeram que a abundância de capitais pudesse paralisar o mercado norte-americano e forçar um ajuste custoso da economia. Muitos economistas chegaram à conclusão de que os investimentos no exterior podiam resolver o problema, ampliando o mercado para os produtos norte-americanos. Os banqueiros e financistas, até então

> reservados, virtualmente ofereciam aos estrangeiros suas facilidades creditícias, estimulando assim um movimento "saudável" de capitais para o exterior (Stein 1973, 137).

Nesse mesmo sentido manifestavam-se os representantes do governo de Washington. O adido comercial norte-americano no Peru, William F. Montavon, escreveu: "Seria conveniente que os exportadores norte-americanos pudessem proteger a si próprios, impedindo que seus representantes no Peru se dediquem à indústria" (Bollinger 1970, 255).

Ao terminar a Primeira Guerra Mundial, com a reorganização do mercado internacional, a demanda de açúcar e algodão caiu de forma abrupta, enquanto os preços do cobre e do petróleo sofreram uma alta significativa. Assim, entre 1919 e 1929 as exportações de produtos minerais cresceram 175%, enquanto as agrícolas diminuíram 45%. Como já dissemos, os latifundiários peruanos tinham uma participação importante na produção do algodão e do açúcar, mas a produção de minerais e de petróleo era controlada inteiramente pelos enclaves norte-americanos. Por isso, a participação do capital estrangeiro aumentou notavelmente ao longo dessa década: enquant,o no começo dos anos 1920, o valor das exportações minerais representava a metade das agrícolas, em 1925, elas se igualaram e, em 1930, a exportação dos enclaves era duas vezes a dos produtos nativos. As conseqüências desta mudança foram definitivas para o curso histórico posterior do país, em termos da sua capacidade interna de capitalização.

> O resultado foi que a participação dos setores controlados pelos estrangeiros em relação ao valor total das exportações passou de 17% em 1920 para 49% em 1930. A década viu assim o estancamento do "valor de retorno", a despeito de breves intervalos de aumento [...] (Thorp-Bertram 1974, 31-2).

No mesmo sentido, em 1927, o Vice-Presidente do *National City Bank* de Nova York diria que:

> As principais fontes de riqueza [do Peru], as minas e os poços de petróleo, estão em sua imensa maioria controladas pela propriedade

> estrangeira e, excetuando salários e impostos, nada de valor dessa produção é retido pelo país (Bollinger 1970, 204).

Por outro lado, em 1930, um relatório oficial do Departamento de Comércio dos Estados Unidos concluía que os lucros provenientes da mineração no Peru não eram investidos nesse país, mas no exterior, ou seja, nos Estados Unidos (Carey 1964, 60).

A queda na demanda de açúcar no mercado internacional impôs um limite à produção das fazendas na região setentrional, e seus proprietários, especialmente os peruanos, encontravam-se em situação econômica muito difícil. Muitos deles tinham aplicado os capitais acumulados durante os anos da guerra no pagamento de suas dívidas às casas fornecedoras de equipamento, na compra de máquinas e na expansão da propriedade. Nessa época, um seu representante no Senado diria:

> Considero que antes da guerra não havia capitalistas nacionais. A guerra permitiu aos capitais nacionais auferir grandes lucros para pagar suas dívidas e liqüidar as hipotecas que pesavam sobre as suas terras (Basadre 1968, vol. X, 4734).

Diante da impossibilidade de saldar as dívidas contraídas e da falta de oportunidades de investimento, muitas dessas propriedades foram vendidas ou cedidas às grandes empresas, controladas em sua maioria pelo capital estrangeiro. Esta circunstância decidiu a última fase de concentração da propriedade dedicada à produção do açúcar e à mineração.

A queda dos preços do açúcar, a redução da sua produção e a fusão das propriedades, com a conseqüente racionalização da produção para reduzir custos, ocasionaram um desemprego maciço na região, juntamente com uma redução drástica dos salários. Essa situação provocou greves e mobilizações dos trabalhadores na costa setentrional, chegando, nos anos 1921 a 1923, a níveis de insurreição. Diante da situação, o governo adotou, a princípio, uma posição conciliadora (Curletti 1921), evoluindo rapidamente para uma atitude francamente

repressiva, na medida em que não contava com outros meios para resolver as causas desses protestos dos trabalhadores.

Por outro lado, a menor produção de algodão deu origem a uma retração na demanda de trabalhadores "*enganchados*" procedentes da Serra Central e do Sul, o que aumentou a pressão sobre a terra, disputada pelas comunidades e os latifundiários. A queda nas exportações de produtos da agricultura foi desastrosa para as áreas de reserva pré-capitalistas, fazendo que os grupos senhoriais pressionassem ainda mais os camponeses, na tentativa de manter a lucratividade obtida com a comercialização de alimentos produzidos por meios neocoloniais.

Durante a década de 1920, o capital britânico, por sua vez, buscou transformar a produção, assim como as relações de trabalho em Puno, com as conseqüentes expansão da propriedade e expulsão das comunidades rurais dessa área (Bertram 1977), o que provocou um sem-número de revoltas camponesas, sufocadas com repressão militar pelo governo de Leguía, a despeito das suas proclamadas intenções indigenistas.

Nessa conjuntura, que punha em perigo a estabilidade do novo grupo dominante, Leguía decidiu recorrer à despesa pública para melhorar os níveis de emprego e de renda urbana. Essa política keynesiana *avant la letttre* só podia ser executada com financiamento externo. Com efeito, se a receita das exportações controladas pelos peruanos havia caído e os lucros dos enclaves imperialistas deixavam o país, nem a classe dominante, nem o governo dispunham de recursos suficientes para dar novo dinamismo à economia. Por isso, Leguía retomou a política tradicional de endividamento externo, que no século anterior tivera resultados desastrosos.

Esse uso abusivo dos empréstimos norte-americanos significou a decuplicação da dívida externa entre 1920 e 1930: o seu valor total passou de dez a cem milhões de dólares; se, em 1920, os juros desta dívida comprometiam 2,6% do orçamento nacional, ao finalizar a década eles chegavam a 21% do orçamento (IBRID 1949). Só no biênio 1926–8 quarenta por cento das receitas fiscais provinham dos empréstimos. O endividamento externo e os gastos públicos

conseqüentes ajudaram a realizar o propósito imediato de dinamização da economia. Durante os onze anos de governo de Leguía, o orçamento foi quadruplicado e a importação de materiais de construção cresceu 70%. Dada a queda dos preços agrícolas, isso, por sua vez, promoveu a aplicação dos capitais imobilizados da burguesia peruana na especulação urbana, especialmente na capital.

Devido à queda das exportações (em termos relativos), especialmente daqueles produtos em que os peruanos tinham maior participação, a moeda do Peru perdeu seu poder aquisitivo internacional; entre o fim da guerra e 1921, essa desvalorização foi de quase 50%. No entanto, a queda foi compensada subseqüentemente pelo ingresso maciço de empréstimos norte-americanos, o que impediu que a desvalorização protegesse a produção interna. Pelo contrário, o influxo de dinheiro estrangeiro possibilitou um incremento notável das importações de bens de consumo e bens intermediários. Assim, em 1930, os produtos importados representavam 42% do consumo total. Pela mesma razão, a expansão da indústria têxtil foi interrompida: entre 1900 e 1910, este setor tinha crescido 76% com relação à década anterior. Entre 1910 e 1920, a expansão foi de 70%, enquanto, entre 1918 e 1933, foi de apenas 25%. Além disso, as firmas estrangeiras Duncan Fox e Grace controlavam 80% da capacidade instalada, além de serem os principais importadores de tecidos (Thorp-Bertram 1974).

Diferentemente do que aconteceu de modo geral em outros países latino-americanos, com a queda das exportações, o governo peruano não aumentou a taxa imposta aos produtos importados para defender e até mesmo aumentar o nível de emprego industrial. Já dissemos que, em 1910, as tarifas sobre têxteis eram em média de 40% *ad valorem*, enquanto, em 1923, eram de apenas 13%. Em 1927, as tarifas sobre os produtos importados foram modificadas sem que se favorecesse substancialmente a produção nacional.

Em vez de medidas impositivas, Leguía valeu-se de outros meios, que não afetaram o comércio norte-americano: elevou os impostos sobre a exportação de algodão e açúcar, de 0,1% para 5%. Em outras

palavras, prejudicou justamente aquelas exportações em que os produtores nacionais tinham maior participação e cujos preços haviam enfraquecido. Aumentou também a incidência do imposto de renda, determinando que as rendas entre três e quinze mil libras peruanas pagassem 2%, e as rendas superiores, 6%. Em 1927, o fisco recebeu 54.000 libras dos contribuintes da primeira categoria e, dois anos mais tarde, 116.000 pelos da segunda: ou seja, 0,2% e 0,7% da sua receita total, respectivamente. Enquanto isso, graças à instituição do monopólio dos fósforos, o governo captou 200.000 libras, soma maior do que a obtida com os tributos diretos.

Mas o apoio que o capital e o governo norte-americano deram ao governo de Leguía estava condicionado aos privilégios dele recebidos.

Para garantir o controle financeiro do país, os bancos norte-americanos exigiram – e conseguiram – que a administração aduaneira e orçamentária passasse para as mãos de um dos seus funcionários. As obras mais importantes executadas durante o governo de Leguía foram contratadas com a *Foundation Company*, que dependia, por sua vez, de alguns dos credores norte-americanos. Os recursos destinados às obras de saneamento urbano eram controlados também por uma missão norte-americana. A educação, baseada até então em conceitos tradicionais hispânicos, passou a adotar métodos e objetivos norte-americanos, adequando-se assim às metas propostas originalmente por Manuel Vicente Villarán. A situação chegou a tal extremo que um dos membros da missão que dirigiu essa reforma pôde escrever com toda candura:

> Peru converteu-se no primeiro país da América Latina a tomar a iniciativa radical de entregar inteiramente seu sistema de educação pública, desde as suas bases, a uma missão norte-americana (Dunn 1921, 511).

Por outro lado, a modernização das Forças Armadas foi encomendada a missões aéreas e navais dos Estados Unidos; a construção de submarinos e a compra de armamentos foram feitos a empresas

norte-americanas, usando empréstimos concedidos pelos bancos daquele país.

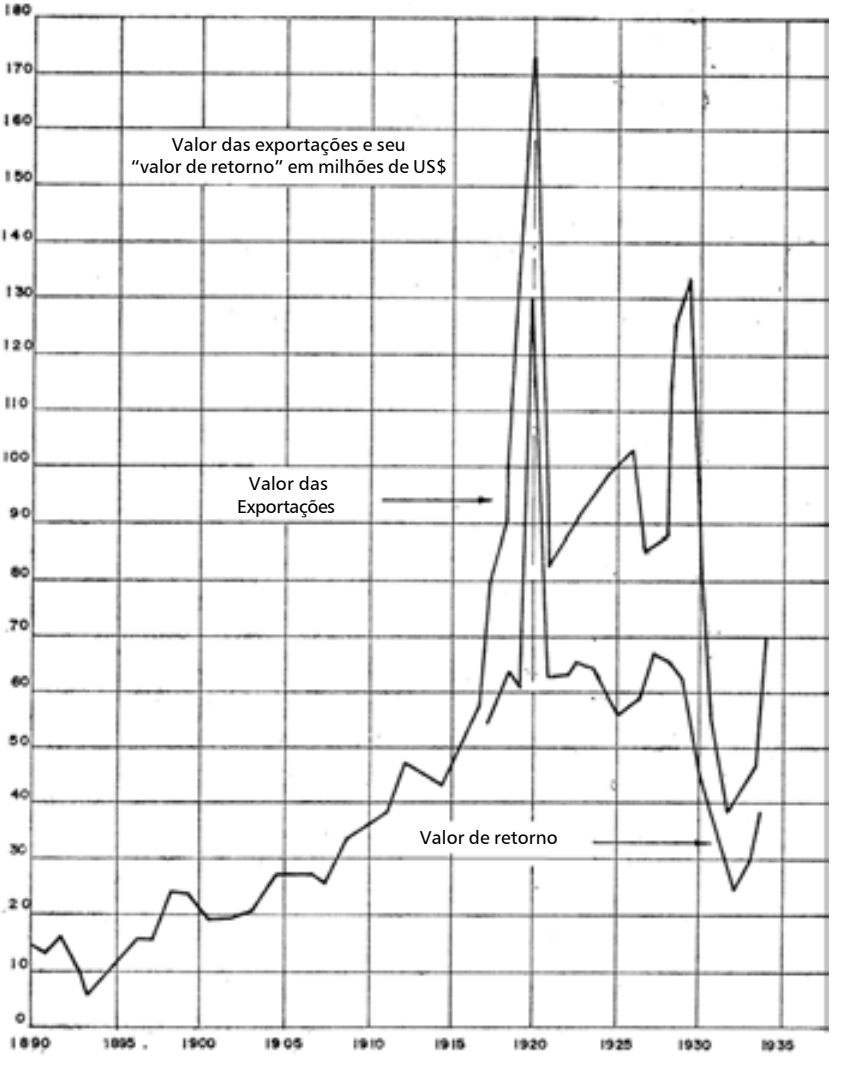
Com o propósito de sanear as finanças públicas, Leguía prorrogou por 99 anos a concessão ferroviária da *Peruvian Corporation*, em troca do cancelamento da dívida que o Peru tinha com esta empresa, resultante do Contrato Grace. Por último, resolveu as diferenças entre o governo peruano e a *Standard Oil*, pendentes desde 1915, relacionadas com os impostos devidos pela sua filial no Peru, a *International Petroleum Company*. O ajuste a que chegou o governo de Leguía satisfez todas as exigências norte-americanas e, com isso, a *International Petroleum* obteve uma situação especial, portanto inconstitucional.

A influência norte-americana estendeu-se ao comportamento internacional do Peru. Devido a esta influência, o governo de Leguía assinou com a Colômbia o tratado de limites Salomón–Lozano e o governo peruano foi o único na América Latina a apoiar a invasão norte-americana da Nicarágua e a guerra contra Sandino.

Leguía considerava que o apoio incondicional que dava aos Estados Unidos seria retribuído não só em termos econômicos, mas também com o necessário apoio político norte-americano para recuperar as "províncias cativas" de Tacna, Arica e Tarapacá, o que lhe teria dado um enorme apoio político interno. Embora não tenha conseguido todo o apoio que esperava, em 1929, conseguiu a reincorporação de Tacna ao Peru.

Gráfico 3

Valor das exportações e seu "valor de retorno" (em milhões de US$)



Fonte: Bertram 1974.

No entanto, na mesma medida em que Leguía executava uma política que alterava definitivamente a estrutura do país, consolidando seu caráter semicolonial, modificava a base de sustentação com que iniciara o seu governo, provocando o surgimento de forças de oposição popular que eram totalmente inéditas. Seus posicionamentos pseudopopulistas da primeira hora deixaram de ter validade quando reprimiu os movimentos camponeses, concedeu anistia às autoridades responsáveis por essas matanças e, nos últimos anos do seu governo, aprovou uma lei que dava oportunidade aos proprietários de terras com títulos incompletos, ou sem documentos, de legalizar a sua situação. Dessa forma, facilitava a regularização da propriedade de terras usurpadas aos camponeses pelos novos latifundiários que participavam da clientela do Presidente.

No mesmo sentido, dissolveu as organizações operárias, fechou a Universidade Popular González Prada e procurou aliar-se com as antigas classes proprietárias, ao pretender consagrar o Peru ao Sagrado Coração de Jesus, o que mereceu uma rejeição popular generalizada.

Os antigos civilistas criticavam Leguía acerbamente pela corrupção que tinha gerado, pelo seu desrespeito às normas legais, pela falta de liberdade existente no país e pela demagogia de que se valia para manter embotada a consciência cívica da população. Além disso, seus críticos denunciavam os acordos internacionais assinados com a Colômbia e o Chile e, de maneira especial, a descontrolada expansão do capital norte-americano, em detrimento do setor capitalista nacional.

Por outro lado, Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui assentavam as bases de um pensamento e ação claramente antioligárquicos e antiimperialistas, orientados para a articulação política das camadas populares e setores da classe média urbana. Começou assim a formação de partidos de massa e ideologia popular.

O pensamento e a ação política de Haya de la Torre e Mariátegui eram expressões cabais das transformações experimentadas pelo Peru, na medida em que se iniciava claramente no país a diferenciação política entre os diferentes setores da classe dominante e, por outro lado, operários, camponeses e a classe média. Até então, em face de sua

formação pré-capitalista, os camponeses, dispersos e isolados, estavam estruturalmente incapacitados para perceber que eram uma entidade autônoma e não tinham a opção de representar os próprios interesses. Por isso, sua ação deslocara-se da revolta espontânea, local e efêmera, para seguir passivamente um caudilho ou um chefe político local. A partir do desenvolvimento capitalista e da conseqüente formação de um proletariado industrial, agrícola e mineral, estavam sendo criadas as bases estruturais necessárias para a sua autonomia com respeito à coalizão oligárquico-imperialista.

As novas perspectivas políticas abertas por Haya de la Torre e Mariátegui tiveram como antecedente imediato Manuel Gonzáles Prada, um dos primeiros intelectuais a pôr em evidência e denunciar de forma incisiva o caráter classista da dominação oligárquica. Ele contribuiu também para preparar o terreno ao movimento indigenista que se vinha desenvolvendo em todo o país. Ele procurava reavaliar o passado e o presente da população indígena, contra a versão oficial da classe dominante, que explicava e justificava a situação dos índios pela sua condição racial. Não há dúvida de que o movimento popular de 1919 foi a experiência imediata de maior importância para a orientação futura dos que definiriam as idéias contra a oligarquia e o imperialismo.

A experiência social de Haya de la Torre, quando jovem, determinou de forma especial a sua futura orientação intelectual. Ele vinha de uma família de classe média da cidade de Trujillo, aparentada com a antiga aristocracia senhorial da região. Por isso, pôde sentir muito de perto o impacto social do capital monopolista, dedicado à produção do açúcar, sobre os setores senhoriais e as classes médias. Essa experiência foi compartilhada por seus amigos e companheiros congregados no "grupo boêmio" de Trujillo. A futura posição política de Haya foi selada por essa vivência concreta (Cossío del Pomar 1946, Klarén 1970).

Como representante dos estudantes de Trujillo, Haya de la Torre participou ativamente do movimento de reforma universitária que se desenvolveu em Lima. Em face de sua participação destacada nesse movimento, foi designado representante junto à comissão que dirigiu a mobilização popular de 1919 e que lhe permitiu iniciar sua vinculação

com o movimento operário. Por outro lado, como representante estudantil ele viajou pelo Uruguai, Argentina e Chile, relacionando-se com estudantes e professores engajados na reforma universitária, assim como com dirigentes políticos dos partidos Radical e Socialista, representantes políticos dos setores populares e de classe média desses países que tinham uma orientação antiimperialista, antioligárquica e democrática. Por meio dessas novas relações, Haya convenceu-se de que, embora fossem realidades aparentemente distintas, o imperialismo tinha um papel primordial na definição dos diferentes casos nacionais, assim como no papel dirigente desempenhado pelas classes médias na renovação social desses países.

Em 1920, o Congresso de Estudantes Universitários, realizado em Cusco, aprovou uma moção de Haya no sentido de fundar em diferentes cidades do país filiais da Universidade Popular Gonzáles Prada. Ele incumbiu-se pessoalmente de organizar em Lima este centro de educação política do povo, sem abandonar suas vinculações com o movimento universitário e as atividades dos seus antigos amigos de Trujillo. Tais amigos não só organizaram um centro similar, mas também se engajaram firmemente na luta desenvolvida pelo proletariado agrícola, devido às greves que, a partir de 1921, estremeceram a vida tranqüila daquela cidade.

Os três anos de atividade que Haya dedicou à organização dos cursos para operários e ao movimento universitário foram experiências fundamentais do futuro dirigente político. Por meio das suas atividades na Universidade Popular Gonzáles Prada, Haya estreitou seus laços com os setores mais conscientes da classe operária (Stein 1973) e, com as atividades que organizava na Universidade de San Marcos, reuniu o grupo mais radical dos estudantes universitários. Em outras palavras: Haya ocupava-se simultaneamente de organizar as classes operária, agrícola e industrial e o novo setor intelectual radical de classe média, procurando integrar essas ações.

Em 1923, depois da tentativa fracassada de Leguía de consagrar o Peru ao Sagrado Coração de Jesus, devido à mobilização popular e da classe média organizada por Haya de la Torre, Leguía decretou a sua deportação, assim como de outros dirigentes políticos, tanto de Lima

como de Trujillo, dando início a uma longa e contínua história de exílios de dirigentes e militantes dos grupos políticos antioligárquicos.

Essa circunstância fez que Haya se visse envolvido pela maré internacional provocada pelas revoluções russa e mexicana e também visse de perto a política imperialista desenvolvida pelos Estados Unidos na região do Caribe, caracterizada pela ocupação militar de vários países, a colonização de Panamá e Cuba e a permanente ameaça de agressão ao México. Nessas condições, a intuição de Haya sobre o papel do capital imperialista na América Latina e as exigências políticas para frear essa ação não tardariam a se converter em uma convicção.

Em 1924, enquanto estava exilado, Haya de la Torre fundou no México a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), como Frente Única de Trabalhadores Manuais e Intelectuais. De caráter continental, esta organização tinha como programa cinco metas básicas: a luta contra o imperialismo norte-americano, a unidade política da América Latina, a nacionalização das terras e das indústrias, a internacionalização do Canal do Panamá e a ação solidária com todos os povos e classes oprimidas do mundo: com efeito, um plano decididamente revolucionário.

As várias experiências pessoais de Haya levaram-no a concluir que a ação predadora do capitalismo imperialista, que ele tinha percebido pela primeira vez em Trujillo, era geral em toda a América Latina e abrangia não só a exploração dos camponeses e operários, mas também da classe média, constituindo, dessa forma, uma opressão nacional. Para cumprir uma ação efetiva contra o imperialismo, era necessário coordenar os esforços de todos os setores explorados de cada país contra o inimigo externo, o imperialismo, e seus aliados internos, os latifundiários. Os êxitos relativos da Revolução Mexicana e a sua precariedade convenceram-no de que a realização dessas tarefas só podia ser concretizada mediante uma ação coordenada de âmbito continental. A Revolução Mexicana tinha podido eliminar os latifundiários, ou seja, os inimigos internos, mas a falta de apoio internacional ao México colocava-o em situação particularmente difícil com relação aos Estados Unidos.

Nesse mesmo ano, Haya de la Torre teve a oportunidade de viajar a Moscou, onde encontrou os principais dirigentes soviéticos e do movimento revolucionário, experiência que foi um fator a mais para a sua definição política. Em primeiro lugar, convenceu-se de que os comunistas russos conheciam pouco e mal a realidade latino-americana e que transpunham mecanicamente a realidade européia para a América Latina. Por isso, concluiu que a ação antiimperialista centralizada em Moscou estava condenada ao fracasso – posição que reafirmou em 1927, quando participou do Congresso Antiimperialista de Bruxelas, no qual teve uma violenta discussão com o dirigente estudantil cubano Julio Antonio Mella, na qual sustentou o caráter original da formação social latino-americana, portanto, da sua transformação. A posição adotada pela Terceira Internacional significou o rompimento definitivo de Haya com o comunismo.

Entre 1923 e 1927, Haya de la Torre dedicou-se a divulgar amplamente sua concepção política, organizando diversos grupos latino-americanos de orientação aprista. Ao mesmo tempo, manteve sua polêmica com os comunistas. Em resposta a uma crítica de Julio Antonio Mella (1975), escreveu **O Anti-Imperialismo e o APRA** (1972), um "compêndio das idéias gerais do aprismo", conforme explicaria 28 anos mais tarde (Haya de la Torre 1956). Este seu livro, que só foi publicado em 1936, é o "primeiro livro orgânico de Haya de la Torre a surgir ao longo da sua vida aventurosa de escritor, ideólogo e político", segundo a nota preliminar dos editores. Nele encontramos plasmadas as idéias que Haya desenvolveu durante sua atividade como professor da Universidade Popular Gonzáles Prada e que aperfeiçoou durante os quatro anos de exílio, formando os fundamentos teóricos do Partido Aprista Peruano.

A premissa básica de Haya, de importância fundamental no desenvolvimento sucessivo das suas idéias e ações, é que, para compreender a realidade latino-americana "tal qual ela é", faz-se necessário descobrir as leis específicas que a regem, de modo a propor as soluções necessárias. A partir dessa convicção, Haya critica o "colonialismo mental" dos intelectuais comunistas e fascistas, que

consideram a realidade dos seus povos por meio do espelho europeu. Esse conceito, em que Haya insiste reiteradamente, e que incorporou no seu "espaço–tempo–histórico", se basearia na mesma argumentação dos clássicos do marxismo.

> Engels já escrevia no seu "Anti-Dühring": "Quem quisesse subordinar às mesmas leis a economia política da Terra do Fogo e da Inglaterra atual evidentemente não produziria senão lugares comuns da maior vulgaridade". [...] Pois bem: entre a Terra do Fogo e a Inglaterra não existem só diferenças abissais nas formas de produção e intercâmbio. Há mais: existem dois meridianos de civilização e um extenso continente que oferece, entre esses dois pontos extremos, diversos graus de evolução, aos quais correspondem leis particulares que a economia política precisa descobrir e aplicar. Produziria "lugares comuns da maior vulgaridade" não só quem quisesse sujeitar às mesmas leis as realidades econômicas e sociais da Inglaterra e da Terra do Fogo como qualquer um dos vinte Estados que se encontram imediatamente ao Norte. Este é justamente o ponto fundamental do aprismo e da sua análise e avaliação da realidade americana [...] e admitir que, sendo diferentes essas realidades, diferentes hão de ser os seus problemas e, finalmente, as soluções encontradas. Em síntese, identificar o nosso problema econômico, social e político no cenário adequado, sem recorrer às doutrinas ou receitas européias para resolvê-lo [...] (Haya de la Torre 1972, XXV).

A versão que Haya oferece da América Latina parte de uma interpretação do seu processo histórico e social, em termos esquemáticos: a dominação hispânica caracterizou-se pelo estabelecimento de um feudalismo colonial. A independência não significou a erradicação do feudalismo, mas a sua plena afirmação. A origem do conflito que culminou na independência política dos "estados desunidos do Sul" deveu-se a que, enquanto para a Espanha era necessário sustentar o monopólio comercial, os comerciantes *criollos* precisavam do livre comércio para a sua expansão. No entanto, justamente no momento em que isso acontece, surge e afirma-se no

continente americano o nascente imperialismo britânico. A partir de então, cristalizam-se as características básicas da sociedade latino-americana.

> Os principais investimentos do capital estrangeiro associam-se com a classe feudal e com a classe comercial e, assim, vai-se formando gradualmente a burguesia colonial. Ao longo de cem anos, o imperialismo inglês e, ultimamente, o norte-americano [...] vão abraçando cada vez com mais força o sistema feudal dos nossos povos. Chegamos assim à época atual em que o imperialismo ianque deslocou seu rival britânico e vai-se apossando de grande parte do campo, que controla e vigia (Haya de la Torre 1972, 19).

Dessa forma, a evolução do Peru e da "Indo-América", de modo geral, apresenta diferenças marcantes com relação à Europa, fundamentalmente porque o capitalismo não é um fenômeno que se origina em nossa terra como processo interno, amadurecido, mas como resultado da importação, introduzindo-se nos setores pré-capitalistas e dominando-os:

> Assim, não houve nos nossos países a evolução que se pode observar nas burguesias inglesa, francesa ou alemã as quais, fortalecidas como classes econômicas, em um longo período de crescimento, capturam por fim o poder político e o arrebatam mais ou menos violentamente às classes representativas do feudalismo. Na Indo-América ainda não tivemos tempo de criar uma burguesia nacional autônoma e poderosa, suficientemente forte para deslocar as classes latifundiárias, que são um prolongamento do feudalismo espanhol que na revolução da Independência se emanciparam da sujeição política e econômica da metrópole, afirmando seu poder pelo domínio do Estado. As burguesias *criollas* incipientes, que são como as raízes adventícias de nossas classes latifundiárias, ainda na sua origem recebem uma injeção de imperialismo, que as domina. Em todos os nossos países, antes de aparecer em caráter mais ou menos definitivo uma burguesia nacional, apresenta-se o capitalismo imigrante, o imperialismo (Haya de la Torre 1972, 135).

Nessas condições, a estrutura social e econômica dos nossos países caracteriza-se pelo desenvolvimento desigual e não-combinado, que define o caráter anômalo das nossas sociedades.

> [...] no curso da nossa evolução econômica as várias etapas não se sucedem como na transformação de um menino em homem. Economicamente, a Indo-América é como um menino monstruoso, que ao se transformar em homem tem uma cabeça crescida, uma perna, uma víscera, mas o resto do organismo está vivo, mas anquilosado em diferentes fases de crescimento. Examinando o panorama social dos nossos povos, encontramos essa coexistência de etapas que deveriam estar concluídas. Cada uma conserva vitalidade suficiente para gravitar sobre o conjunto econômico e político [...] (Haya de la Torre 1972, 136).

Por isso,

> [...] nenhuma escala é tão completa, de todas as etapas da evolução humana, como a que oferece a Indo-América com seus agregados étnicos de imigrações sucessivas. [...] E se encontramos na vasta extensão do nosso continente este panorama da evolução social, completo, preciso e compacto, é curioso observar que em cada país [...] o vemos reproduzido em menor escala. Brasil ou Equador, México ou Peru, Colômbia ou Paraguai nos oferecerão, dentro das suas fronteiras, um quadro vivo e completo da evolução da sociedade humana através das idades[...]
>
> O duplo caráter da nossa economia, que o imperialismo divide em duas intensidades, dois ritmos, dois modos de produção: a nacional atrasada e a imperialista acelerada [...] [e o resultado é que] uma grande parte da nossa economia está desconectada da produção e do intercâmbio que o imperialismo hipertrofia e artificializa em nossos países (Haya de la Torre 1972, XXVI).

Haya antecipa-se, em várias décadas, à interpretação dualista do atraso e do caráter de "museu vivo" da América Latina. A coexistência do capitalismo, imperialista e estrangeiro, com o pré-capitalismo seria a causa última dessas situações.

Daí a conclusão, parafraseando Lenine, de que, se o imperialismo representa a última etapa do capitalismo nos países industrializados, na Indo-América é a sua primeira fase. Com efeito, como já observamos anteriormente, o capitalismo chega ao Peru quando este modo de produção alcança a sua fase imperialista nos países centrais. Mas Haya acrescenta que tal tipo de capitalismo impede e obstaculiza a transformação da classe média em burguesia nacional e, em conseqüência, a transformação socioeconômica do país, graças ao apoio dos latifundiários:

> [Os sistemas feudais[são os aliados do imperialismo, que dia a dia se tornam seus agentes e súditos. Assim, na Indo-América não é possível separar a luta contra o imperialismo estrangeiro da luta contra o feudalismo colonial (Haya de la Torre 1972, 33).

O resultado é que a ação espoliadora do imperialismo, apoiada pelos latifundiários, representa ao mesmo tempo uma opressão classista e nacional, em que operários, camponeses e a classe média compartilham a situação de explorados.

> Chamo a atenção do leitor para este conceito: o imperialismo subjuga e explora economicamente nossas classes trabalhadoras; mas subjuga e explora também nossos povos, como nações (Haya de la Torre 1972, 34).

Isso leva Haya a concluir que:

> A primeira conseqüência do crescente domínio econômico do imperialismo norte-americano em nossos países é política: o problema da liberdade nacional. [...]"
>
> O problema fundamental dos nossos países é, assim, o da liberdade nacional ameaçada pelo imperialismo, que impedirá com violência qualquer intenção política ou social de transformação que, a seu juízo, a juízo do império ianque, afete os seus interesses. [...]
>
> Sustentamos, assim, que a presente tarefa histórica desses povos é a luta contra o imperialismo. Tarefa do nosso tempo, da nossa

> época, da nossa etapa de evolução. Ela nos impõe subordinar temporariamente todas as outras lutas que resultem das contradições da nossa realidade social, que não sejam coadjuvantes do imperialismo, à necessidade da luta comum. Vale dizer que aceitamos, dentro da concepção marxista, a divisão da sociedade em classes e a luta dessas classes como expressão do processo histórico; consideramos porém que a classe opressora mais importante, a que realmente sustenta todo o sistema de exploração refinado e moderno que impera sobre os nossos povos, é a representada pelo imperialismo. Porque o imperialismo desempenha para eles a função cumprida pela grande burguesia nos países de mais alto desenvolvimento econômico (Haya de la Torre 1972, 40-1, 52, 110-1).

Para empreendimento tão titânico, é necessário unir todos os esforços capazes de opor-se a forças tão poderosas; esforços conduzidos pelas classes médias, "às quais cabe historicamente a iniciativa da luta antiimperialista", pois:

> Em nossos países, as classes médias têm maior aptidão para a luta [do que as pequenas burguesias européias]. Vivem ainda sua idade heróica e ainda têm o campo aberto para tratar de converter-se parcialmente em grande burguesia. Por fim, são combativas. Têm a capacidade da rebeldia, da beligerância. [...] Nossas classes médias estão ainda na fase de combate, da luta pela sua afirmação; um período de ofensiva, quase de gesta, se podemos chamá-lo assim (Haya de la Torre 1972, 35).

Tudo isso leva Haya a propor, à semelhança do Kuo-Min-Tang chinês, a formação de um partido multiclassista, nacional e popular, que integre organizadamente as ações dessas três classes. Rejeita a criação de um partido de classe, o Partido Comunista, levando em conta as características singulares da Indo-América: a classe operária é incipiente e numericamente débil e, pela sua origem camponesa, não tem maior consciência de Nação. Por isso, confinar a ação antiimperialista a esta classe teria poucos resultados. A Frente Única de Trabalhadores Manuais

e Intelectuais, constituída pelas três classes subjugadas pelo imperialismo, associadas organicamente no Partido Aprista, deveria abordar a transformação do país, erradicando a dominação imperialista e feudal que trava a sua realização nacional, cumprindo assim as tarefas que na Europa são desempenhadas pela burguesia.

O "Estado antiimperialista" se incumbiria de dirigir a economia, forjando um capitalismo de Estado associado com um importante setor cooperativo. Para isso, o novo Estado se encarregaria de nacionalizar as terras e as indústrias, eliminando do país o feudalismo e os enclaves. Politicamente se organizaria em termos de uma democracia funcional, na qual estariam representados os diferentes setores da sociedade, em função dos papéis que desempenhassem no processo produtivo. Nessa tarefa, que pressupõe a organização científica e técnica da produção, as classes médias deveriam prestar "sua iniludível contribuição intelectual", podendo assim realizar-se não como burguesia, mas como técnicos, encarregados de dirigir as novas instituições estatais.

Haya de la Torre vê no Estado pós-revolucionário mexicano a imagem mais próxima do que viria a ser o Estado antiimperialista.

> A Revolução Mexicana [...] não representa definitivamente a vitória de uma única classe. O triunfo social corresponderia, historicamente, à classe camponesa; mas, na Revolução Mexicana, outras classes são também favorecidas: a classe operária e a classe média. O Partido vencedor (partido de frente única espontânea contra a tirania feudal e o imperialismo) domina em nome das classes que representa e que, na ordem histórica da sua realização reivindicadora, são: a classe camponesa, a classe operária e a classe média [...].
>
> O Estado transforma-se assim no instrumento de luta, bem ou mal usado, dessas três classes contra o inimigo imperialista que luta para impedir a consumação revolucionária. O Estado é, portanto, fundamentalmente, um instrumento de defesa da união das classes camponesa, operária e média contra o imperialismo que as ameaça. Todo conflito possível entre essas classes fica suspenso ou subordinado ao grande conflito com o imperialismo, que representa o perigo maior. Em conseqüência, o Estado converteu-se em um "Estado antiimperialista" (Haya de la Torre 1972, 96).

Nessas condições, como afirmara Lombardo Toledano, o Estado procuraria conciliar os vários interesses sociais, arbitrando-os "desde cima". No entanto, Haya reconhece que o Estado antiimperialista exige, para desenvolver os recursos internos, o aporte de capital e tecnologia provenientes dos países altamente capitalistas. Assim como na Rússia Soviética, a única opção seria "contratar com o imperialismo". Mas não se daria uma abertura para os capitalistas "venham de onde venham, e como venham", porém de modo condicional, praticando, portanto, um antiimperialismo "construtivo".

No entanto, o estabelecimento de uma "nova ordem internacional" pressupunha, como condição necessária, a constituição de uma frente continental, com uma plataforma de ação unitária frente ao imperialismo.

As experiências e posições políticas adotadas por José Carlos Mariátegui conduziram-no por caminhos diferentes dos de Haya de la Torre. Embora tenham colaborado inicialmente na elaboração de um projeto político popular, logo se tornaram evidentes as divergências nas suas metas e nos respectivos pontos de partida. Surgiu assim uma polêmica entre eles, *clássica* pela sua vigência.

Depois de apoiar decididamente as lutas operárias de 1919 e o movimento estudantil que postulava a reforma universitária, Mariátegui, então com 25 anos, viajou para a Europa, onde viveu quatro anos, especialmente na Itália, no momento em que os países europeus experimentavam as transformações dramáticas do pós-guerra. Assim, acompanhou muito de perto o processo da Revolução Russa, a fundação da Terceira Internacional e dos partidos comunistas, em especial o italiano; a luta dessas organizações contra os partidos social-democratas, a bancarrota do liberalismo e a ascensão do fascismo italiano. Por outro lado, Mariátegui observou o fenômeno revolucionário que ocorria nas colônias, contra a dominação européia, vendo-se envolvido na maré das lutas sociais e políticas que comprometiam a sorte das classes populares em escala mundial.

Embora, antes de deixar o Peru, Mariátegui já tivesse dado mostras de simpatia pelas novas correntes revolucionárias, foi durante a sua

permanência na Europa que aderiu consciente e emocionalmente ao marxismo, decidido a contribuir para a transformação socialista do Peru e da América Latina. Voltando a Lima, dedicou-se a duas tarefas simultâneas e complementares: um estudo marxista da formação social do país, para postular a problemática das classes populares, e a formação de organizações sindicais e políticas que permitissem a sua integração e desenvolvimento político. O trabalho, contudo, foi truncado tanto pela sua morte, ocorrida muito cedo, em 1930, como pela derivação dos seus herdeiros políticos, que se sujeitaram indiscriminadamente ao Comintern.

Em 1923, de volta a Lima, Mariátegui foi convidado por Haya de la Torre a pronunciar um ciclo de conferências sobre a crise mundial na Universidade Popular Gonzáles Prada, que ele dirigia. Estas conferências deram a Mariátegui a oportunidade de renovar seus vínculos com o proletariado de Lima e de contribuir para a sua formação política. Nelas traçou um vasto panorama das lutas de classe que se desenrolavam na Europa e na Ásia, refletindo as transformações em escala mundial devidas à crise do capitalismo e à Revolução Russa. O objetivo central das suas exposições era demonstrar que a sorte dos trabalhadores peruanos estava vinculada à luta dos operários e camponeses, em escala mundial, contra o capitalismo imperialista.

Nesse mesmo ano, quando Haya de la Torre foi deportado, Mariátegui assumiu a direção de **Claridad**, o órgão de imprensa da Universidade Popular Gonzáles Prada, dando-lhe um caráter eminentemente político, centralizado nos problemas do povo. Ao mesmo tempo em que atuava como jornalista, preparando ensaios sobre diferentes aspectos da estrutura e superestrutura do Peru, dedicou-se a promover a organização da classe operária. Em 1924, por ocasião do Primeiro de Maio, convocou uma frente única proletária, o que era prematuro, dadas as idéias anarquistas e sindicalistas que predominavam entre os trabalhadores e a penetração governamental nas suas organizações.

Em 1926, fundou a revista **Amauta**, com a intenção de que servisse como elemento concentrador das forças "renovadoras" que se

vinham desenvolvendo no país, nos campos da atividade política, sindical e cultural. Além disso, a revista divulgou a luta política no Peru, na América e no mundo, assim como as novas orientações ideológicas que vinham sendo formuladas. Dessa forma, **Amauta** converteu-se em tribuna do movimento antioligárquico e antiimperialista em gestação.

No curto lapso entre 1928 e 1930, o ano da sua morte, premido pelas circunstâncias, Mariátegui deu sua contribuição mais importante ao desenvolvimento do socialismo peruano. Em 1928, publicou seus **Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana**, rompeu definitivamente os laços que o ligavam a Haya de la Torre e ao APRA; definiu em **Amauta** uma linha socialista, promoveu a fundação da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru e do seu órgão de imprensa, **Labor**, dirigiu a formação do Partido Socialista Peruano e estabeleceu um vínculo orgânico com a Terceira Internacional, embora sem submeter-se à sua orientação.

Dois fatos parecem ter determinado esta concentração de atividades e definições em tão curto espaço de tempo: em primeiro lugar, a decisão de Haya de la Torre de transformar o APRA, criado originalmente como uma Frente Antiimperialista, em partido político de muitas classes, com um conteúdo ideológico nacionalista; em segundo lugar, o esforço da Terceira Internacional para organizar no Peru um Partido Comunista, submetido aos ditames do seu Congresso de 1920.

Embora Mariátegui não tenha publicado nenhum livro orgânico dedicado a definir o seu pensamento político, é possível reconstruir suas principais teses políticas, devido à insistência com que expôs algumas delas na polêmica sustentada com Haya de la Torre e o APRA. A partir de 1923, quando retornou a Lima, Mariátegui começou a investigar a realidade do país em seus diferentes aspectos, partindo da estrutura econômica configurada pela ordenação das classes e os níveis superestruturais da sociedade, origem dos **Sete Ensaios**. No primeiro deles, dedicado à evolução econômica, caracterizou a estrutura dominante em perspectiva histórica.

Segundo Mariátegui, a Independência não foi o resultado da ação de uma burguesia estruturada, nem promoveu a formação de uma classe burguesa com vocação revolucionária, capaz de destruir a estrutura feudal. O que aconteceu foi que os herdeiros da nobreza colonial não tardaram a se transformar em intermediários do capitalismo europeu que, desde a instalação da República, dominou a economia peruana: "a economia feudal torna-se, aos poucos, uma economia burguesa, mas sem deixar de ser, em termos mundiais, uma economia colonial" (Mariátegui 1965, 11). Esta transformação se fez lenta, mas persistentemente. "No período dominado e caracterizado pelo comércio do guano e do salitre, o processo de transformação da nossa economia, de feudal em burguesa, teve o seu primeiro e forte impulso" (Mariátegui 1965, 18). O crescimento capitalista teria facilitado o fato de que, depois da Primeira Guerra Mundial o setor associado diretamente com o capitalismo apareceu como elemento hegemônico. Com efeito, nessa época, sua característica é "o desenvolvimento de uma classe capitalista dentro da qual deixa de prevalecer, como antes, a antiga aristocracia" (Mariátegui 1965, 21). Contudo, paralelamente a esse desenvolvimento capitalista, Mariátegui constata que ele não está associado à ação desenvolvida pelos proprietários peruanos, mas, sim, ao imperialismo.

> A classe latifundiária não conseguiu transformar-se em burguesia capitalista, senhora da economia nacional. A mineração, o comércio e os transportes estão em mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários contentaram-se em servir de intermediários na produção de algodão e açúcar. Este sistema econômico manteve na agricultura uma organização semifeudal que constitui o maior obstáculo ao desenvolvimento do país (Mariátegui 1965, 24).

Por isso:

> as culturas, os "engenhos" e as exportações de que se orgulham os latifundiários estão muito longe de constituir a própria obra. A produção de algodão e açúcar prosperou, sob o impulso de créditos obtidos com esse fim, com base em terras apropriadas e mão-de-

> obra barata. A organização financeira dessas culturas, cujo desenvolvimento e lucros são determinados pelo mercado mundial, não é um resultado da previsão ou da cooperação dos latifundiários. A grande propriedade não fez senão adaptar-se ao impulso que veio de fora. O capitalismo estrangeiro, na sua busca perene de terras, braços e mercados, financiou e dirigiu o trabalho dos proprietários, emprestando-lhes dinheiro com a garantia das suas terras e da sua produção. Muitas propriedades, oneradas por hipotecas, já começaram a ser administradas diretamente pelas firmas exportadoras (Mariátegui 1965, 26-7).

A hegemonia capitalista da região costeira e a dependência dos mercados internacionais de produtores e exportadores estrangeiros em que se encontravam os latifundiários peruanos ocorreu mediante a manutenção e o reforço de formas arcaicas de exploração social.

> O desenvolvimento de culturas industriais e de uma agricultura de exportação nas fazendas da Costa aparece subordinado integralmente à colonização econômica dos países da América Latina pelo capitalismo ocidental. Os comerciantes e credores britânicos interessaram-se pela exploração dessas terras quando comprovaram a possibilidade de dedicá-las com vantagem primeiro à produção de açúcar e, depois, de algodão. Há muito tempo, as hipotecas da propriedade agrária colocavam-nas em boa parte sob o controle das firmas estrangeiras. Endividados aos comerciantes e credores estrangeiros, os fazendeiros serviam de meros intermediários, quase de *yanaconas*, ao capitalismo anglo-saxão, para garantir-lhe a exploração de campos cultivados a um custo mínimo, por trabalhadores rurais escravizados e miseráveis, curvados sobre a terra sob o látego dos "negreiros" coloniais.
>
> Na Costa, porém, o latifúndio atingiu um grau mais ou menos avançado de técnica capitalista, embora sua exploração repouse ainda sobre práticas e princípios feudais (Mariátegui 1965, 65).

A exploração pré-capitalista da população camponesa e indígena, que correspondia a quatro quintos do total, tornava possível subtraí-la de uma possível nação. Em tais circunstâncias: "O Estado só controla

uma parte da população. Sobre a população indígena, sua autoridade passa por intermédio do arbítrio da feudalidade ou dos chefes políticos locais" (Mariátegui 1970, 90), impedindo assim que o "país" se realize como tal, em torno de um Estado-Nação.

Nessas condições, a tarefa só poderia ser levada a cabo mediante um processo revolucionário, protagonizado pelas forças populares contra o bloco dominante oligárquico–imperialista, e que deveria resultar na instituição de um regime socialista. As necessárias tarefas democráticas e nacionalistas não poderiam ser realizadas nem pela burguesia nacional, nem pelas pequenas burguesias regionais, devido à sua dependência do imperialismo, que as impedia de qualquer identificação com os camponeses e outros setores populares.

> Nos nossos países, os elementos feudais ou burgueses sentem pelos índios, como pelos negros e mulatos, o mesmo desprezo dos brancos imperialistas. O sentimento racial atua nessa classe dominante em um sentido absolutamente favorável à penetração imperialista. Nada existe de comum entre o senhor ou o burguês *criollo* e seus peões de cor. A solidariedade de classe soma-se à de raça ou preconceito para fazer das burguesias nacionais instrumentos dóceis ao imperialismo ianque ou britânico. Esse sentimento estende-se a grande parte das classes médias, que imitam a aristocracia e a burguesia no desdém pela plebe de cor, embora sua própria mestiçagem seja bastante evidente (Mariátegui 1972, 27).

Essa argumentação refutava a projeção nacionalista que Haya de la Torre atribuía às classes médias. Mariátegui traçava uma distinção entre o que acontecia nos países da América Central, do Caribe e da Ásia, onde o imperialismo se havia instalado econômica, política e militarmente, e o que ocorria na América do Sul, e particularmente no Peru. Nos primeiros casos, podia-se considerar a existência de um potencial nacionalista naquelas classes, mas não no Peru, onde elas participavam da exploração dos operários e camponeses.

> Na América do Sul, essas burguesias não conhecem ainda (salvo no Panamá) a ocupação militar ianque e ainda não têm qualquer

> predisposição a admitir a necessidade de lutar pela segunda independência, como supunha ingenuamente a propaganda aprista. [...] Pretender que nessa camada social haja um sentimento de nacionalismo revolucionário, parecido ao que, em condições diferentes, representava um fator da luta antiimperialista nos países semicoloniais da Ásia, avassalados pelo imperialismo nas últimas décadas, seria um erro grave (Mariátegui 1972, 85-6).

Além disso, a mesma condição de dependência do capitalismo, na sua fase imperialista, determinava a impossibilidade de atingir um desenvolvimento capitalista autônomo, no caso de que surgisse um regime de natureza nacionalista pequeno-burguesa.

> A época da livre competição na economia capitalista terminou em todos os campos e sob todos os aspectos. Estamos na época dos monopólios, vale dizer, dos impérios. Os países latino-americanos chegam com atraso à competição capitalista. Os primeiros lugares já estão definitivamente assinalados. O destino desses países, dentro da ordem capitalista, é o de simples colônias.
>
> A condição econômica dessas repúblicas é, sem dúvida, semicolonial. À medida que cresça o seu capitalismo e, em conseqüência, a penetração imperialista, deve acentuar-se esse caráter da sua economia (Mariátegui 1972, 248, 87).

Desse modo, Mariátegui contradizia o fundamento das teses de Haya, sustentadas em **O Anti-Imperialismo e o APRA**. Este definia o problema em termos da exploração *nacional* que o imperialismo exercia sobre a Indo-América, tal como o percebera na América Central e no Caribe, e concluía pela necessidade de uma frente reunindo várias classes nacionalistas, que, mediante uma revolução democrática, assentasse as bases de um Estado igualmente representativo de todas as classes "nacionais".

Mariátegui negava os pressupostos e as conclusões de Haya. A exploração do capitalismo era basicamente classista, na medida em que o capital estrangeiro, associado à grande e pequena burguesia, dominava os camponeses e o proletariado. Daí a impossibilidade de fazer uma

revolução democrática com estes elementos. Além disso, devido à natureza imperialista da dominação capitalista, a revolução, caso fosse feita, terminaria por articular mais profundamente o capitalismo "nacional" com o estrangeiro, pois Mariátegui não encontrava maior contradição entre as reformas democrático–burguesas do nacionalismo revolucionário e as necessidades do capital imperialista (Mariátegui 1972, 92-4).

Por isso, a plataforma "antiimperialista" significava, com efeito, reduzir o problema da dominação capitalista ao fator "estrangeiro", o que "não anula o antagonismo entre as classes, nem suprime a sua diferença de interesses" (Mariátegui 1972, 90). Por essas razões, para Mariátegui, a solução consistia em eliminar as formas estrangeiras e as nacionais do capitalismo, assim como as modalidades arcaicas utilizadas pelo imperialismo: a "semifeudalidade".

Para Mariátegui, era óbvio que o país requeria reformas democráticas e nacionais que tornassem factível a liberação da imensa maioria da população indígena do campo, preocupação a que deu grande atenção. Achava igualmente óbvio que, ao inserir-se em um processo capitalista, as reformas não resolveriam o problema da exploração classista. Por isso, para ele, a solução estaria em que as reformas democráticas se fizessem dentro da construção do socialismo, única forma de destruir ao mesmo tempo o feudalismo e a exploração classista exercida pelo capitalismo. Só assim seria possível criar um Estado nacional com base popular.

> A revolução latino-americana [...] será simples e puramente a revolução socialista. A essas palavras podem-se acrescentar, conforme o caso, todos os adjetivos que quisermos: "antiimperialista', "agrária", "nacionalista-revolucionária". A todos o socialismo pressupõe, os antecede e abarca (Mariátegui 1972, 247-8).

No mesmo sentido, ao escrever a respeito de "O Problema do Índio", o segundo dos **Sete Ensaios**, Mariátegui observa, em uma nota de pé de página:

> [...] constatando que o regime econômico e político que combatemos se converteu gradualmente em uma força de colonização do país pelos capitalismos imperialistas estrangeiros, proclamamos que este é um momento da nossa história em que não é possível ser efetivamente nacionalista e revolucionário sem ser socialista; porque não existe no Peru, como nunca existiu, uma burguesia progressista, com sentido nacional, que se professe liberal e democrática e tenha uma política inspirada nos postulados da sua doutrina (Mariátegui 1965, 34).

Desse modo, Mariátegui coincidia com o programa redigido pelo Comintern em 1928, depois da trágica experiência chinesa, com respeito à luta revolucionária dos países coloniais e semicoloniais. "Essa luta aparece caracterizada por um longo período de batalha pela ditadura democrática do proletariado e dos camponeses, a qual passa logo a ser a ditadura do proletariado" (Schlesinger 1974, 107-8).

No entanto, se havia essa convergência com a Internacional Comunista, no nível do programa político, isso não acontecia com respeito à organização política que deveria implementá-lo. Já dissemos que Mariátegui colaborou com Haya de la Torre e o APRA enquanto este se manteve como "frente única", como aliança popular, bloco das classes oprimidas. Quando Haya, por razões conjunturais, organizou, em 1928, o Partido Nacional Libertador e, no mesmo ano, definiu o APRA como o Kuo-Min-Tang latino–americano, o rompimento não se fez esperar. As derivações do nacionalismo revolucionário na China, assim como no México, serviam a Mariátegui como evidência dos perigos que havia em confundir uma organização com objetivos revolucionários, socialistas, com outra de natureza tipicamente nacionalista e pequeno burguesa, como o APRA.

Embora Mariátegui reconhecesse que o proletariado peruano era numericamente pequeno e politicamente subdesenvolvido, ele assumia como seus os princípios leninistas referentes à necessidade de manter a autonomia dos interesses do proletariado e do socialismo com relação a outras classes e ideologias. Daí decorre sua urgência em organizar a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru, que deveria aglutinar as

massas proletárias, e o Partido Socialista, que deveria injetar nessas massas uma ideologia política revolucionária. A relação estreita que a classe operária continuava mantendo com a população do campo devia permitir-lhe difundir nas reivindicações dessa população um conteúdo socialista, tornando possível fazer que a revolução agrária constituísse uma etapa da realização da revolução socialista.

Em outras palavras, Mariátegui pensava em um partido que não limitasse a sua influência à classe operária, mas que tivesse condições de mobilizar direta e indiretamente *todas as classes populares* e, muito especialmente, os camponeses indígenas, em prol das suas reivindicações e da revolução nacional. Este foi o motivo da sua dissidência da Terceira Internacional, por recusar-se a organizar um Partido Comunista de composição estritamente proletária, de acordo com os 21 pontos acordados no Segundo Congresso da Internacional Comunista. Em 1929, na primeira reunião dos partidos comunistas latino-americanos, efetuada em Buenos Aires, essa atitude valeu-lhe a acusação de "desviacionista" e, posteriormente, de "populista" pelos ideólogos stalinistas (Chavarria 1975, Marínez de la Torre 1947–1949, Messeguer 1974, Paris 1972).

Assim, na medida em que o país experimentava um processo de transformação social baseado na consolidação do capitalismo e na realização da hegemonia política da burguesia nacional, associada ao capital imperialista, desenvolveu-se um pensamento orientado para a destruição do sistema dominante, o qual, ao traduzir-se em ação política, determinou a organização das classes populares e o fomento da luta de classes nas décadas que se seguiram.

V

A crise de 1930 e o desenvolvimento orgânico da luta de classes

A crise econômica internacional do capitalismo repercutiu no Peru, removendo as bases do sistema de dominação. A queda dos preços das matérias-primas no mercado internacional fez que as exportações peruanas declinassem em 59% e as importações, em 63%, com respeito aos preços de 1929. Os enclaves mineradores e agrícolas despediram mais da metade dos seus trabalhadores e os salários foram cortados na mesma proporção. Os produtos de algodão suspenderam o "*enganche*" de cerca de 40.000 camponeses serranos, que desciam para colher algodão, pensando em complementar a sua renda.

Em Lima, o desemprego alcançou quase um quarto dos trabalhadores. A redução da receita fiscal, devido à diminuição radical da renda aduaneira e à suspensão dos empréstimos norte-americanos, obrigou o governo a paralisar as obras de melhoramento urbano, o que afetou 70% dos operários de construção. A redução da capacidade de compra da população motivou a demissão de 12% dos trabalhadores na indústria têxtil. Os empregados do governo, cujo número tinha duplicado durante os onze anos do Governo Leguía, deixaram de receber seus vencimentos. A onda de bancarrotas arrastou consigo a entidade financeira mais importante do país, o Banco do Peru e Londres, deteriorando ainda mais a difícil situação econômica. O desemprego e a compressão das rendas urbanas trouxeram consigo a brusca redução da demanda de alimentos, que incidiu tanto sobre a renda dos latifundiários como dos pequenos proprietários rurais e das comunidades indígenas, supridores tradicionais de alimentos aos centros urbanos.

Esse descalabro provocou o rompimento dos laços de clientela que Leguía estabelecera com a classe proprietária e o desencadeamento

das forças sociais geradas pelo desenvolvimento do capital. Em agosto de 1930, o Comandante Luis M. Sánchez Serro comandou um levante, com o patrocínio dos latifundiários do Sul. Devido às repercussões da crise econômica internacional, o movimento militar contou com o apoio decidido da população, que coincidiu com o ingresso maciço das camadas populares na vida política do país.

Diante da insurgência popular, que reclamava seus direitos políticos e sociais, estava uma classe proprietária fragmentada, devido à divisão provocada por Leguía no momento de subir ao poder, e da bancarrota do setor que contou com o apoio oficial durante o *oncenio*. O civilismo "clássico" voltou a fazer sua entrada na vida pública, pretendendo recuperar a situação que tivera durante a "República Aristocrática". As oligarquias regionais estavam sem chefia e à procura de novo apoio político. Victor Villanueva (1973, 199) cita o telegrama enviado por um sub-prefeito a um capitão do Exército, o qual caricaturava a situação: "Rogo informar as possibilidades de triunfo da revolução para poder aderir".

Enquanto isso, os setores populares organizavam-se depressa, particularmente, em torno do APRA e de Haya de la Torre. Assim, o conflito entre a classe proprietária, politicamente desintegrada, e as classes populares, em processo de integração, definia a situação do momento como pré-revolucionária. No entanto, três anos mais tarde, em 1933, o período acabou quando esta tendência se modificou. Então, o conjunto de proprietários agrupou-se em torno do General Benavides (o mesmo que dezoito anos antes derrubara Billinghurst) e das forças militares, derrotando o movimento popular que pretendia destruir o Estado oligárquico.

O levante de Sánchez Cerro provocou um entusiasmo transbordante nos setores populares, na suposição de que a queda de Leguía lhes abriria a possibilidade de participar da vida política do país. Nessa medida, Sánchez Cerro ganhou a imagem de um herói popular. Aproveitando essa circunstância, procurou afirmar-se como "protetor dos pobres", mediante várias atividades assistencialistas: distribuiu alimentos aos setores urbanos pauperizados, proibiu o despejo dos

inquilinos e anulou a chamada "conscrição viária". Ao mesmo tempo, opôs-se a qualquer organização autônoma dos setores populares, na suposição de que isso constituía um desafio ao "princípio de autoridade" que representava. Para Sánchez Cerro, a "*chusma*" (a malta) devia esperar por suas iniciativas, quieta e pacientemente, e aceitá-las em confiança. Com efeito, reagiu com veemência às greves e aos protestos populares, mandando reprimi-los sangrentamente. Assim, optava pelo comportamento de "patrão benevolente" e ao mesmo tempo autoritário e despótico. Em uma palavra, repetia a figura do *encomendero* colonial e do chefe político republicano (Stein 1973).

Mediante o apoio popular e sua aliança com o grupo civilista, Sánchez Cerro buscava restabelecer as formas políticas de dominação da República Aristocrática. No entanto, a crise que o país atravessava debilitou a capacidade centralizadora do Estado, bem como do setor capitalista exportador nacional e imperialista, a tal ponto que os setores comerciais e latifundiários provincianos aproveitaram para opor-se à coalizão de Sánchez Cerro com o civilismo. Por isso, em março de 1931, Sánchez Cerro teve de retirar-se da posição de comando, facilitando assim a criação de uma Junta de Governo composta por delegados dos grupos regionais de poder, a qual convocou eleições para a Presidência e uma Assembléia Constituinte.

Repetia-se, portanto, em um novo nível, a tensão entre o setor oligárquico da classe dominante e os latifundiários e comerciantes provincianos, evidenciada durante os conflitos entre o Executivo e o Legislativo, antes da ascensão de Leguía ao poder. Como naquela ocasião, os grupos regionais pré-capitalistas procuraram afirmar sua existência, ameaçada pelo desenvolvimento do capital oligárquico-monopolista e pela crescente centralização estatal. Isso ficou claro nas exigências da burguesia comercial-latifundiária de Arequipa, o grupo regional mais importante. Seus projetos de descentralização administrativa, creditícia e da despesa pública, assim como a modificação da política econômica tradicional, que favorecia as exportações agrícolas e minerais, eram um sinal das suas intenções burguesas antioligárquicas. Na medida em que tais exigências coincidiam com as posições da classe média e popular

daquela importante cidade, a burguesia foi capaz de aglutiná-los, constituindo um fator hegemônico na população de Arequipa (Caravedo 1978). Não obstante isso, o apoio político dos civilistas e dos setores populares de Lima, assim como de outras cidades litorâneas, sobrepôs-se a esse esforço regional.

O desemprego e o congelamento dos salários provocados pela crise das exportações foram as causas de violentos protestos dos trabalhadores, em setembro de 1930, particularmente nos centros de mineração, protestos em que o partido Comunista e a Confederação Geral dos Trabalhadores tiveram uma participação ativa. A violência desencadeada nos enclaves mineiros foi de tal ordem que os seus administradores solicitaram à Embaixada dos Estados Unidos a intervenção dos *marines*, o que não foi necessário, pois Sánchez Cerro, com o apoio político das camadas dominantes de Lima, incumbiu-se de matar operários, prender os seus líderes, desmantelar a CGTP e encarcerar os dirigentes comunistas. A despeito da greve geral havida em Lima, como resposta a essa repressão, o movimento dos trabalhadores na mineração de Lima foi "ineficaz", devido à desarticulação entre os assalariados e deles com os camponeses. Por isso, a insurgência foi um ato isolado, o que facilitou a tarefa repressiva do governo (Flores Galindo 1974).

Enquanto isso, o país vivia uma efervescência política desconhecida. Simultaneamente a esses acontecimentos na mineração, o movimento universitário procurava aplicar os princípios enunciados na reforma universitária de 1919 e a reorganização partidária do APRA se afirmava, a despeito da repressão governamental. Ao mesmo tempo, todo o país era sacudido por greves e manifestações diante da situação crítica em que se encontravam trabalhadores e empregados.

A Junta de Governo promulgou um Estatuto Eleitoral que, pela primeira vez, estabelecia o voto secreto, a representação das minorias e o pleno poder decisório do Jurado Nacional de Eleições. No entanto, mantinha a discriminação contra as classes populares, ao limitar o direito de cidadania aos alfabetizados. A convocação de eleições a realizar-se em agosto de 1931 favoreceu o desenvolvimento de novas organizações

políticas, entre as quais sobressaía o APRA. Foram necessárias, contudo, fortes pressões para que a Junta permitisse o retorno de Haya de la Torre e outros líderes apristas desterrados por Leguía, assim como de Sánchez Cerro. Finalmente, em julho de 1931 voltaram ao Peru, quase ao mesmo tempo, Haya e Sánchez Cerro, que polarizaram o interesse dos eleitores.

Embora a comissão fundadora do APRA tivesse desenvolvido os primeiros esforços de organização partidária, Haya começou, desde o dia da sua chegada, uma campanha política que o levou por todo o país, passando a ocupar rapidamente o primeiro plano do cenário político, como representante das forças populares e de classe média, especialmente nas províncias.

Depois da morte de Mariátegui, o Partido Comunista limitou-se a seguir as instruções do Comintern, adotando sua estratégia da "terceira etapa": enfrentar os partidos reformistas, que disputavam a hegemonia sobre o proletariado, qualificando-os de "social-fascistas". Em vez de procurar fazer algum acordo tático com estas organizações, os Partidos Comunistas de cada país deveriam promover a insurreição proletária e organizar *soviets* de operários, soldados e camponeses para conquistar o poder e instalar a ditadura do proletariado (Claudin 1975). Essa posição devia ser adotada pelos partidos quaisquer que fossem as condições sociais e políticas do país e foram adotadas igualmente no Peru, com resultados funestos. O cumprimento rígido desta norma e das instruções subseqüentes da Internacional Comunista pelo Partido Comunista Peruano condicionou o seu total isolamento do processo de mobilização de massas e fez que o APRA passasse a ser o partido hegemônico das classes populares e médias.

Por seu lado, Haya de la Torre procurou reunir organicamente os setores populares e médios para conseguir uma solução política de natureza antioligárquica, nacional e democrática. Nesse sentido, pôs em marcha seu plano original de criar uma frente partidária que fosse a expressão cabal dos interesses imediatos das classes dominantes, sob a liderança da pequena burguesia urbana.

Diferentemente da política do Partido Comunista, a atitude de Haya deu bons resultados, na medida em que, a partir de então, as classes populares e médias passaram a identificar-se com os seus postulados, pois entre elas não havia de fato uma diferença marcante de interesses. O proletariado era não só numericamente reduzido como estava concentrado em grande parte na agricultura e na mineração, encontrando-se em estado de transição e compartilhando com os camponeses sua existência de assalariados. Além disso, simpatizava ideologicamente com a pequena burguesia no seu intento de transformar-se em pequenos proprietários independentes. A atividade organizadora e ideológica de Mariátegui, da CGTP, do Partido Socialista e depois do Partido Comunista, não tinha sido suficiente para superar esse quadro ideológico. Paralelamente, os camponeses queriam romper a dependência em que se encontravam dos fazendeiros, para converter-se em produtores independentes. Nas comunidades indígenas, por sua vez, tinha início um claro processo de privatização das terras comunitárias.

Foi nessas condições que o APRA, ao adequar-se às aspirações populares, chegou a implantar-se, sobretudo nas regiões afetadas pelo desenvolvimento capitalista, que impedia a realização das aspirações pequeno-burguesas.

O grupo de intelectuais de Trujillo que participara da luta dos trabalhadores da cana-de-açúcar, os dirigentes sindicais vinculados às Universidades Populares Gonzáles Prada, os dirigentes e militantes dos movimentos universitários de 1919 e dos que os sucederam, assim como muitos dos trabalhadores intelectuais influenciados por **Amauta, Labor**, a CGTP, no momento em que o Partido Comunista perdia importância, exibindo sua ineficácia política, reuniram-se nos quadros de uma máquina partidária que Haya se dedicou a organizar, intensa e cuidadosamente. A procura de adeptos ocorria principalmente entre as massas populares proletarizadas ou que tinham sofrido a experiência traumática do capitalismo, assim como entre a classe média das províncias, acossada pelos latifundiários. Por isso, o Partido assentou-se nas regiões que sentiram mais profundamente a presença do

capitalismo, em especial na costa setentrional (o sólido Norte aprista), organizando os trabalhadores das fazendas de açúcar, arroz, algodão e dos enclaves de mineração, assim como as áreas de origem desses trabalhadores (North 1973).

Além disso, o APRA promoveu o desenvolvimento de organizações sindicais, culturais, juvenis, estudantis, profissionais e desportivas para penetrar nas diferentes esferas da sociedade civil e conquistar a hegemonia sobre as classes populares e médias, propiciando assim a formação de uma identidade nacional e popular. No início da sua campanha, Haya de la Torre diria que "só [se governa] quando se chega à consciência do povo" (1967, 106). No mesmo sentido, Manuel Seoane definiu a ação aprista como "obra de convencimento, de captação de consciências e de organização, ou seja, de captação de energias" (1932, 299). Desse modo, o APRA tornou-se a primeira organização política nacional com uma base ideológica popular, embora não tivesse chegado a penetrar na parte meridional da Serra, que concentrava a maior parte dos camponeses indígenas, sujeitos às formas mais arcaicas da dominação pré-capitalista.

Com a criação de organizações periféricas, o APRA desenvolveu-se como uma organização "total", cumprindo não só as funções de partido político como de organização cívica de natureza voluntária. Desse modo, pôde satisfazer as novas necessidades de um povo em processo de desestruturação social e cultural, que o Estado não atendia devido às transformações trazidas pelo capitalismo.

O caráter totalizador da organização aprista permitiu a criação de símbolos, rituais e mitos que promoveram um alto grau de integração entre os seus membros, que alguns comentaristas comparam com os de uma fraternidade religiosa. Tudo isso foi sintetizado no famoso lema concebido por Haya em 1931, que durante anos cobriu as paredes das aldeias peruanas: SEASAP, "Só o APRA salvará o Peru" ("Sólo el APRA salvará al Perú"). Neste ato de salvação o Chefe era o redentor, seus colaboradores imediatos, os apóstolos, os outros eram irmãos menores, com a missão de cumprir com as funções necessárias para a consagração final do novo reino da fraternidade cívica. Daí precisamente

o epíteto de "seita", usado desde então pelos inimigos do APRA, na medida em que a aliança se tornou impenetrável às infiltrações "externas" e os associados que a abandonavam eram considerados hereges e traidores da missão sacrificial do Partido e do seu Chefe. A integração partidária cristalizou-se na figura salvadora de Haya de la Torre, que assumiu a imagem de "irmão maior", com todas as virtudes de entrega, dedicação e magistério que dele esperavam os irmãos menores, inseguros e desconcertados.

Essa capacidade de integração e mobilização das camadas populares em torno do Partido e do seu Chefe, fato totalmente inédito na história peruana, deu ao APRA a capacidade de direção que desafiava abertamente a fragmentada e impotente classe proprietária, fato-chave para compreender o conflito *total* que a partir de então polarizaria as classes da sociedade peruana.

Em 1931, pouco tempo depois de iniciada a organização do Partido Aprista, reuniu-se em Lima o seu primeiro Congresso Nacional. Nele, os delegados, eleitos democraticamente e representantes de diferentes setores populares e médios, aprovaram o Programa Mínimo ou de Ação Imediata proposto pelo Chefe do Partido (Haya de la Torre 1967, 9-30). O evento inaugurava uma prática desconhecida no país e augurava o que poderia ser um governo aprista. No Programa, assim como nos sucessivos discursos da campanha eleitoral, Haya de la Torre foi detalhando as medidas concretas que o Partido pretendia realizar quando no poder, como *programa de transição*, coincidente com as perspectivas e os interesses imediatos das classes que a Frente Aprista queria agrupar e representar.

As propostas do Programa Mínimo caracterizavam-se pela ênfase em reorientar a ação estatal como meio de modificar gradualmente o regime de dominação oligárquico-imperialista instituído desde o princípio do século. Em primeiro lugar, propunha-se aplicar uma série de medidas redistributivas: educação universal gratuita, seguro social, assistência médica generalizada, construção de moradias populares e regulamentação dos aluguéis, fixação de salário mínimo e erradicação do trabalho gratuito; estabelecimento de uma legislação tributária que

afetasse duramente os grandes proprietários, em vez da tributação indireta que castigava as camadas populares. Paralelamente a estas medidas econômicas, o Programa propunha ampliar o direito de voto a todos os homens e mulheres maiores de dezoito anos.

No Programa Mínimo, o APRA não propôs medidas radicais que atentassem contra a estrutura da propriedade, suavizando assim os objetivos originais de Haya, que poderiam levar ao pânico os eventuais aliados da burguesia. Por isso, o programa limitava-se a declarar a "emancipação econômica das classes trabalhadoras, procurando abolir, conforme as circunstâncias o permitam, e de modo gradual e paulatino, a exploração do homem pelo homem[...]" e afirmava: "[...] expropriaremos pagando o valor justo, com os fundos que o Estado julgar convenientes". No mesmo sentido, o Programa favorecia o cooperativismo e o arrendamento dos grandes latifúndios.

A segunda característica do Programa Mínimo era a "nacionalização" da produção, mediante a redefinição do papel do Estado, a fim de facilitar a expansão do mercado interno, por conseguinte, das camadas médias e burguesas, bem como controlar as inversões estrangeiras. O governo deveria fixar medidas de proteção aduaneira para defender e promover a indústria nacional. Seria criado o Banco da Nação, incumbido da arrecadação tributária, desalojando desta função o sistema bancário privado; por intermédio das suas filiais, ele procuraria financiar a produção industrial, a mineira e a agrícola regional, "de preferência entre os pequenos produtores nacionais". Por outro lado, o Estado se encarregaria de criar e desenvolver as indústrias básicas, para que houvesse a substituição das importações e para que fosse agregado valor aos produtos destinados à exportação.

Para o APRA, o cumprimento desse Programa pressupunha que o Estado se organizasse em termos "científicos", com assessoria técnica profissional, para criar um novo sistema administrativo. Juntamente com a abertura aos setores profissionais, seria preciso assegurar que a administração se racionalizasse em termos dos méritos pessoais, mediante concursos para preencher os cargos públicos e critérios de promoção baseados na capacidade, e não nos laços de clientela dos

chefes políticos. Um terceiro requisito para viabilizar esse programa era a necessidade de conciliar os diferentes interesses sociais, inclusive o representado pelo capital estrangeiro. Para este fim, o Programa Mínimo propunha convocar um Congresso Econômico Nacional, que investigasse a realidade econômica do país e definisse as prioridades para o seu desenvolvimento; em outras palavras, que promovesse o "planejamento econômico". Do congresso deveriam participar, em igualdade de condições, o Estado, o capital e o trabalho, ou seja, "todos os produtores de riqueza", sem qualquer distinção. Só assim um novo Estado poderia ser "nacional" e colocar-se como árbitro acima das "diferenças" de classe, cumprindo o papel de "unificador" do organismo social.

A questão do capital estrangeiro era um ponto crucial para que o Estado tivesse condições de redistribuir os recursos e promover o desenvolvimento capitalista do país. Já se observou que Haya de la Torre achava que só quando o Estado se sustentasse com o apoio popular teria a capacidade de negociar com o imperialismo. Nesse sentido, Haya, como os outros líderes, estabeleceu durante a campanha eleitoral os fundamentos do antiimperialismo "construtivo":

> nossas diretrizes programáticas admitem a necessidade e reconhecem os benefícios do capital estrangeiro, que chega trazendo avanços, mas impõem condições e exigem medidas de controle para seus possíveis excessos (Haya de la Torre 1967, 41).

Em várias oportunidades, Haya afirmou a necessidade de adquirir capitais e tecnologia dos países capitalistas desenvolvidos, controlados de tal forma que pudessem participar efetivamente da promoção "nacional". Por isso, o Programa falava em rever os contratos lesivos à soberania nacional, controlar as exportações dos lucros do capital estrangeiro, legislar sobre este tipo de investimento e, ao mesmo tempo, dar início a uma "nacionalização progressiva da indústria extrativa, dos seguros e dos transportes", ou seja, dos enclaves.

Este ponto, que seria dos mais espinhosos das relações do APRA com o capital e os governos estrangeiros, portanto, com os proprietários

nacionais a eles associados, fez que os dois principais líderes apristas, Haya de la Torre e Manuel Seoane, se dedicassem a explicar aos capitalistas e aos funcionários norte-americanos e ingleses o alcance real das suas propostas.

Em maio de 1931, Seoane foi entrevistado por uma revista de língua inglesa editada em Lima (**West Coast Leader**, 5-5-1931). Nesta entrevista, ele compara o APRA com o Partido Trabalhista inglês, que "chegou ao poder na Inglaterra sem desrespeitar de qualquer forma a constituição ou interferir com os interesses existentes". Seoane invocava a contribuição do capital para o desenvolvimento nacional, pelo que o APRA no poder estaria disposto a rever os acordos que outorgavam privilégios indevidos ao capital estrangeiro, como no caso do petróleo, tornando possível uma participação eqüitativa do Estado nos lucros acumulados, assim como acontecia então na Argentina. A entrevista conclui com uma pergunta do jornalista, que parece não se repor da sua surpresa:

> Como interpretar então o lema "Formemos uma frente unida contra o imperialismo estrangeiro", que é francamente alarmante? [...]
>
> É mais alarmante na sua expressão do que nos fatos ("*More alarming in words than in fact*"). Não pressupõe um ataque contra o capital e representa na verdade um ataque contra a incapacidade e imoralidade de governos que traficaram concessões valiosas e especularam com as riquezas do país em seu próprio benefício. O Partido Aprista não tem nenhum sentimento contrário aos estrangeiros. Estamos convencidos de que precisamos de capital estrangeiro, mas postulamos que esse capital deve estar sujeito às leis do país onde se instala.

Em setembro do mesmo ano, Haya de la Torre solicitou uma entrevista com o Embaixador dos Estados Unidos. Antes disso, tinha mantido conversas com altos funcionários da *Cerro de Pasco* e da *Peruvian Corporation*, em Londres, quando preparava seu regresso a Lima.

Tanto a entrevista dada por Seoane como as conversas sustentadas por Haya pareciam matizar as apreciações que os agentes do capital

estrangeiro faziam do APRA e do seu chefe. Em 1930, o Embaixador norte-americano sustentava que Haya era um agente de Moscou; em janeiro de 1931, informava ao Departamento de Estado que o APRA era:

> subversivo e não tem o direito de gozar das liberdades de um partido político. Tanto o governo de Leguía como o atual o consideram inimigo da ordem pública e seus objetivos são puramente destrutivos; apesar dos desmentidos, é quase certo que ainda se encontra sob a influência de Moscou (Davies 1974, 109-10).

No entanto, três meses depois, o Embaixador Dearing comentava que o crescimento do APRA e seu provável triunfo eleitoral "não me parecem particularmente aterradores". Em maio, escrevia a Washington o seguinte, a propósito da entrevista de Seoane (que havia pouco tempo era qualificado como "o mais vermelho dos vermelhos, um homem muito perigoso"):

> De algum tempo para cá praticamente todas as declarações do Senhor Seoane mostram uma pessoa sensível e realista. Nas conversações de Haya de la Torre com altos dirigentes das empresas estrangeiras, em Londres, ele deixou a impressão "do desejo de realizar reformas sem revolucionar a sociedade peruana" (Davies 1974, 109-10).

A propósito da entrevista de Haya com o Embaixador norte-americano, este enviou a Washington um despacho no qual dizia, entre outras coisas:

> O Senhor Haya de la Torre indicou claramente que se o seu partido triunfasse um dia, esperava a maior compreensão e ajuda possível da parte do nosso governo e uma cooperação real entre os nossos dois países; ele só desejava que isso se fizesse de forma responsável, considerada e justa. Disse-lhe que os nossos governo e povo nada desejavam mais do que ver o Peru converter-se em uma nação forte, próspera e poderosa e que, se pudéssemos contribuir para esse

> resultado, isso nos daria uma grande satisfação. [...] O Senhor Haya de la Torre pareceu muito contente de ouvir isso e observou que, no que lhe dizia respeito, podíamos esperar uma cooperação franca e mutuamente vantajosa [...] ainda não estou certo de poder dizer se ele é ou não um homem de futuro. No entanto, com base no que sei até este momento, posso pensar que se chegasse a ser Presidente do Peru, nada teríamos a temer; pelo contrário, poderíamos esperar uma administração excelente e benéfica, de tendência fortemente liberal, na qual, de modo geral, se faria justiça e se daria início a um período de confiança e bem-estar (Dearing 1977).

Alguns comentaristas opinam que essa posição do APRA foi uma "tática" para neutralizar a oposição do imperialismo, enquanto outros a qualificam de "traição". Nos dois casos, porém, atribuem a Haya e aos dirigentes apristas uma orientação política que eles nunca referendaram. Com efeito, assim como se depreende de **O Anti-Imperialismo e o APRA** e dos textos sucessivos que o partido se encarregou de divulgar, os líderes apristas pretendiam, como se diria hoje, renegociar as condições da exploração imperialista para eliminar os enclaves desse capital, o que, favorecendo o crescimento do mercado interno, permitiria, por sua vez, a expansão da pequena e da grande burguesia nacional, assim como do proletariado.

Embora a oposição do capital estrangeiro ao APRA parecesse relativamente neutralizada pelos esforços dos seus líderes, isso não aconteceu com os grandes proprietários peruanos, fundamentalmente pela sua falta de diferenciação interna e a conseqüente ausência de um setor industrial autônomo interessado na ampliação do mercado interno. Dadas essas condições, o projeto aprista não contava com um sócio na classe dominante para a sua execução. Com efeito, a ausência de capacidade autônoma, econômica e política, dos proprietários e do Estado, enfeudados como estavam com os enclaves e o governo norte-americano, determinava que rejeitassem terminantemente qualquer forma de organização e de representação política popular, pois poriam seriamente em perigo a estrutura oligárquico-imperialista que dominava a sociedade. A abertura democrática teria significado reconhecer a

legitimidade das exigências populares, de índios, *cholos* e negros e precisar satisfazê-las de algum modo. Para isso, não haveria alternativa senão limitar as atribuições monopolísticas da coalizão dominante, *gente decente, blanca y civilizada*, e orientar a política econômica do país em favor das classes baixas. Assim, aos interesses de classe somavam-se os de natureza étnica, para manter as formas de exploração que davam coesão à unidade social. Ou seja: o capital dependente, do tipo enclave, encontrava-se inabilitado a incorporar politicamente as massas populares ao seio do Estado e promover o desenvolvimento nacional.

Essa situação determinou que o APRA não pudesse levar a cabo sua ação reformista pelos canais legais e que seus partidários desenvolvessem uma oposição radical ao conjunto da coalizão dominante.

> Assim, o aprismo nasceu não como o populismo de uma burguesia industrial nacional pujante, mas como o populismo da classe média, de pequenos burgueses tradicionais deslocados e setores operários populares, cujas aspirações de desenvolvimento nacional e cuja luta antioligárquica e antiimperialista implicavam um conflito radical contra a quase totalidade da grande burguesia que operava no Peru (Sulmont 1975, 130).

Apesar disso, Haya de la Torre e os líderes apristas insistiram no seu empenho de chegar ao poder pelos canais legais impostos pela coalizão dominante. O APRA não só pretendia renegociar as condições da associação com o imperialismo, mas também modernizar a sociedade peruana em termos capitalistas e transformar as estruturas políticas tradicionais, instaurando uma política liberal. Dessa combinação de dirigentes comprometidos a aceitar a legalidade oligárquica com uma tendência das massas a atuar de forma revolucionária, originou-se uma ambivalência que, desde então, tem caracterizado o APRA e manifesta-se em duas linhas de ação, que às vezes corriam de forma independente, outras vezes se entrecruzavam. Essa situação determinou um comportamento errático do partido, que, posteriormente, o impediria de chegar ao poder. Assim, e por razões

diferentes das relativas ao Partido Comunista, o APRA foi ineficaz no cumprimento dos seus objetivos.

A oposição oligárquica ao APRA centralizou-se em torno do Partido União Revolucionária e do diário **El Comercio**. O partido era uma expressão típica da aliança sobre a qual se apoiava o candidato Sánchez Cerro: seus quadros dirigentes eram "gente decente" de Lima, com influência direta sobre as massas populares não-proletarizadas: trabalhadores eventuais, artesãos, vendedores ambulantes. Isso permitia criar uma relação de clientela entre Sánchez Cerro, os aristocratas civilistas e a população de Lima (Stein 1973).

El Comercio, porta-voz dos interesses civilistas, promoveu uma campanha ideológica dirigida à classe média e muito especialmente aos oficiais do Exército, valorizando a figura heróica do Comandante Sánchez Cerro, para comprometê-los a constituir-se em obstáculo às pretensões do APRA, prática que **El Comercio** manteve permanentemente. Seus proprietários, que já haviam demonstrado simpatia pelo fascismo, depois de terem sido porta-vozes do positivismo civilista, acusavam o APRA de ser comunista, antipatriótico, anticatólico, portanto, de estar pronto a "destruir as instituições tutelares da nossa nacionalidade", como os comunistas.

As acusações baseavam-se nas próprias declarações de Haya de que a sua doutrina política se inspirava nas idéias de Marx, Engels e Lenine e de que o APRA se propunha eliminar as divisões fronteiriças e realizar "a segunda independência" do Peru. Acusavam também os apristas de serem antipatriotas, uma vez que, nas suas manifestações, a bandeira do Peru era exibida juntamente com as de todos os países hispano-americanos e o hino do partido era cantado antes do hino nacional. Era considerada uma organização anticatólica, pois Haya atacara a Igreja como integrante do pacto oligárquico, reivindicava Gonzáles Prada, com o apoio de importantes elementos protestantes da comunidade inglesa residente em Lima, a qual, diga-se de passagem, deveria contribuir substancialmente para modificar o julgamento dos funcionários das Embaixadas e das empresas estrangeiras com relação ao APRA. A todas essas acusações se acrescentava a de ser favorável a

Leguía, pelo fato de que alguns partidários de Leguía ofereciam sua contribuição econômica e política ao APRA, motivados pela sua orientação modernizante e pelo ódio ao civilismo.

A reação aprista à saraivada de acusações foi sempre defensiva, negando enfaticamente que fosse comunista. Com efeito, uma das principais preocupações do APRA era diferenciar-se do comunismo, proclamando-se profundamente nacionalista e autóctone. Para isso, nada melhor do que se valer dos ataques que recebia do próprio Partido Comunista.

Os resultados eleitorais deram a vitória a Sánchez Cerro. Dos quase 320.000 eleitores que participaram do pleito, representando aproximadamente 80% do eleitorado total, houve 51% dos votos favoráveis a Sánchez Cerro e 35%, a Haya, enquanto os outros dois candidatos conseguiram, em conjunto, só 14% dos votos. Embora alguns observadores tenham assinalado a limpeza da eleição, dada a estrutura política do país, deve ter havido muitos atos fraudulentos, mas os recursos legais dos apristas não foram atendidos. Nessas condições, o APRA começou a trabalhar pela desestabilização do novo regime, desenvolvendo simultaneamente duas linhas de ação: promover um golpe militar, contando com o apoio popular quando o seu triunfo fosse iminente; e, ao mesmo tempo, consolidar a ação partidária e a mobilização política das massas, para que Haya chegasse finalmente à Presidência. Segundo alguns observadores, a atividade golpista ocorreu independentemente da direção do Partido (Sánchez 1969), o que outros negam (Villanueva 1975).

Em 1931, pouco depois de assumir, Sánchez Cerro enfrentou vários surtos de insurreição, bem como um protesto popular organizado contra o desemprego e o alto custo de vida, atividades em que o Partido Aprista esteve diretamente envolvido. Seus representantes na Assembléia Constituinte promoveram uma campanha ativa contra o governo, que reagiu prendendo e deportando dirigentes e representantes apristas, fechando seus órgãos de imprensa e, por extensão, reprimindo duramente as organizações populares. Em março de 1932, um militante aprista cometeu um atentado contra a vida do Presidente, o que levou

Haya de la Torre à prisão, acusado de autor intelectual do atentado. Em maio do mesmo ano, houve um levante de marinheiros, em Callao, que, por falta do esperado apoio popular, foi rapidamente debelado. Em julho de 1932, o povo e os dirigentes apristas de Trujillo, foco do enclave do açúcar e capital do "sólido Norte" aprista, levantaram-se em armas, sem esperar por ordens superiores. No entanto, sem o apoio de outras regiões, o movimento, isolado, foi esmagado pelas Forças Armadas. A escalada de violência pelos dois lados iniciara definitivamente uma espiral, não parecendo haver outra saída além da destruição de uma das partes do conflito. A morte de oficiais e soldados, no momento de recuo dos apristas, e os fuzilamentos em massa executados depois pelo Exército, terminaram por selar uma aliança entre as camadas populares e o APRA e, de outro lado, entre o Exército e as classes proprietárias, que viam o APRA como o seu maior inimigo. Depois disso, o Exército passou a ser o "cão de guarda da oligarquia", como mais tarde o definiu publicamente um General.

Para as classes proprietárias, o APRA era o partido que estimulava as massas à destruição do sistema de dominação. Além disso, para o alto comando militar, a infiltração aprista entre soldados e oficiais jovens ameaçava comprometer a débil unidade institucional e, por fim, destruir o "princípio de autoridade". Esse ingrediente institucional do conflito entre os militares e o APRA teve, e continua a ter, uma importância indiscutível. Do contrário, seria incompreensível que as Forças Armadas mantivessem sua oposição ao APRA muito tempo depois de firmada uma aliança política entre o partido e os setores dominantes da sociedade, levando-os a uma estreita colaboração.

Com efeito, uma coisa era a intervenção na política da "superioridade", de acordo com as oscilações no seio da coalizão dominante; outra, bem diferente, era a intervenção do povo e da tropa, de modo autônomo, sem respeitar as hierarquias.

Assim, as revoltas militares estimuladas por dirigentes apristas prosseguiram sem interrupção, fracassando, porém, em todos os casos, pois nelas faltava a presença popular, seja por indicação expressa da chefia partidária seja pela desmoralização resultante dos fracassos

sucessivos. Contudo, estas tentativas frustradas serviram para que se forjasse no Exército um "espírito corporativo" baseado no antiaprismo, o que tornava possível encaminhar a luta de classes para um conflito prolongado entre os militares e o APRA.

O conflito atingiu seu ponto máximo com o assassinato de Sánchez Cerro, em 1933. A Assembléia Constitucional, depurada, concedeu imediatamente o mandato presidencial ao General Benavides, para impedir a criação de um vazio político que pudesse ser aproveitado pelo APRA. Benavides encontrou um quadro político bastante complexo: na ordem internacional, o Peru enfrentava um conflito com a Colômbia por problemas fronteiriços; dentro do país, a crise econômica motivava protestos populares e a oposição organizada do APRA. Quanto ao primeiro, Benavides conseguiu convencer os militares de que o Exército não teria condições de levar a cabo uma guerra com possibilidade de êxito, especialmente porque o teatro de operações era a selva, região sobre a qual o governo não tinha qualquer controle. Por isso, o Peru resolveu reconhecer o Tratado Salomón-Lozano.

No âmbito interno, Benavides tentou uma trégua política com o APRA, anunciando um governo de "paz e concórdia". Exemplos dessa atitude foram a anistia concedida a Haya de la Torre, a promessa de restabelecer em curto prazo as liberdades públicas e, por último, o afastamento dos ministros que tinham composto o governo anterior. Nessas novas condições, o APRA reduziu sua oposição ao governo, na suposição de que Benavides podia ser o fator de transição que, mediante a convocação de eleições, levasse Haya à Presidência.

No entanto, a estratégia política de Benavides teve de encarar uma frente de oposição no próprio seio da classe dominante a que ele pertencia. Com efeito, a União Revolucionária e o **El Comercio** passaram à oposição, acusando o governo de leniência e cumplicidade com o APRA e criando, assim, uma situação que podia levar à desintegração da classe dominante e do Exército, provocando a temida decomposição do corpo político da nação. Por isso, Benavides optou por postergar indefinidamente a realização da suas promessas de restabelecer as

liberdades públicas e convocar eleições. Como conseqüência, o APRA e Haya voltaram a promover levantes militares, o que levou o governo a reprimir qualquer tipo de crítica. Assim, a trégua política durou menos de um ano, e a luta entre o governo da classe dominante e os setores populares foi reiniciada, reduzindo-se ao mesmo tempo as diferenças entre os agentes políticos que representavam os interesses dos proprietários.

A mudança de posição de Benavides fez que a velha fração civilista se agrupasse em torno do Presidente e do Exército. No entanto, nas circunstâncias em que a luta de classes se agravava, o grupo civilista abandonou sua posição originalmente liberal e neopositivista, para acompanhar as correntes corporativas e fascistas que floresciam na Europa. Daí sua exigência de que Benavides intensificasse a repressão das classes populares, criando e promovendo o sistema estatal incumbido de executar profissionalmente essa tarefa. Nesse sentido, o Chefe de Estado realizou uma ampla depuração do Exército e restabeleceu, ao mesmo tempo, uma política de clientela com os oficiais, por meio de promoções e aumento de salários, garantindo assim que os postos de comando estivessem a cargo de oficiais de sua confiança. A Guarda Civil, criada por Leguía para servir-lhe como guarda pretoriana, foi reorganizada sob a assessoria de uma Missão espanhola, procurando eliminar a profunda infiltração do APRA na tropa. Paralelamente, Benavides institucionalizou um corpo não-uniformizado de investigadores policiais, encarregados de obter informações e desbaratar os movimentos subversivos e de protestos, o que criou uma atmosfera de desconfiança, suspeita e temor nas Forças Armadas e em toda a sociedade civil.

O agravamento do conflito social manifestou-se no assassinato do casal Miró Quesada–Laos, aprofundando ainda mais, se possível, os ódios e divisões entre classes e transformando a inimizade de **El Comercio** com relação ao APRA em uma questão familiar, já que José Antônio Miró Quesada era o seu diretor. Este homicídio, e as contínuas tentativas de golpe, nas quais se percebia a intervenção de governos estrangeiros, reforçavam a opinião, a crença e a percepção

dos comandos militares acerca do caráter "antipatriótico" do APRA, que estaria interessado na destruição da ordem pública e do seu elemento fundamental: o Exército.

Em 1936, ao terminar o período de governo acordado pela Assembléia Constitucional, e estando o APRA e o Partido Comunista aparentemente derrotados, Benavides convocou eleições, na esperança de transmitir o poder a um representante direto da classe dominante. Passada a tempestade política provocada pela crise de 1930, voltaram à superfície as fraturas existentes nesta classe, que reproduziram antigas inimizades de clãs. Assim, ressurgiram velhos personagens e querelas associadas a diferentes objetivos de natureza econômica e política. Os exportadores agrícolas chefiados por Pedro Beltrán agruparam-se no Partido Nacionalista Agrário; os fazendeiros, no Partido Nacionalista e o desprezado civilismo aristocrático, no Partido Ação Patriótica, dirigido por José de la Riva Agüero; tais partidos propugnavam pela candidatura de Manuel Vicente Villarán, o outrora liberal progressista da República Aristocrática. Diante desse conjunto de forças, agrupava-se a Frente Nacional, constituída por um bloco anticivilista chefiado por Jorge Prado e composta pelos restos dos partidos Democrático (de Piérola), Reformista Democrático (de Leguía) e Liberal (de José Balta). Enquanto o primeiro conjunto representava os interesses mais tradicionais da classe dominante, que pretendia reconstruir a República Aristocrática, o segundo tinha uma orientação modernizante, pois, à semelhança de Leguía, procurava promover o capitalismo industrial, formar uma camada de produtores rurais médios e, de modo geral, fazer do Estado uma entidade mais aberta aos interesses das classes médias e populares, urbanas e rurais.

Diante desses candidatos, procedentes da classe dominante, um terceiro representava os interesses da pequena burguesia democrática não-vinculada ao APRA, agrupada na Frente Democrática. Era ele Luis Antonio Eguiguren, ex-Prefeito de Lima no primeiro governo de Sánchez Cerro, que dirigia o partido Social Democrático e contava com o apoio da União Cívica Radical e do Partido Descentralista. Uma quarta candidatura era a de Luis A. Flores, dirigente da União Revolucionária, o partido de Sánchez Cerro.

Frente a todos esses "partidos", que na verdade não passavam de um "clube de notáveis", o APRA pretendia competir, mas Benavides negou-lhe este direito, com base no Artigo 53 da Constituição ditada em 1933, que proibia a participação na política do país de partidos de natureza internacional. Assim, o APRA optou por dar o seu voto a Eguiguren e, com isso, ele obteve a maioria. Em conseqüência, Benavides anulou as eleições, autoproclamando-se Presidente por um período adicional de três anos. Para legitimar a situação, organizou um governo militar, designando três generais como Vice-Presidentes e formando um ministério militar. Ficou evidente assim o papel das Forças Armadas como garantes da ordem, tendo em vista as fissuras na classe dominante, derivadas da sua natureza heterogênea, originadas no desenvolvimento desigual e dependente do capitalismo peruano.

O abandono da política de "paz e concórdia" do princípio do Governo Benavides, por intermédio do Ministro Jorge Prado, e a recusa da entrega do poder a Eguiguren refletiam a extrema precariedade da classe dominante e do Estado diante das reclamações políticas e sociais das classes médias e populares. A consolidação do capitalismo dependente de enclaves, como já vimos, determinou que o sistema de dominação adotasse uma atitude de rejeição das demandas populares, enquanto a classe proprietária não tinha condições de ceder parte das suas vantagens sem atentar contra a própria existência e a dos enclaves que a patrocinavam. Por isso, sua margem de negociação, assim como a de arbítrio por parte do Estado, eram praticamente nulas. Isso, por sua vez, fazia que o conflito com as classes dominantes fosse especialmente explosivo e se aglutinasse em frentes multiclassistas, antioligárquicas e antiimperialistas, nacionalistas e democráticas.

Não obstante isso, o governo de Benavides tomou uma série de medidas tendentes a satisfazer as demandas imediatas da população urbana e minar o apoio do povo ao APRA. Este, aliás, foi um tipo de política usado como modelo pelos governos militares posteriores.

Durante esse período, foi criado o Seguro Social Operário, foram construídas casas e instalados refeitórios populares, ampliado o sistema de proteção à saúde dos trabalhadores, reestruturado o Ministério da

Educação e instituído o Ministério da Saúde, Trabalho e Previdência Social. Juntamente com estas medidas, que iniciavam uma débil política de incorporação dos setores populares urbanos às preocupações do Estado, o governo investiu somas importantes na construção de estradas, especialmente nas áreas de menor desenvolvimento, como a Serra meridional, para incorporá-las política e economicamente ao eixo capitalista da Costa.

Para acumular reservas, obter maiores recursos fiscais e favorecer o emprego urbano, o governo duplicou as tarifas impostas às exportações e às importações de tecidos e aumentou o imposto sobre o lucro das empresas, afetando diretamente o setor oligárquico das classes dominantes e as empresas estrangeiras. Some-se a isso a criação do Banco Industrial do Peru, com o objetivo de apoiar a produção industrial (Caravedo 1976).

Essas medidas fizeram a receita fiscal aumentasse 13% no período entre 1933 e 1939; no entanto, o governo não se decidiu a exercer uma firme política keynesiana: entre 1928 e 1931, cortou as despesas públicas em 59% e, em 1932, reduziu-as em mais 20%. No período 1933-9, as exportações, que constituíam o fator "dinâmico" da produção, aumentaram em uma porcentagem anual média de 11%, mas só em 1943 alcançaram os níveis de 1928. Durante esse período, as despesas públicas eram, em termos monetários, 25% menores do que em 1928, embora a receita fiscal tivesse aumentado em 15% (Thorp e Bertram 1974).

No fim do mandato adicional que Benavides se havia concedido, a tensão internacional e, de outro lado, a ebulição interna nas Forças Armadas (manifestada na sublevação do Ministro de Governo e Polícia, Correios e Telégrafos, General Manuel Rodríguez) favoreciam a transferência "democrática" da Presidência à classe proprietária. Esta, no entanto, outra vez se encontrava dividida: de um lado, José Quesada, representante dos exportadores latifundiários, contava com o apoio dos oficiais mais propensos a manter a política repressiva; de outro, Manuel Prado, que, como o seu irmão, três anos antes, representava o setor burguês da classe, contava com o apoio do próprio Benavides.

Na medida em que Prado era o porta-voz da "burguesia nacional progressista", tanto o APRA como o Partido Comunista apoiaram-no taticamente, garantindo o seu triunfo eleitoral. Assim, Manuel Prado assumiu a Presidência, que ocupou entre 1939 e 1945, coincidindo com a Segunda Guerra Mundial.

Uma das primeiras ações do novo governo foi romper relações com os países do Eixo e unir-se aos Aliados, o que significou pôr fim às relações tensas que o governo anterior mantivera com os Estados Unidos e a Inglaterra, devido às restrições impostas às exportações peruanas e às simpatias de Benavides pelo fascismo italiano e espanhol. Em seguida, o governo de Prado estreitou relações com Washington ao assinar o Tratado de Empréstimos e Arrendamentos, permitindo a criação de uma base norte-americana no porto petrolífero de Talara, a deportação em massa para os Estados Unidos de milhares de residentes japoneses e o estabelecimento de uma política de estabilização dos preços das matérias-primas peruanas, em troca da redução das tarifas aduaneiras norte-americanas. Assim, subitamente o Peru converteu-se em guardião e defensor das "quatro liberdades" de Roosevelt, esperando gozar de uma retribuição correspondente à sua incondicional adesão à política norte-americana.

Essa mudança radical na política externa teve imediata repercussão interna. Uma vez que Prado se inscrevia como sócio da política de "boa vizinhança", proclamada pelo Departamento de Estado, o APRA limitava a sua oposição ao governo e deixava de promover levantes militares, enquanto o governo liberava um número apreciável dos seus dirigentes que se encontravam presos. Tanto o APRA como o Partido Comunista reduziram a luta popular para não perturbar a adesão do governo aos Aliados, pois, do contrário, os dois partidos seriam acusados de favorecer indiretamente o Eixo. Em troca, o governo diminuiu a repressão ao APRA, procurando oferecer a imagem de um governo consensual e democrático. O número de organizações sindicais reconhecidas cresceu de forma notável: entre 1936 e 1939, o governo de Benavides reconheceu 33 sindicatos; entre 1940 e 1944, Prado reconheceu 118 (Sulmont 1975, 276). Em 1944, foi autorizada a

organização da Confederação de Trabalhadores do Peru, cujo primeiro diretor foi um deputado comunista, enquanto o seu partido recebia favores do governo, interessado em neutralizar o APRA.

Por outro lado, em 1941, o Exército peruano saiu vitorioso da campanha militar contra o Equador, relacionada com a disputa pelos territórios de Tumbes, Jaen e Mainas. A ocupação do território equatoriano, até Machala, pelo Exército do Peru foi um triunfo que veio compensar uma longa história de fracassos bélicos. Além disso, este êxito militar era também um triunfo político para Prado, na medida em que uma das críticas mais freqüentes que lhe era feita era a de ser filho do presidente que abandonou o país durante a guerra com o Chile; mesmo assim, civilistas, apristas e comunistas viram-se obrigados a apoiá-lo. Dentro do Exército, firmou-se a confiança na sua capacidade institucional para cumprir com a função da defesa nacional, ao mesmo tempo em que se desenvolvia um espírito corporativo.

Dessa forma, o governo de Prado conseguiu desenvolver-se dentro de um ambiente de relativa tranqüilidade política, que contrastava com os caóticos anos 1930, embora enfrentasse uma situação marcada por dificuldades econômicas. Explica-se assim por que, em muito tempo, este foi o primeiro governo a completar o seu mandato.

Entre 1939 e 1945, o volume das exportações cresceu de modo apreciável. No entanto, com a estabilidade dos preços das matérias-primas, devido ao acordo com o governo norte-americano, esse aumento não significou mais do que a simples recuperação dos níveis de valor de 1928. As exportações passaram de 66 a 104 milhões de dólares e as importações, de 55 a 83 milhões, o que significa que o comércio exterior melhorou em 60%. Enquanto isso, os gastos governamentais cresceram 238%, duplicando o emprego na burocracia, que passou de 12.000 a 25.000 funcionários, e na construção de uma rede viária na costa peruana, dando cumprimento a acordos internacionais. Juntamente com essa ação governamental, a demanda de matérias-primas pelo mercado norte-americano favoreceu a ampliação do emprego nos enclaves agrários e de mineração, o que,

por sua vez, revitalizou a agricultura latifundiária, dedicada à produção de alimentos.

A indústria peruana foi protegida pelas dificuldades de importar e aumentou sua produção, assim como o nível de emprego, que cresceu 35% entre 1940 e 1945 (CEPAL 1959). Para isso, os enclaves contribuíram de forma importante, ao inaugurar uma política de diversificação, impulsionando o desenvolvimento de alguns ramos como o químico, de papel, a indústria metalúrgica e metal-mecânica. Apesar disso, na medida em que a indústria dependia fundamentalmente da importação e a produção interna não tinha competição, houve um aumento no custo de vida, que, segundo alguns, foi de cerca de 50% e, para outros, de 90% (Payne 1965, 24; Universidade Federico Villareal 1967, 112).

O fato, somado às condições políticas internas (os principais partidos com influência sobre a massa trabalhadora favoreciam a "tranqüilidade política"), fez que o salário médio dos trabalhadores industriais caísse durante o período. Na manufatura, o salário médio de 1938 era de 26,2 soles, a preços de 1959, enquanto, em 1944, ele se reduziu a 21,3 soles. Na mineração, no mesmo período, o salário baixou de 24,2 soles para 19,4 (Payne 1964, 20). Na agricultura de exportação, em 1943, o salário real dos homens era de S/.13 e o das mulheres, a metade. Na Serra central, os trabalhadores agrícolas ganhavam S/. 9,50. Devido à sua proximidade do enclave de mineração, estes eram os salários mais altos de toda a região.

A redução do salário real dos trabalhadores na indústria e na mineração (assim como o fato de que os trabalhadores agrícolas tinham uma renda muito menor) possibilitou um enriquecimento significativo dos setores industriais e exportadores, que se beneficiaram também com uma desvalorização de 62%. No entanto, o governo de Prado caracterizou-se por favorecer a transferência das receitas do setor de exportação para a indústria. Em 1941, o imposto sobre as exportações foi aumentado em 20%, sempre que ultrapassasse 25% da base impositiva. Por isso, enquanto, em 1939, as exportações contribuíam com 10% do total dos impostos arrecadados, em 1946 essa participação

elevou-se a 27%. Em 1939, as exportações agrícolas contribuíam com 4% do montante fiscal recebido pelo governo, enquanto, em 1945, elas alcançavam 35%. A despeito disso, o Estado aumentou o imposto sobre os lucros, de forma que, se em 1939, 30% da receita fiscal provinham dos impostos diretos, em 1943 esta proporção foi de 53% (Caravedo 1976).

Por isso, os exportadores decidiram organizar a defesa dos seus interesses adquirindo o jornal **La Prensa**, conforme o admitiram explicitamente (Miró Quesada 1975). Gerava-se assim um novo conflito político entre os proprietários, por causa da diferenciação que se percebia entre os exportadores e o grupo que postulava complementar o desenvolvimento do comércio exterior com o crescimento industrial.

A situação internacional da época, com o avanço do nazi-fascismo e o processo da Segunda Guerra Mundial, levou Haya de la Torre, como outros membros da direção do APRA, a atacar o perigo fascista na América, solicitando às democracias ocidentais que rejeitassem as ditaduras latino-americanas e apoiassem os movimentos favoráveis à política da "boa vizinhança", declarada por Roosevelt em 1933 (Haya de la Torre 1942; Seoane 1940; Sánchez 1943). Com base nesta declaração de intenção, Haya achava que os Estados Unidos pareciam dispostos a abandonar a política do "*speak softly and carry a big stick*", favorecendo o desenvolvimento da soberania nacional dos países latino-americanos e estabelecendo com eles uma relação harmônica. Assim, o APRA postulava uma cooperação entre o Norte e o Sul do continente, visando a desenvolver um "interamericanismo democrático, sem imperialismo", fórmula orientada para a criação de uma "nova ordem internacional", fundamentada em relacionamento mais eqüitativo e de apoio mútuo entre a Indo-América e os Estados Unidos. Haya achava que a política de Roosevelt era "o passo mais extraordinário já dado por um governante dos Estados Unidos em favor das relações interamericanas" (Haya 1942, 134) e, em 1941, propôs um Plano de Afirmação da Democracia nas Américas, complemento necessário para garantir a permanência desta política.

Em termos muito esquemáticos, o Plano partia da premissa de que era conveniente para a Indo-América e para os Estados Unidos garantir, em primeira instância, a soberania nacional e popular dos países indo-americanos, com base no voto-cidadão. Sem isso, os Estados Unidos poderiam ver-se ameaçados pela aliança do totalitarismo latino-americano com os países do Eixo. Daí a urgência de que fosse respaldada a construção de uma ordem democrática na Indo-América, retirando o apoio dado aos governos antipopulares. O estabelecimento de um regime democrático deveria estar associado ao desenvolvimento da região, mediante uniões aduaneiras e bancos interamericanos que se encarregassem de apoiar o financiamento do desenvolvimento destes países, dando-lhes a capacidade legítima de "contratar" com o capital norte-americano. Só assim os capitais provenientes dos Estados Unidos e das democracias ocidentais teriam condições de investir na Indo-América sem perigo e, ainda mais, cumprindo uma missão civilizadora que os justificaria socialmente. Segundo Haya, na medida em que "precisamos dos Estados Unidos tanto como eles precisam de nós", era necessário estabelecer os mecanismos para que essas necessidades se materializassem, trazendo benefícios recíprocos.

Anos mais tarde, Haya escreveu o seguinte a este respeito, conforme as linhas gerais desenvolvidas originalmente em 1928:

> [...] quando a doutrina da "Boa Vizinhança" começou a dar seus frutos, com a desvinculação do imperialismo político do econômico, e quando o capitalismo norte-americano investidor na Indo-América perdeu a proteção incondicional de Washington, ficou mais fácil demonstrar que o imperialismo, primeira e necessária etapa do capitalismo nos países pouco desenvolvidos, tem uma função econômica construtiva e cumpre uma missão histórica de progresso com respeito aos sistemas de produção precedentes. Além disso, foi possível também ressaltar que o imperialismo, isento do apadrinhamento do Departamento de Estado, podia e pode coordenar-se em condições de relativo equilíbrio com os Estados Unidos da Indo-América, para tratar com eles, e que essa coordenação garantia benefícios recíprocos, pois se baseia no

> princípio antes indicado: os capitais estrangeiros que buscam um campo de investimento nos nossos países são compelidos por uma necessidade econômica tão peremptória quanto a que nós temos de recebê-los. Por essa reciprocidade de interesses, resulta factível a nossos Estados controlar as inversões mediante a economia planificada e coordenada e a legislação pertinente, que dê garantias justas ao capital estrangeiro. Tudo isso depende de nós, e não dos Estados Unidos (1956, 184).

Assim, ao dissociar seus aspectos políticos e econômicos, acrescentava novo elemento à concepção aprista do imperialismo. Na medida em que o governo norte-americano parecia não ter ingerência nas empresas daquele país, procurando estabelecer laços de equivalência política com os governos latino-americanos, outorgava a estes maior capacidade de "contratar" com os capitais norte-americanos, sujeitando-os à soberania nacional.

De seu lado, o Partido Comunista, com pouca influência sobre os estratos populares e médios desde meados da década de 1930, recorreu à tática da frente popular, seguindo a nova linha política ditada pela Terceira Internacional. Isso significava formar uma aliança com as forças "democráticas" de diferentes classes sociais para apoiar a luta internacional contra a expansão do nazifascismo. Depois, com o ingresso da União Soviética no conflito, e posto à margem o pacto que este país assinara com a Alemanha, o Partido Comunista afiliou-se a uma tendência "browderista", consistente no apoio aos governos e às burguesias "nacionais", que compartilhavam o esforço de guerra contra os países do Eixo. Por isso, reduzira-se a atitude violentamente antiaprista do Partido, que passou a buscar uma articulação tática com o APRA.

A rejeição desse compromisso pelo APRA não se fez esperar – em primeiro lugar, porque a força política do Partido Comunista era desprezível; em segundo lugar, porque, ao seguir ao pé da letra os ditames do Comintern, os comunistas tinham concentrado no APRA seus ataques, como faziam o civilismo e os seguidores de Sanchez. Quando, em 1943, Stalin dissolveu a Internacional Comunista, "deixando a

cada um dos partidos a liberdade para elaborar sua própria estratégia", conforme as condições específicas de cada sociedade, Haya saudou este acontecimento como mais uma prova de que tinha razão nas suas propostas e nas críticas que fizera ao "comunismo *criollo*". Em terceiro lugar, o APRA rejeitou a associação com o Partido Comunista para deixar claramente estabelecida a originalidade dos seus pontos de vista sobre a Indo-América e as soluções que propunha para o continente. Incidentalmente, essa rejeição permitia ao APRA contradizer a propaganda do diário **El Comercio**, que a acusava de ser um "agente de Moscou".

Em 1944, começaram os preparativos eleitorais para as eleições que deveriam ser realizadas no ano seguinte. O APRA tomou a iniciativa de convocar uma greve geral no mês de outubro, que foi evitada pela Confederação de Trabalhadores do Peru, cuja diretoria comunista foi substituída por outra de filiação aprista. Na posição de "grande eleitor", o General Benavides quis reeleger-se com o apoio do Exército, mas não o conseguiu devido ao novo clima democrático instaurado depois da derrota do fascismo, a promessa dos aliados de instituir um regime baseado nas liberdades públicas e a crescente mobilização política popular e das classes médias aglutinadas pelo APRA.

Embora a classe dominante tivesse de ceder diante da pressão externa e interna, impôs como condição que as forças populares não se agrupassem em torno de um candidato aprista. Assim foram formados os blocos eleitorais: a União Revolucionária, com a candidatura do General Eloy G. Ureta, comandante militar durante o conflito com o Equador, que apoiava o conjunto das forças anti-APRA, e a Frente Democrática Nacional, que postulava como candidato Luís Bustamante y Rivero, apoiado pelas forças "progressistas", basicamente o APRA.

Depois de uma campanha muito agitada, em que o APRA conquistou as ruas e deu uma impressionante demonstração da sua capacidade de organização, o triunfo da Frente Democrática foi esmagador, inaugurando-se um clima de liberdade absolutamente inédito na história do Peru. Reinava no país uma euforia desconhecida, que refletia a ânsia de transformação das camadas populares e médias.

As forças oligárquicas pareciam prestes a cair do seu pedestal, derrubadas pelo movimento das massas. As mudanças foram sentidas de imediato, com a multiplicação das organizações sindicais, operárias e camponesas, que pediam aumentos salariais e novas e melhores condições de trabalho; com a formação de organizações estudantis e a eliminação dos professores universitários oligarcas, assim como a implantação do governo estudantil nos centros de estudos superiores e a ampliação substantiva das margens de ingresso estudantil; e também com o êxito de novos escritores que representavam as reivindicações populares e com a rápida difusão dos novos meios de comunicação, que apresentavam a problemática política e econômica dos setores populares. Enfim, era muito claro o recuo das forças oligárquicas em todos os aspectos, salvo no concernente à propriedade.

A Frente Democrática Nacional, e fundamentalmente o Partido Aprista, estavam dispostos a promover uma série de mudanças por meio das atividades parlamentares, que, no entanto, estavam longe das teses originais da década de trinta. Tratava-se novamente de promover uma "transição". Nesse sentido, ficava claro que a prioridade do APRA era afirmar a democracia baseada no exercício parlamentar. Com este tipo de regime político, o APRA procurava evitar outros quinze anos de perseguições e garantir sua conquista legítima do governo, na condição de partido hegemônico. Por sua vez, tudo isso estava condicionado à satisfação das exigências populares que perseguiam a democratização social e política do país. Do contrário, o APRA correria o risco de que as massas populares abandonassem o Partido, ou ultrapassassem as diretrizes da sua liderança para cumprir os seus próprios objetivos.

No entanto, ao atacar as bases do poder dos proprietários nativos e dos enclaves, as exigências populares criavam uma situação impossível de resolver politicamente, como os eventos ulteriores se encarregaram de mostrar. Assim, uma vez mais, destacou-se o conflito entre o caráter liberal da direção partidária e as tendências revolucionárias da massa aprista, que almejava livrar-se definitivamente da dominação oligárquico-imperialista.

Para viabilizar a solução democrática e a redistribuição dos recursos monopolizados pelo bloco dominante, o APRA propôs-se moderar a oposição ao capitalismo imperialista e à burguesia nacional. De outro modo, não teria sido possível começar o diálogo e o entendimento entre os diferentes atores políticos.

> O apaziguamento era o preço voluntário da reabilitação. [...] Assim, era prudente derivar para uma convivência mais eqüitativa e tranqüila e melhor guardada de esperanças (Bustamante y Rivero 1949, 19-20).

Em um célebre discurso pronunciado em frente ao Clube Nacional, na Praça San Martín, reduto oligárquico por excelência, Haya estendeu os braços aos seus membros, convidando-os a unir esforços e esquecer os ódios que dividiam o Peru, uma vez que o APRA "não vinha tirar a riqueza de quem a possui, mas criá-la para quem não a tem".

Fiel a esse critério, durante os três anos que durou a experiência democrática, o APRA não propôs no Parlamento nenhuma medida para mudar significativamente a estrutura social e política do país, para não romper o entendimento que queria alcançar com os proprietários e que condicionava a sua existência legal. Em vez de uma lei de reforma agrária que eliminasse as relações senhoriais existentes no campo, a célula parlamentar aprista dedicou-se a resolver, caso por caso, os conflitos agrários e propôs a regulamentação das relações entre fazendeiros e *yanaconas*, para "regularizar" esse tipo de exploração pré-capitalista.

Durante esse período, os trabalhadores agrícolas, arrendatários, colonos e *yanaconas* organizaram-se, assim como as comunidades indígenas, procurando aumentar salários, defender-se das apropriações ilegais e recuperar as terras ocupadas pelos fazendeiros. Os preços melhores alcançados por alguns produtos agropecuários, durante o período da guerra alentaram o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Por isso, os fazendeiros pretendiam desalojar os pequenos proprietários, arrendatários e *yanaconas* inseridos nas suas propriedades

para unificá-las, intensificar a proletarização da mão-de-obra e capitalizar a propriedade, de modo a obter um aumento da produtividade e da taxa de lucro. Este movimento da burguesia agrária e dos enclaves deu lugar a um processo importante de sindicalização e lutas sociais, derivadas da organização de uma poderosa Federação que agrupava os trabalhadores no cultivo da cana-de-açúcar, enquanto os pequenos proprietários e *yanaconas* se associavam na Confederação de Camponeses do Peru.

A modernização e a concentração das fazendas de gado na região central da Serra provocou uma reação semelhante quando elas desalojaram os "*huacchilleros*" (Martínez Alier 1973). Somada ao crescimento demográfico e ao estancamento da produção das comunidades indígenas, esta ação determinou o agravamento dos conflitos entre fazendas e comunidades, enquanto estas procuravam recuperar as terras usurpadas pelos fazendeiros, o que deu lugar a uma Assembléia Nacional de Camponeses Indígenas. Paralelamente, começou uma forte corrente migratória entre os camponeses, na direção de outras áreas rurais, proporcionando mão-de-obra às fazendas litorâneas que abandonaram a prática do "*enganche*". Essa migração teve por meta também as cidades, abrindo novas experiências sociais e políticas para os camponeses, que alimentaram os conflitos entre as comunidades e as fazendas.

Neste contexto, o APRA, fiel ao seu objetivo de alcançar um entendimento "democrático" com os diferentes grupos da classe dominante e, especialmente, com o segmento agrocomercial, evitou qualquer medida que canalizasse a mobilização camponesa, porque atentava contra a pregação liberal dos seus líderes. No mesmo sentido, o partido nem chegou a propor a modificação da Lei Eleitoral que limitava o direito de voto aos homens alfabetizados, ou seja, a apenas cerca de vinte por cento da população adulta.

Diante do capital imperialista, não tentou renovar as bases legais da sua existência no país. Pelo contrário, apoiou a proposta do Executivo para conceder nova e mais ampla concessão petrolífera à *International Petroleum Company*, para regularizar a sua situação legal.

No entanto, simultaneamente a essa tentativa de apaziguamento político, a pressão popular tomou um rumo que contradizia as ofertas públicas da hierarquia partidária, fazendo-se sentir desde o primeiro momento, com a formação de organizações sindicais. Entre 1945 e 1947, foram reconhecidos 264 sindicatos, ou seja, mais do dobro quanto ao governo anterior, de Prado. Entre eles, destacavam-se, pela primeira vez, 42 sindicatos agrícolas, entre os quais o dos trabalhadores na produção de açúcar. Havia 38 sindicatos de mineração, 78 industriais (mais do dobro dos até então existentes) e 34 de empregados no comércio, bancos e companhias de seguros (Sulmont 1975, 275).

Desse modo, os empregados no setor de exportação e serviços correlatos conseguiram associar-se, provocando uma onda de greves para obter aumentos salariais e melhores condições de trabalho. Graças a esta ação, no período compreendido entre 1945 e 1947, os industriários puderam aumentar seu salário real de 25 para 36 soles (a preços de 1959); os do setor de transportes, de 28 para 34 soles e os trabalhadores agrícolas, de 10 para 13 soles. Em 1947, os operários em mineração conseguiram passar de 22 para 25 soles (Payne 1964, 20). Vale dizer que o aumento de salários teve incidência especial nos setores populares urbanos e industriais, mas não na mineração e na agricultura, onde se encontravam os enclaves estrangeiros, a burguesia agrária e os latifundiários. Paralelamente a essas medidas distributivas, com patrocínio aprista, o governo deu início a uma política de subsídio dos alimentos básicos.

Assim, em lugar de defender medidas universais, que modificassem a estrutura da sociedade peruana, o Partido Aprista inaugurou uma política de *incorporação parcial de segmentos da população urbana* (especialmente os eleitores) ao rol das preocupações do Estado. Com o objetivo de garantir o apoio urbano, favoreceu a distribuição imediata de benefícios. Nesse sentido, não só defendeu o aumento dos salários como a expansão da despesa assistencial e do emprego burocrático, com a conseqüente ampliação da despesa pública. Tudo isso permitiu ao partido identificar-se definitivamente com o povo das cidades, demonstrando de forma concreta representar seus interesses imediatos.

Assim, o APRA converteu-se efetivamente no Partido do Povo, como passou a chamar-se desde então.

Do mesmo modo, para garantir a lealdade dos oficiais e evitar que se repetisse o conflito com o Exército, o partido concedeu promoções "políticas" a oficiais simpatizantes e também àqueles que precisava neutralizar (Bustamante y Rivero 1949, 46-7, 55-6).

Esse conjunto de medidas permitiu ao partido penetrar na administração pública e organizar "células", responsáveis fundamentalmente perante o partido e o seu chefe, prejudicando assim a ação governamental. Essa infiltração espalhou-se pelos sindicatos, escolas e universidades, que passaram a depender das diretrizes partidárias. Por isso, o Partido Aprista foi acusado de "hegemônico", "totalitário", inclinado a monopolizar sub-repticiamente o controle do governo, incapacitando o Executivo. Poder-se-ia dizer que o APRA tendia a constituir um poder paralelo ao governamental, criando tensões entre o partido e o Executivo, que se via impossibilitado de administrar a situação política do país, pois, a partir do Legislativo, o APRA podia tomar medidas que contrariassem as suas. "Tornou-se evidente o objetivo do APRA de conquistar para si, a qualquer custo, o leme do Poder Legislativo. Ali estaria o seu campo de governo" (Bustamante y Rivero 1949, 20).

A política de assistencialismo às massas desenvolvia-se no momento em que caía o valor das exportações, devido à reorganização do comércio internacional provocada pelo fim da guerra, e as importações do Peru aumentavam, devido à necessidade de reposição de equipamentos obsoletos, além do consumo popular. Em 1946, as exportações tiveram um aumento de 12% em relação ao ano precedente, enquanto, nos dois anos seguintes elas caíram 18% e 21%, respectivamente, em relação a 1945. Por outro lado, em comparação com 1945, as importações de 1946 aumentaram 23%; este aumento foi de 36%, em 1947, e 11,7%, em 1948. O rápido incremento dos preços dos produtos importados, juntamente com os aumentos salariais e a maior despesa pública, fizeram que, em 1947, o custo de vida subisse 60% em relação a 1944 (Universidade Federico Villarreal 1967, 112).

Por sua vez, a crise da balança comercial esgotou rapidamente as poucas reservas fiscais, o que fez o governo de Bustamante manter o controle cambial imposto por Prado no princípio de 1945, com forte oposição dos exportadores. O controle significava a entrega obrigatória das divisas recebidas ao Banco Central de Reserva, por um preço em moeda nacional fixado pelo governo abaixo do seu valor real no mercado. Por outro lado, o controle implicava a venda de divisas aos importadores, de acordo com licenças concedidas pelo mesmo Banco, a preços diferenciais, refletindo as prioridades fixadas pelo governo. A oposição dos exportadores foi tão forte que, em 1948, pouco antes de o governo ser derrubado por novo golpe militar, Bustamante liberou 35% das divisas aos exportadores, o que não satisfez as exigências dos grandes proprietários nacionais e dos enclaves, que em vários casos se recusaram a acatar essa disposição governamental.

Em outras palavras, com os aumentos salariais e o controle cambial, atacava-se o regime oligárquico, restringindo suas margens de lucro, no momento em que se experimentava uma queda no volume e nos preços das exportações. No mesmo sentido, o capital imperialista via diminuírem os seus ganhos e a sua liberdade de movimentos. Assim, o governo atentava contra os interesses da classe dominante nacional e das economias de enclave, contestando, além disso, a sua concepção política e econômica, baseada na liberdade irrestrita de ação, que Bourricaud (1967) chama de "liberalismo *criollo*".

Além disso, a criação de organizações populares que impunham seus interesses democráticos resultava em clara ameaça ao capitalismo. A presença sindical nas fazendas de açúcar, nas minas e nas fábricas representava certa ruptura do estado de dependência dos trabalhadores com respeito à figura do patrão. A organização dos estudantes das escolas secundárias e dos centros de educação superior implicava um desafio às normas de reprodução cultural da sociedade oligárquica. Em outras palavras, o desenvolvimento das organizações populares era, na realidade, uma escalada contra o poder estabelecido.

Enquanto a massa popular ignorava o jogo parlamentar "democrático", as forças oligárquicas e imperialistas agrupavam-se em torno da Aliança Nacional e faziam do jornal **La Prensa** seu porta-voz

oficial. Por intermédio deste diário, a burguesia exportadora procurou criar uma opinião pública, particularmente em setores da classe média urbana profundamente inquietos com o desenvolvimento da luta de classes e o rompimento dos seus meios tradicionais de subsistência e do seu estilo de vida. A opinião formada por **La Prensa** era um modo de enfrentar estes setores com o APRA e o governo, culpado de permitir os "desmandos" populares, que atentavam contra o "princípio de autoridade", preparando assim as condições para retomar o poder.

Ideologicamente, o "liberalismo" de **La Prensa** era uma repetição monótona dos argumentos tradicionais da classe dominante, não só do Peru, mas de toda a América Latina. Para esse jornal, era preciso estabelecer a ordem, a tranqüilidade e a confiança exigida pelo investidor (que o APRA e o governo não estavam interessados em promover) como a única possibilidade de criar emprego e riqueza. Tal ordem devia ter como fundamento a mais absoluta liberdade econômica, limitando-se o Estado a zelar pelo seu cumprimento e a promover investimentos privados mediante a criação de uma infra-estrutura básica, sem exceder as suas possibilidades reais.

Ao mesmo tempo em que procurava obter apoio político para essas teses, a Aliança Nacional organizou os parlamentares contrários ao APRA, que, em julho de 1947, não se apresentaram para a instalação do Congresso, paralisando assim a atividade governamental. O assassinato do diretor de **La Prensa**, no princípio do ano, imputado ao APRA, serviu para que a Aliança Nacional atacasse o Executivo pela sua leniência. Por sua vez, esta ação intensificou as pressões populares apristas. Assim, houve um conflito no qual nenhum dos dois lados demonstrou sua lealdade às regras políticas da democracia.

Enquanto isso, Bustamante y Rivero estava incapacitado de conseguir uma alternativa política para o conflito. Seus chamados para construir um partido capaz de localizar-se entre a "seita" e o "clã", como caracterizava o APRA e a "oligarquia", foram frustrados. Assim, o Presidente encontrou-se inerme no meio dos fogos cruzados das classes básicas da sociedade peruana.

Devido à crise política desencadeada pelo assassinato de Antonio Graña, diretor do jornal **La Prensa**, o Presidente designou um ministério

misto de civis e militares, renovado nove meses depois com uma composição semelhante. Em fevereiro de 1948, quando os preparativos golpistas do APRA e da Aliança Nacional já eram públicos, o Executivo formou um ministério inteiramente militar, que renunciou poucos meses depois, quando o Presidente se negou a reprimir a "agitação" aprista, devido à ilegalidade dessa repressão. Nesta oportunidade, já estava em andamento o golpe militar que resolveria o impasse político.

Por sua vez, frustrados com o fracasso da ação partidária, os setores mais radicais do Partido Aprista organizaram um movimento revolucionário anti-oligárquico, baseado em um levante militar com forte participação armada do povo. O objetivo era terminar com todas as limitações legais impostas pelas classes dominantes, para que se alcançasse a democratização da sociedade, levando à prática as teses que Haya lançara nos anos 1930. Assim como ocorrera em 1931, sem contar com sua contrapartida burguesa e industrial moderna dentro da classe dominante, com a qual teria podido entender-se, o populismo aprista derivava para um conflito cru com o bloco dominante oligárquico-imperialista, único meio de forçar a abertura do Estado para as classes populares.

Enquanto Haya de la Torre apoiava os preparativos do comando revolucionário, dedicou-se simultaneamente a conspirar com alguns generais, com o objetivo de que eles se adiantassem e criassem condições legais para que o APRA pudesse obter uma indiscutível hegemonia política, seguindo assim a linha de ação inaugurada em 1931. A ambivalência da chefia aprista fez que o movimento revolucionário se iniciasse com um levante de marinheiros, sem a coordenação dos milhares de militantes apristas que aguardavam a ordem de entrar em ação, perdendo-se assim tragicamente a oportunidade de levar a cabo uma transformação revolucionária do país (Villanueva 1973).[1]

Tornou-se assim evidente a problemática exposta nos anos trinta. A classe dominante encontrava-se impossibilitada de negociar com as

[1] Vinte anos depois, ao cumprir-se mais um aniversário dessa tentativa do povo aprista de eliminar as bases do poder existente, as Forças Armadas iniciaram um movimento institucional que, sem o concurso do povo, dobrou a estrutura oligárquico–imperialista existente.

classes populares as condições da sua participação na vida do país, sem deixar de ser o que era: uma coalizão heterogênea de forças que representava politicamente os interesses do seu patrocinador: o capital imperialista. De seu lado, o Estado mostrou-se incapaz de arbitrar os conflitos entre as classes sociais, ao não contar com os recursos fiscais e legais necessários que deviam ser fornecidos pela classe dominante. Ficou evidente também o fracasso do APRA, que, com a sua política de "transição", procurava abrir o Estado aos interesses populares (moderada e gradualmente), mantendo a legalidade oligárquica.

Devido ao fracasso desse levante, o governo colocou o Partido Aprista fora da lei e começou a perseguir os seus dirigentes. Agora, sim, as forças oligárquicas tinham todas uma posição adequada para erradicar o inseguro governo de Bustamante y Rivero, que perdeu as bases sociais e políticas que até então o tinham sustentado. Três semanas depois, o General Manuel A. Odría, com o patrocínio político–econômico claro e explícito da Aliança Nacional, deu o golpe que pôs fim a esta frustrada experiência democrática.

Nessas circunstâncias, começou no Peru um novo processo de desenvolvimento capitalista, impulsionado pelos investimentos estrangeiros que, tal como nas primeiras décadas do século vinte, promoveram uma reestruturação da sociedade e a criação de novos interesses sociais e políticos que se levantaram contra o regime oligárquico–dependente, determinando a agonia do sistema de dominação vigente.

VI

Novo caráter da penetração imperialista e mudanças na estrutura social e política

Depois do golpe militar instigado pelos exportadores, Odría começou uma perseguição encarniçada aos partidos Aprista e Comunista, assim como às organizações sindicais a eles vinculadas. Seus dirigentes políticos e sindicais foram presos ou deportados e Haya de la Torre precisou asilar-se na Embaixada da Colômbia, de onde só pôde sair em 1954. Simultaneamente, o governo foi eliminando as restrições cambiais e comerciais, o que resultou em uma desvalorização da moeda nacional que chegou a 41% em meados de 1949.

O novo governo começou a dar uma série de vantagens aos investimentos estrangeiros. Em maio de 1950, Odría promulgou o Código de Mineração, que era uma virtual tradução da lei norte-americana. Em 1952, promulgou a Lei de Petróleo e, em 1955, com a Lei de Eletricidade, destinou uma taxa fixa de lucro para os investidores neste setor. O Código de Mineração reduziu os impostos de exportação, equiparando-os aos das empresas comerciais e industriais, e exonerou do pagamento dos direitos a importação dos equipamentos. Graças ao Artigo 56 desse Código, as empresas tinham o direito de deduzir dos impostos a pagar até 20% dos seus lucros, pelo fator de esgotamento das reservas. Além disso, o Código dispunha que, nos depósitos minerais de qualidade marginal seriam aplicadas taxas impositivas baixas, até que o investidor tivesse amortizado totalmente o seu capital. Finalmente, o Código estabelecia que essas condições não seriam modificadas nos 25 anos seguintes.

> Os impostos sobre o comércio foram reduzidos. Se, em 1951, os impostos de importação e exportação representavam 17% do valor

> do comércio, dez anos mais tarde essa proporção tinha caído para 11%. A mineração foi especialmente favorecida, pois os impostos sobre as exportações minerais foram reduzidos de 12% do valor exportado, em 1949, para 3,5% em 1951, permanecendo em 2,1% em 1961 (Roemer 1970, 48).

O capital norte-americano, em processo de expansão durante o pós-guerra, encontrou no Peru uma situação favorável aos seus interesses: "paz trabalhista", liberdade cambial e oportunidades de investimento que lhe asseguravam uma taxa de lucros apreciável (Hunt 1975). Desde então, a economia do Peru voltou a experimentar, como no princípio do século, um fluxo considerável de investimentos norte-americanos na mineração, com o conseqüente crescimento da produção e do comércio exterior. Embora, em fins dos anos sessenta, o capital norte-americano investido no Peru representasse somente 6% do investimento total na América Latina, seu crescimento neste país foi o mais rápido da região, com exceção do México. Entre 1961 e 1967, os investimentos norte-americanos aumentaram 38%, passando de 436 a 605 milhões de dólares.

> O resultado foi que entre 1950 e 1956 houve um incremento de 379% no valor dos investimentos diretos norte-americanos na mineração peruana, enquanto na mineração chilena esse incremento foi de 45%. [...] Mais ainda: a atração relativa do Peru para o investidor estrangeiro foi além do setor da mineração: a inversão direta norte-americana em outros setores aumentou 180%, índice que se pode comparar com os 111% no conjunto da América Latina (Hunt 1966, 21).

Quadro 3
Produto bruto real por tipo de despesa (milhões de dólares de 1963)

	Crescimento					
	1950	1955	1960	1965	1967	1950-1967
Consumo pessoal	1.029	1.395	1.609	2.407	2.711	5,9
Governo	144	188	227	361	369	5,7
Investimento bruto	296	461	510	724	939	7,0
Exportações	221	322	529	687	700	7,0 *
Importações	237	425	483	892	1.087	9,4
PNB	1.452	1.941	2.393	3.286	3.634	5,5

Fonte: Banco Central de Reserva 1966, 1974.
(*) Durante o mesmo período, as exportações do conjunto da América Latina cresceram a um ritmo anual de 4,3%.

Hunt estima que, em 1965, a participação norte-americana no total das exportações alcançou 47%, ou seja, uma proporção próxima da que controlava em 1929. Em certos produtos, como petróleo e ferro, a participação estrangeira era de 100%; em cobre, 88%; em zinco, 50%; em chumbo e prata, 30%; na pesca, 23%; no açúcar, 25%; no algodão, 7%. Por outro lado, Goodsell (1974) assinala que, em 1968, 83% das exportações de algodão eram controladas pela firma Anderson Clayton. Hunt conclui que, a continuar esta tendência, em 1975, o capital norte-americano teria chegado a controlar 56% do total das exportações: "o valor das exportações das empresas norte-americanas aumentaria 68% no período 1965–75, enquanto o das empresas peruanas cresceria 17% (1966, 22)."

Ao mesmo tempo, Goodsell (1974, 74) observa que, em 1968, as doze empresas norte-americanas mais importantes produziam ou eram parte fundamental na produção de 54% do valor das principais exportações peruanas.[1]

[1] Segundo o autor, as doze principais empresas de capital norte-americano contavam com 46.000 trabalhadores; uma delas, a Cerro de Pasco, era a principal empregadora do país,

Em 1959, com a Lei de Promoção Industrial, e com as isenções tributárias de 1963 e 1964, a participação norte-americana na manufatura aumentou de 35 milhões de dólares em 1960 para 92 milhões em 1966, o que fez que a taxa de crescimento industrial neste período fosse de 9%, a mais alta da região, em que 80% correspondia à indústria baseada no capital norte-americano. Assim, em 1968, 33% do valor da produção industrial eram controlados por 41 empresas estrangeiras (Espinoza–Osorio 1972, 91).

Paralelamente ao aumento substancial do capital estrangeiro na produção de matérias-primas e na indústria, houve um fenômeno semelhante no setor financeiro. Em 1960, 36% dos ativos bancários estavam em poder de bancos estrangeiros, proporção que, em 1966, subiu para 62%. Entre 1962 e 1969, os bancos estrangeiros tiveram um crescimento anual de 4%, enquanto os bancos nacionais cresciam apenas 1%. Essa invasão do setor financeiro pelo capital estrangeiro estava ligada ao incremento da sua participação nos novos setores dinâmicos da economia e, em especial, da indústria, na medida em que as empresas estrangeiras se financiavam com a poupança interna que os bancos norte-americanos conseguiam captar. Assim, em 1966, o empréstimo interno das empresas estrangeiras, em relação ao ano anterior, aumentou 36% e seus empréstimos tomados no exterior se reduziram em 6%. Por fim, 34% dos empréstimos bancários deste ano foram destinados ao setor industrial, em comparação com 27% em 1960 (Thorp). Isto é: ao longo do período tratado, repetiu-se o processo de concentração monopolista do capital estrangeiro, tal como ocorrera nas primeiras décadas do século (Anaya s/d, Torres 1975).

Com as facilidades tributárias que oferecia, a Lei de Promoção Industrial de 1959 tornou mais fácil às empresas estrangeiras dar início ao processamento da sua produção. Ao mesmo tempo, o processo de urbanização por que passava o país permitiu a chamada "substituição de importações":

---

depois do governo, com 19.000 empregados. Este fato seria condicionante para que o setor da classe operária com mais capacidade de organização e reivindicação se encontrasse nessas empresas.

> Uma quarta parte do setor [industrial] dedicava-se a processar as exportações mais do que a substituí-las; no entanto, se assumimos que o processamento das exportações crescia a um ritmo anual de 1%, a indústria dedicada à substituição das importações teria que crescer em torno de 6,4% (Hunt 1966, 6).

Assim, a partir daquele momento a estrutura produtiva começou a abandonar o caráter de enclave que até então a caracterizara. Graças às facilidades concedidas pelo governo, as empresas agrícolas e mineradoras começaram um processamento primário da sua produção, fenômeno especialmente notável no florescente setor da pesca (Roemer 1970). Posteriormente, durante os anos setenta, estas empresas incentivaram os industriais peruanos a fornecer-lhes os insumos industriais de que necessitavam, favorecendo assim um processo incipiente de articulação industrial. No entanto, as máquinas, ferramentas, equipamentos, peças e insumos destinados a sustentar a produção continuaram sendo importados, especialmente dos Estados Unidos. Além disso, as novas indústrias que substituíam importações destinadas ao consumo das camadas urbanas médias e superiores reafirmaram essa tendência, devido à sua natureza de simples montadoras, onerando o balanço de pagamentos do país.

A nova política industrial do governo, baseada fundamentalmente na exoneração tributária, representou um subsídio aos investidores, principalmente aos capitalistas estrangeiros, e aos consumidores. O subsídio foi estimado por Schydlowsky (Hunt 1971, 417) em 10.000 milhões de soles em 1963, o equivalente a 75% das despesas do setor público naquele ano. A afirmativa de Mariátegui de que o desenvolvimento capitalista do Peru pressupunha o fortalecimento da condição colonial do país não podia ter uma demonstração mais fidedigna.

Assim, diferentemente do que tinha acontecido em outros países latino-americanos, a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento industrial foi, desde o princípio, determinante. A burguesia industrial peruana teve de se contentar em ser um satélite das novas empresas estrangeiras, relação semelhante à da burguesia agrária

e mineira dos enclaves. No mesmo sentido, seus interesses "nacionais" passaram a representar os interesses das empresas estrangeiras, o que justificava a sua posição. Com respeito a essa relação entre a burguesia peruana e a norte-americana, os assessores do Departamento da Guerra dos Estados Unidos afirmavam que:

> Nas novas operações industriais, especialmente na manufatura orientada para o consumo interno, foi considerado vantajoso estabelecer empresas mistas (*joint capital ventures*). De modo geral, os estrangeiros contribuem com a maior parte do capital, as máquinas e a supervisão técnica, enquanto a parte nacional participa com o seu valioso conhecimento do mercado local e os contatos e conhecimentos necessários para tratar com os sindicatos e as várias repartições governamentais (U.S. Army 1965, 472).

Portanto, enquanto o capital norte-americano trazia o *know how*, o peruano contribuía com o *know whom* ...

Quadro 4
PNB real por setor industrial (em US$ milhões de 1963)

	Crescimento			
	1950	1960	1967	Anual
Agricultura	328	499	567	3,2
Pesca	6	39	76	16,1
Mineração	66	171	211	6,2
Manufatura	197	397	707	7,8
Construção	75	100	165	4,7
Governo	128	188	307	5,2
Outros*	653	999	1.601	5,4
Total	1.452	2.393	3.634	5,5

Fonte: Banco Central de Reserva, 1966, 1974.
(*) Eletricidade, habitação, transporte e comunicações, comércio, serviços e bancos.

Quadro 5
Participação relativa de cada setor no PNB

	1950	1960	1967
Agricultura	22,5	20,8	15,6
Pesca	0,4	1,6	2,0
Mineração	4,5	7,1	5,8
Manufatura	13,5	16,5	19,4
Construção	5,1	4,1	4,5
Governo	8,8	7,8	8,4
Outros*	44,9	41,7	44,0

Fonte: Banco Central de Reserva 1966, 1974.
* O desenvolvimento capitalista significou uma alteração da importância relativa dos diferentes grupos e classes da sociedade peruana.

Conforme se conclui da leitura dos quadros 4 e 5, a pesca, mineração e manufatura ampliaram sua participação no produto nacional e tiveram uma taxa anual de crescimento muito superior à agricultura. Por outro lado, enquanto no período mencionado a agricultura de exportação cresceu 2,5%, o setor dedicado à produção de alimentos cresceu só 0,7%. Por isso, enquanto, em 1960, o país precisou importar 13% dos alimentos que consumia, seis anos depois essa proporção se elevou para 24%.

Vale dizer que entre 1950 e 1967 houve um notável crescimento do capitalismo urbano e uma queda notória da importância relativa da área rural. Além disso, como se vê no quadro 6, o grupo de assalariados (operários e empregados) cresceu de 45 a 54% da força de trabalho.

Quadro 6

Operários, empregados e trabalhadores independentes, na população economicamente ativa: participação absoluta (em milhares) e relativa (%)

	1950	%	1961	%	1966	%	1970	%
Operários	905	35,0	1.213	37,5	1.234	33,1	1.639	39,6
Empregados	270	10,4	404	12,5	718	19,3	610	14,7
Independentes	1.409	54,5	1.611	49,9	1.768	47,5	1.887	45,6
Total	2.584		3.227		3.720		4.136	

Fonte: Banco Central de Reserva 1966, 1974.
(*) Incluídos os patrões.

Enquanto a força de trabalho cresceu 160% em todo esse período, a categoria dos operários aumentou 181%, a dos empregados, 226% e a dos trabalhadores independentes, 134%, ou seja, abaixo do crescimento global. A mudança na composição da força de trabalho manifesta-se com maior nitidez quando se observa a sua participação nos diferentes setores de ocupação:

Quadro 7

Participação relativa de operários, empregados e trabalhadores independentes, por setor de ocupação, 1950–1970:

	Operários empregados		Trabalhadores independentes			
	1950	1970	1950	1970	1950	1970
Agricultura	28	32	3	3	69	65
Mineração	84	82	13	17	3	1
Manufatura	38	55	7	10	55	35
Construção	82	68	4	5	14	27
Eletricidade	60	73	20	26	20	1
Transporte	51	48	19	19	30	34
Comércio	6	7	28	31	65	62
Serviços	68	62	16	24	16	13
Bancos	9	13	91	87	-	-
Governo	25	43	75	57	-	-

Fonte: Banco Central de Reserva 1966, 1974.
(*) Incluídos os pescadores.

Como se pode observar no quadro 7, só no setor de construção, a proporção dos trabalhadores independentes cresceu; em todas os outros, especialmente no setor da manufatura, a participação dos "trabalhadores independentes" (artesãos) decresceu notavelmente. Além disso, nesse período, a agricultura foi o único setor com um crescimento relativo da sua força de trabalho inferior à média nacional. Com efeito, enquanto o crescimento da população ativa foi de 160%, o dedicado às atividades agropecuárias foi de 128%.

No mesmo período, teve início a regularização das propriedades dedicadas à agricultura, com o abandono do sistema de *yanaconas*, dada a capitalização dos exportadores de produtos agrícolas, provocando um notável incremento da exploração direta e mecanizada das terras. Enquanto, em 1958, só 17% da área cultivada eram trabalhados de forma mecânica, nos sete anos seguintes, o uso de máquinas agrícolas duplicou, chegando a contar com 6.675 tratores, dos quais 80% na Costa, dedicados à produção de alimentos (45%), algodão (40%) e açúcar (15%). Dessa forma, os proprietários de terras procuravam aproveitar a elevação dos preços dos seus produtos no mercado internacional e evadir o cumprimento da lei relativa aos *yanaconas*, promulgada durante o governo de Bustamante. Os novos investimentos na agricultura de exportação e na mineração exigiram, por sua vez, maior qualificação da mão-de-obra. O crescente processo migratório da Serra para a Costa favoreceu a fixação da força de trabalho e a redução do "*enganche*" dos camponeses procedentes das comunidades indígenas.

Durante o governo de Odría, a proibição das atividades sindicais e o aumento da produção facilitaram a redução das taxas inflacionárias. Entre 1947 e 1949, os preços tiveram um aumento anual de 30%, enquanto, entre 1950 e 1956, baixaram a menos de 10%, a despeito da desvalorização da moeda peruana. O resultado foi que os trabalhadores associados ao crescimento capitalista tiveram ligeira melhoria dos seus salários reais, diferentemente do que aconteceu com os outros setores populares (Payne 1965, 23). Essa situação foi possível devido à política de importação de alimentos, que a agricultura nacional não tinha condições de suprir na quantidade necessária, iniciada durante

o governo de Bustamante – o que evitou o aumento desses preços. Dessa forma, os setores urbanos eram subsidiados em diferente escala, o que de modo indireto prejudicava, também desigualmente, os latifundiários e os camponeses da região pré-capitalista.

> Os setores artesanais da indústria e das áreas rurais não tiveram sequer o aumento moderado obtido pelos trabalhadores dos setores registrados. [...] A redução das receitas das áreas rurais, em particular, é sugerida pelas informações parciais existentes sobre a distribuição de renda entre a Serra e a Costa. Segundo estimativas publicadas pelo Banco Central em **La Renta Nacional**, enquanto entre 1954 e 1959 a renda *per capita* da Costa aumentou em 4%, na Serra ela caiu 7%. Se a receita da mineração (que em sua maior parte é enviada para a Costa ou para o exterior) fosse excluída dos números relativos à Serra, a divergência seria ainda maior (Thorp 1967, 189–190).

Essa política estatal foi mantida em governos sucessivos, provocando sérias contradições na sociedade peruana. O desenvolvimento desigual da estrutura produtiva resultou em profundas disparidades na renda nacional, regional e setorial.

> O primeiro decil recebeu pouco mais de 49% da renda, porcentagem maior do que a da maioria dos países em desenvolvimento, embora comparável ao que recebe esse decil na Colômbia, no Brasil e no México. [...] No entanto, no Peru os pobres receberam menos. Os decis inferiores, 2,4%, os seis últimos só 18,2%, bem menos do que os 30% que Kuznets cita como característico tanto dos países desenvolvidos como dos subdesenvolvidos. [...] A *ratio* entre a participação dos decis superior e inferior foi de 49:1 (Webb 1975, 29-30).

Em 1961, a renda pessoal nos departamentos da Costa (onde se concentram a indústria e a agricultura de exportação) era equivalente a 260 dólares por ano, enquanto na Serra (com metade da população do país, onde estão concentradas a agricultura tradicional e a mineração)

era de apenas 100 dólares. A cidade de Lima, que gerava 42% da renda nacional, tinha uma renda de 368 dólares por pessoa, quando no resto do país ela era de 192 dólares.

Essas disparidades refletiam-se também em termos de ocupação e residência. Hunt estima que, em 1961, os operários da Costa ganhavam em média o equivalente a 455 dólares por ano, enquanto os da Serra recebiam somente 185 dólares; na primeira região, os empregados recebiam 1.167 dólares, na segunda, 804. Finalmente, os trabalhadores independentes recebiam, respectivamente, 443 e 228 dólares (Hunt 1966, 10).

Quadro 8

Produto bruto por pessoa empregada (em US$, a preços de 1963)

	1950	1961	1964
1. Agricultura (exceto açúcar e algodão)	209	246	267
2. Resto da economia	937	1.278	1.489
3. Relação 1/2	4,49	5,10	5,29

Fonte: Hunt 1966, 10.

Em boa medida, o problema fundamental do atraso da agricultura era o seu caráter não-capitalista. Em 1960, o valor agregado da agricultura peruana, comparado com outros 51 países de mesma população e renda *per capita,* estava cerca de 23% abaixo da média deste conjunto (Thorbecke 1966, 14-5).

A importação de alimentos e o controle dos seus preços, assim como a concentração do crédito na agricultura da Costa, levaram à decadência da atividade agrícola na Serra e à transferência da exígua renda dos latifundiários da região para as áreas urbanas e os setores de maior rentabilidade. A participação dos agricultores independentes na renda nacional caiu de 14% em 1960 para 11% em 1969, embora, em preços correntes, a renda nacional tenha crescido três vezes e meia no mesmo período. A escolha dessa alternativa não foi acidental; desta forma, procurava-se evitar a elevação brusca dos preços urbanos, que

provocasse protestos populares, "insegurança política", inflação e flutuações na taxa de lucratividade das empresas. Em outras palavras, com essa política, procurava-se evitar a repetição da luta de classes do período 1945–8.

A opção por essa política econômica significava castigar duramente a economia camponesa, além de sacrificar os interesses dos latifundiários em favor do desenvolvimento do capitalismo urbano, o que, por sua vez, abria um novo tipo de contradição. O desenvolvimento industrial não requeria, como antes, os enclaves e a manutenção do pré-capitalismo para obter mão-de-obra abundante, barata e não-qualificada. Ao contrário, o novo padrão de desenvolvimento exigia a expropriação da mais-valia relativa dos trabalhadores e a formação de um amplo mercado interno de produtores e consumidores de mercadorias diferenciadas. Não transcorreu muito tempo para que a burguesia sentisse a necessidade de explicitar seu repúdio às formas arcaicas de produção que persistiam no campo. Assim, a aliança forjada no princípio do século entre os enclaves e a burguesia oligárquica e os latifundiários começou a perder força devido à intervenção do desenvolvimento capitalista e a emergência de um novo setor da classe dominante.

O setor industrial e a fração oligárquica da burguesia, em processo de assimilação recíproca, defendiam a necessidade de erradicar a estrutura pré-capitalista do campo. Seguindo as linhas do "liberalismo *criollo*", sua proposta consistia em eliminar os controles de preços e os subsídios dos alimentos, estimulando a rentabilidade da produção agrária. Ao mesmo tempo, devia-se eliminar qualquer tipo de restrição às mudanças de propriedade, atacando assim os direitos das comunidades indígenas.

Embora, em um primeiro momento, houvesse uma elevação dos preços dos alimentos, o estímulo ao lucro devia motivar o incremento da produção, com a conseqüente redução destes preços, conforme a lei da oferta e da procura, que, por sua vez, determinaria o aumento da produtividade agrícola. Dessa forma se constituiria uma camada de empresários rurais "eficientes", com a conseqüente eliminação dos ineficientes, ou seja, dos latifundiários e da imensa população

minifundiária, que passaria a constituir uma massa de proletários com melhores rendas do que as obtidas como parceiros de lavoura.

Não obstante isso, o perigo político que o deslocamento da estrutura social deveria produzir fez que, a despeito das mudanças havidas, o Estado continuasse a ter uma poderosa influência política sobre os latifundiários e optasse por manter sua política de promoção do capitalismo, sem provocar o rompimento da ordem social, postergando-se assim a solução do problema agrário.

Desse modo, a manutenção da contradição entre o desenvolvimento urbano industrial e o arcaísmo agrário tornou-se evidente por meio de dois fenômenos: a migração da população rural rumo às cidades costeiras, especialmente Lima, e, por outro lado, a crescente mobilização camponesa para desbaratar o poder latifundiário.

A dramática queda da renda rural, combinada com o desenvolvimento do capitalismo urbano e seus padrões culturais, estimulou os proprietários agrícolas médios e os camponeses, especialmente da Serra, a migrar para as cidades da Costa, onde percebiam a existência de canais de mobilidade social. Criou-se assim um fluxo migratório das zonas rurais para as suburbanas, da Serra para a Costa, das pequenas cidades para as grandes, e finalmente para Lima, seguindo o novo impulso do desenvolvimento capitalista que modificou a estrutura residencial da população, de forma simultânea com as mudanças ocupacionais que detalhamos anteriormente (Quijano 1970, 1977).

Diante da queda das suas receitas, os latifundiários impuseram novas exigências aos seus dependentes, desbaratando os termos do intercâmbio que mantinham tradicionalmente com eles, num momento em que perdiam importância política. Os camponeses rejeitaram as novas exigências dos latifundiários e procuraram incorporar-se diretamente ao mercado. Por isso, desde meados dos anos cinqüenta, observou-se na região da Serra uma crescente movimentação das comunidades indígenas com o objetivo de recuperar as terras usurpadas pelos latifúndios, assim como dos camponeses, para modificar suas relações com os fazendeiros: comprando terras, sindicalizando-se e exigindo o cumprimento das disposições legais;

modificando as "obrigações" que tinham com os patrões, na qualidade de dependentes, ocupando a propriedade e desalojando o proprietário. Em outras palavras, em todos esses casos, mostrava-se claramente o rompimento dos laços de dependência pessoal próprio das formas senhoriais (Alberti 1970, 1976, Alberti-Sánchez 1974, Blanco 1972, Cotler 1970, Cotler-Portocarrero 1976, Craig 1968, Fioravanti 1974, Neira 1968, 1970, Quijano 1967, Villanueva 1967). Simultaneamente com essa transformação do comportamento da população camponesa, renovaram-se suas referências culturais, destacando-se o desenvolvimento de ideologias messiânicas que prenunciavam a estruturação da sociedade indígena (Ossio 1973).

A migração para as cidades aguçou os sentimentos ambivalentes de desprezo e temor dos setores médios urbanos tradicionais, assim como da classe dominante com relação aos camponeses. Na medida em que a "indiada" descia das montanhas, rodeando em tumulto as cidades litorâneas, inundando com seus hábitos camponeses e a sua linguagem estranha as cidades "brancas e *criollas*", abrindo caminho e destruindo "a ponte, o rio e a avenida" colonial, mudavam rapidamente o aspecto desta "*Lima que se va*". Temor e desprezo eram os sentimentos daquelas classes, que viam na maré indígena um perigo contra a sua propriedade e contra "os bons costumes da gente decente". Somavam-se aos interesses de classe o sentimento étnico dos que achavam ter "sangue limpo".

Para solucionar essa migração, um senador propôs controlar por meios policiais a entrada dos indígenas nas cidades e um membro da Corte Superior de Cusco sugeriu que as famílias indígenas entregassem seus filhos às "famílias decentes", para resolver a falta de serviço doméstico e, ao mesmo tempo, "assimilar" os índios à civilização...

Por outro lado, a migração maciça para as cidades, com o deslocamento da população rural que deixava seus meios de produção tradicionais, tornou patente que nem o Estado, pela sua natureza de classe e dependência, nem a burguesia tinham a capacidade de atender às exigências de educação, saúde, habitação e trabalho dos que vinham radicar-se nas cidades. A alta concentração de riqueza e de renda, o tipo

Quadro 9
Crescimento e distribuição da população total
(milhões de habitantes)

População	1940	%	1961	%	1972	%	Média anual de crescimento da população	
							1940 – 61	1961 – 72
Total	6.208	100	9.906	100	13.572	100	2,2	2,9
Rural	4.537	73,1	5.933	59,9	6.373	47,0	1,3	0,7
Urbana total	1.671	26,9	3.973	40,1	7.198	53,0	4,1	5,6

Fonte: Oficina Nacional de Estatística y Censos 1974: 148-149.

Quadro 10
Crescimento e distribuição da população total
(milhões de habitantes)

População	1940	%	1961	%	1972	%	Média anual de crescimento da população	
							1940 – 61	1961 – 72
Centros de 2 – 5.000	390	6,3	508	5,1	605	4,4	30,0	19,0
Centros de 5 – 20.000	373	6,0	652	6,6	1,060	7,8	74,7	62,5
Centros de 20 – 100.000	388	6,2	860	8,7	1,005	7,4	121,6	16,9
Centros de 100.000 ou mais*	521	8,4	1.954	197	4.528	33,4	375,0	132,2

Fonte: Oficina Nacional de Estatística y Censos 1974: 148-149.
* Em 1940 a população agrupada nestes centros significava 31,2% da população urbana; em 1961, 49,2%; e em 1972, 62%. (ONEC: 19-20)

de industrialização em andamento e a tecnologia intensiva de capital do processo de substituição de importações criavam uma população em permanente estado de desemprego e subemprego, originando o fenômeno da "marginalidade" (Quijano 1977).

Essa incapacidade em que se encontravam o Estado e a burguesia de absorver as exigências populares, no novo contexto urbano, provocou o desenvolvimento de um novo tipo de luta social, que se somou à que já vinha acontecendo no campo, na medida em que os migrantes adquiriam consciência dos seus direitos, o que determinou que o caráter oligárquico da dominação social entrasse em crise. Nessas condições, a emergência política das classes médias em expansão facilitou ao Estado a resolução do impasse, tornando-o capaz de conciliar, em termos relativos, os interesses das classes básicas da sociedade.

Embora o governo de Manuel A. Odría fosse um produto da Aliança Nacional, em pouco tempo ganhou certa autonomia, rejeitando algumas das suas principais sugestões sobre a forma de conduzir a economia do país. Devido à essa reestruturação social em curso, Odría viu-se obrigado a integrar política e economicamente os setores deslocados da classe dominante, assim como os setores médios emergentes, que procuravam compartilhar com o capital estrangeiro e com o setor oligárquico da burguesia os benefícios da exploração das camadas populares. Por outro lado, a presença aprista nestes setores tornava necessária uma política que bloqueasse a sua expansão, especialmente entre os migrantes que chegavam às cidades. Ficou assim evidente a contradição entre o funcionamento concentrador do regime oligárquico e as pressões políticas latentes e expressas dos diferentes setores da sociedade (Bourricaud 1967).

Para resolver as tensões, Odría aumentou muito a despesa pública: o orçamento de 1949 foi 45% maior do que o anterior, contrariando assim as fórmulas de equilíbrio fiscal dos seus assessores que representavam a oligarquia. Entre 1950 e 1955, a despesa pública, destinada fundamentalmente às obras públicas, chegou a 13% do produto bruto anual. Embora houvesse um déficit fiscal, o aumento do valor das exportações, especialmente durante a guerra entre os

Estados Unidos e a Coréia, reduziu-o de forma notável. Com essa política, o governo procurava mobilizar recursos e distribuir prebendas que facilitassem o enriquecimento da sua clientela, satisfazendo em parte, ao mesmo tempo, as exigências de emprego e de serviços públicos dos setores populares e dos imigrantes. Nesse sentido, o governo de Odría ampliou a seguridade social, concedeu o salário dominical e inaugurou uma nova modalidade de incorporação dos trabalhadores, ao decretar a sua participação nos lucros das empresas, antecedente da chamada "comunidade industrial" criada em 1970 pelo governo das Forças Armadas. Por outro lado, os governantes organizaram o Partido Restaurador, como mecanismo de patrocínio das massas populares migrantes.

Essa política fez que Odría dispusesse de relativa autonomia com respeito ao grupo oligárquico que tinha promovido sua ascensão ao poder, o que permitiu explicitar as diferenças existentes dentro da classe dominante. Os exportadores achavam a conduta política de Odría cada vez mais "arbitrária", motivo pelo qual o mesmo grupo que patrocinou o golpe de 1948 propôs, pelo seu porta-voz, **La Prensa**, a volta ao "Estado de Direito".

Paralelamente, as aspirações democráticas das massas populares e das novas classes médias em expansão, que o Estado não podia satisfazer, criaram condições para que os representantes políticos dos antigos interesses, bem como dos que vinham sendo criados no país, considerassem a necessidade de estabelecer formas institucionais de mediação entre os vários interesses sociais em jogo, que permitissem dirimir suas diferenças de modo institucionalizado para evitar um confronto aberto. Em outras palavras, devido à crescente diferenciação social experimentada pela sociedade peruana, a "democracia" passava a ser um mecanismo adequado para eliminar as asperezas internas da classe dominante e controlar indiretamente as exigências dos setores populares e intermediários da sociedade.

Em outras palavras, a reestruturação das classes sociais e das suas relações alentou as pressões políticas que procuravam modificar o caráter oligárquico do Estado. Ou seja: o Estado deveria abandonar seu papel

tradicional de garante da dominação social exercida de forma monopolística pelos enclaves imperialistas agrários e mineiros, juntamente com a sua clientela nacional, com uma abertura relativa às exigências das classes populares até então excluídas da vida política. O que realmente se pretendia era dissimular sua natureza classista, e que se constituísse como expressão de um "consenso nacional".

A mobilização conseguida por **La Prensa**, com a aprovação tácita do Partido Aprista, na clandestinidade, obrigou Odría, em 1955, a convocar uma convenção de "notáveis" no Convento de Santo Domingo para integrar politicamente a classe proprietária ao processo de diversificação e propor um sucessor. Estava evidente, contudo, que para retornar a um Estado de Direito, com a convocação de eleições, era necessário contar com o voto aprista. Por isso, a convenção levou a uma situação insólita: a negociação de dois segmentos da burguesia com o APRA. Enquanto Hernando de Lavalle, designado por Odría como seu herdeiro, representante nato da coalizão oligárquico–imperialista, oferecia ao Partido Aprista o retorno à legalidade uma vez obtido o esperado triunfo eleitoral, Manuel Prado, que dirigia o segmento "urbano–nacional", oferecia ao APRA a participação no governo e uma aliança política, que ficou conhecida como "Convivência".

As mudanças na estrutura social tiveram um impacto imediato no quadro eleitoral, na medida em que a migração e a alfabetização seguiam juntas. Assim, nas eleições de 1956 participaram em torno de 1.250.000 eleitores, ou seja, quase três vezes mais do que em 1950, quando Odría convocou eleições para legitimar o golpe de 1948. Não obstante, em 1956, a proporção de eleitores com respeito à população total com idade legal para votar foi de apenas cerca de trinta por cento.

A vitória de Prado, com 45% dos votos, deveu-se ao APRA. Assim, o partido reinaugurava seu apoio aos setores "progressistas", que lhe permitiram voltar a gozar de liberdade de ação. Com a derrota de 1948, os apristas tinham aprendido uma lição e estavam decididos a controlar a mobilização popular e a aceitar as regras do jogo parlamentar, constituindo uma "oposição legal". Em outras palavras,

o APRA abandonava seus postulados e métodos radicais para favorecer o desenvolvimento paulatino das mudanças em marcha, que permitiriam modernizar o país sem rompimento constitucional. Assim, o Plano Mínimo de Transição passou a ser sua plataforma política "máxima".

Por outro lado, a fração "moderna" da classe dominante, desenvolvida ao amparo das inversões estrangeiras, portanto, a elas subordinada, tinha amadurecido o suficiente para pretender liberar-se do controle da fração oligárquica. O que em 1936 tinha sido uma pretensão ilusória, vinte anos depois parecia uma realidade. Nesse sentido, o "pradismo" apresentava-se como uma aliança ideal para o APRA, capaz de coordenar e complementar a ação do partido representativo das classes médias e populares, destinada a lograr a modernização paulatina do país.

No informe político de Manuel Seoane ao Congresso Aprista de 1957, estão sustentadas as bases justificativas da aliança do APRA com o "pradismo" logo, com o setor industrial da classe dominante. Na seção intitulada "*Un Nuevo Trato*", o autor considera que o país experimenta o desenvolvimento do capitalismo nacional, supostamente oposto ao feudalismo e ao imperialismo, o qual "proporciona as bases para uma nova ação política conjunta"[2].

> Esta manhã conversei com Manuel Vásquez Díaz. Entregou-me algumas sugestões que quero recolher aqui. Assinala este problema político: a unidade indo-americana começa a ser promovida pelos capitais nacionais, e não apenas pelos partidos populares. Bem, isto cria a oportunidade para que o partido preencha o vazio teórico e político representado pelo fato de que essa unidade seja impulsionada exclusivamente por uma parte das forças que criam a riqueza. Vásquez Díaz mostra alguns pontos de grande interesse em um

[2] Naquela ocasião, o Partido Comunista andava também em busca de uma burguesia nacional com que pudesse associar-se para promover a revolução democrático–burguesa e antiimperialista. Embora não a tenha encontrado (porque não existia), em 1968, associou-se intimamente com o projeto político das Forças Armadas, considerando-as como substituto da burguesia nacional.

memorando que é melhor ler: "Parte-se do postulado aprista corretivo da teoria marxista, no sentido de que se o imperialismo é a última etapa do capitalismo que o gera (postulado marxista), nos países coloniais é a primeira etapa do capitalismo (postulado de Haya de la Torre). A premissa anterior pode ser desenvolvida assim: a) o capital imperialista é predominantemente do tipo extrativo e de utilização das riquezas coloniais para o mercado metropolitano, despreocupando-se com o desenvolvimento de um mercado interno na colônia e deformando nela o investimento público, por polarizá-lo para os seus interesses; b) não obstante, contribui para monetizar as relações econômicas das colônias e além, disso, para criar um pequeno comércio varejista em mãos dos nativos; c) desses setores comerciais nativos e de outros surgem pequenas indústrias, dedicadas ao mercado nacional, baseadas nos rendimentos produzidos pelo capitalismo imperialista, que, embora exporte a maior parte dos seus ganhos, faz crescer a base monetária e o poder aquisitivo da colônia, em grau não desprezível."

Na conversa desta manhã permiti-me acrescentar que, juntamente com esses fatores, estão surgindo, também no campo do capital nacional ativo, sobras dos lucros agrícolas. O sistema de vantagens que favoreceu os grandes agricultores permitiu-lhes acumular lucros. Durante algum tempo, esses lucros radicaram-se preferentemente na compra de imóveis; outras vezes, foram depositados no exterior. A partir de algum tempo estão sendo colocados nas indústrias. Algumas firmas de origem agrícola têm agora um investimento de tipo industrial. Ocorre assim um fenômeno curioso: o campo industrial tem-lhes ensinado verdades que ignoravam. [...]

Começaram a sentir o gosto do investimento industrial, mas ainda se encontram na etapa de transformação. Têm um pé na fazenda, outro na fábrica. Ainda gostam de brandir o chicote para pagar ao camponês um baixo salário, mas, de outro lado, já sabem que é preciso investir valores importantes em máquinas caras e que, para operá-las, é preciso confiar em operários cultos e bem pagos. Assim se está fazendo uma revolução, à qual não devemos ser indiferentes. [...]

Se os nossos capitais agrícolas começam a reinvestir seus lucros em atividades industriais, estão contribuindo para o desenvolvimento

> do país e precisamos avaliar bem essa realidade econômica. Eles e o incipiente capitalismo estritamente industrial proporcionam bases para uma nova ação política conjunta [sublinhado por J.C.]. Continuo com Vásquez Díaz: "Embora o capital imperialista se alie com os interesses feudais da colônia, o capitalismo nacional, que surge na periferia dos interesses daquele, cedo começa a pedir proteção e privilégios para suas nascentes empresas industriais. O resultado é que os interesses industriais locais começam a enfrentar a aliança do capital imperialista e o feudal."
>
> O crescimento do capitalismo nacional e seu triunfo final sobre o imperialismo e o feudalismo dependem da força de que disponha. Esta, como bem se sabe, depende de mercados que alimentem as indústrias nacionais. Portanto, a expansão do mercado do capitalismo nacional é um fator *sine qua non* do triunfo das forças nacionalistas sobre o imperialismo, por um lado, e sobre o seu aliado, o feudalismo, por outro. A integração econômica da Indo-América tem o efeito cabal de ampliar de modo extraordinário o âmbito dos mercados abastecidos pelas indústrias nacionais de cada um desses países. O fortalecimento daqueles mercados promoverá a modernização do regime socioeconômico dos países da região e revitalizará as forças do capital industrial peruano. Apoiando os interesses do capitalismo nacional e orientando-os para a integração internacional indo-americana, promove-se o ideal aprista primordial da integração da Indo-América, desfeudaliza-se a região, retira-se força ao imperialismo, aumenta-se a taxa de formação de capitais, pela economia de escala e, finalmente, melhora-se o nível de vida da população (Seoane 1958, 77-80).

Na verdade, seria difícil resumir a posição desenvolvimentista da época melhor do que o faz este memorando lido por Seoane. No entanto, assim como os seus mentores, Vásquez Díaz e Seoane estavam enganados, pois não existia capital nacional que pudesse enfrentar o imperialismo e o feudalismo. Conforme já vimos, este capital já tinha modificado sua orientação, acrescentando ao interesse na produção de matérias-primas a exploração do mercado interno dos países latino-americanos e, muito especialmente, do México, onde Vásquez Díaz residia e trabalhava. Por esses anos, as empresas multinacionais

encontravam-se em franco processo de consolidação e já estavam dirigindo de forma monopolística a industrialização latino-americana, muito especialmente no Peru. Neste país, diferentemente do que acontecia no Cone Sul, no Brasil e no México, o capital nacional não tinha sido capaz de iniciar a substituição de importações, tarefa que correspondeu plenamente ao grande capital monopolista.

Em última instância, o APRA e o "pradismo" convenceram-se de que era impossível alcançar seus objetivos sem uma colaboração mútua, ou seja, era necessário abandonar todo tipo de pretensão monopolística. O "pradismo" reconhecia a necessidade de dar ao APRA uma quota de participação política que, entre outras coisas, contribuiria para domesticá-lo. O partido Aprista assumia a obrigação de controlar os reclamos populares e de conter o comunismo; do contrário, voltaria a repetir-se a história de 1948.

Por sua vez, o APRA chegou à mesma convicção: não era possível continuar a pregar que "só o APRA salvará o Peru", *slogan* que precisava ser eliminado, fórmula que denotava uma posição extremista que, em última instância, resultava na exclusão desse partido da vida política. Além disso, estava claro que, de acordo com o diagnóstico de Haya de la Torre, os capitais reduziam o dualismo feudal–capitalista em favor do último. O imprescindível, então, era legislar para que esse sistema fosse mais redistributivo; em suma, era preciso "popularizar o capitalismo". O contrário significaria promover o desenvolvimento de tendências radicais, com o conseqüente desenvolvimento do "comunismo internacional". Ou seja: nos dois casos, o fantasma comunista que percorria o continente transformara-se em um fator de aglutinação do APRA com a burguesia. Por último, por meio desse tipo de coalizão e da conseqüente consolidação das instituições e dos valores democráticos, o APRA continuava esperando alcançar o poder mediante o voto popular, com o consentimento das forças dominantes, devidamente "democratizadas".

Essa política não deixava de ter seus riscos. Em 1954, quando Haya de la Torre deixou o confinamento na Embaixada da Colômbia, após longo processo no Tribunal Internacional de Justiça, escreveu um

artigo na revista **Life** (Haya de la Torre 1954), no qual assegurava que "a democracia e o capitalismo oferecem a solução para os problemas mundiais". Isto levou Manuel Seoane, a segunda autoridade partidária, a escrever-lhe uma carta em nome do Comitê Coordenador dos Desterrados Apristas, exigindo a retificação do que fora publicado e sua ratificação dos princípios do partido, proclamados nos anos 1930 (Villanueva 1973, 201-28).

Devido ao desastre aprista de 1948, vários dos seus dirigentes e muitos jovens militantes abandonaram o Partido, argumentando que eram motivados pela ambigüidade do seu maior líder, que tinha traído seus postulados originais (Cordero 1958, Enríquez 1951, Valcárcel 1953). Dentro do partido, abriu-se uma polêmica destinada a combater a falta de democracia interna e o abandono da plataforma original, antiimperialista e antioligárquica, proclamada pelo Chefe (Seoane 1952). Isso acontecia quando renasciam os sentimentos antiimperialistas latentes no Partido, devido à conduta dos Estados Unidos, que, em plena Guerra Fria, apoiavam as ditaduras militares e invadiam a Guatemala, destruindo a experiência democrática deste país (Einaudi 1972).

Por isso, quando o partido fez acordos "táticos" com Prado, em 1956, criou-se um sério mal-estar interno, que Haya e seus colaboradores puderam controlar. No entanto, amplos setores das classes médias e populares, que se incorporavam à vida política sem uma filiação partidária definida, consideravam que a posição aprista era claudicante. Isso fez que, justamente no momento de estabelecer a "convivência" entre o APRA e o "pradismo", emergissem novas organizações políticas representativas dos novos setores da sociedade, buscando preencher o vazio deixado pelo APRA. Nessas condições, surgem o Partido Democrata Cristão, o Movimento Social Progressista e o Partido Ação Popular, que, em 1956, após breve campanha, conquistou 36,7% do eleitorado. No entanto, juntamente com estas organizações, que mobilizavam especialmente as camadas intermediárias da sociedade, entraram em cena, maciçamente, os camponeses e os migrantes concentrados nas favelas das cidades (Matos 1968).

Como já dissemos, desde 1956 os camponeses começaram, de forma sustentada, um movimento destinado a recuperar a terra usurpada pelos latifundiários e erradicar as relações de dominação pré-capitalistas. Por sua vez, a população das favelas pressionou fortemente o governo para conseguir o título das terras "invadidas", assim como a expansão dos serviços públicos.

Paralelamente ao evidente declínio dos poderes tradicionais e à mobilização política das classes populares e médias, a urbanização e o desenvolvimento do capitalismo deram o golpe de graça à velha estrutura política baseada no "*gamonalismo*"[3] e nas relações de clientela. A demanda generalizada de habitação popular, saúde, educação, terras e estradas ultrapassava amplamente as possibilidades do atendimento tradicional. Ficavam evidentes as exigências redistributivas que essas classes cobravam do Estado, determinando que o caráter oligárquico da dominação social entrasse em franca crise (Cotler 1968, 1969).

Dadas as novas condições políticas, o governo de Prado viu-se obrigado a nomear uma Comissão de Reforma Agrária e Habitação, diante da impossibilidade de manter indefinidamente as notórias contradições existentes na sociedade peruana. Esta Comissão, composta por membros destacados da burguesia e profissionais procedentes da nova classe média, decidiu em favor da reformulação gradual das condições de vida nas áreas pré-capitalistas e da população urbana.

Procurando melhorar sua participação na renda, os trabalhadores urbanos começaram a reorganizar-se, com a participação das classes médias: bancários, professores, empregados públicos; enquanto isso, o APRA preocupava-se em mobilizar as massas como forma de ampliar substantivamente a representação dos seus interesses, mas controlando a sua projeção:

> Desde 1956–62, quando o Partido Aprista apoiou o governo, havia uma certa ambivalência da parte dos líderes apristas da Confederação de Trabalhadores do Peru com relação ao recurso à greve geral. A

[3] Gamonal = cacique, de onde parece provir a expressão "gamonalismo".

> lógica da greve geral implicava uma ameaça à existência de um regime constitucional, mas a liderança aprista da CTP reconhecia que o governo de Prado era muito melhor do que um governo antiaprista, ou contrário aos interesses dos trabalhadores, governo que podia resultar de um movimento grevista. [...] A CTP procurava assim ameaçar o Executivo com a greve geral enquanto fazia todo o possível para adiá-la, dando ao Executivo ampla oportunidade para chegar a um acordo, antes que o choque pudesse ocorrer (Payne 1965, 168).

O ingresso de novas camadas profissionais no cenário político representou também um ingrediente reformista e "desenvolvimentista". Abundaram assim as declarações sobre a necessidade de promover "mudanças estruturais", para sair da situação de "subdesenvolvimento" causada pelo caráter semicolonial e de exportação primária favorecido pela "oligarquia" e pelo capital estrangeiro; por outro lado, as forças associadas ao imperialismo voltaram à carga com as mesmas teses que desde o princípio do século vinham defendendo. Este debate manifestou-se com toda crueza nas campanhas empreendidas com esse fim pelos jornais **El Comercio** e **La Prensa**, porta-vozes das duas grandes frações em que se dividiam os proprietários, enquanto não conseguiam organizar-se politicamente. Nessa polêmica, os novos partidos políticos se valeram de **El Comercio** para difundir sua posição reformista e nacionalista (Miró Quesada 1975).

La Prensa insistiria nos argumentos favoráveis à "economia de mercado", que vinha defendendo desde 1945, como representante do setor oligárquico associado diretamente ao capital estrangeiro. Para **La Prensa**, o desenvolvimento exigia uma liberdade econômica irrestrita, possibilitando o livre jogo da oferta e da procura, que criaria, como na Alemanha, um milagre econômico e a afirmação da democracia (Beltrán 1956).

Diferentemente de **La Prensa**, **El Comercio** defendia uma tendência reformista, estatizante e nacionalista, que teria um impacto particular sobre os quadros políticos do Exército. Insistia na urgência de "mudanças estruturais" que terminassem com as duas contradições básicas da sociedade peruana: a persistência do "feudalismo", ao lado

do desenvolvimento capitalista, e a submissão crescente do capital nacional ao estrangeiro. Era indispensável fazer uma reforma agrária, urbana, fiscal; e o Estado precisava controlar os setores básicos e estratégicos do desenvolvimento nacional. Devia recorrer ao planejamento para organizar e expandir as atividades produtivas, oferecendo às massas uma retribuição "eqüitativa" à sua participação. Nessas condições, seria preciso favorecer a criação de uma burguesia empresarial nacionalista que desenvolvesse o potencial do país, juntamente com o Estado.

Segundo **El Comercio**, cada vez mais, para o Exército, a urgência dessas tarefas devia-se a razões de segurança nacionais, tanto externas como internas. Externamente o país enfrentava um duplo perigo: o "comunismo internacional" e a política expansionista do Chile. Do ponto de vista interno, o descontentamento popular devido ao grau de pobreza e exploração facilitava a difusão de ideologias "extremistas" e, ao mesmo tempo, impedia o desenvolvimento da consciência nacional. Em outras palavras: sem uma política de redistribuição da riqueza, que reduzisse as diferenças entre capital e trabalho, e sem um Estado que planejasse a orientação básica da economia, restituindo aos "peruanos" o controle que até então cabia ao capital estrangeiro, seria impossível formar uma identidade nacional.

Por outro lado, o caráter relativamente nacionalista e reformista de **El Comercio** combinava com orientações políticas de estilo autoritário e tecnocrático, expressadas no seu antiaprismo e anticomunismo. Por isso, **El Comercio**, diante da coalizão APRA–Prado, voltou-se cada vez mais para o Exército, atacando a "convivência". Aquele jornal favorecia as indispensáveis "mudanças estruturais", desde que executadas "de cima para baixo", mantendo o devido "princípio de autoridade".

A reduzida autonomia do segmento urbano e industrial da classe dominante, associada ao APRA, não tardou a sofrer um rude golpe, devido à queda das exportações no período 1957–8, somada à pequena produção de alimentos causada por uma seca prolongada no Sul do país. Este fato, ao lado do aumento dos gastos públicos e do déficit fiscal para satisfazer as demandas da população urbana, significou uma

forte pressão sobre a taxa cambial, embora o governo tivesse criado certificados de divisas e impusesse restrições às importações. Nessas condições, o Presidente viu-se obrigado a ceder a direção política da economia a Pedro Beltrán, representante dos exportadores. Beltrán conseguiu um empréstimo importante do Banco Central de Reserva, objeto de crítica de **La Prensa**, assim como o apoio do Fundo Monetário Internacional, mediante um empréstimo, visando a repor as reservas internacionais. Paralelamente, cortou as despesas públicas e equilibrou o orçamento; restringiu o crédito, eliminou os subsídios aos alimentos, aumentou o preço da gasolina, congelou os salários e eliminou o controle do câmbio, provocando assim uma desvalorização da ordem de 37%, claramente excessiva, que deu aos exportadores margens de lucro excepcionais.

A política recessiva de Beltrán provocou uma onda de greves entre mineiros, operários fabris e de construção e petroleiros, além de uma greve muito longa dos bancários, na qual o APRA teve uma atuação marcada pela ambigüidade. De fato, embora não pudesse opor-se às pressões populares, o APRA tinha condições de controlá-las e canalizá-las para que as greves não criassem uma situação de confronto, como nos anos 1945–8, que teria prejudicado a fórmula da "convivência". Essa atitude fez que um grupo sindical procurasse liberar-se da manipulação aprista, o que uma década depois se tornou realidade, com a criação da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru.

Simultaneamente com essas medidas, embora sem qualquer relação com elas, as exportações de minerais e de peixe retomaram a trajetória anterior de alta, revitalizando o conjunto da produção:

> Se aceitarmos que a revitalização e o crescimento das exportações foram independentes das medidas econômicas, podemos concluir que, em ampla medida, o êxito do Peru ocorreu a despeito das políticas de estabilização, e não devido a elas (Thorp 1967, 189-90).

A política de estabilização, que apoiava plenamente as exigências da coalizão oligarco-imperialista, contou com a oposição e resistência tenaz da nova classe média nacionalista, em especial no caso da

International Petroleum Company (IPC). Com efeito, devido à elevação do preço da gasolina, os representantes desses setores iniciaram no Parlamento um debate acalorado, não só sobre a conveniência do aumento como sobre a própria legalidade da empresa. O debate logo se estendeu às páginas de **La Prensa**, que defendia a todo custo a empresa norte-americana, enquanto **El Comercio** impugnava a atividade da IPC e denunciava a sua presença no Peru como um enclave colonial. Em conseqüência, as empresas norte-americanas passaram a exercer uma forte pressão sobre **El Comercio**, cortando sua publicidade e transferindo-a para **La Prensa**, enquanto o conjunto de novas associações políticas de tendências nacionalistas e reformistas aglutinava-se em torno de **El Comercio**, com o apoio dos militares.

No meio desse debate, o grupo "pradista" da classe dominante alinhou-se com as posições antinacionalistas, dada sua debilidade e sustentação nos capitais estrangeiros, ficando assim demonstrada a afirmativa de Mariátegui, trinta anos antes, de que, por depender do imperialismo, a burguesia não teria condições de assumir uma perspectiva nacionalista e autônoma. Aliado do "pradismo", e antecipando o seu apoio para ter um papel decisivo nas próximas eleições, o APRA optou por dar-lhe sustentação política. Portanto, outra vez se mostrava correta a hipótese de Mariátegui sobre as perspectivas dos partidos pequeno–burgueses.

Desse modo, a luta política ocorrida em fins dos anos cinqüenta expressava, de um lado, a contradição resultante da expansão do modo de produção capitalista diante do pré-capitalista, que se tornou claramente um anacronismo histórico e, de outro, a contradição entre o desenvolvimento propugnado pelo nacionalismo dos setores de classe média que pretendiam a realização de um capitalismo "nacional", em oposição ao grupo oligárquico acompanhado pelo APRA. Tais contradições condensavam-se, de imediato, nos interesses dos novos e antigos setores burgueses e imperialistas, que pretendiam manter o controle monopolístico da política econômica e nas demandas crescentes das classes populares e médias para que o Estado adotasse uma orientação redistributiva. Nessa conjuntura, as forças populares

dividiram-se: algumas seguiram a pequena burguesia aprista, enquanto outras favoreceram os novos setores nacionalistas, dada sua imaturidade, que as impedia de formular uma alternativa independente. A luta política desenvolvida desde meados da década de 1950 penetrou em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na Igreja e no Exército, pilares da organização dominante e bases do persistente processo de exclusão dos setores populares da condução do Estado. Esta situação seria decisiva não só para colocar em cheque a classe dominante e seus patrocinadores estrangeiros, mas também para provocar a crise do regime de dominação oligarquico–imperialista.

No Peru, como no resto da América Latina, a Igreja Católica esteve tradicionalmente associada ao poder oligárquico e com ele identificada, já que participava também da "herança colonial". Na medida em que a Igreja se viu atacada pela insurgência popular e pelas modificações introduzidas pelo capitalismo na estrutura social, começaram a ruir as suas bases sociais, forçando-a a readaptar-se à nova situação, como meio de manter sua posição tradicional. Em 1930, Victor Andrés Belaúnde propôs uma nova alternativa política católico–corporativa; em 1937, o Arcebispo de Lima dizia em uma Pastoral que "a pobreza é o caminho mais seguro para a felicidade humana. Só o Estado que triunfe em fazer o pobre apreciar os tesouros espirituais da pobreza poderá resolver seus problemas sociais" (Gall 1970, 48).

Embora a última versão, eminentemente tradicional, tenha predominado até os anos 1950, a partir de então começou a ganhar corpo a "doutrina social da Igreja".

Como sabemos, devido à intensificação da luta de classes na Europa e à importância da "questão operária", em 1891, o Papa Leão XIII promulgou a Encíclica *Rerum Novarum*; posteriormente, em 1951, o Papa Pio XI ratificou-a e ampliou seus conceitos corporativos, ao publicar *Quadragesimo Anno*. Nos dois textos, os pontífices declaram-se contrários ao "capitalismo individualista", que, ao levar a extremos a exploração da massa proletária, afasta-a dos fundamentos sociais da Cristandade: a família, a associação profissional, a comunidade. Em conseqüência, desprovida da proteção que antes lhe

outorgava a Igreja, esta massa sentia-se atraída pelas doutrinas atéias e materialistas, que propiciavam a luta de classes. Diante da insurgência revolucionária dos anos vinte, o Vaticano manifestou igual oposição ao "totalitarismo comunista", que suprimia todo individualismo, pretendendo submergi-lo em um Estado absoluto.

Assim, a Igreja preconizava um terceiro caminho, "nem capitalista, nem comunista", baseado na "moderação" do capitalismo e na difusão da pequena propriedade, que deveria esmaecer as diferenças de classe. A harmonização dos interesses das diferentes classes deveria organizar-se em torno de um Estado corporativo que revitalizaria os fundamentos sociais da vida cristã.

Em 1930, quando teve início no Peru, de forma clara, a luta contra a oligarquia e o imperialismo, certos ideólogos católicos propugnaram a atualização da doutrina social da Igreja. Sua participação na Assembléia Constituinte fez que algumas das suas propostas fossem inscritas na Constituição de 1933, como o Artigo 45, que estabelece a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. A doutrina social da Igreja buscava reformular as bases sociais do Estado, que, sem erradicar a dominação classista, reduziria as contradições existentes na sociedade. Nesse sentido, a Igreja propugnava um "terceiro caminho" para lograr a reconciliação social, "chegando a preconizar a participação do operariado nas ações das empresas e até mesmo, em certos casos, a co-propriedade" (Belaúnde 1930, xii). Conforme Belaúnde, para cristalizar o reino de Deus no Peru era necessário:

> [promover] a proteção e vitalização das comunidades, a expropriação do latifúndio improdutivo ou atrasado, a conversão do *yanacón* ou parceiro em proprietário, a defesa e extensão da pequena propriedade, a instituição de um banco agrícola para cumprir os objetivos anteriores e para a substituição da presença estrangeira; gravar o absenteísmo, aplicar rigorosamente as leis de proteção operária, fixar a proporção mínima do capital nacional em toda empresa, estabelecer paróquias conventuais e escolas missionárias, culminando todo esse sistema e tendo como sua chave a substituição do parlamento pseudo–democrático–liberal pela representação de todos os

> organismos vivos nos quais o trabalho teria uma grande maioria (Belaúnde 1941, 29)

Essa conciliação de classes tinha seu fundamento ideológico nas proposições tomistas relativas à relação entre as partes e o todo, que deveria culminar em uma ordem harmônica, cuja realização foi impedida pelo capitalismo e o protestantismo:

> A tragédia da humanidade consistiu em que quando os elementos família, comuna, grêmio, província se iam integrando ao calor da concepção cristã da vida e despontava o reino como esboço dos Estados nacionais, rompeu-se a unidade religiosa. Nessa crise, nasceram os Estados nacionais sem o ambiente e a ordem que a idéia da Cristandade supunha (Belaúnde 1941, 445).

Nesse sentido, o mesmo Belaúnde encarregou-se de dizer que o liberalismo e o individualismo, base do capitalismo, "são orientações essencialmente anticatólicas" (Belaúnde 1941, 448), porque propiciam o conflito entre os cristãos, enquanto a Igreja, por meio do corporativismo, propicia a sua harmonização:

> O Estado pode também fomentar as instituições sociais espontâneas que tendam a estabelecer um justo equilíbrio entre o capital e o trabalho. [...]
>
> A Encíclica *Rerum Novarum* considera aqui as associações de operários e patrões, fazendo um elogio caloroso das corporações medievais.
>
> [...] Que deve fazer o Estado diante do movimento corporativo? No caso de não existirem corporações, pode o Estado fomentar a sua criação? A Encíclica de Leão XIII não se pronunciou sobre isso, mas Pio XI considera a corporação constituída por representantes do capital e do trabalho como uma entidade superior, distinta do sindicato. [...] O Pontífice descreve com simpatia essa velha instituição renovada em virtude da qual os sindicatos das diversas atividades econômicas se aglutinam em entidades destinadas a resolver os conflitos entre o capital e o trabalho [...] (Belaúnde 1941, 454).

Assim, na década de 1930 e em reação à emergência política das classes populares, o APRA e a Igreja, cada qual pelo seu lado, procuravam encontrar uma terceira solução de natureza corporativa para mediar o conflito classista (quadro décadas mais tarde, o governo militar retomou os mesmos postulados, pretendendo erigir instituições destinadas a conciliar os conflitos de classe em favor da "unidade nacional").

Devido à presença crescente das massas, em meados da década de 1950 um grupo da pequena burguesia de Arequipa organizou o Partido Democrata Cristão, tendo Bustamante como figura simbólica. Nas vésperas das eleições de 1956, Bustamante dirigiu aos seus seguidores uma *Mensagem ao Peru* (s/d), na qual, sob uma nova tônica, revelando a influência das mudanças ideológicas havidas na Igreja européia, proclamava a necessidade de uma democratização social do país, que permitisse:

> atenuar a inverossímil diferença no modo de vida entre a classe abastada e as classes média e trabalhadora. Coroada essa empresa, a nação receberia um enorme impulso integral, com a contribuição de todos e para proveito geral (Bustamante s/d, 13).

Essa reforma, a ser feita a partir do Estado, tinha grande urgência, pois, do contrário, "a impaciência das massas" faria que as mudanças viessem "de baixo, da própria massa, por meio da revolução". Por conseguinte, os proprietários deveriam adquirir uma nova consciência dos seus interesses mediatos.

> Assim, que o conservadorismo peruano abandone as suas vacilações. Sobretudo, que a direita capitalista abra os olhos. Que não feche o caminho para uma socialização sagaz de rendimentos e recursos. [...] Que não siga o velho hábito de derrubar governos para evitar a reforma econômico–social do país, porque o Exército jovem já está farto de ser usado como instrumento de aventuras políticas reacionárias. E que, ao contrário, se aproxime do povo para dele fazer um interlocutor e um amigo, terminando com esse afastamento que hoje o relega à situação de um estranho.

> [...] caberia a esse setor (os fazendeiros e os patrões) a reflexão de que é melhor ceder com magnanimidade, em favor de uma evolução pacífica, uma parte das posições adquiridas, em vez de perdê-las todas com uma explosão incontrolável de violência. (Bustamante s/d, 14, 39)".

Ao longo do texto, observa-se a apresentação de um problema geral do país: a necessidade de conseguir a sua integração social e nacional, por meio da solução de problemas tais como o do índio, da terra, da moradia, o econômico e o fazendário. Este problema fundamental da integração estaria em que:

> Na realidade mantemos a existência de dois Perus, dos quais um deles é colônia interna do outro, dentro da mesma unidade geográfica e política. Eis aqui um novo tipo de "colonialismo". Esta desigualdade entre brancos e indígenas perturba o processo de formação da nacionalidade. O critério atual rejeita como anacrônica e absurda a simples contigüidade social de dois setores demográficos de uma mesma nação, que permanecem estranhos entre si, sob o influxo de sobrevivências de um passado feudal, em lugar de completar-se espiritual e economicamente em um amálgama compreensivo de objetivos e interesses (Bustamante s/d, 36).

Depois desse surpreendente diagnóstico, que afirma com lucidez a ausência de uma nação peruana, Bustamante propõe convocar as "partes interessadas" em busca de uma solução harmoniosa:

> Ao selecionar o procedimento, seriam muito úteis, mediante uma grande pesquisa de âmbito nacional, as sugestões das instituições burguesas e dos trabalhadores, do patronato indígena, da magistratura e do foro, das faculdades de medicina, pedagogia, direito e ciências sociais da universidade, dos sindicatos rurais, dos representantes das comunidades indígenas mais evoluídas e dos latifundiários, cujo conhecimento do problema permite esperar iniciativas fecundas, se houver compreensão da sua parte (Bustamante s/d, 47).

Ou seja: o que procurava Bustamante, realmente, era convocar uma assembléia corporativa, equivalente ao Congresso Econômico que o APRA vinha propondo desde 1931.

No entanto, simultaneamente com essas inovações do pensamento político católico, na mesma Igreja começavam a ocorrer situações insólitas. O Peru principiou a receber sacerdotes influenciados principalmente por Mounier e Lebret, assim como "padres operários" que começaram a sacudir a inércia eclesiástica, dando lugar ao desenvolvimento de uma nova teologia e de um novo tipo de comportamento político.

Em 1954, em uma conferência preparatória do Quinto Congresso Eucarístico Nacional e Mariano, um sacerdote jesuíta proclamou as condições terríveis e injustas do povo: "Os cavalos de corrida estão em melhores condições do que a maioria dos empregados e dos operários [...]". A presença do Padre Lebret, que fustigou duramente as condições de vida e a exploração dos setores populares, a do Padre Potain, e, por último, do Abade Pierre, que foi deportado devido às suas críticas violentas à classe dominante durante o governo de Prado, eram indícios de que no Peru, como no resto da América Latina, estava havendo uma mudança importante na ideologia eclesiástica e, junto com ela, nos partidos cristãos afins.

Em 1959, no encerramento da primeira Semana Social da Igreja (Episcopado Peruano 1959), o Cardeal Landázuri declarou que a Igreja considerava que a situação econômica e social deveria mudar e melhorar, que deveriam ser pagos melhores salários aos trabalhadores, que o Estado deveria promover uma redistribuição da riqueza e que os interesses privados não deveriam servir de desculpa para manter as condições miseráveis dos trabalhadores rurais e das massas proletárias urbanas. Na mesma reunião, Bustamante y Rivero, significativamente, apresentou um trabalho sobre a estrutura social do país, centralizando sua análise nas classes sociais do Peru.

Desde então, e com o influxo das novas correntes européias e latino-americanas, destacou-se na Igreja peruana um setor movido por intensa preocupação em conciliar sua vocação espiritual com a transformação do mundo. Esta tendência se afirmaria com a ascensão de João XXIII e a celebração do Concílio Vaticano II, fazendo que a Igreja mudasse sua orientação, ao recobrir o conceito puramente

espiritual da salvação com um sentido concreto de compromisso com a justiça social. *Mater et Magistra* (1961), *Pacem in Terris* (1963), *Populorum Progressio* (1967), *Octogesima Adventis* (1971), *Justiça no Mundo* (1971):

> [...] afirmam a necessidade moral de restringir a competição econômica, incrementar o planejamento estatal e a propriedade pública dos recursos naturais, a participação dos trabalhadores na empresa, o ajuste do comércio internacional e uma distribuição mais eqüitativa dos recursos mundiais em favor dos países em desenvolvimento. Esses temas emergem de uma longa tradição católica baseada na crença na solidariedade corporativa da humanidade, na necessidade de uma distribuição justa dos bens materiais para criar relações sociais harmoniosas e na necessidade do Estado de promover ativamente o bem-estar de todos os cidadãos. No momento da expansão do capitalismo, esses princípios eram considerados reacionários, mas hoje são vistos de modo positivo, por contribuírem para o desenvolvimento de novas estruturas econômicas e sociais, necessárias em muitas partes do mundo como alternativas ao capitalismo (Smith 1975, 6).

O trabalho religioso viu-se radicalmente modificado, juntamente com o desenvolvimento das novas orientações políticas. Para isso:

> Os métodos mais recentes das ciências sociais foram usados para examinar as necessidades sociais e espirituais de cada país e designar novas estratégias para aliviá-las. Novas formas de ministério foram criadas, com base nas pastorais francesas que enfatizavam *o desenvolvimento de comunidades de base, pequenas e fortemente integradas e, ao mesmo tempo, uma participação de leigos e o treinamento de líderes* (Smith 1975, 9).

A relativa democratização da vida da Igreja, derivada do Concílio Vaticano II, com a vitória da tese de que a Igreja estava constituída pelo "povo de Deus", facultava a multiplicação e a participação dessas comunidades de bases nas transformações sociais. Com base nessa concepção antioligárquica e militante, grupos de religiosos

comprometeram-se com movimentos camponeses, organizações representativas dos moradores de favelas, sindicatos de trabalhadores urbanos e organizações estudantis, procurando assim organizar os setores populares contra a classe dominante, responsável pelo "pecado coletivo". Com essa abertura política no Peru, foi organizado o Escritório Nacional de Informação Social, que posteriormente assumiria um comportamento radical, concretizado depois da reunião de Bispos em Medellín, na Colômbia, em 1968, na difusão da "teologia da libertação" e dos "Cristãos pelo Socialismo" (Macaulay 1972). Por outro lado, através dos Cursilhos de Cristandade, um setor da Igreja procurou a constituição de "comunidades de base", especialmente entre os novos setores emergentes da classe média: militares e profissionais "gerenciáveis".

Enquanto, no primeiro caso, os sacerdotes participavam ativamente da mobilização dos diferentes setores populares e a promoviam, os Cursilhos de Cristandade buscavam os elementos tecnocráticos, militares e civis, preparando-os para iniciar mudanças na sociedade, a partir das posições de autoridade que ocupavam ou deveriam ocupar. Os "cursilhistas" queriam realizar as mudanças necessárias "de cima para baixo", a fim de eliminar as contradições existentes entre as classes sociais, procurando, portanto, estender a toda a sociedade um sentimento comunitário (família, associação profissional, comuna), atualizando as antigas aspirações católicas.

Assim, enquanto o Escritório Nacional de Informação Social orientou sua atividade para organizar e mobilizar os setores populares, os Cursilhos de Cristandade incidiram no corporativismo "comunitário", sintonizado com a versão democrata–cristã que tendia igualmente à conciliação de classes e à sua integração em um corpo social orgânico. Em conseqüência, não é de estranhar que, quando as Forças Armadas tomaram o poder, democrata–cristãos e cursilhistas tivessem um papel importante na direção do Estado, tanto entre os militares como na burocracia civil.

A partir de 1950, o Exército começou também a experimentar uma série de modificações na sua organização e ideologia, que lhe foram

dando autonomia com respeito à classe dominante e ao regime de dominação oligárquica.

O Exército começou a sua existência como uma instituição relativamente unificada, a partir do momento em que surgiu o setor burguês de proprietários, associado com os enclaves imperialistas. Até então, o Exército não passava de um conjunto de grupos armados a serviço dos vários caudilhos regionais que disputavam o poder entre si. Na medida em que a sociedade peruana se caracterizava pela dispersão do poder entre diversas oligarquias senhoriais, os chefes militares estavam divididos pelos seus compromissos e lealdades para com os caudilhos, seus patrões, e, por intermédio deles, com os diferentes grupos oligárquicos com os quais esses caudilhos estavam associados.

A partir do momento em que o civilismo conseguiu sobrepor-se aos latifundiários e começou a centralização do Estado, este reestruturou o Exército a seu redor. Essa situação definiu-se claramente no governo de Leguía, quando o núcleo capitalista da sociedade, fundamentalmente estrangeiro, e com ele os recursos governamentais, passaram por uma grande expansão. No momento em que a integração castrense parecia certa, a mobilização política antioligárquica ameaçou a ordem institucional, por conseguinte, as Forças Armadas. Essas circunstâncias favoreceram a materialização, no seu interior, de um duplo jogo de preocupações: a de defender-se dos inimigos externos, que estariam prontos a arrancar do Peru uma parte do seu território, e a dos inimigos internos, que pretendiam destruir o "princípio de autoridade".

Com relação aos "inimigos externos", o fato é que o Exército vivia traumatizado pela derrota de 1879, diante do Chile. Além disso, pela sua fraqueza, o país tivera de ceder extensões consideráveis do seu território, mediante uma série de acordos diplomáticos. Sua única vitória tinha sido a imposta ao Equador, em 1941. Para os militares, o APRA era o inimigo interno: ao infiltrar-se na organização militar, havia feito pouco da sua integração e, com a propaganda "antipatriótica", supostamente associada ao comunismo internacional, buscava a destruição do Estado.

Portanto, desde a década de 1930, as preocupações institucionais coincidiram com os interesses oligárquicos. O exame contínuo dos "perigos" que ameaçavam a ordem e a socialização militar levou um número crescente de "intelectuais" militares à convicção de que o problema do Exército não se resumia a acumular força suficiente para opor-se ao adversário e derrotá-lo, mas também em contar com o apoio da sociedade civil. Isso significava, em primeiro lugar, obter a aprovação de uma sociedade "nacional", e, depois, contar com apoio logístico, com todo o dinamismo necessário para alcançar o objetivo militar. Tratava-se, na verdade, de criar uma nação e um Estado para que as Forças Armadas, sua expressão máxima, pudessem cumprir plenamente as suas funções.

Depois da Segunda Guerra Mundial, e com o início da Guerra Fria, o Peru tornou-se um membro da Junta Interamericana de Defesa, tendo assinado em 1947 o Pacto do Rio de Janeiro. Posteriormente, o Pacto de Assistência Recíproca, assinado pelos Presidentes Odría e Eisenhower, definiu o papel das Forças Armadas peruanas na defesa hemisférica contra o perigo comunista. A doação e a compra de material bélico moderno, assim como a assistência técnica e a completa renovação do equipamento militar possibilitada por esses acordos, contribuíram para aumentar relativamente a profissionalização do Exército, com a correspondente modernização das suas escolas. Tal remodelação da instituição militar significou o estudo de novas modalidades da estratégia e tática militares, baseadas na realidade concreta da situação peruana, afastando-se dos planos teóricos que antes se filiavam aos textos franceses.

Nessas novas condições, as preocupações que há anos inquietavam os comandos militares tornaram-se explícitas. Em 1953, foi fundado o Centro de Altos Estudos Militares, CAEM, a que se tem atribuído uma importância decisiva no desenvolvimento de um "novo profissionalismo militar dedicado ao desenvolvimento e à contra-insurgência" (Stepan 1973, Villanueva 1972). Em 1954, foi criada a Escola Superior de Guerra, centro de formação dos oficiais superiores, que recolhia os resultados dos estudos feitos pelo CAEM.

Nesse contexto de modernização das Forças Armadas, a doutrina da guerra foi modificada em termos da "Defesa Nacional", que se confundia com a "Política Geral do Estado". Quanto à guerra,

> há muito tempo ela é total e integral, termos que expressam dois fatos evidentes: o primeiro, que para alcançar a vitória é preciso empregar todos os meios e recursos da Nação; o segundo, que a luta se desenvolve em todos os campos: político, econômico, psicológico e militar. [...]
>
> Ora, a única fonte de todos os meios e recursos de que dispõe o Estado, não só para a defesa, mas para realizar todos os seus fins, de modo geral, é a potencialidade integral do país. Como essa potencialidade se desenvolve respondendo principalmente à iniciativa e aos interesses privados, seria um verdadeiro milagre que, deixando-a sob essas influências, pudesse proporcionar esses meios, nas condições indicadas. Em conseqüência, é dever dos Poderes do Estado, por serem os únicos que têm a autoridade e a visão de conjunto, orientar e promover o desenvolvimento do Potencial Nacional para pô-lo em condições de proporcionar, direta ou indiretamente, esse conjunto de meios determinados como necessário para garantir a segurança integral da Nação.
>
> O conjunto de medidas e de previsões que esses Poderes devem adotar para alcançar esse fim constitui o *Plano de Preparação do Potencial Nacional para a Defesa*. Elas se integram aos itens correspondentes do seu Plano de Política Geral, conforme a ordem de urgência, de importância e mesmo de conveniência que tenham as necessidades dessa defesa com relação às demais (Marin 1956, 4-5).

Essas ações de coordenação geral inscrevem-se no Plano de Mobilização Integral, *que ultrapassa amplamente o domínio puramente militar* para formar parte do Plano de Defesa Nacional, que se confunde com a Política Geral do Estado, já que ambos se destinam a prover e garantir o bem-estar comum da população.

> O Estado deve criar e manter o ambiente favorável para que as atividades econômicas de todas as classes sociais tenham o rendimento adequado, de modo a proporcionar-lhes a capacidade

> aquisitiva suficiente para utilizar em seu proveito esses progressos da civilização, não apenas para satisfazer às necessidades individuais mas também para incrementar sua eficiência moral, intelectual e física. Nisso consiste o *progresso nacional* (Marin 1956, 3).

Nesse sentido, era necessário que o Estado se propusesse alcançar "Objetivos Nacionais", aglutinando organicamente a população,

> [...] para que ela se compenetre não só do seu conteúdo mas também da responsabilidade de todos os seus membros, quaisquer que sejam sua situação e suas atividades, no esforço para atingi-los. Essa difusão deve ir ainda mais longe, até converter esses objetivos em uma aspiração sentida profundamente, em um verdadeiro ideal que polarize a ação de todos e contribua para a unidade nacional (Marin 1956, 5).

O General José del Carmen Marín, fundador do CAEM e destacado teórico das novas funções militares, propunha, em resumo, uma ampliação substantiva destas funções, como elemento-chave da expansão das atividades do Estado, encarregado de dirigir e organizar a sociedade na busca do desenvolvimento e, em conseqüência, da "Defesa Nacional".

O que se devia fazer era estudar o "Potencial Nacional", para otimizar o seu rendimento, tarefa que corresponderia ao CAEM. Em meados dos anos 1950, paralelamente ao Plano do Peru desenvolvido por **El Comercio**, o CAEM fez um primeiro inventário econômico, educativo e sanitário para conhecer concretamente os recursos totais que podiam ser mobilizados e avaliar o grau de "bem-estar" alcançado pelo país. Embora fosse claro que, no caso de uma confrontação hemisférica com a União Soviética, os Estados Unidos deveriam ter o papel mais importante na defesa continental, o problema concreto do Exército peruano era determinar sua capacidade de confrontação com os países fronteiriços.

Os resultados desses estudos foram decepcionantes. Todos os indicadores mostravam que o potencial do Peru era "subdesenvolvido" em comparação com outros países sul-americanos. Obviamente, isto

era um perigo, pois, como diria mais tarde o General Mercado Jarrín, um Exército forte não se pode sustentar com base em uma sociedade fraca. Assim, uma tônica desenvolvimentista começou a tomar corpo no Alto Comando militar, exigindo a coordenação das ações do Estado dentro de um sistema integral de planejamento, para superar o subdesenvolvimento. Por outro lado, era indispensável detectar as causas do mal. Em 1963, o CAEM chegou à seguinte conclusão:

> A triste e desesperante realidade é que no Peru o poder real não se encontra nos Poderes Executivo, Legislativo, Judicial ou Eleitoral, mas nos latifundiários, exportadores, banqueiros e nas companhias norte-americanas (Villanueva 1972, 87).

Assim, a tônica desenvolvimentista foi acrescentada à versão nacionalista promovida, nos anos 1960, por intelectuais latino-americanos, inclusive peruanos. Depois disso, vários fatos vieram reforçar a visão relativa da situação de dependência "externa" com respeito a interesses privados e estrangeiros. Por exemplo, o claro apoio do governo norte-americano e dos setores oligárquicos peruanos à *International Petroleum Company*, contrariando os interesses nacionais; o respaldo da Embaixada dos Estados Unidos à candidatura de Haya de la Torre, em 1962; a oposição da oligarquia e do governo norte-americano ao governo de Belaúnde, devido à sua posição com respeito à IPC; a recusa do governo de Washington a fornecer os produtos bélicos (napalm) para combater as atividades de guerrilha iniciadas no Peru em 1965; a negativa norte-americana, em 1967, de proporcionar aviões supersônicos F-5 à aviação peruana, o que levou à compra dos *Mirage* franceses, com imediata crítica norte-americana e bloqueio de pedidos de créditos. Estes acontecimentos somaram-se à percepção original da dependência do Peru com respeito aos Estados Unidos, portanto, da extrema fragilidade da soberania nacional do Estado peruano.

Esses fatos, e outros menos divulgados, levaram os militares à conclusão de que o desenvolvimento da defesa nacional estava limitado pelos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos, associados a setores "antinacionais" da oligarquia. Nesse panorama, as próprias

Forças Armadas encontravam-se dependentes da vontade norte-americana, como fornecedores de equipamento e assistência técnica. Isso significava que, em caso de conflito armado, os Estados Unidos poderiam inclinar-se em favor do inimigo, movidos pelos seus interesses e objetivos próprios, o que poderia representar um desastre para o Peru e seu desmembramento, como acontecera em 1879, quando o Chile estivera associado à Inglaterra.

Em 1957, com os novos planos elaborados no CAEM e na Escola Superior de Guerra, foram introduzidas mudanças na organização do Exército, procurando adaptá-lo às novas necessidades. Dessa reorganização nasceu o serviço de inteligência militar. A observação detalhada da guerra da Argélia, do Vietnã, da revolução cubana, da construção do Estado de Israel e, muito em especial, do movimento popular na América Latina e no Peru, serviu de fundamento para que os militares apresentassem propostas, cada vez mais insistentes, com relação à defesa nacional.

A concepção predominante repousava na típica argumentação anticomunista da época da "guerra fria": a URSS e a China orientavam sua ação política, indiretamente, mediante a criação de focos subversivos entre os setores populares e intelectuais dos países do Ocidente, especialmente nos subdesenvolvidos, para corroer as suas instituições e apoderar-se deles. Embora os Estados Unidos pudessem reagir a uma ação convencional iniciada pela União Soviética, correspondia ao Estado peruano e ao Exército do país tomar as medidas necessárias para prevenir a formação dos focos de dissolução social e para reprimir os surtos de insurreição.

O Serviço de Inteligência do Exército determinou que as condições de extrema pobreza existentes no país propiciavam, desde 1950, uma sucessão de movimentos camponeses que podiam estender-se às favelas urbanas. Essa situação era condicionante para que os setores populares se dispusessem a aceitar as proclamações revolucionárias dos intelectuais, ou melhor, dos "agitadores pagos com o ouro de Moscou", e acreditar nas promessas de um mundo melhor que eles ofereciam, uma vez vitoriosa a revolução.

Assim, o arcaico sistema de dominação existente, especialmente na Serra, fazia que a região fosse um verdadeiro semeadouro de movimentos camponeses, primeiro passo para a constituição de focos de guerrilha. Em outras palavras, a Sierra Maestra se transferiria para os Andes. A conclusão era clara: se o guerrilheiro está para os camponeses como o peixe para a água, para adaptar a expressão de Mao, era preciso promover transformações que separassem estes elementos, ou seja, mudar e melhorar as condições de vida da população rural, imunizando-a contra o vírus subversivo que visava à desorganização do Estado. A reforma agrária, proposta de forma insistente não só pelos camponeses, mas também pelos partidos reformistas moderados, tornaria factível a unificação do país e a promoção do potencial nacional, trazendo como conseqüência o aumento do bem-estar comum, objetivo da política geral do Estado.

Desse modo, a Igreja e o Exército unificaram os seus objetivos e identificaram seu novo inimigo comum: os interesses particulares da oligarquia e o imperialismo, ou seja, a dominação interna e a dependência externa, que promoviam o comunismo. Além disso, este reencontro garantia-lhes uma legitimidade institucional, visto que, como disse Bolívar, "a união do incensário com a espada da lei é a verdadeira arca da aliança". Nesta aliança, os novos partidos políticos reformistas e **El Comercio** tinham uma participação importante. A nova política de contenção revolucionária do Presidente Kennedy, com a Aliança para o Progresso, considerava também que o desenvolvimento era o melhor meio de deter o progresso revolucionário das massas latino–americanas, voltadas para o exemplo da revolução cubana. Em 1957, o então Diretor do CAEM, General Marcial Romero Pardo, visitou o "teatro de operações" na Argélia e, no ano seguinte, fez três conferências no Centro, enfatizando os aspectos sociais, políticos e psicológicos daquela ação bélica. Em 1960, ao regressar da França, onde fez um curso de Estado Maior, o Tenente–Coronel Enrique Gallegos (que em 1968, com três outros oficiais de inteligência, teria um papel importante na formação do Governo Revolucionário das Forças Armadas) escreveu um artigo intitulado "A guerra subversiva deve preocupar-nos?", expondo a posição defendida pelo Serviço de Inteligência:

> Na América Latina, poucos se dão conta de que estamos em guerra. [...] A guerra subversiva ou guerra revolucionária é universal e avança cada dia, em todos os países do mundo: uma polegada ou um quilômetro. Isso também ocorre no Peru. É uma guerra tão temível, ou mais temível, do que a guerra nuclear. Ameaça os próprios fundamentos da civilização ocidental e cristã e a sua obra de tantos séculos. Em poucos anos submeteu à escravidão espiritual 220 milhões de russos e 600 milhões de chineses, e não descansa: seu objetivo é toda a humanidade. Nenhum tratado e nenhum acordo farão com que a sua doutrina renuncie à conquista do mundo.
>
> Que tipo de guerra é essa? É um conflito em que todos temos que participar, porque antes de mais nada é uma guerra ideológica, na qual cada indivíduo precisa decidir, ninguém pode ficar neutro ou pretender abster-se da luta; todos, absolutamente todos, têm que participar e, como toda luta ideológica, não respeita uniformes, raça, sexo ou idade. [...] Nessa guerra, o inimigo está em toda parte e em nenhum lugar; é invisível e surge como o raio: golpeia, destrói e desaparece antes que ações possam ser concentradas e dispositivos montados. [...] Quando se pretende lutar de forma clássica contra uma guerra subversiva, o melhor Exército será invariavelmente destruído e um dia o inimigo, subterrâneo e invisível, explodirá por toda parte, de surpresa e antes que os canhões possam ser apontados e as colunas deslocadas; as massas populares se apossarão do poder e pela força e o terror desaparecerão na escravidão espiritual todos aqueles que não forem conquistados pela doutrina comunista (Gallegos 1960, 18-20).

Depois de insistir na idéia de que esse inimigo invisível e ubíquo se aproximava do Peru, Gallegos recomendava que os militares se perguntassem: "Que devemos fazer, como instituição, para conseguir partidários da nossa ideologia ocidental, democrática e cristã?" A resposta estava em um conjunto de reformas, como a agrária, na ação cívico-militar que, a partir de 1962, se desenvolveu de forma intensa e, por fim, no conjunto de recomendações definidas precisamente nos manuais de contra-insurgência e ação cívico-militar elaborados pelo Exército norte-americano.

Isso conferia uma nova função ao Exército: a de agente dinamizador da "mudança" social e psicológica do país. Em 1963, o Tenente–Coronel Carlos Bobbio dizia a esse respeito:

> Na realidade, até pouco tempo atrás vivíamos um tanto isolados, inteiramente dedicados aos nossos problemas castrenses, tão absorvidos neles que não tivemos tempo, em todos os graus, de ver o que acontecia fora dos muros do quartel. [...] Diante dessa situação, comprovamos com profundo pesar que, embora tenhamos progredido tecnologicamente enquanto instituição, sendo comparáveis aos melhores, por outro lado éramos ignorantes a respeito dos antigos problemas nacionais. Esses problemas são tão antigos, estamos de tal forma habituados a eles que nos pareciam a coisa mais natural do mundo. [...] Diante do cenário que estamos descobrindo, intimida-nos a impotência dos anos perdidos. [...] Felizmente, vimos seus inimigos [da pátria]: a ignorância, a fome, o isolamento, a indiferença, a exploração. [...] Se são inimigos, nossa essência nos impõe destruí-los. Existimos para destruir ou acabar com tudo o que atenta contra o Estado. [...] Precisamos de um Exército cujos objetivos sejam medidos também em quilômetros de estradas, em milhares de hectares de terras incorporadas à agricultura. [...] Em outras palavras, um Exército que seja um símbolo para todos aqueles países que, como o nosso, se encontram em uma fase de desenvolvimento, com escassez de capitais, déficit de mão-de-obra corrente e especializada, uma quantidade imensa de trabalho por realizar, com uma classe governante egoísta e desprovida de sensibilidade social; um povo sem fé, incentivos, esperança, carcomido e semidestruído pelo engano e a exploração.
>
> O Peru encontra-se em um estado coloidal, que só precisa de um catalisador para que o seu desenvolvimento se torne inevitável. Será esse catalisador o dinheiro ou a assistência externa?
>
> Esta representa uma parte mínima. O resto, a grande diferença, está representada pela necessidade de ter fé, de crer em algo, de confiar nas suas instituições, mais do que nos seus governantes. Poderão os partidos políticos, que se formam cada vez que há eleições, ou os políticos profissionais, devolver a fé perdida e a confiança ao nosso povo?

> Não estaremos surdos e cegos ao convite que nos faz o destino para exercermos, prestimosos, o papel desse catalisador? [...] Diante da situação atual, com grandes problemas sociais, diante do despertar envolvente de grandes massas de homens explorados regularmente, diante da presença desse grande e implacável inimigo que é o *Comunismo* (que já chegou a nossas praias), a Igreja compreendeu que é a hora das grandes mudanças. Terá o Exército razões mais fortes do que a Igreja para permanecer indiferente? (Bobbio 1963, 132-6).

Precisamos destacar alguns elementos-chave dessa longa citação. Para começar, o papel fundamental que deve ter o Exército na constituição do Estado ("existimos para destruir ou acabar com tudo o que atenta contra o Estado"). Em segundo lugar, a clara percepção de que o Estado de dominação social impede a coesão da sociedade ("uma classe governante egoísta e desprovida de sensibilidade social; um povo sem fé, incentivos, esperança, carcomido e semidestruído pelo engano e a exploração. O Peru encontra-se em um estado coloidal"): frase que na sua época poderia ter sido escrita por Manuel Gonzáles Prada. Em terceiro lugar, a profunda desconfiança com relação aos "políticos" e o reconhecimento de que a Igreja (mediante os cursilhos de cristandade?) tinha ajustado seu trabalho às novas exigências do momento, com a invocação para que o Exército seguisse os seus passos.

Com os movimentos camponeses dos vales de La Convención e Lares, liderados por Hugo Blanco, as previsões feitas pelos oficiais de inteligência cumpriram-se. Se até então amplos setores da oficialidade desprezavam esses "intelectuais", imbuídos de uma perspectiva tradicional, verificaram que "apesar de tudo eles tinham razão". Assim, o Serviço de Inteligência ganhou importância dentro da organização militar. A Junta que governou o país em 1962–3 levou a cabo uma reforma agrária em La Convención, comandada por Enrique Gallegos. Em 1963, em um artigo intitulado "Um combate na guerra contra-revolucionária" (Gallegos 1963), ele descreveu o triunfo sobre Hugo Blanco graças a uma combinação de repressão contra os líderes e de distribuição de terras entre os camponeses, juntamente com a construção

de estradas, instalação de postos médicos e escolas, ou seja, uma ação cívica executada pelos militares.

Em 1963, ao ter início o governo de Belaúnde, o Exército esperava a organização eficaz de uma reforma agrária. Sua demora e postergação pelo Parlamento confirmaram a crença generalizada nas Forças Armadas a respeito da incompetência dos políticos e dos civis de modo geral, que não compreendiam a gravidade do momento. Os surtos guerrilheiros de 1965 confirmaram novamente a inquietação militar, no sentido de que estava sendo perdida a possibilidade de evitar uma guerra civil e de que, quando ela começasse, a responsabilidade recairia sobre a instituição militar. Com efeito, embora os focos guerrilheiros tenham sido sufocados rapidamente, os militares tinham diante de si a expectativa de que houvesse novas tentativas, mais poderosas, de destruir o Estado e, com ele, o Exército. Uma publicação do Ministério da Guerra dizia:

> Embora seja certo que as guerrilhas foram desbaratadas, isto não quer dizer que terminou a "guerra revolucionária" no Peru, pois o vírus da subversão penetrou nas universidades e nos colégios, nos sindicatos e escritórios, nos clubes e lares. [...] O inimigo está em toda parte e a cidadania deve compreender isso, devendo, em conseqüência, tomar parte ativa na luta, cada qual na sua esfera de ação e de acordo com as suas possibilidades (Ministério da Guerra 1966).

Antes mesmo de fundada a Escola de Inteligência, o General Mercado Jarrín, juntamente com outros oficiais, destacava o novo papel que caberia ao Exército, como promotor de mudanças no país; em um artigo sobre a "subversão comunista", insistiu em que a doutrina do desenvolvimento era o meio de prevenir a insurreição revolucionária (Mercado Jarrín 1967).

Essa modificação do espírito da oficialidade peruana foi assinalada pelos militares norte-americanos. Em uma publicação oficial do Departamento do Exército dos Estados Unidos, seus autores comentavam:

> [...] os militares peruanos não constituem aliados firmes das classes altas, como no passado. Tornaram-se mais profissionais e mais respeitadores do processo constitucional. Cada vez mais seus líderes foram conquistados pela causa das reformas sociais realizadas de modo ordenado. Alguns inclusive predizem que os militares serão a principal força de transformação [...] o consenso nas três armas tem-se voltado para a convicção de que são necessárias reformas pacíficas, porém rápidas, para abortar revoluções violentas. Por isso, ainda que de modo geral mantenham uma firme posição anticomunista, os dirigentes militares propõem a redistribuição da terra e outras reformas que, no contexto da história social, só podem ser consideradas como radicais. Essa nova atitude reflete em grande parte a mudança geral que tem havido em todos os segmentos da opinião pública, com exceção dos mais tradicionais.
>
> [...] os militares adotaram crescentemente uma nova atitude mais progressista com relação aos problemas nacionais. A missão de contribuir para a modernização do país somou-se tacitamente às outras obrigações constitucionais e extraconstitucionais [...] assumidas tradicionalmente pela organização militar (US Army 1965, 310, 632).

Essa nova preocupação com o desenvolvimento e a contra-insurgência é revelada também nos temas tratados pela **Revista da Escola Superior de Guerra**. Ao analisar o conteúdo de todos os artigos que apareceram entre 1954, ano da sua fundação, e 1967, Stepan e Rodríguez verificaram que, de 1954 a 1957 (ou seja, antes da revolução cubana), os artigos relativos ao "novo profissionalismo militar" representavam 17% do total, enquanto, no período 1963–7, esta proporção subiu para 50% (Stepan 1978).

Dessa forma, uma nova orientação política foi-se configurando nas Forças Armadas e, particularmente, no Exército, coincidindo com a de alguns setores da Igreja e dos novos partidos políticos reformistas. Todos procuravam uma solução para o desenvolvimento da luta de classes, buscando eliminar a possibilidade revolucionária irradiada por Cuba. A crise da dominação oligárquica chegara assim à sua fase final.

VII

A crise do regime de dominação oligárquica

No começo dos anos 1960, o quadro político peruano encontrava-se em franco processo de transformação, levando em conta as mudanças ocorridas na economia e na sociedade. Um dos traços salientes dessa modificação foi o surgimento no cenário político dos setores intermediários, que representavam também vários interesses e perspectivas dos diferentes segmentos populares, enquanto estes, por sua falta de amadurecimento político, eram incapazes de expressar-se de forma autônoma. Somavam-se a esse quadro as pretensões dos elementos profissionais que pretendiam exercer um papel de liderança sobre toda a sociedade, harmonizando, sob sua condição tecnocrática, um novo concerto social. Devido a essa circunstância, as organizações políticas, assim como o Exército e a Igreja, foram afetados por orientações e comportamentos contraditórios, que reproduziam as lutas desenroladas na sociedade.

No entanto, se o centro da arena era ocupado por esse conflito entre organizações políticas, o seu desenvolvimento refletia uma crescente presença popular. A intensa mobilização camponesa ameaçou a ordem institucional, ao atacar diretamente o pacto implícito concertado pela burguesia e o imperialismo com os latifundiários para controlar a atuação das massas rurais indígenas. As lutas classistas dos operários e empregados, assim como o início de uma tendência para conseguir a sua autonomia de classe, prejudicavam o controle monopolístico mantido sobre a sociedade e o Estado pela coalizão dominante, por intermédio do APRA. A formação dos primeiros grupos de esquerda revolucionária, alentados pela revolução cubana, rompeu o imobilismo do Partido Comunista. Ao penetrar nas universidades, estes grupos desalojavam o APRA da direção estudantil,

instaurando uma corrente que logo se tornou hegemônica, de natureza antioligárquica, antiimperialista e socialista, atacando as bases ideológicas do sistema de dominação.

Diante desses problemas, o setor político dirigente da classe proprietária flexibilizou e agilizou a sua conduta, procurando meios de satisfazer essas exigências, sem perder o controle do processo econômico e político. Se não fosse assim, considerava-se que tais pressões poderiam levar a uma explosão revolucionária que destruiria toda a ordem vigente, crença reforçada por opiniões tão "neutras" como as do Padre Lebret, dos consultores da Arthur Little e dos técnicos da OEA. Por isso, a nova política da classe dominante, a partir do governo de Prado, definiu-se pela intenção de assimilar segmentos da população organizada e colocada estrategicamente no aparelho produtivo.

Conforme dissemos anteriormente, as contradições sociais que se vinham acumulando no país, como expressão das transformações ocorridas na sociedade e na política, colocavam diante da coalizão dominante e dos seus representantes políticos a necessidade de garantir o controle da política econômica e, ao mesmo tempo, de projetar um conjunto de medidas que satisfizessem as exigências populares de forma parcial e segmentada. Enquanto isso, o reformismo, na Igreja, no Exército e nos partidos políticos, tentava promover um processo redistributivo universal dos recursos sociais, com a expropriação do controle político exercido pela coalizão dominante. A década de 1960 foi marcada por essas alternativas e suas derivações políticas.

Devido às pressões por terra, emprego, habitação e serviços públicos, a nova política burguesa propugnou em favor de um programa que favorecesse o aumento das terras cultiváveis e dos rendimentos agrícolas, eliminando assim o latifúndio (Comissão da Reforma Agrária e da Habitação 1960); propiciou a poupança familiar, canalizando-a por meio de sociedades cooperativas habitacionais convocadas para satisfazer as necessidades de habitação popular e ampliando de fato as possibilidades de emprego.

Em larga medida essa política defendida pela burguesia, favorecia a modernização gradual da economia e da sociedade do país, sem

provocar alterações importantes ou bruscas na ordem existente. Por sua vez, a expansão capitalista abriria válvulas de escape para as pressões sociais, mediante o sistema de "gotejamento", que, no longo prazo, deveria promover a expansão da riqueza e da renda nacional. Não seguir essa orientação e, ao contrário, favorecer as tentativas "apocalípticas" da pequena burguesia radicalizada com suas tentativas de "reforma estrutural", significaria "matar a galinha dos ovos de ouro". Com efeito, a burguesia argumentava que expropriar os centros produtores de riqueza para dividi-los entre todos os peruanos corresponderia a uma "distribuição da miséria". Além de propiciar o totalitarismo comunista, uma expropriação estatal implicaria favorecer o desperdício, uma vez que, por definição, o Estado seria ineficiente. A conclusão parecia ser a de que "só o olho do amo engorda o cavalo". Em mãos de técnicos improvisados, interessados exclusivamente em receber o salário mensal, o Estado faria que as florescentes empresas de hoje se tornassem deficitárias amanhã, exatamente como acontecia em outros países.

Segundo essa argumentação, era preferível, ao contrário, favorecer a concentração da riqueza, já que, conforme o pensamento clássico, isso implicaria novos investimentos, novos empregos e a ampliação dos benefícios para os milhares de desempregados. Além disso, se deste modo se estimulasse a imaginação do povo para obter lucros, seriam criadas novas empresas e novas possibilidades de trabalho. Por outro lado, tal como parecia demonstrar a experiência diária em outros países, ao contrariar a natureza humana, uma economia burocratizada traria a miséria e o desemprego, funcionando como semeadouro do comunismo internacional:

> [...] os demagogos e, em primeiro lugar, os vermelhos, apropriam-se das palavras "justiça social" não para conseguir melhorar a situação da maioria mas para acentuar a debilidade humana, que gera inveja e má vontade com relação aos que prosperam. [...]
>
> [...] quanto mais altos e excessivos os impostos "pagos pelos ricos e privilegiados", menos se investe na expansão da economia, ou seja, no aumento da produção e na criação de novos empregos, mais bem remunerados, e mais aflitiva será a situação dos pobres.

> Isso porque, como só se pode viver do que se produz, há um único caminho para melhorar o nível de vida de todos e, em primeiro lugar, dos que menos possuem. Há uma só maneira de ampliar o bem-estar dos "privilegiados" aos que não o são: aumentar a produção, o que exige fomentar os investimentos, o que, por sua vez, exige a criação de incentivos e não de empecilhos a quem arrisca o seu capital, garantir prêmios e não castigos aos que têm êxito. Se consegue atingir o seu objetivo declarado de "igualar economicamente os homens", a demagogia só o consegue por baixo, e cada vez mais baixo, reduzindo o nível de vida de todos. A política econômica de bem-estar, premiando os riscos, o esforço e o êxito, eleva a todos e, mais ainda, aos que menos possuem, conseguindo assim atenuar as diferenças sem sacrificar a excelência (**La Prensa** 1965, 5, 8-9).

Essa seria a ideologia que o APRA passou a defender, taticamente. O partido era fundamental no novo plano político da burguesia oligárquica, uma vez que o controle que mantinha sobre as massas organizadas o tornava o intermediário necessário entre a classe dominante e as classes populares. Assim, graças ao seu poder junto à Confederação de Trabalhadores do Peru (CTP), o APRA passou a ser o mediador das exigências burguesas, controlando as aspirações populares. O APRA e a CTP dedicaram-se a encapsular e institucionalizar o movimento operário e, de modo geral, as demandas populares, favorecendo os setores urbanos capazes de organizar-se e de pressionar eficazmente os proprietários.

Ao filiar-se à ORIT e depois à política da Aliança para o Progresso, a CTP assegurava esse comportamento anticlassista, desmobilizando todo projeto de ação política integrada e autônoma do proletariado (McIntire 1972, Douglas 1972, Sulmont 1974).

O Estado só reconhecia os trâmites sindicais canalizados pela CTP, reforçando assim a sua capacidade de organizar e defender as reivindicações dos operários. Desse modo, a CTP chegou a representar 25% dos trabalhadores na indústria. No período 1956–62, o governo reconheceu 662 sindicatos, enquanto, nos seis anos seguintes, reconheceu 1.248, ou seja, uma média anual de 95 no primeiro período e de 208 no segundo (Sulmont 1974).

Assim, enquanto o APRA dava o seu apoio político à classe proprietária e ao regime de dominação existente, tinha em troca a possibilidade de absorver os novos grupos que se incorporavam ao setor dos trabalhadores, garantindo sua vigência política. No entanto, esta relação de troca não foi simples, nem lhe faltaram dificuldades, já que esse entendimento tácito significava redefinir quotidianamente as margens de negociação, sofrendo ameaças e chantagens. No entanto, à medida que, dentro da classe operária, começava um processo de diferenciação política, procurando conquistar a sua independência do APRA, portanto, da coalizão dominante, ficava evidente o apoio oficial à CTP, que promovia um sindicalismo "responsável", seguindo as normas da conciliação dos seus interesses com os da classe patronal para garantir o aumento da produtividade industrial, "única maneira de dividir os ganhos entre o capital e os assalariados".

No entanto, no mesmo momento em que os inimigos de antes (a burguesia e o APRA) estreitavam seus vínculos de solidariedade, surgiam novas alianças políticas das camadas intermediárias e dos setores populares radicalizados, dispostos a retomar a luta abandonada pelo APRA, violentamente contrários a qualquer tipo de "convivência" com a burguesia e, por seu intermédio, com o imperialismo. Além disso, essas novas forças populistas rejeitavam composições com as mesmas pessoas que, poucos anos antes, tinham perseguido e assassinado a sangue frio dirigentes sindicais e camponeses, estudantes e intelectuais. Seguindo Gonzáles Prada, esses novos setores também propunham-se a fazer uma "limpeza" das classes dirigentes do país.

Deste modo, os novos representantes da pequena burguesia propunham uma transformação radical das instituições, que deveria reordenar totalmente o edifício social. Diante da "convivência", como era qualificada a coalizão APRA–classe dominante, os novos partidos reformistas, mediante dos seus arquitetos e engenheiros, escritores e poetas, filósofos e antropólogos, contavam com um conjunto de propostas que, em alguns aspectos, coincidiam especialmente com a Democracia Cristã e o Movimento Social Progressista. O último, o mais fértil em produção ideológica, achava que o subdesenvolvimento

peruano se devia à exploração da economia do país pelos consórcios norte-americanos, apoiados pelo governo de Washington, e instrumentalizada pela "oligarquia" (Salazar 1969). A solução para o social progressismo consistia em uma revolução que devolvesse à coletividade o controle dos recursos nacionais. Embora sem considerar quem deveria levar a cabo esta revolução, e como, o Movimento postulava que ela deveria ser "socialista", uma vez que o capitalismo que regia a existência do Peru era a causa do subdesenvolvimento e da dependência que caracterizavam o país. No entanto, para evitar o caminho do stalinismo, o socialismo proposto pelo Movimento Social Progressista deveria ser eminentemente "humanista", permitindo a expansão e o desenvolvimento das potencialidades do ser humano. Este humanismo socialista só poderia ser alcançado ao promover, na população, relações de solidariedade e de caráter comunitário.

A revolução deveria começar com cinco reformas básicas. A primeira era a reorganização do Estado e supunha, basicamente, a democratização da representação dos interesses sociais e a participação popular na produção e gestão das decisões. No entanto, além disso, as relações entre as diferentes esferas comunitárias de participação teriam como base um planejamento indicativo, sugerido de forma democrática como meio para a descentralização administrativa e a transferências das funções de governo para as "bases":

> Portanto, esta concepção do socialismo não postula um estatismo coletivista e totalitário mas, ao contrário, uma hierarquização das esferas comunitárias [...] instituições intermediárias. [...] Dentro desse sistema de poder descentralizado, desconcentrado e coordenado democraticamente, cada esfera comunitária [...] controla e supre as esferas de hierarquia inferior, sem atentar contra o seu foro comunitário interno (**Libertad**, 10 de maio de 1961).

A segunda reforma básica planejada pelo Movimento Social Progressista referia-se à democratização da estrutura e da função das Empresas, para que a sua propriedade e gestão pertencessem à comunidade de trabalhadores, categoria na qual eram incluídos os

empresários, criando-se assim uma "democracia industrial". Outra reforma era a agrária, que romperia com a concentração extrema da terra, destruindo as formas pré-capitalistas de exploração e resolvendo, ao mesmo tempo, o crescente déficit alimentar da população; seriam fortalecidas as instituições comunitárias, que têm no Peru uma longa tradição histórica. A reforma do crédito significaria a nacionalização do sistema financeiro, visando a democratizar o uso dos recursos, conforme as necessidades da maioria do povo, e não dos interesses oligárquicos e imperialistas. Por fim, a reforma educacional implicaria não só a ampliação substancial da população escolar, como a formulação de novos valores, nacionalistas e comunitários, que a dependência capitalista desvirtuara em favor da "cultura da dominação" (Salazar, 1969). Assim, com estas reformas, podia-se dar início, realmente, à constituição de uma sociedade autenticamente nacional e popular.

A procura do "bem comum" não era, pois, patrimônio exclusivo das posições desenvolvidas no CAEM; além da nova ideologia militar, figurava igualmente na ideologia do Movimento Social Progressista, com forte ênfase neocorporativa.

Por sua clara filiação confessional, o Partido Democrata–Cristão não escapava também dessa posição. Como em todos os países onde se instalava, o Partido Democrata–Cristão apresentava-se como uma "terceira força", nem capitalista, nem comunista, que lembrava a posição aprista ("nem com Washington, nem com Moscou"). Pela sua natureza católica, proclamava-se também "humanista", na medida em que

> A pessoa humana tem direitos inalienáveis, anteriores e superiores ao Estado [...] acredita na igualdade essencial e na fraternidade entre todos os homens e rejeita, assim, a tese marxista da luta de classes como motor da história [...] a riqueza deve ser distribuída entre todos os fatores que a produzem e, por isso, rejeita a tese marxista de que o capital é sempre trabalho alheio acumulado e não remunerado (Cornejo 1960, 206).

Esse partido era também contrário ao capitalismo, pela sua tendência extremada ao lucro pessoal, que determinaria um grau

elevado de injustiça social e exploração pessoal, impedindo "reconhecer em todos a dignidade eminente da pessoa humana e a glória irrenunciável do seu destino transcendente" (Cornejo 1960, 208).

Em breve, o Partido Democrata–Cristão iria propor concretamente as medidas que deveriam ser tomadas para promover a "dignidade das pessoas", que seriam variantes do Social Progressismo, na sua busca de conciliação de classe dentro de uma organização política comunitária e corporativa.

O terceiro partido criado em meados dos anos 1950, e que chegou a ter maior envergadura política, foi a Ação Popular. Ela passou rapidamente a desafiar a hegemonia gozada até então pelo APRA sobre os setores populares e das classes médias. Para o seu Chefe e Fundador (os mesmos títulos de Haya de la Torre no APRA), o Arquiteto Fernando Belaúnde Terry, o problema fundamental do país consistia em que nenhum governo anterior tinha querido e sabido organizar e dinamizar as energias populares dispersas para conseguir a "conquista do Peru pelos peruanos". Esta conquista poderia ser feita por meio da "ação popular", que implicaria aumentar o potencial nacional e reunir os interesses de todos os peruanos em torno de um objetivo comum. Assim, "*con picos y palas para una revolución sin balas*" ("com pás e picaretas para uma revolução sem balas"), se faria a transformação ansiada por todos os peruanos, ao expandir a fronteira interna do país. Para este fim, nada seria melhor do que recorrer efetivamente a uma antiga tradição, o trabalho comunitário, que abria estradas, construía escolas, igrejas e postos de saúde, instalava pequenos sistemas de irrigação e resolvia cooperativamente os problemas locais. Nessa tarefa de "valorizar o território" e ocupá-lo efetivamente, com a conseqüente integração física do país, o Exército deveria cumprir uma função–chave, com a ação cívico–militar. Em outras palavras, a tríade governo–Forças Armadas–povo conteria os eixos da conquista do Peru pelos peruanos.

Juntamente com essas propostas, que significavam segmentar os problemas e a ação das classes populares, divorciando-as dos seus interesses classistas, Belaúnde, mas sobretudo os radicais profissionais da Ação Popular, afirmavam a necessidade de reformar as "estruturas

caducas" que impediam o país de alcançar o desenvolvimento. Assim, a Ação Popular apoiava um antiimperialismo "construtivo", que, como nos escritos de Haya de la Torre, reconhecia a necessidade de redefinir o papel do capital estrangeiro em favor do desenvolvimento do capital nacional.

Neste sentido, a Ação Popular defendia uma legislação reformista que permitisse modernizar a sociedade e a economia do país, considerando, entre os temas prioritários, a reforma agrária, a habitação, educação, saúde pública e as reformas administrativa, tributária e creditícia. Em outras palavras, o Estado deveria fortalecer-se, regulando a atividade da sociedade para compatibilizar os interesses e aspirações das partes.

Todos os partidos, inclusive o APRA, subscreviam a realização dessas reformas para "transformar as estruturas vigentes". As reformas deveriam democratizar a sociedade e a economia, ao redistribuir os recursos econômicos, sociais e políticos. Por fim, todos os programas partidários insistiam em que o Estado deveria controlar, proibir, promover, regular e intervir em novos campos até então vedados; deveria ser a instância a partir da qual as mudanças estruturais seriam formuladas e executadas. Todos concordavam, assim, em uma "socialização" do Estado, por meio de uma "revolução" feita "de cima para baixo", para promover o desenvolvimento de uma sociedade inspirada em objetivos humanistas e comunitários. Até mesmo o ex-ditador Odría autodefiniu-se como um "socialista de direita".[1]

Um dos pontos do debate era o papel do capital imperialista. Tal como se expressara antes, desde fins da década de 1950, a *International Petroleum Company* convertera-se em um dos símbolos de reivindicação nacional, que paulatinamente se estendeu à inversão estrangeira, de modo geral. Neste sentido, a Frente de Defesa do Petróleo, dirigida, não por acaso, pelo General da reserva César Pando e um sacerdote, o Padre Salomón Bolo, tinha desenvolvido uma grande campanha contra

[1] É clara a vigência desses postulados na ideologia posterior dos militares que integraram, em 1968, o Governo das Forças Armadas.

o investimento estrangeiro. Em 1962, a "opinião pública" de Lima era favorável à expropriação das empresas estrangeiras, opinião que foi crescendo com o tempo. Segundo pesquisas realizadas por organizações norte-americanas sobre a imagem que a população de Lima tinha dos investimentos estrangeiros, Goodsell oferece os seguintes dados:

Quadro 11
Opinião pública em Lima a respeito da expropriação das empresas estrangeiras

Ano	Pergunta	% do total
1958	Os investimentos estrangeiros devem ser limitados, reduzidos ou eliminados.	36
	Os investimentos norte-americanos devem aumentar.	59
1961	A propriedade estrangeira deve ser expropriada pelo governo	39
	A propriedade estrangeira **não** deve ser expropriada pelo governo	39
1962	As grandes propriedades e indústrias estrangeiras devem ser expropriadas	47
	As grandes propriedades e indústrias estrangeiras não devem ser expropriadas	33
1966	Todas as empresas estrangeiras devem ser nacionalizadas pelo Estado	31
	Algumas empresas estrangeiras devem ser nacionalizadas pelo Estado	44
	Nenhuma empresa estrangeira deve ser nacionalizada pelo Estado	24

Fonte: Goodsell 1974, quadro 13, p. 114

Criaram-se assim, nos novos setores intermediários, inclusive o Exército e a Igreja, bem como nos setores populares que eles orientavam, um consenso sobre a necessidade urgente de mudança no regime de

dominação orientada para a democratização da sociedade, sem provocar rupturas bruscas na ordem estabelecida. A mudança seria possível se fosse aprovada pelas instâncias políticas e executada tecnocraticamente por especialistas.

A coalizão dominante enfrentava assim uma situação crítica: precisava achar os meios para ampliar substantivamente a participação econômica e social das massas camponesas e dos setores populares urbanos, sem perder o controle exercido sobre o Estado. Como se viu, na década de 1960, essa dupla exigência era incompatível.

Seis candidatos apresentaram-se às eleições de 1962, entre eles Haya de la Torre, Manuel Odría e Fernando Belaúnde. De menor importância, havia candidaturas do Partido Democrata–Cristão, Movimento Social Progressista da Frente de Liberação Nacional. Nessas condições, o diário **La Prensa**, porta-voz do capital imperialista e dos exportadores nacionais, apoiou indistintamente Haya e Odría, embora mantivesse clara preferência pelo primeiro, com quem a fração dominante fizera um pacto de "convivência", que poderia ser renovado no período seguinte de governo. Com Odría, por outro lado, era difícil fazer um pacto semelhante, por duas razões: em primeiro lugar, ele representava os interesses dos proprietários mais retrógrados; em segundo lugar, a sua base social estava fundamentada nos bairros marginais, com os quais tinha criado uma verdadeira relação de clientela durante seu governo, por isso, era visto ora como muito conservador, ora inclinado a aceitar postulados populistas de caráter "irresponsável".

O jornal **El Comercio**, que representava ideologicamente a tendência reformista e profundamente anti-aprista, apoiava Odría e de preferência Belaúnde.

A disputa eleitoral foi muito intensa e os resultados foram muito apertados. Diante da possibilidade de um triunfo de Haya de la Torre, **El Comercio** tomou a iniciativa de promover uma campanha dirigida aos militares, salientando o caráter fraudulento das eleições, devido às supostas atividades ilegais do APRA. Desse modo, o grupo reunido em torno do jornal esperava garantir seus interesses, impedindo uma possível vitória aprista.

Com efeito, os resultados eleitorais favoreceram Haya de la Torre com pouca margem, sem que ele conseguisse o mínimo de um terço dos votos constitucionalmente necessário para ser declarado vitorioso. Nessas condições, cabia ao Congresso escolher entre os candidatos. Os votos dos congressistas favoreciam amplamente o APRA, embora sem assegurar a Haya de la Torre a maioria necessária.

Sendo assim, cabia formar uma coalizão que acumulasse a maioria dos votos. Ao mesmo tempo, porém, os militares, **El Comercio** e os partidos reformistas manifestavam sua rejeição a um governo do APRA.

Enquanto, para os estavam animados por objetivos reformistas, o APRA era um partido dominado pelo seu chefe, "vendido" à oligarquia e ao imperialismo mediante o pacto da "convivência", para **El Comercio** e os militares, era uma organização de massas robusta, capaz de mobilizar com rapidez e eficiência um movimento popular, assim como os soldados e oficiais mais jovens, para romper a ordem pública e a legalidade, como tinha procurado fazer nos anos trinta. Desse ponto de vista, a mudança de conduta de Haya de la Torre e do APRA não passava de movimentos táticos, tal como o próprio Haya insistia com seus íntimos, quando estes manifestavam dúvidas sobre a conveniência política de uma aliança com Prado e Beltrán.

Diante da persistência do "veto" militar ao APRA, Haya de la Torre ofereceu-se para transigir, reconhecendo Belaúnde como Presidente, desde que o APRA tivesse co-participação no governo. Manuel Seoane, a segunda pessoa na hierarquia aprista, assim como vários dirigentes da Ação Popular, defendiam como necessária esta coalizão, que reuniria 65% do eleitorado, de modo a encontrar uma solução institucional para o problema sucessório. Certo de contar com o apoio do Exército (árbitro e guardião das eleições, conforme a Constituição), Belaúnde negou-se a integrar a coalizão, pressionando para ser reconhecido como vitorioso. Com este objetivo, mobilizou os seus seguidores em Arequipa. Diante da situação, Haya de la Torre ofereceu a Odría os votos apristas, no entendimento de que seria formado um co-governo, proposta aparentemente aceita pelo ex-ditador. Assim, mais uma vez o

APRA rompia com todos os seus princípios para adaptar-se à nova "tática": o populismo revolucionário de ontem propunha uma nova convivência, agora com o representante dos setores mais reacionários do país, que poucos anos antes tinha perseguido, torturado e assassinado dirigentes e militantes do aprismo e do movimento popular, em geral.

Quanto a **La Prensa**, estava a favor de qualquer coalizão das forças políticas, desde que o seu pilar básico fosse o APRA e que ela garantisse a continuidade política da "convivência". Neste sentido, apoiava a aproximação entre Haya e Odría.

O desenlace foi a formação do primeiro governo institucional das Forças Armadas na América Latina: o presidente do Comando Conjunto e os três comandantes das três armas constituíram-se em Junta Militar de Governo. A formação deste governo não estava dirigida apenas contra a ascensão política de Haya de la Torre, mas também à de Odría. Representava, portanto, um golpe contra as forças oligárquicas. As mudanças ideológicas ocorridas no Exército na década de 1950 tinham criado um sentimento de profunda rejeição à conduta pró-oligárquica e imperialista de Odría, bem como à corrupção generalizada que se havia estabelecido dentro das Forças Armadas. Permitir que Odría assumisse a presidência significaria destruir o esforço de profissionalização militar, assim como agudizar as lutas sociais, com a conseqüente destruição da frágil integração da sociedade e do Estado.

A Junta Militar pretendia, ao mesmo tempo, deter o progresso dos partidários de Haya e Odría e pôr em prática algumas das propostas originadas no CAEM e no Serviço de Inteligência. Tratava-se de criar as bases para um processo de reforma social, desmobilizando politicamente, ao mesmo tempo, os setores populares, como forma de reafirmar a "unidade nacional" antes de restituir o poder aos "civis". Os chefes militares consideravam-se capazes de planejar o desenvolvimento econômico do país, o qual, pela sua racionalidade intrínseca, deveria firmar as bases para desenvolver o potencial da nação.

Em segundo lugar, era preciso atacar em profundidade o crescente progresso do "comunismo". Com esse fim, foram tomadas duas

medidas simultâneas: a reforma agrária nas "*zonas calientes*" e a repressão dos "agitadores". Assim, foi afetada a propriedade em La Convención, com a perseguição e prisão de Hugo Blanco, dirigente da mobilização camponesa naquela região. Com ele foram presos também milhares de dirigentes camponeses, sindicais e estudantis, assim como políticos de esquerda.

Por outro lado, havia o problema da *International Petroleum Company*, que, para os militares, era o símbolo mais evidente da "dependência externa" do Peru. Desde a instalação da Junta, os seus integrantes declararam que este problema seria resolvido definitivamente. Dois anos antes, em uma comunicação secreta, o Comando Conjunto manifestara seu desacordo explícito com o Executivo, inclusive com o Ministro da Guerra e a maioria apro-pradista das Câmaras Legislativas, quanto à decisão a respeito da legalidade da presença daquela empresa norte-americana no Peru.

A reação norte-americana à instituição da Junta Militar de Governo e suas intenções expropriatórias foi imediata. Ao instalar a "Aliança para o Progresso", em 1961, como mecanismo de resposta à revolução cubana, o Presidente Kennedy decidiu apoiar os partidos reformistas e "democráticos". No caso peruano, a Embaixada dos Estados Unidos foi abertamente pró-aprista durante a campanha eleitoral de 1962. Assim, o governo de Washington tardou a reconhecer a Junta Militar. Com as primeiras declarações dos chefes militares, expressando a intenção de expropriar a IPC, o governo norte-americano ameaçou aplicar a Emenda Hickenlooper, que obrigava o Executivo a cortar as compras de açúcar, caso houvesse expropriações que não fossem pagas rápida e efetivamente. Estava envolvida também a suspensão total da assistência norte-americana: os créditos do Banco Interamericano, recentemente criado, e do Banco Mundial, os empréstimos dos bancos privados e, em especial, a assistência militar.

Os problemas colocados pela Junta Militar e a forma de solucioná-los originaram sérias disputas internas, que mostravam a falta de integração política dos comandos militares, os quais incluíam oficiais

tradicionais, que não participavam plenamente das novas posições relativas à "segurança nacional". Por sua vez, esse fato associava-se à ausência de uma estratégia global que resultasse (como a partir de 1968) na "militarização do Estado": fazer do Estado e dos seus aparelhos burocráticos instrumento dos "interesses" do Exército. De outro lado, o fato de que, a despeito da repressão, as estruturas partidárias e sindicais se encontravam bastante desenvolvidas e de que prosseguisse a mobilização popular obrigou a Junta a cumprir o compromisso de convocar novas eleições para 1963.

Segundo as Forças Armadas, essas novas eleições deveriam garantir a transferência do poder a um civil com clara intenção reformista, mas que estivesse disposto a não usar a mobilização das massas para executar as reformas. Por último, o novo governo deveria considerar os interesses e a autonomia política das Forças Armadas: não interferir no seu orçamento ou na nomeação dos ministros das três armas, que seriam designados pela respectiva corporação, conforme a estrita ordem hierárquica. Em outras palavras, o Exército apoiaria o partido que estivesse disposto a executar a "mudança das estruturas", sem a participação da massa popular e, ao contrário, sob uma direção tecnocrática, para impedir um possível "caos". Assim, a fórmula do despotismo ilustrado que vinha adquirindo consistência nos novos partidos reformistas agregou-se com a proposta militar. Em tais condições, só Belaúnde podia ser o candidato oficial das Forças Armadas, assim como dos novos setores da Igreja e do jornal **El Comercio**.

Em virtude dos resultados de 1962, o Partido Democrata–Cristão (DC) aliou-se à Ação Popular (AP). O Movimento Social Progressista desistiu da candidatura presidencial, dando seus votos a Belaúnde, do mesmo modo que o Partido Comunista. Embora a soma dos votos destes partidos só representasse uma pequena fração do total, foi suficiente para definir a situação em favor de Belaúnde.

Quadro 12
Resultados das eleições presidenciais e parlamentares de 1963 comparados com os de 1962 (em %)

Candidato presidencial	%	Diferença com 1962	Participação dos partidos nas Câmaras	%	Diferença com 1962
Belaúnde Terry	39,05	+6,88	APRA	41,08	+4,33
Haya de la Torre	34,36	+142	AP + DC	37,81	+4,06
Odría	25,52	– 2,92	UNO (Odría)	18,37	+0,04
Outros	1,07	– 5,36	Outros	2,70	+0,20

A vitória de Belaúnde foi recebida com uma euforia insólita nos anais políticos do país. Um professor universitário, arquiteto, conhecedor do país, pela primeira vez fizera uma campanha que chegara aos mais distantes rincões do Peru e chegava à Presidência disposto a reconstruir arquitetonicamente o edifício político-social peruano. Nesse ambiente, as massas camponesas adiantaram-se à próxima reforma agrária, aumentando a ocupação dos latifúndios. Milhares de estudantes universitários reuniram-se em Cooperação Popular para colaborar com os camponeses e o "desenvolvimento da comunidade". Os profissionais e intelectuais foram convocados para projetar as medidas de reconstrução do país. Parecia ter chegado, na verdade, "a hora de conciliação de todos os peruanos" dispostos a "mudar as estruturas" dentro da ordem legal.

Uma das primeiras medidas políticas do novo governo, dentro do seu projeto de criar as instituições de auto-ajuda e autogoverno, foi convocar eleições municipais, suprimidas há cinqüenta anos. Seis meses depois da eleição de Belaúnde, a aliança Ação Popular-Democracia Cristã saiu vitoriosa nessas eleições, conseguindo cerca de 47% dos votos, o que lhe dava um grande apoio popular em favor das reformas antioligárquicas.

Era grande a simpatia norte-americana pelo governo de Belaúnde, na medida em que o seu programa incorporava os objetivos da Aliança

para o Progresso. Nesse sentido, a publicação do Departamento de Guerra dos Estados Unidos, já citada, comentava:

> Com a eleição do Presidente Belaúnde, em 1963, pela primeira vez na sua história o Peru tem um governo dedicado com fervor a remover os obstáculos ao desenvolvimento dos recursos econômicos e humanos do país e a integrar todas as regiões e elementos da sua população em uma nação efetiva e unificada (*US Army* 1965, 310).

Apesar disso, considerava também os perigos dessa "abertura":

> Se fracassar a reforma por meios pacíficos e se o crescimento econômico for prejudicado pelas expectativas crescentes, estará aberto o caminho para a violência das massas, sob a direção de elementos extremistas (*US Army* 1965, 310).

Por outro lado, a realização das reformas exigidas pelos setores populares e de classe média dependia da constelação de interesses representados nas câmaras legislativas. Em 1962, a Junta Militar de Governo promulgou uma nova lei eleitoral que, sem suprimir a exigência de que os eleitores fossem alfabetizados, substituía o sistema da "lista incompleta" pelo "valor da repartição". Por isso, como diria mais tarde Guillermo Hoyo Osores, procurando explicar a crise política:

> O futuro presidente [...] precisaria de maioria no Congresso e deveria buscar apoio em algum dos grupos adversários, uma vez que a representação proporcional significa quase indefectivelmente um governo plural (Hoyos 1969).

Ora, o APRA contava com 76 representantes no Congresso; a aliança Ação Popular–Democracia Cristã (AP–DC), com 71 e a União Nacional Odriísta (UNO), com 31; seis outros congressistas representavam partidos menores. Nessas condições, o problema básico para governar voltava a ser a formação de coalizões capazes de manter uma relação construtiva entre o Executivo e o Legislativo, repetindo-se assim a situação vigente ao longo de toda a história republicana. Em um primeiro momento, tanto no APRA como na AP procurou-se

firmar uma coalizão, dando ao APRA a capacidade de participar do governo. Apesar dos movimentos táticos do APRA, um número importante dos seus líderes sustentava a necessidade de reivindicar os postulados originais do partido, que podiam ser praticados, caso se definisse um entendimento político com a Ação Popular. Alguns dos líderes da AP–DC tinham a mesma posição política.

Embora em termos ideológicos as afinidades dos dois partidos fossem grandes, eram maiores as resistências internas e externas à sua coalizão. Com efeito, se a AP juntasse forças com as do APRA, seria de esperar que os militares e **El Comercio**, principais pontos de apoio de Belaúnde, se voltassem contra o novo presidente e o seu governo. Além disso, dentro da Ação Popular, havia um grupo importante de dirigentes que consideravam o APRA e seus chefes "vendidos" à oligarquia, devido aos compromissos que tinham firmado com a classe dominante durante o governo de Manuel Prado. Por isso, estabelecer esta relação com o APRA podia produzir uma fragmentação interna do partido e, com isso, o presidente teria ficado à mercê do APRA.

Por outro lado, havia no APRA a percepção de que a Ação Popular e o seu chefe eram competidores desleais, porque procuravam "roubar" suas bandeiras e os seus militantes "naturais". Ao mesmo tempo, o presidente e o seu partido negavam ao APRA o direito de co-governar o país, embora representasse a força política mais importante.

Dissolveu-se assim a possibilidade de constituir uma aliança política entre os partidos reformistas e entre Executivo e Legislativo, com o apoio de cerca de oitenta por cento do eleitorado.

Diante dessa situação, voltou a acontecer o que teria sido impensável em outras oportunidades: o APRA uniu-se ao odriísmo, ressurgindo assim o pacto estabelecido durante a "convivência". A coalizão APRA–UNO teve pleno apoio da classe proprietária e, especialmente, do grupo oligárquico, assim como do capital estrangeiro agrupado em torno de **La Prensa** e do seu diretor, Pedro Beltrán.[2]

[2] Anos mais tarde, o autor perguntou a Haya de la Torre a razão desta aliança, pois, em 1956, ele tinha considerado que o próximo golpe militar seria aplicado contra a "oligarquia". Haya respondeu no sentido de que eles supunham que a oligarquia fosse muito mais poderosa do que se viu em 1968, diante dos tanques.

Se a coalizão APRA–burguesia durante o governo de Prado, supostamente para recuperar a legalidade, significou para o APRA a deserção de um grupo importante de militantes (que consideravam esta tática contrária aos princípios antioligárquicos e antiimperialistas), a aliança impudica com Odría determinou uma nova emigração de dirigentes e militantes de base, muitos dos quais passaram a engrossar o Movimento da Esquerda Revolucionária e os novos partidos reformistas.

Em termos concretos, a coalizão significou o controle do Parlamento sobre o Executivo, devido à ordem constitucional estabelecida em 1933 (Pareja 1951, 267-9), e à defesa dos interesses da burguesia e dos latifundiários pelas câmaras legislativas. Jaquette (1971, 139) resume a relação entre o Legislativo e o Executivo da seguinte forma:

> A força do Congresso deriva dos poderes outorgados pela Constituição de 1933. Em primeiro lugar está o poder de interpelar e depor ministros. Com esse poder, o Congresso pode censurar os ministros à vontade, mas o presidente não tem o poder recíproco, existente na maioria dos sistemas parlamentares, de convocar novas eleições quando seus ministros recebem um voto de desconfiança. Em segundo lugar, o Congresso precisa aprovar os impostos e as mudanças nas taxas impositivas. Na prática, isso lhe permite beneficiar-se com o mérito pela aprovação de novos programas e, ao mesmo tempo, bloquear a sua execução, ao recusar o financiamento necessário. Em terceiro lugar, não existe o veto presidencial: o presidente só pode "promulgar e executar" as leis que lhe são enviadas. Em 1939 o Presidente Benavides convocou um plebiscito que aprovou o veto e limitou o controle parlamentar da tributação, mas essas emendas foram derrubadas em 1945 por um Congresso dominado pelos apristas. Existe um veto residual, por compromisso: o presidente pode "observar" uma lei durante dez dias, depois de a ter recebido, mas não é necessário haver uma maioria extraordinária do Congresso para reinstalá-la. Não surpreende que o APRA tenha apoiado a manutenção das prerrogativas parlamentares, durante a presidência de Belaúnde.

Devido às numerosas invasões camponesas, enquanto se discutia a lei da reforma agrária, a coalizão APRA–UNO e o jornal **La Prensa**

sustentaram uma acusação ao governo de promover essas ações por meio da Cooperação Popular e exigiram a repressão imediata das massas camponesas, restringindo também o orçamento da Cooperação Popular. A coalizão interpelou o primeiro gabinete, obrigando-o a renunciar. Assim, o bloco parlamentar inaugurou uma prática que levou o presidente a designar 178 ministros nos seus cinco anos de governo, tendo de mudar 94 deles e de modificar integralmente a composição de seis gabinetes. Vale dizer que Belaúnde se viu obrigado a nomear anualmente 36 ministros, em média, o que equivalia a trocar o ministério três vezes por ano.

O projeto de lei de reforma agrária apresentado no Parlamento pela Ação Popular foi retalhado pela coalizão, até converter-se em um documento inoperante. A coalizão excluiu da reforma as propriedades trabalhadas "eficientemente" e dedicadas à exportação. Desse modo, as propriedades com um teor elevado de capitalização ficavam livres de qualquer perigo de ser afetadas. Permanecia o setor pré-capitalista como área de reforma agrária, mas, inclusive neste aspecto, a lei reduzia as possibilidade de praticar ações efetivas. Em primeiro lugar, em vez de depender diretamente da Presidência, o Escritório de Reforma Agrária passou a ser fiscalizado pelo Parlamento, sendo determinadas, com uma minúcia desesperadora, todas as providências que o Escritório deveria tomar para afetar uma propriedade. Embora a coalizão tivesse de aceitar o fato de que as expropriações deveriam ser pagas com títulos emitidos pelo governo, de forma sistemática ela reduziu o orçamento do Escritório e o financiamento destes títulos. Assim, entre 1963 e 1967, de mais de dez milhões de hectares, só 375.574 foram afetados, em favor de 13.553 famílias, quando havia cerca de um milhão de famílias interessadas. Portanto, os dois mecanismos principais instituídos pela Ação Popular, a Cooperação Popular e a Reforma Agrária, viram-se bloqueados desde o primeiro momento.

Sem a possibilidade de resolver o problema rural, o governo começou a sua existência adquirindo a imagem de impotente e repressivo, que manteve daí por diante. Não só o Executivo se encontrava impossibilitado legalmente de resolver o problema rural

com rapidez e de modo efetivo, como, a instâncias da coalizão, foi decidido que os camponeses que invadissem propriedades não seriam admitidos entre os beneficiários de uma presumida reforma.

Por outro lado, a coalizão exigiu que fossem destruídos os focos autônomos surgidos no movimento dos trabalhadores. Assim, um ministro foi obrigado a renunciar por ter concordado com um aumento de salário para os bancários, que representavam o foco de maior combatividade entre os trabalhadores e não eram filiados à CTP. O resultado foi a destruição da poderosa Federação de Empregados Bancários, com a expulsão de seiscentos empregados, inclusive todos os seus dirigentes. Outra das interpelações, com a conseqüente renúncia, foi dirigida contra o Ministro da Educação, membro da família Miró Quesada, pelo suposto apoio dado aos professores de filiação comunista e ao ensino do marxismo. Outra vez, o que acontecia é que este setor de empregados públicos vinha desenvolvendo uma campanha ativa em favor de um aumento substancial de salários e também não estava afiliado a uma organização regida pelo APRA.

Quadro 13
Greves 1961–8

Ano	Número de greves	Número de trabalhadores	Dias/homens
1961	341		
1962	380		
1963	422		
1964	398		
1965	397	135.582	802.576
1966	394	126.706	1.461.087
1967	414	142.282	1.046.596
1968	364	107.809	422.225

Fonte: Anuários Estatísticos, Organização Internacional do Trabalho.

Dessa forma, diante do bloqueio do APRA e de Odría, Belaúnde passou a reprimir o movimento camponês e os eixos do movimento trabalhista que pretendiam adquirir autonomia com relação ao controle

aprista. Assim, o governo, devido à ação dos seus inimigos, reprimia suas bases de apoio popular.

Todo esse conjunto de derrotas e recuos políticos sistemáticos fez que, dentro da Ação Popular, as várias tendências se polarizassem rapidamente. A direção da Cooperação Popular propôs ativar a mobilização camponesa para obrigar o Parlamento a rever o seu comportamento. Outra alternativa proposta foi a de promover um "autogolpe", com o apoio declarado dos militares, para fechar o Congresso e convocar um plebiscito (não previsto pela Constituição) destinado a referendar a posição reformista do Executivo. Temendo quebrar a institucionalidade, com qualquer um dos mecanismos, Belaúnde recusou estas propostas e preferiu continuar buscando uma alternativa política longe da massa popular. Tentou, assim, fazer um acordo secreto com a oposição, com a ajuda de um pequeno número de amigos pessoais.

Isso significou, por sua vez, a deserção de militantes da Ação Popular; desiludidos pelo fracasso da alternativa reformista, eles passaram a integrar a esquerda e, depois, as guerrilhas. Paralelamente, passou-se a difundir entre os novos setores reformistas o argumento de que, no Peru, as fórmulas democráticas eram inoperantes como meio para canalizar a transformação estatal e que, para isso, seria necessário um "governo forte".

Enquanto isso, o APRA, apoiado pelo odriísmo, desenvolveu uma política ativa destinada a satisfazer os interesses imediatos de segmentos das classes populares e médias urbanas, enquanto, por outro lado, se articulava com banqueiros, industriais, exportadores e latifundiários para promover seus interesses particulares, graças à influência que tinha o partido na Administração Pública, por meio da sua organização partidária e presença parlamentar. Dessa forma, o APRA foi-se convertendo em canal obrigatório para a solução dos mais diversos problemas das várias classes da sociedade, praticando uma conciliação de classes que augurava o tipo de governo que iria executar.

Quanto ao Executivo, adotou a mesma posição, competindo com a coalizão para satisfazer as exigências particulares da população urbana

como meio de compensar as "mudanças estruturais" propostas, dando ênfase à expansão da despesa pública.

Assim se impôs a alternativa distributiva, que significava a manutenção do controle exercido pela burguesia e o imperialismo sobre a política econômica, enquanto os grupos políticos intermediários, situados entre o Estado e as classes populares e médias urbanas, esforçavam-se por conquistar o seu apoio mediante a expansão dos gastos governamentais. É evidente que esta alternativa tem limites precisos em cada caso, ultrapassados os quais se chega a uma crise política. Esta foi, exatamente, a história do governo de Belaúnde.

Desse modo, passado um ano da instalação do governo, ruíram as esperanças de ajustar o país às novas tendências estruturais em curso. O governo, que tinha nascido sob os melhores auspícios do apoio generalizado dos camponeses e de setores importantes dos trabalhadores urbanos, da Igreja, dos militares, do influente jornal **El Comercio** e da Aliança para o Progresso, não podia atuar, em última instância, pelo caráter classista do Estado, que pretendia usar para modificar a estrutura social. Da mesma forma, pela recusa dos dirigentes da Ação Popular de servir-se da mobilização política popular para tentar escapar do círculo de ferro da oposição, que buscava a sua rendição total e incondicional.

Nessas condições, em 1965, o Movimento de Esquerda Revolucionária decidiu abrir focos de guerrilha em diferentes pontos do país, aos quais se juntou pouco depois o Exército de Liberação Nacional, sem qualquer coordenação entre eles (Béjar 1969, Condoruna 1971, Mercado 1967). Os focos desenvolveram-se quando o movimento dirigido por Hugo Blanco havia sido esmagado, a tentativa de agrupar a classe política fora do controle aprista tinha sido reprimida e, de modo geral, quando o movimento camponês tinha sido ameaçado pelos parlamentares da coalizão de não atender aos que ferissem a lei. Tais focos guerrilheiros foram rapidamente debelados; o de maior duração resistiu apenas seis meses.

A reação de Belaúnde foi no sentido de não atribuir importância ao problema da guerrilha, o que fez que a coalizão e **La Prensa**

iniciassem uma campanha contra o governo, procurando sensibilizar os oficiais do Exército, que, dessa forma, supunham, romperiam a aliança tática mantida com Belaúnde. A campanha da coalizão e de **La Prensa** teve êxito, pois os militares exigiram que Belaúnde pusesse em marcha uma ação repressiva, que teria por objetivo não só destruir os focos guerrilheiros como, seguindo as técnicas da contra-insurgência, a destruição do movimento camponês e das tendências autônomas que se destacavam no movimento operário. Nessas condições, o governo de Belaúnde terminou perdendo o apoio dos setores populares radicalizados, permitindo que os setores médios e populares encontrassem no APRA a única opção para conseguir suas reivindicações imediatas. Assim, a recusa de Belaúnde e dos seus colaboradores imediatos de mobilizar os setores populares, além da sua passividade frente à ofensiva aprista, criou as condições para que o APRA assumisse a representação destes setores e culpasse o governo pela incapacidade de melhorar suas condições de vida, situação pela qual ele era também responsável.

Não obstante isso, a guerrilha teve também um impacto decisivo no Exército. As advertências a respeito do perigo de uma guerra revolucionária, feitas pelo Serviço de Inteligência do Exército, adquiriram uma tonalidade real. Com a nova situação, o Serviço adquiriu importância e destacou-se a propriedade das suas propostas relativas à urgência de certas medidas, como as firmadas em La Convención, não só para anular os surtos de guerra interna, mas também para definir uma nova organização da sociedade que permitisse a integração política das massas populares ao Estado.

Nesse sentido, havia total coincidência com os assessores norte-americanos do Departamento da Guerra:

> O governo de Prado, a Junta Militar de 1962–3 e Fernando Belaúnde puderam em certa medida controlar essa violência e desordem com o emprego moderado das forças policiais, mas está claro que um estado de paz permanente só pode ser conseguido com reformas sociais e uma rápida melhoria das condições econômicas. [...]
>
> A causa principal da instabilidade é a separação dos indígenas da vida econômica e social do país. A menos que a maioria dos

> índios veja a sua condição melhorada, continuarão sendo um campo fértil para semear a subversão. Grupos que perseguem o seu próprio interesse, assim como agitadores de esquerda, continuarão impulsionando os indígenas a que tomem a lei nas suas mãos. Sindicatos e ligas camponesas formados por índios serão facilmente manipulados, em particular pelo bem organizado Partido Comunista Peruano, para constituir um potencial altamente subversivo. [...]
>
> Por outro lado, uma possível fonte de apoio futuro para a captura de terras por parte dos índios é a tropa das Forças Armadas. Os recrutas e um número crescente de jovens oficiais pertencem às classes subprivilegiadas [...] (*US Army* 1965, 605, 629).

Foi a partir de então que se começou a estabelecer, ainda que de forma imprecisa, a necessidade de formular *um projeto político a partir das perspectivas militares, para militarizar o Estado*.

Contrariando as exigências militares, era notório o bloqueio dessas exigências pela classe dominante, por intermédio do APRA, o que determinava a incapacidade do presidente. De modo geral, a perspectiva era a de um sistema político incapaz de cumprir com o que dele se esperava. A conclusão a que iam chegando os comandantes militares era a mesma a que tinham chegado alguns intelectuais e profissionais: o sistema democrático não servia para conseguir a transformação do país. Em outras palavras, a partir do próprio Estado não se podia transformar o seu caráter classista.

A incorporação parcial dos setores populares e médios urbanos nas considerações do governo, patrocinada pela coalizão APRA–UNO e a Aliança AP–DC, significou um aumento substancial dos gastos públicos. No primeiro orçamento do Governo Belaúnde, os gastos chegaram a 11,5% do produto nacional, proporção inferior à média latino-americana. Em 1967, a despesa pública passou a 15,3% do PNB, a proporção mais alta de toda a região, exceção feita à Venezuela (CEPAL 1968, 22). No entanto, à medida que o APRA sustentava que esta política assistencialista não deveria afetar os interesses dominantes, ele bloqueou as tentativas do governo de reformular a política tributária.

O resultado foi o déficit que, durante o período 1965–7, aumentou em média 95% por ano.

Nesse sentido, intensificou-se a tendência gerada durante a década de 1950, especialmente a partir do governo de Prado, para favorecer uma redistribuição da renda em favor dos setores urbanos:

> [...] a cidade fortaleceu-se em relação ao campo; a indústria, a construção e os serviços, com relação aos rentistas; a classe operária e a classe média, diante dos setores mais tradicionais da população; a importância dos que viviam da renda caiu bruscamente, como o grosso da população da Serra. [...] A rápida criação de empregos nas áreas urbanas, estimulada pelo *boom* da construção, ao lado da brusca expansão do recrutamento escolar, criou nos setores de baixada renda a percepção generalizada de que aumentavam as suas oportunidades e de que não se encontravam imobilizados em um padrão regressivo da distribuição de renda (Kuczynski 1977, 72).

Com efeito, durante o governo de Belaúnde, houve uma expansão dramática da despesa pública, especialmente a voltada para a educação. Hunt (1971, 393) assinala que, em 1965, os gastos em educação equivaliam a 5,1% do produto bruto, proporção muito superior à medida dos países subdesenvolvidos, próxima da dos países altamente industrializados. Entre 1960 e 1965, as despesas com educação aumentaram 85%, chegando a representar 33% do orçamento público. Nesse período, o número de estudantes cresceu 50% e o dos professores, 67%. O resultado foi que, neste período, o Peru experimentou a taxa de crescimento mais rápida de recrutamento infantil entre os principais países da América Latina.

Enquanto, entre 1963 e 1966, a despesa pública duplicou, em paralelo com o crescimento do déficit fiscal, o governo reduziu a tributação das empresas, ao ampliar, em 1963 e 1964, a isenção fiscal e ao diminuir os impostos e os direitos de importação da indústria. Em 1962, os lucros das empresas constituíam 16% da renda nacional e 12% deste total estavam livres de impostos. Em 1966, a participação subiu para 18%, com 15% isentos de tributação. Por outro lado,

enquanto, em 1960, os impostos das empresas representavam 26% das receitas governamentais, em 1965, esta proporção caiu para 16%.

Quadro 14
Mudanças na distribuição porcentual da despesa pública

Ano	Administração	Exército e Polícia	Educação	Saúde	Desenvolvimento	Outros
1900	28,5	47,3	2,9	0,7	2,0	18,6
1905	23,8	49,9	4,5	2,9	3,3	15,6
1910	12,5	64,2	8,1	1,2	2,1	11,8
1915	18,6	45,1	10,1	0,7	1,7	23,7
1920	21,5	38,0	10,6	5,9	11,0	13,0
1929	25,8	37,3	11,7	4,9	8,3	12,0
1942	19,4	40,2	10,5	6,4	11,8	11,6
1945	14,7	41,1	13,3	7,7	10,9	12,3
1950	13,3	39,8	16,0	5,2	14,5	11,1
1955	11,8	37,7	1,4,,8	9,4	5,3	11,0
1960	11,4	33,7	20,6	8,3	12,1	14,0
1965	9,6	27,8	29,4-	6,4	16,8	10,0

Fonte: adaptado de Hunt (1971, 398).

Isso significou que o sistema tributário descansou sobre base totalmente regressiva: em 1963, a participação dos impostos diretos na receita governamental foi de 32,8%; em 1964, foi de 24,5%; em 1965, de 23,7%, subindo, em 1967, para 26,2% (Kuczynski 1977, 87). Ao mesmo tempo, havia um subsídio considerável à indústria, especialmente às empresas montadoras de automóveis. Ora, pelo caráter externo e de alta concentração que desde o seu início teve o desenvolvimento industrial, esta política significava favorecer a acumulação capitalista nesse setor da produção.

O aumento das despesas governamentais, o déficit fiscal e o incremento do crédito interno determinaram a elevação dos custos internos, provocando uma onda inflacionária que, paralelamente à

manutenção da taxa cambial estabelecida em 1959, fez que o dólar fosse "a mercadoria mais barata do Peru", para usar as palavras de Beltrán. Favoreceu-se assim o aumento das importações. Em 1966, os inventários das empresas foram duplicados, antecipando uma futura desvalorização, e as importações cresceram 26%, enquanto as exportações estancaram devido à queda no preços das matérias-primas no mercado internacional.

Finalmente, os investimentos estrangeiros começaram a aumentar a repatriação dos seus lucros: se, em 1964, esta saída foi de 91 milhões de dólares, três anos depois chegou a 140 milhões (FMI 1969, 225), correspondendo a 20% do valor das exportações.

Diante desses fatores, o governo recorreu ao crédito internacional para manter o crescimento econômico, destinado a satisfazer a política de assistência social às massas urbanas. Devido à promessa de que o problema da IPC seria resolvido nos primeiros noventa dias de governo, Washington respondeu congelando toda ajuda, até que a situação fosse resolvida favoravelmente àquela empresa. Como a promessa não foi cumprida e a ameaça persistiu ao longo de todo o governo, Belaúnde só recebeu 74,5 milhões de dólares como assistência bilateral, "aproximadamente um quarto da ajuda norte-americana *per capita* recebida pela Colômbia e um décimo *per capita* da recebida pelo Chile" (Treverton 1974). O bloqueio imposto pelo governo norte-americano, até que se encontrasse uma solução favorável para o problema da IPC, obrigou o Peru a contratar créditos de curto prazo nos bancos internacionais, com juros elevados.

Graças à elevação do volume e dos preços das exportações peruanas, nos anos anteriores, ao lado da política liberal com relação às empresas estrangeiras, os empréstimos externos foram conseguidos sem maiores dificuldades. Entre 1963 e 1967, o país multiplicou sua dívida externa, que passou de 237 a 685 milhões de dólares; enquanto, em 1965, a dívida representava 9% do valor das exportações, em 1968, chegou a 18%. Tornou-se assim evidente, a partir de 1966, a existência de um problema no balanço de pagamentos, bem como o crescimento de uma espiral inflacionária.

Diante da crise econômica, as alternativas políticas para o governo eram a dos exportadores, que exigiam uma solução de tipo "liberal", e a dos setores radicalizados da Aliança AP–DC. Os primeiros achavam que a moeda deveria ser desvalorizada e o orçamento, equilibrado, mediante a redução dos gastos e a eliminação dos subsídios aos produtos do consumo popular, reduzindo-se mais a tributação do capital. Para os setores radicais da Aliança, o governo devia implantar o controle cambial, planejar as importações e incrementar a tributação do capital e da renda pessoal. Nenhuma das medidas seria suficiente, se não fossem feitas as reformas para modificar substantivamente a estrutura da sociedade.

Ao Congresso, o Executivo solicitou a aprovação dos dispositivos legais necessários para um aumento dos tributos que permitisse equilibrar o orçamento. Sem aceitar esta exigência dos seus aliados, o APRA opôs-se rotundamente à elevação dos impostos diretos e cobrou, em troca, a redução dos gastos com uma "burocracia dourada", assim como de despesas desnecessárias (Temoche Benites 1969). Foi-se adiando, portanto, a solução imediata da crise econômica, sem que os adversários políticos chegassem a um entendimento. A deterioração contínua representada por essa situação fez a Aliança e a coalizão lançarem acusações recíprocas que envenenaram o seu ânimo.

Havia também outras restrições à solução da crise econômica. Em primeiro lugar, a necessidade imperiosa de refinanciar a dívida externa; em segundo lugar, a necessidade de receber capitais externos que voltassem a dinamizar o setor exportador, que continuava sendo a base da economia peruana.

Quanto ao primeiro ponto, o refinanciamento da dívida estava condicionado à adoção pelo governo das tradicionais receitas liberais do Fundo Monetário Internacional. Para reduzir as dificuldades imediatas e encaminhar o governo do Peru para as suas soluções, o FMI concedeu um "*stand by*" de 42 milhões de dólares, que provocou imediatamente uma escandalosa especulação monetária pelo conjunto da burguesia e a alta burocracia estatal.

O empréstimo de sessenta milhões de dólares que o Peru negociava com a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) foi suspenso pelo governo norte-americano, porque, nesse intervalo, surgiu um novo conflito entre o governo de Lima e o de Washington, com repercussões dramáticas nas Forças Armadas.

Neste ano, 1967, a Força Aérea solicitou ao governo norte-americano um crédito para adquirir aviões supersônicos. Devido a considerações internas (Blomfield s/d), Washington recusou o pedido, o que levou o Peru a comprar na França aviões Mirage. Nessas condições, os Estados Unidos reconsideraram a sua decisão, mas o governo peruano não voltou atrás. A recusa provocou uma intensa polêmica nos Estados Unidos, onde o Congresso decidiu suspender a ajuda ao Peru, que estava a ponto de ser renovada depois de um congelamento de cinco anos. O Senado norte-americano alegava que um país subdesenvolvido como o Peru deveria ter outras prioridades mais importantes do que as militares. Além disso, se o governo peruano comprava armas em outros países, a assistência econômica norte-americana serviria para pagar essas compras, que competiam com a produção norte-americana.

A atitude do Congresso de Washington provocou uma furiosa campanha anti-norte-americana nos meios políticos, e ficou evidente, mais uma vez, a "dependência externa" em que se encontrava o país. Os militares voltaram a sentir sua dependência dos Estados Unidos, e aumentou a sua consciência acerca deste fato.

Por outro lado, havia uma oferta de um grupo de consórcios norte-americanos para investir 350 milhões de dólares na exploração das jazidas de cobre de Cuajone, que, somadas às de Toquepala, tornaria possível a construção de um dos complexos mineiros mais importantes e tecnologicamente mais avançados do mundo, permitindo compensar o esgotamento das exportações. Contudo, a realização deste investimento estaria condicionada, de um lado, ao "saneamento" da economia peruana e, de outro, ao entendimento do governo de Lima com a *International Petroleum Company*, que não apresentava qualquer perspectiva de solução (Ballantyne 1975).

Esses problemas internacionais acrescentavam uma nova dimensão ao complicado panorama político peruano e deixavam o Executivo sem uma saída. Incapaz de encontrar ajuda no exterior, o governo continuou a recorrer ao Legislativo para que fossem aprovadas as reformas tributárias que deveriam permitir resolver a situação. A coalizão e, especialmente, o APRA, continuaram a negar ao Executivo os recursos legais solicitados, alegando – com um cinismo que agredia a consciência e a impotência dos reformistas – que as medidas castigariam o povo. APRA e UNO procuraram apresentar-se como defensores das massas, usando argumentos que, na verdade, favoreciam os interesses do grande capital. Não faltou quem dissesse que, assim como um famoso político francês, os líderes apristas sustentavam o violino com a mão esquerda para tocar com a direita.

Essa situação fez que se generalizasse a imagem de um Executivo impotente, contrastando com um Parlamento convertido realmente no "primeiro poder" do país. Essa percepção reafirmou as tendências em curso, em amplos setores da população sem experiência política, que procuravam aproximar-se da coalizão para resolver suas necessidades imediatas.

A despeito das declarações de Belaúnde de que a moeda não seria desvalorizada, o que seria uma traição à pátria, em setembro de 1967, ela sofreu uma desvalorização de 44% com relação ao dólar. Belaúnde justificou a medida, afirmando que teria efeitos positivos sobre a economia peruana. A descrença e o cinismo campeavam; embora sempre tivessem estado presentes na cultura política da sociedade peruana, nessa ocasião, chegaram a constituir seus elementos mais importantes. Ao lado delas, estavam o desalento dos que tinham sonhado com a renovação oferecida por Belaúnde e a crença generalizada de que a democracia era enganosa, manipulada pelos poderosos para iludir o povo.

Os setores radicalizados da Ação Popular e da Democracia Cristã, assim como a desagregada esquerda revolucionária e os operários contrários à manipulação sindical aprista, em processo de organização na Comissão de Defesa e Unidade Sindical, promoveram uma forte crítica, não só contra a corrupção política do APRA e a passividade e

incompetência governamental, mas contra o regime de dominação na sua totalidade. Para o Serviço de Inteligência, estava claro que o país se aproximava de uma fase de desagregação, devido ao fracasso da classe política peruana. Ironicamente, o APRA, que queria conquistar o poder pela via eleitoral e o consentimento democrático, não só conseguira erodir o governo de Belaúnde como destruíra a crença na possibilidade de transformar a sociedade por meio do Estado oligárquico.

Em novembro, dois meses depois da desvalorização da moeda, foram realizadas eleições complementares no Departamento de Lima para substituir um deputado da Ação Popular que tinha falecido. Estas eleições ganharam um caráter plebiscitário, uma vez que cerca da metade dos eleitores estava concentrado neste Departamento. Os resultados favoreceram o candidato da coalizão, Enrique Chirinos Soto, inscrito recentemente no APRA, com larga trajetória jornalística em **La Prensa** e depois no **Correo**, jornal que pertencia então a um dos magnatas da pesca. Com o apoio da coalizão e da sua imprensa, Chirinos tinha todas as condições para a vitória eleitoral: sua campanha repetia o que fazia diariamente a coalizão, pondo a culpa nos partidos que apoiavam o presidente, acusado também de ter levado o país a uma situação de caos econômico. O cinismo da campanha de Chirinos era comparável ao do APRA; seu lema "não mais impostos" era uma clara manifestação desse cinismo, pois, devido à coalizão, o governo tinha sido incapaz de tomar qualquer medida tributária de caráter progressivo.

A derrota política da Ação Popular–Democracia Cristã deveu-se ao descrédito generalizado em que haviam recaído estes partidos, graças à ação efetiva da coalizão, ao imobilismo político de Belaúnde, à efetividade da política assistencial do APRA e à constituição de uma terceira candidatura que aglutinou a esquerda e obteve dez por cento dos votos. Seguindo a orientação de vários grupos da esquerda revolucionária, 8% do eleitorado votaram em branco. O resultado surpreendente evidenciou a radicalização de um setor importante de antigos simpatizantes da Ação Popular e da Democracia Cristã.

O desenlace eleitoral deu início à divisão dos partidos da Aliança, que provocou a depuração da sua linha de ação. Afastaram-se da

Democracia Cristã os elementos que representavam claramente os interesses da burguesia e que favoreciam a política de chegar a um acordo entre o Executivo e a coalizão, passando a constituir o Partido Popular Cristão, dirigido por Luis Bedoya Reyes, então Prefeito de Lima. A Democracia Cristã retirou o apoio que dera até então ao presidente, assumindo a tarefa de reformular e reafirmar seus postulados reformistas. A mesma tendência foi observada na Ação Popular: no congresso do Partido, em fevereiro de 1967, a direção nacional fizera fortes críticas ao seu Chefe Fundador, elegendo como Secretário Geral Edgardo Seoane, líder dos radicais (conhecidos como "termocéfalos" na gíria jornalística), contra a oposição tenaz do presidente e seus aliados.

Em outras palavras, o desenrolar da situação política favorecia a depuração e a recombinação das forças reformistas com as da esquerda, possibilidade que não passou despercebida ao Serviço de Inteligência, que vislumbrou um "teatro de operações" carregado de perigo, enquanto a polarização política prosseguia.

Desde o momento da desvalorização da moeda, em setembro de 1967, até o golpe militar, em 3 de outubro de 1968, a coalizão obrigou Belaúnde a nomear cinco gabinetes. Com a exceção do penúltimo, todos eles tiveram vida curta, precária e ineficaz (Kuczynski 1977). Em fevereiro de 1968, Belaúnde deixou de convocar seus amigos e recomendados para a pasta da Fazenda e pediu ao Exército um representante para assumir aquele ministério. Com esta nomeação, Belaúnde pretendia pressionar o APRA para conseguir os instrumentos legais que permitissem resolver a situação e, incidentalmente, reafirmar o apoio militar ao seu governo. O Ministro militar procurou impor ordem (militar) ao seu ministério, nomeando oficiais para fiscalizar as alfândegas e a coleta de impostos e para mobilizar a administração pública. No entanto, o Parlamento continuou negando as medidas solicitadas pelo governo – as mesmas exigidas desde o princípio por todos os gabinetes, e que se limitavam às recomendações dos "sábios" da Aliança para o Progresso. O objetivo aprista era claro: apoiar os interesses dos seus aliados da burguesia e desacreditar o governo, para garantir a vitória eleitoral em 1969.

A oposição a essa solicitação reiterada contou com o apoio de **La Prensa**, que estendeu suas críticas ao governo norte-americano pelas recomendações da Aliança para o Progresso, que não eram aplicadas nos próprios Estados Unidos. Com efeito, **La Prensa** afirmava que, embora favorecesse a elevação de impostos diretos no Peru e na América Latina de modo geral, o governo norte-americano procurava reduzi-los no seu país. Está claro que essa crítica demagógica não apontava as diferenças entre os dois casos.

Diante dessa situação, o Exército dispôs que o Ministro da Fazenda, General Morales Bermúdez, se retirasse do gabinete para não ser "queimado" em um confronto com o APRA. Os futuros golpistas, em plena movimentação, haviam-lhe reservado outro destino: o cargo de Ministro da Economia no Governo Revolucionário das Forças Armadas.

O APRA decidira correr o risco de vetar um delegado das Forças Armadas, depois de sofrer por cerca de quatro décadas o veto militar, por ter em suas mãos os documentos relativos a um importante contrabando no qual estavam implicadas algumas figuras importantes destas instituições, e íntimos do presidente. O escândalo representado pelo contrabando provocou o descrédito do governo e do regime político, criando entre os militares uma situação de profunda incerteza, com a percepção de que a crise política os arrastaria seguramente. O perigo de desagregação de todo o sistema político parecia repetir literalmente as condições que precederam o desastre de 1879.

A investigação foi dirigida por uma comissão parlamentar chefiada por representante aprista. Embora este não utilizasse a documentação recolhida para atacar politicamente o Exército, estava claro que detinha em suas mãos uma das melhores cartas do jogo político. No mês de abril, quando a Comissão Investigadora do Contrabando constituía o centro da atenção pública, os três ministros militares solicitaram que os militares acusados fossem declarados inocentes. Houve uma discussão acre entre os indiciados e um deputado da Democracia Cristã que integrava a Comissão, enquanto o seu presidente, o deputado aprista, silenciava. Ao terminar uma reunião dos ministros com os

presidentes das Câmaras, um jornalista quis saber se as Forças Armadas vetariam o deputado da DC, ao que o Ministro da Guerra respondeu de forma irritada: "é preciso eliminar essa palavra do vocabulário das Forças Armadas". Enquanto alguns observadores consideraram esta resposta uma saída evasiva do ministro, outros a interpretaram no sentido de que o Partido Aprista receberia um tratamento liberal das Forças Armadas, caso deixasse de lado a investigação em curso.

A alegria entre os apristas foi pública e notória, fazendo que se aceitasse uma aproximação com o Executivo, que este já tinha encetado. No mês de junho, depois das depurações políticas em curso na AP e na DC e das conversações entre os delegados do Presidente e o APRA, levantou-se a cortina do último ato do governo Belaúnde, com a formação de um gabinete que, diferentemente dos anteriores, resultava de acordo entre Belaúnde e o APRA. Para surpresa geral, o novo gabinete recebeu poderes extraordinários por um período de dois meses, sem precisar sujeitar-se ao controle parlamentar. A nova situação, claramente inconstitucional, permitiu ao novo gabinete governar, com cerca de trezentos decretos, depois ratificados pelas Câmaras (Jaquette 1971). Em última instância, a nova situação foi possível devido ao tácito reconhecimento público ao APRA e à ameaça de um golpe de Estado, que prejudicaria os seus planos para 1969.

As medidas econômicas tomadas pelo gabinete presidido por Oswaldo Hercelles, por iniciativa do Ministro da Economia, Manuel Ulloa, tinham a clara intenção de eliminar os resíduos coloniais e favorecer timidamente a burguesia nacional. Criou-se o imposto sobre o patrimônio e extinguiram-se as ações ao portador, que foram convertidas em nominativas, tornando possível ao Estado controlar efetivamente o recolhimento dos impostos sobre o capital. A estas medidas se acrescentou-se o aumento das alíquotas dos impostos sobre rendimentos pessoais.

Paralelamente, Ulloa procurou restringir a expansão do capital imperialista no sistema financeiro, decretando que só os bancos nacionais poderiam ter sucursais e absorver a poupança interna. Definiu-se como "banco estrangeiro" aquele que tivesse no seu ativo mais de 33% de

capital externo. Esperava-se assim promover o capital nacional e condicionar o crédito necessário para o desenvolvimento dos empresários peruanos, modificando a tendência corrente que favorecia a monopolização pelo capital estrangeiro. No mesmo sentido, foi estipulado que as indústrias de natureza estratégica deveriam ser controladas majoritariamente pelo capital nacional, ou então passar para o poder do Estado.

Da mesma forma, o Ministro da Fazenda e do Comércio outorgou ao Estado um controle crescente sobre a política monetária. A diretoria do Banco Central de Reserva, até então composta por representantes dos bancos privados, com destaque especial para o capital estrangeiro, passou a ser constituída em sua maioria por representantes governamentais, assim como das organizações trabalhistas (controladas pelo APRA) e associações da burguesia.

Ulloa conseguiu refinanciar a dívida externa, concretizando-se o ingresso de novos capitais norte-americanos destinados à mineração. De acordo com os novos dispositivos, este capital deveria estabelecer uma ligação com o desenvolvimento industrial do país, excluindo a formação de novos enclaves.

A meta de Ulloa era realizar uma reforma agrária gradual que, por via fiscal, eliminasse os resíduos senhoriais, abrindo caminho para a formação de um empresariado rural dinâmico. No caso da indústria, tratava-se de ampliar o espaço da burguesia nacional, sem excluir a participação "complementar" do capital estrangeiro.

A crise forçou a procura de uma fórmula mediadora que, mediante a plena incorporação política do APRA à vida do Estado e o isolamento dos setores radicais da classe média, bem como do grupo senhorial da classe dominante, resolvesse as contradições mais gritantes existentes no horizonte concreto das classes sociais.

Nesse sentido, o Gabinete Hercelles e as reformas propostas por Ulloa acabaram por traçar um quadro inteiramente novo. Vimos anteriormente que, depois das eleições complementares de 1967, foi segregado da Democracia Cristã um setor que passou a constituir o Partido Popular Cristão, o qual aderiu à nova orientação governamental.

A Ação Popular dividiu-se entre "termocéfalos", dirigidos por Edgardo Seoane, e "carlistas", por Ulloa. A UNO dividiu-se entre os seguidores do General Odria e do Senador de La Piedra, que apoiou Hercelles.

Como era de se esperar, **La Prensa** distanciou-se dos seus aliados apristas e começou um ataque violento contra as medidas tomadas por Ulloa. Quanto a **El Comercio**, embora apoiasse Ulloa, opôs-se com tenacidade ao reconhecimento político do APRA. Assim, o quadro político sofreu uma reestruturação notável, que criava novas expectativas em vários grupos políticos.

Finalmente, em meados de 1968, já era notória a formação de um bloco que incluía a burguesia – tendo esta depurado os seus interesses com relação aos grupos senhoriais – e o segmento mais organizado da classe média, capaz de conciliar os interesses de parte da burguesia com as camadas populares.

Depois de tantas marchas e contramarchas, o APRA e a burguesia afinal se encontraram. No entanto, assim como Abraão, o APRA tinha precisado enfrentar uma longa espera e contrair várias uniões espúrias, até conseguir uma união autêntica, que implantasse a plena e depurada hegemonia burguês-imperialista.

O único problema que faltava resolver para dar curso à nova tendência era o acordo com a IPC. Após cinco anos de negociações infrutíferas entre Belaúnde e altos funcionários daquela empresa, o Presidente deu um *ultimatum* (o que até então não tinha feito), que fez os dirigentes da companhia aceitarem finalmente a solução proposta por Belaúnde desde o princípio do seu governo (Goodwin 1969).

A nova configuração política dava ao presidente uma capacidade inédita para resolver o *impasse* existente entre o governo e a IPC. Além disso, ao longo dos cinco anos anteriores, o Parlamento tinha-lhe concedido facilidades para que resolvesse a situação conforme o próprio critério, contrariando assim a prática quotidiana da coalizão.

Segundo esse acordo, a IPC comprometia-se a entregar ao governo os poços petrolíferos semi-esgotados que possuía, cuja produção deveria justificar, segundo a Procuradoria–Geral da República, o pagamento de impostos no montante de 144 milhões de dólares. Em troca destes

poços, o governo se comprometeria a anular todas as reclamações contra a empresa. Conceder-lhe-ia, além disso, a refinaria, no entendimento de que seria modernizada e ampliada. A Empresa Petrolífera Estatal assumia o compromisso de vender toda a sua produção à IPC, que receberia a concessão do monopólio da distribuição de gasolina e derivados pelo prazo de quarenta anos, com a garantia de sua renovação por outros quarenta anos, ou seja, até o ano 2048...

Em Mensagem à Nação, Belaúnde garantiu ter resolvido definitivamente o problema. Duas semanas depois, para surpresa geral, foi celebrada a cerimônia de entrega das jazidas, com a presença dos presidentes das Câmaras e altos chefes militares. No entanto, a cerimônia foi realizada sem que se publicassem as condições do ajuste entre o governo e a IPC. Quando estas condições foram conhecidas, divulgadas pelo jornal **El Comercio**, houve um protesto generalizado dos setores radicais e das universidades. Os "termocéfalos" da Ação Popular deixaram o partido e Belaúnde atacou seus ex-correligionários com prepotência, enviando a Força Pública para capturar a sede do partido.

A desordem política trazida pelo entendimento momentâneo entre o APRA e o "carlismo" não terminou com a divulgação das bases do acordo entre o governo e a IPC. Poucos dias depois da assinatura da Ata de Talara, como ficou conhecida a negociação entre o Poder Executivo e a IPC, o gerente da Empresa Petrolífera Fiscal, amigo pessoal do Presidente, denunciou pela televisão que "alguém" se tinha apoderado da página onze do convênio entre aquela empresa e a IPC, onde se estipulava o preço que ela estava obrigada a pagar à Empresa Petrolífera Fiscal pelo óleo cru que esta tinha a obrigação de vender-lhe.

A comédia peruana superava os limites da imaginação, comprovando a irresponsabilidade com que os governantes tinham tratado o caso da IPC. Este fato provocou uma série de reações que fez que, em poucas horas, o governo ficasse isolado de todos os grupos políticos e que se desfizesse a aliança nascente que deveria formar um novo perfil da sociedade e do Estado no país. O APRA negou ter participado da negociação escusa com a IPC e abandonou o Executivo à sua sorte. **El Comercio** e os setores radicalizados levantaram-se contra o governo.

Nessas circunstâncias, o Ministro da Guerra declarou que as Forças Armadas não iriam intervir para resolver o problema político. O General Juan Velasco Alvarado, Chefe do Comando Conjunto, que poucos dias depois dirigiria o Governo Revolucionário das Forças Armadas, afirmou publicamente que "as declarações do Ministro Gagliardi não têm validade. Nem as Forças Armadas nem o Comando Conjunto dependem de um ministro". Em outras palavras, estava claro que os militares haviam definido uma linha de ação autônoma com relação ao governo.

Em fins de setembro, todo o gabinete viu-se obrigado a renunciar. Depois de alguns dias, em 2 de outubro, o presidente conseguiu designar um novo gabinete, mas era tarde demais para tentar nova recomposição política: o golpe, que vinha sendo preparado desde fevereiro, foi adiantado para aproveitar a extrema precariedade do governo.

Quando os militares entraram no Palácio, encontraram o presidente literalmente só e indefeso. O entusiasmo e o apoio maciço que recebera há cinco anos se dissolveram na maré antipopular e na sucessão de escândalos e acordos políticos contrários às demandas da imensa maioria da população. Por isso, os protestos contra a intervenção direta dos militares foram esporádicos, débeis e ineficazes. Assim terminou, sem pena e sem glória, este governo que tanta esperança havia criado. Com ele findou toda uma época.

O grupo reduzido e seleto de oficiais do Serviço de Inteligência, responsável por levar a cabo a ação golpista, viu-se estimulado a tomar esta decisão diante do fracasso definitivo do reformismo, da mostra infamante de "entreguismo" do novo bloco formado pelo APRA e a burguesia depurada e, finalmente, para impedir a sua possível consolidação política nas eleições a realizar-se em 1969. O golpe visava também a impedir o desenvolvimento do potencial revolucionário alentado pela situação do país, conforme era percebida e interpretada pelos militares.

A ação preventiva da guerra contra a insurgência recomendava a pronta realização de reformas estruturais de índole nacionalista e comunitária, que favorecessem a integração política das massas ao

aparelho estatal, dissolvendo a sua autonomia política. Segundo os militares, só assim se conseguiria alcançar a esperada integração nacional. O desenvolvimento posterior dos acontecimentos desencadeados pelas reformas, ao desmascarar seu caráter classista, tornou ainda mais incisiva a polarização da sociedade.

A título de conclusão

Na introdução, indicamos que as características do processo político inaugurado pelo governo militar só podem ser entendidas na medida em que se leve em conta o desenvolvimento histórico do Peru. Diferentemente de outros casos latino-americanos, devido à presença viva da herança colonial, o Peru não tinha experimentado uma ruptura estrutural a partir da qual se pudesse estabelecer configurações sociais que determinassem novas condições para o seu desenvolvimento.

Essa herança colonial tem duas facetas distinguíveis, tão estreitamente relacionadas que fazem dela um só fenômeno. Uma refere-se ao caráter dependente da sociedade peruana com relação ao desenvolvimento do capitalismo no hemisfério setentrional, em suas várias fases de transformação: inicialmente, a intensa exploração mercantil–colonial da metrópole espanhola, seguida pela dominação comercial pelos países europeus para intensificar seu processo de acumulação original; em seguida, a penetração do capital norte-americano, na sua fase de expansão monopolística, nas principais esferas produtivas, criando uma "economia de enclave"; posteriormente, a diversificação deste capital no sentido da indústria e dos serviços urbanos, fator motriz e nuclear da substituição de importações, permitiu iniciar um processo de integração da atividade econômica, sempre sob o seu império.

Vale dizer que o movimento da sociedade peruana esteve sujeito ao desenvolvimento do capitalismo metropolitano e continua, assim, sem ter um espaço significativo de ação autônoma, diferentemente do que aconteceu em outros países da América Latina, onde a burguesia controlava parcialmente o aparelho produtivo. Se essa determinação é primordial no perfil da estrutura social e política do Peru, não esgota a sua história: a seu redor há toda uma constelação de interesses, conflitos e paixões que lhe atribuem traços distintivos, diferenciando o Peru de outras sociedades que, sob este ponto de vista, têm uma base semelhante.

A outra faceta da herança colonial é a persistência das relações coloniais de exploração da população indígena. Como assinalamos, desde a conquista espanhola, essa povoação foi explorada sob diferentes modalidades pré-capitalistas, mediante a intervenção de mecanismos de coação extra-econômicos, que supõem a dominação de uma classe com conotações étnicas definidas (no sentido social e cultural do termo) sobre outras – sejam índios, negros ou asiáticos. Por isso, no Peru, as relações sociais de dominação estão carregadas de um forte ingrediente étnico. Por esse motivo, as lutas sociais destinadas a nacionalizar a sociedade, imprimindo-lhe um conteúdo popular, significam também uma reivindicação dos direitos sociais dos que integram esses setores marginalizados.

Os dois aspectos da herança colonial confundem-se na dinâmica da história peruana e, ao mesmo tempo, reforçam-se mutuamente. Com efeito, tanto a exploração do capital comercial europeu como a do enclave imperialista foram facilitadas pela organização pré-capitalista e estamental da sociedade peruana, ao mesmo tempo em que a reforçava. Isso porque, diante da organização capitalista, ela é menos orgânica:

> [...] toda sociedade pré-capitalista forma uma unidade incomparavelmente menos *coerente*, do ponto de vista econômico, em comparação com a sociedade capitalista. Nela, a autonomia das partes é muito maior, sua interdependência econômica muito mais limitada e menos desenvolvida do que no capitalismo. Quanto mais débil a circulação de mercadorias na vida da sociedade, no seu conjunto, mais autárquica, praticamente, cada uma das suas partes [...] *e menos fundamento real na vida real da sociedade têm a forma unitária e a coesão organizativa da sociedade e do Estado*. [ênfase acrescentada] (Lukàcs 1970, 85).

Em outras palavras, a "debilidade" da sociedade peruana diante da européia ou da norte-americana (já que não contou com os fundamentos reais para dar coerência à sociedade e ao Estado) facilitou a penetração do capital estrangeiro e sua preponderância política, além de reforçar a situação colonial.

Enquanto o enclave significou a articulação subordinada das formas pré-capitalistas de dominação com o capitalismo que nascia, o desenvolvimento do capitalismo urbano desencadeou um processo de mudanças na estrutura social, associado ao aumento de contradições entre este e as modalidades senhoriais de dominação, o que deu início à crise da dominação burguês-oligárquica. A incapacidade do capital e do Estado de satisfazer as exigências maciças de uma população deslocada dos seus meios tradicionais de subsistência significou sua manutenção em uma situação de "marginalidade" ou de subemprego permanente, o que fez que a existência de uma considerável proporção dos setores populares, rurais e urbanos não tivesse alternativa senão desenvolver-se em práticas de natureza arcaica e, por fim, sob o peso da discriminação étnica.

Portanto, em nenhum momento da história peruana pode-se falar, com um mínimo de responsabilidade, da existência de uma margem significativa de autonomia da classe dominante e do Estado com relação aos interesses do capital estrangeiro que permitisse a acumulação de recursos suficientes para satisfazer as exigências populares mais urgentes. Assim, nos raros momentos em que os direitos dos cidadãos se ampliam pela pressão popular, levantam-se rapidamente a crise política do regime de dominação social e a resposta repressiva forçada do aparelho estatal.

Essas considerações sobre a dependência e sua contrapartida, a falta de autonomia, assim como a dominação pré-capitalista, remetem-nos ao problema da falta de hegemonia da classe dominante. Conforme insistimos ao longo do texto, os proprietários peruanos caracterizaram-se pela incapacidade de aglutinar-se politicamente e de converter-se em uma força social capaz de convocar a mobilizar a sociedade, de organizar e dirigir a transformação da estrutura social e, em conseqüência, de arrogar-se o direito de representar os interesses coletivos.

Sua incapacidade de organizar politicamente o conjunto da sociedade, outorgando ao Estado poder para centralizar e dar consistência à população, institucionalizando a autoridade, impediu a criação de um sistema de governo estável e ordenado.

Em lugar da diferenciação funcional das instituições públicas, que distingue a sociedade civil da política, própria de uma estrutura liberal (Gramsci 1972), o Estado peruano sustentou-se sobre as relações de clientela que os diferentes grupos oligárquicos tinham estabelecido tanto com a população subordinada como com o capital estrangeiro, dando à atividade pública um caráter privado. Por outro lado, a extrema precariedade estatal explica a incapacidade do Estado em exercer soberania sobre o seu território proclamado internacionalmente. Por isso, esses traços característicos da vida política peruana a que alude Basadre: a coação, repressão e instabilidade política, essas idas e vindas entre a paralisia e a epilepsia.

Por todas essas razões, a classe proprietária não teve a capacidade de fazer frente ao desenvolvimento de uma sociedade e de uma política democrática e liberal, de construir um Estado de "todos nós", capaz de arbitrar e conciliar os antagonismos sociais, instilando a crença de que representava o reino da igualdade. Isso explica por que, nos momentos insólitos de afirmação estatal, em 1919, com Leguía, e, em 1968, com o governo militar, esta afirmação assume um caráter autoritário.

A mobilização política dos setores populares e de classe média, a partir de 1930, e sua diferenciação ideológica dos proprietários e do capital estrangeiro, significaram a exigência de promover a democratização social e política da sociedade e do Estado, atribuindo a este um conteúdo nacional e popular. Esta exigência revelou a extrema precariedade da classe dominante e do Estado oligárquico, e a sua total incapacidade de liberalizar a vida política. O resultado foi a abertura de uma época de permanente luta de classes, em que os proprietários, agentes políticos do capital imperialista, contavam exclusivamente com o recurso à força, representada pelos militares, dada sua falta de autonomia e de hegemonia para construir um Estado liberal. Essa situação levou a que as Forças Armadas conseguissem maior afirmação institucional, garantindo-lhes não só a capacidade de conter as forças populares mas também de tentar um equilíbrio político: daí seu papel de "Grande Eleitor". Produz-se assim a inversão da sua situação original, ou seja, elas transformam-se em um fator decisivo do poder.

A alteração da estrutura produtiva e social desenvolvida na década de 1950 determinou um aumento substancial da mobilização política de amplos setores e a crescente diferenciação ideológica dos segmentos populares, com a conseqüente ruptura dos laços tradicionais de clientela, que mantinham a coesão política do corpo social, cada vez mais precariamente. Diante da conjuntura, para a classe dominante e o Estado, foi imperioso aceitar em parte algumas reclamações dos grupos da população dotados de maior capacidade de pressão.

Além disso, no seio das classes médias, colocou-se a necessidade de ampliar a capacidade do Estado e de promover, sob a sua direção, a liberalização da sociedade e da política.

Não obstante tudo issso, na medida em que a falta de autonomia e de hegemonia da classe dominante e do Estado continuavam sendo as constantes que os definiam, esta tíbia tentativa de democratização viu-se rapidamente frustrada, apressando a ruptura da estrutura dominante.

Nessas condições, enquanto as organizações políticas dirigidas por setores da classe média viam seus objetivos frustrados, surgia no Exército um grupo de "jovens turcos" dispostos a substituir as inoperantes organizações políticas e a ampliar a autonomia do Estado de forma significativa, a fim de outorgar às Forças Armadas um papel hegemônico na construção de novas e duradouras bases de coesão e dominação social. Embora os militares, por intermédio do seu governo, tenham procurado reformar as bases sociais do Estado, não tardaria a ficar evidente que as exigências populares ultrapassavam as possibilidades do "modelo peruano, o que os levou a descartá-lo. Desse modo, a autonomia da sociedade e a direção hegemônica do aparelho estatal ficaram em suspenso.

* * *

Bibliografia

ABAD Y QUEIPO, Manuel
1799 "Representación al Rey sobre la inmunidad personal del clero en Michoacán", citado en J. Romero Flores, Don Miguel Hidalgo y Castilla, padre de la Independencia mexicana, México 1945.

ADAMS, Richard
1959 A *Community in the Andes: Problems and Progress in Muquiyauyo,* American Ethnological Society.

ALBERTI, Giorgio
1970 "Los movimientos campesinos", en *Hacienda, comunidad y campesinado en el Perú,* IEP-Lima.
1976 "Ruptura de la estructura del poder urbano provincial y el surgimiento de movimientos campesinos", en *Hacienda, comunidad y campesinado en el Perú,* IEP, Lima, (2ª edic.).

ALBERTI, Giorgio y Rodrigo SANCHEZ
Poder *y conflicto social en el valle del Mantaro,* IEP, Lima.

ALEGRIA, Ciro
1971 *El mundo es ancho y ajeno*, Lima.

ANAYA FRANCO, Eduardo
s/f *Imperialismo, industrialización y transferencia de tecnología en el Perú, Ed. Horizonte,* Lima.

ANONIMO (de Yucay)
1571 "Versión y estudio de J. Chinese", *Historia y Cultura,* n° 4, Lima 1970.

ARGUEDAS, José María
1941 *Yawar Fiesta,* Compañía de Impresiones y Publicidad, Lima.

ARONA, Juan de
1891 *La inmigración en el Perú, Lima.*

ASSADOURIAN, Carlos Sempat
1976 *La producción de la mercancía dinero en la formación del mercado interno colonial: el caso del espacio peruano, siglo XVI.* Cuarto Simposio de Historia Economica de América Latina. París.

BALLANTYNE, Janet
The *Political Economy of Peruvian Gran Mineria,* Latin American Studies Program, Cornell Univerity.

BANCO CENTRAL DE RESERVA
1966 *Cuentas Nacionales del Perú,* 1950-1965, Lima.
1974 *Cuentas Nacionales del Perú,* 1960-1973, Lima.

BARBIER, Jacques
1972 "Elites and Cadres in Bourbon Chile", en *Hispanic American Historical Review,* vol. 52, n° 3, pp. 416-436, agosto.

BASADRE, Jorge
1928 "La riqueza territorial y las actividades comerciales e industriales en los primeiros años de la República", *Mercurio Peruano,* XVII, 15 de enero, pp. 15-31.
1931 *Perú Problema y posibilidad,* Librería Rosay, Lima.
1943 "Crónica nacional: en torno al Perú de 1900 a 1939", *Historia,* n° 1, marzo-abril, pp. 45-50.
1947 *La multitud, la ciudad y el campo en la historia del Perú,* Editorial Huascarán, Lima.
1965 "Para la historia de los Partidos: el desplazamiento de los demócratas por el civilismo", *Documenta,* n° 4, 297-300, Lima.
1968 *Historia de la República del Perú*, Editorial Universitaria, Lima.
1973 *El azar en la historia,* Ediciones P. L. Villanueva, Lima.

BASADRE, Jorge y Rómulo FERRERO
1963 *Historia de la Cámara de Comercio de Lima,* Santiago Valverde, Lima.

BEJAR, Héctor
1969 *Perú* 1965: *una experiencia guerrillera,* Campodónico-Moncloa, Lima.

BELAUNDE, Víctor Andrés
1931a *Meditaciones peruanas,* Campañía de Impresiones y Publicidad, Lima.
1931b *La realidad nacional,* París.
1941 "La función del Estado según la doctrina de la Iglesia", *Revista de la Universidad Católica* IX, n°s, 8-9, noviembre-diciembre, pp. 438-457.

BELTRAN, Pedro
1956 "Foreign Loans and Plicitcs in Latin America", *Foreign Affairs,* January, pp. 297-304.

BERTRAM, I. Geoff
1974 *Development Problems in na Export Economy: a study of Domestic Capitalists; Foreign Firms and Government in Peru, 1919-1930,* Ph.D. Thesis, University of Oxford.
1977 "Modernización y cambio en la industria lanera en el sur del Perú, 1919-1930: un caso frustrado de desarrollo", *Apuntes,* Revista del Centro de Investigación de la Universidad del Pacífico, Lima, n° 6, pp. 3-22.

BLANCHARD, Peter
1975 *The Peruvian Working Class Movement* 1883-1919, Ph. D. Thesis, University of London.

BLANCO, Hugo
1972 *Tierra o muerte. Las luchas campesinas en el Perú,* Siglo XXI, México.

BLOOMFIELD, Richard J.
s/f *Understanding U.S. Policy Toward Latin America: The Need for New Approaches (ms.).*

BOBBIO, Carlos
1963 ¿Qué Ejército necesita el Perú?", *Revista Militar del Perú,* Vol. I, nº 675, pp. 132-136.

BOLLINGER, William A.
1970 *The Rise of U.S. Influence in the Peruvian Economy,* 1869-1921. Thesis, University of California, Berkeley.

BONILLA, Heraclio
1967-68 "La coyuntura comercial del Perú en el siglo XIX", *Revista del Museo Nacional vol. XXXV, pp. 159-187,* Lima
1974 *Guano y burguesía en el Perú,* IEP, Lima.
1975 *El minero de los Andes,* IEP, Lima.
1975a (compilador) *Gran Bretaña y el Perú* 1826-1919. *Informes de los Cónsules británicos,* 5 vols., IEP-Fondo del Libro del Banco Industrial del Perú, Lima.
1977 *El problema nacional y colonial del Perú en el contexto de la Guerra del Pacífico, (ms.),* Lima
1977b "La emergencia del control norteamericano sobre la economía peruana (1850-1930)", *Desarrollo Económico,* nº 64, Vol. 16, enero-marzo.

BOURRICAUD, François
1967 *Poder y sociedad en el Perú contemporáneo, Editorial* Sur, Buenos Aires.

BRAUDEL, Fernand
1961 "European Expansion and Capitalism, 1450-1650", *Chapters in Western Civilization,* I, 245-288, Columbia University Press, New York.

BURGA, Manuel
1976 *De la encomienda a la hacienda capitalista,* IEP, Lima.

BURKHOLDER, Mark A.
1972 "From Creole to Peninsular: The Transformation of the Audience of Lima", *Hispanic American Historical Review,* Vol. 52, nº 3, pp. 395-415, agosto.

BUSTAMANTE Y RIVERO, José Luis
1949 *Tres años de lucha por la democracia,* Buenos Aires.
s/f *Mensaje al Perú,* Ed. Universitaria, Lima.

CACERES, Andrés A.
1973 *La guerra del 79: sus campañas,* Lima.

CAMPBELL, Leoan G.
1972 "A Colonial Establishment: Creole Domination of the Audiencia of Lima at the late 18th Century", *Hispanic American Historical Review,* vol. 52, Nº 1, febrero.

CAPELLO, Joaquín
1974 Lima *en 1900,* IEP, Lima.

CARAVEDO M., Baltazar
1976 *Buerguesía e industria en el Perú, 1933-1945,* IEP, Lima.
1978 *Desarrollo desigual y lucha política,* IEP. (en prensa).

CARDOSO, Fernando Henrique y Enzo FALETTO
1973 *Dependencia y desarrollo en América Latina,* Siglo XXI, México.

CAREY, James
1964 *Peru and the United States* 1900-1962, University of Notre Dame Press.

CEPAL
1968 *Estudio Económico de América Latina.*
1959 *El desarrollo industrial del Perú.*

CRESPEDES DEL CASTILLO, Guillermo
1947 *Lima y Buenos Aires, Repercusiones económicas y políticas de la creación del virreinato del Río de La Plata, Sevilla.*

CLAUDIN, Fernando
1975 *The Communist Movement. From Comintern to Cominform, Penguin Books London.*

COMISION DE LA REFORMA AGRARIA Y LA VIVIENDA
1960 *La reforma agraria en el Perú. Exposición de motivos y Proyecto de Ley,* Lima.

CONDORUNA, Silvestre
1971 "Las experiencias de la última etapa de las luchas revolucionarias en el Perú", en *Diez años de insurrección en América Latina,* pp. 11-71, Edic. Prensa Latinoamericana, Santiago de Chile.

COPELLO, Juan y Luis PETRICONI
1971 *Estudio sobre la independencia económica del Perú,* Lima 1876, reeditado por Pablo Macera, Biblioteca Peruana de Historia Económica, Lima.

CORDERO, Héctor
1958 *Aprismo, espacio-tiempo histórico y marxismo,* Lima.

CORNBLIT, Oscar
1976 "Levantamiento de masas en Perú y Bolivia durante el siglo dieciocho", en Alberto Flores Galindo (compilador) *Túpac Amaru 1780,* Retablo de Papel Ediciones, Instituto Nacional de Investigación y Desarrollo de la Educación, Lima.

CORNEJO CHAVEZ, Héctor
1960 *Nuevos principios para un nuevo Perú,* Lima.

COSSIO DEL POMAR, Felipe
1946 *Víctor Raú Haya de la Torre: el indoamericano,* Ed. Nuevo Día, Lima.

COTLER, Julio
1959 *Los cambios en la propiedad, la familia y la comunidad en San Lorenzo de Quinti,* Universidad de San Marcos, Lima.
1968 "La mecánica de la dominación tradicional y del cambio social en el Perú;". En *Perú Problema 1,* IEP, Lima, pp. 153-197.

1969 "Actuales pautas de cambio en la sociedad rural del Perú", en *Dominación y cambios en el Perú rural,* IEP, Lima, pp. 60-79.
1970 "Haciendas y comunidades tradicionales en un contexto de movilización política", en *Hacienda, comunidad y campesinado en el Perú,* IEP, Lima.

COTLER, J. y f. PORTOCARRERO
"Organizaciones campesinas en el Perú", en *Hacienda, comunidad y campesinado en el Perú,* IEP, Lima.

CRAIG, Wesley
1968 *El movimiento campesino en La Convención,* Perú (mimeo), IEP, Lima.

CURLETTI, Lauro A.
1921 *El problema industrial en el valle de Chicama,* Informe del Ministerio de Fomento, reedición de la Biblioteca Peruana de Historia Económica, dirigida por Pablo Macera, Lima 1972.

CHAVARRIA, Jesús
1975 *José Carlos Mariátegui and the Rise of Nationalism Thesis,* University of California, Santa Bárbara.

CHEVALIER, Françóis
1966 "L'expansion de la grande propieté dans le Haut-Pérou au Xxème siècle". *Annales,* n° 4, julio-agosto, pp. 821-825, París.

CHOCANO, José Santos
1922 *Apuntes sobre las dictaduras organizadoras y la gran farsa de la democracia,* Lima.

DARWIN, Charles
1890 *Journal of Research into the Natural History and Geology of the Countries during the voyage of HMS Beagle around the World,* London.

DAVALOS Y LISSON, Pedro
1919 *La primera centuria,* Lima.

DAVIES, Thomas M. Jr.
1974 *Indian Integration in Peru. A Half Century of Experience 1900-1948,* University of Nebraska Press.

DEARING, F. M.
1977 "Confidencial 1931. Entrevista a Haya de la Torre y el Embajador de Norteamérica", *Análisis,* n° 1, enero-marzo, pp. 89-93.

DE WIND, Adrian
1974-76 "De campesinos a mineros: el origen delas huelgas en las minas peruanas", *Estudios Andinos,* año 4, vol. IV, n° 2, pp. 1-32.

DIAZ BEDREGAL, Florencio
1972 "Las sublevaciones indígenas en la provincia de Huancané", *Ideología y Política,* n° 2, *Ayacucho*.

DOUGLAS, William A.
1972 "U.S. Labor Policy in Peru: Past and Future", en Daniel A. Sharp (ed.), *U. S. Foreign Policy and Peru,* Institute of Latin American Studies, The University of Texas Press.

DUNN, William E.
1921 "Peru´s Progressive Educational Program", *Hispanic American Hispanic American Historical Review,* IV, en Norman Gall, *Peru´s Educational Reform,* A. V. F. S., South American, vol. XXI, 4 Dec. 1974, part. II, p. 12.

EINAUDI, Luigi
1972 "Las relaciones de EE.UU. con los militares peruanos", en Daniel Sharp, *EE.UU. y la Revolución Peruana,* Editorial Sudamericana, Buenos Aires, pp. 43-96.

ELLIOT, J. H.
1972 *El Viejo Mundo y el Nuevo 1492-1650,* Alianza Editorial, Madrid.

ENRIQUEZ, Luis Eduardo
1951 *Haya de la Torre: la estafa política más grande de América,* Ediciones del Pacífico, Lima.

EPISCOPADO PERUANO, Secretaría del
1959 *Exigencias sociales del catolicismo en el Perú,* Lima.

ESPINOZA, Humberto y J. OSORIO
1972 *El poder económico en la industria,* Universidad Nacional Federico Villarreal, Lima.

FAVRE, Henri
1967 "Evolución y situación de las haciendas en la región de Huancavelica", en *La hacienda en el Perú,* IEP, Lima.
1972 "La crise de la societé paysanne et la migration-vers les plantation côtières dans le Pérou Central". Ponencia presentada en el simposio Landlord and Peasant in Latin America and the Caribbean, Cambridge, diciembre.
1975 "Remearques sur la lutte des classes au Pérou pendant la guerre du Pacifique", *Litterature et Societé au Pérou du XIXeme siècle à nos jours,* Université des Langues et Lettres de Grenoble, pp. 55-81.

FIORAVANTI, Eduardo
1974 *Latifundio y sindicalismo agrario en el Perú,* IEP. Lima.

FISHER, John
1976 "La rebelión de Túpac Amaru y el Programa Imperial de Carlos III", en Alberto Flores Galindo (compilador) *Túpac Amaru 1780,* Retablo de Papel Ediciones, Instituto Nacional de Investigación y Desarrollo de la Educación, Lima.

FLORES GALINDO, Alberto
1974 *Los mineros de la Cerro de Pasco 1900-1930,* Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima.

1976 "Sociedad colonial y sublevación popular", en Alberto Flores Galindo (compilador) *Túpac Amaru 1780,* Retablo de Papel Ediciones, Instituto Nacional de Investigación y Desarrollo de la Educación, Lima.

GALL, Norman
1967 "La reforma católica", *Mundo Nuevo,* n° 48, junio, p. 255.

GARCIA CALDERON, Francisco
1907 *Le Pérou Contemporain,* París.

GARLAND, Alejandro
1894 *La indústria azucarera,* Lima
1896 *Las industrias en el Perú,* Imprenta del Estado, Lima.
1900 *El Fisco y las industrias nacionales,* Imprensa del Estado. Lima.
1905 *Reseña industrial del Perú en 1905,* Lima.

GALLEGOS, Enrique
1960 "¿Debe preocuparnos la guerra subversiva?", *Revista de la Escuela Superior de Guerra*, año VII, n° 1, enero-marzo, pp. 18-20.
1963 "Un combate en la guerra contrarrevolucionaria", *Revista de la Escuela Superior de Guerra,* vol. X, pp. 7-26, julio-setiembre.
1968 *Las guerrillas en el Perú y acción de las* FFAA, CGE, S.I.E., Las Palmas, enero.

GERSCHENKRON, Alexander
1966 *Bread and Democracy in Germany,* New York.

GONZALEZ PRADA, Manuel
1964 "Discurso en el Politeama", *Pájinas libres* (1ª edic. 1904, Paris), Ediciones Nuevo Mundo, Lima.
1974 *Horas de luchas,* Editorial Universo, Lima (1ª edic. 1905, Barcelona)

GOODSELL, Charles
1974 *American Corporation and Peruvian Politics,* Harvard University Press.

GOODWIN, Richard
1968 "Letter from Peru", *The New Yorker,* May 17.

GRAMSCI, Antonio
1968 *Los intelectuales y la organización de la cultura,* Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires.
1974 El "Risorgimento". Granica editor, Buenos Aires.

GREENHILL, Robert y Rory MILLER
1969 "The Peruvian Government and the Nitrate Trade 1873-1879", *Journal of Latin American Studies, t.* 5, vol. I, pp. 107-131, May, London.

GUBBINS RUSSELL, J.
1899 *Lo que se vé y lo que no se vé,* Lima.

HALPERIN, Tulio
1970 *Historia contemporánea de América Latina,* Alianza Editorial, Madrid.

HARING, G. H.
1963 *The Spanish Empire in America,* Harcourt, Brace & World Inc., New York.

HAYA de la TORRE, Víctor Raúl
1942 *La defensa continental, Ediciones Problemas,* Buenos Aires.
1954 "My Five Year Exile in my Own Country", *Life*, vol. 36, n° 18, 3 de mayo.
1956 Treinta años de aprismo, Fondo de Cultura Económica, México.
1967 *Política Aprista,* (1ª edic. 1931).
1972 *El antiimperialismo y el APRA,* (4ª edic.), Imprensa Editorial Amauta, Lima.

HERRERA, Bartolomé
1929 *Escritos y discursos,* vol. I, Ed. Rosay, Lima.

HIRSCHMAN, Albert O.
1967 "A Generalized Linkage Approach to Development, with Special Reference to Staples", *Economic Development and Cultural Change,* vol. 25, pp. 67-98, University of Chicago.

HORTON, Douglas
1976 *Hacienda and Cooperatives: A Study of State Organization Land Reform and New Reform Enterprises in Peru, Thesis,* Cornell University.

HOYOS OSORES, Guillermo
1969 "Crisis de la demkocracia en el Perú", *Cuadernos Americanos,* enero-febrero, pp. 7-31, México.

HUNT, Shane
1966 *The Growth Performance of Peru,* (ms.), Princenton University.
1971 "Distribution, Growth and Government Economic Behavior in Peru", en Gustav Rains (ed.), *Government and Economic Development,* Yale University Press.
1973 *Growth and Guano in 19th Century in peru,* Woodrow Wilson School of Public and International Affairs, Princenton University.
1975 "Direct Foreign Investment: New Rules for na Old Game", en A. Lowenthal (ed.), *The Peruvian Experiment,* Princenton University Press.

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT
1949 *Peru External Public Debt History.*

INTERNATIONAL MONETARY FUND
1969 *International Financial Statistics.*

JAQUETTE, Jane
1971 *The Politics of Development,* Latin American Studies Program, Cornell University.

KAPSOLI, Wilfredo y Wilson REATEGUI
1972 *El campesino peruano 1919-1930,* Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Seminario de Historia Rural Andina, Lima.

KARNO, Howard L.
1970 *Augusto B. Leguía: The Oligarchty and the modernization of Peru 1870-1930,* Thesis, University of California, Los Angeles.

KLAREN, Peter F.
1976 *Formación de las haciendas azucareras y orígenes del APRA,* IEP, Lima.

KUBLER, George
1952 *The Indian Caste of Peru 1795-1940,* Smithsonian Institution, Washington.

KUCZYNSKI, Pedro Pablo
1977 *Peruvian Democracy under Economic Stress.* An Account of the Belaúnde Administration, 1963-1968, Princenton University Press.

LA PRENSA
1965 "La crisis del Perú", Lima, octubre.

LASO, Benito
1959 "Exposición de don Benito Laso en pro de la permanencia de Bolívar en el Perú", en Raúl Ferrero, *El liberalismo peruano,* Talleres de Artes Gráficas de Tipografía Peruana S. A., Lima.

LESSA, Carlos
1969 *Hacia una crítica de las interpretaciones del desarrollo latinoamerican° Dos ensayos,* Centro de Estudios del Desarrollo, Universidad Central de Venezuela, Caracas.

LOPEZ-SORIA, José Ignacio
s/f *Descomposición de la dominación hispánica en el Perú,* Ed. Arica, Lima.

LUKACS, Georg
1970 *Historia y conciencia de clase.* Editorial de Ciencias Sociales. Instituto del Libro. La Habana.

MACAULAY, Michael Gregory
1972 *Ideological Change and Internal Cleavages in the Peruvian Church:* Change, Status quo and the Priest: the Case ONIS, Thesis, University of Notre Dame.

MACERA, Pablo
1968 "Feudalismo colonial americano: el caso de las haciendas peruanas", *Trabajos de Historia,* Instituto Nacional de Cultura, Lima.

MALTBY, Laura Louise
1972 *Indian Revolts in the Altiplan° The Contest for Land, 1895-1925,* Thesis, Harvard College.

MARIATEGUI, José Carlos
1965 7 *Ensayos de interpretación de la realidad peruana, Editorial Amauta,* Lima.
1970 "El problema de la estadística", *Peruanicemos el Perú,* Emp. Edit. Amauta, Lima.
"Ante el problema agrario de Abelardo Solís", *Peruanicemos el Perú,* Emp. Edit. Amauta, Lima.
1972 *Ideología y Política.* Emp. Edit. Amauta, Lima.

MARIN, José del Carmen
1956 "Preparación para el Alto Mando. Preparación y ejecución de la defensa nacional". *Revista Militar del Perú*, Vol. I, n° 628, pp. 1-14; vol. 2, n° 635-636, pp. 1-15.

MARTINEZ ALIER, Juan
1970 *Los huacchilleros del Perú. Dos estudios de formaciones sociales agrarias*, IEP. Lima.

MARTINEZ LA TORRE, Ricardo
1947-49 *Apuntes para una interpretación marxista de la historia social del Perú,* 4 tomos, Empresa Editora Peruana, Lima.

MATHEW, W. M.
1968 "The Imperialism of Free Trade Peru 1820-1870", *The Economic History Review,* vol. XXI, nº 3, diciembre, pp. 562-579.

MATOS MAR, José
1968 *Urbanización y barriadas en América del Sur,* IEP, Lima.
1976 *Yanaconaje y reforma agraria,* IEP, Lima.

McALISTER, L. N.
1963 "Social Structure and Social Change in New Spain", *Hispanic American Historical Review,* vol. XLIII, nº 3, agosto, pp. 349-370.

McINTIRE, William J.
1972 "U. S. Labor Policy", en Daniel A. Sharp (ed.), *U. S. Foreign Policy and Peru,* Institute of Latin American Studies, The University of Texas Press.

MELLA, Julio Antonio
1975 ¿*Que es el ARPA?,* Ed. Educación, Lima, (1ª ed. México 1928).

MELLAFE, Rolando
1969 "Frontera agraria; *el caso del virreinato peruano en el siglo XVI",* en Alvaro Jara (editor), *Tierras Nuevas. Expansión territorial y ocupación del suelo en América, (siglos XVI-XIX),* El Colegio de México.

MERCADO JARRIN, Edgardo
1967 "La política y la estrategia militar en la guerra contrasubversiva en América Latina", *Revista Militar del Perú,* vol. 2, nº 701, pp. 4-34.

MESSEGUER ILLAN, Diego
1971 J. C. *Mariátegui y su pensamiento revolucionario,* IEP, Lima.

MILLER, Rory
1974 "Railways and Economic Development in Central Peru, 1890-1930", *Social and Economic Change in Modern Peru*, (ed.) R. Miller et, al., Centre for Latin American Studies, The University of Liverpool, pp. 27-52.

MILLER, Salomón
1967 "Hacienda to Plantation in Northern Peru. The Proletarization of a Tenant Farm Society", en Julian H. Steward (ed.), *Contemporary Change in Traditional Societies,* Chicago.

MINISTERIO DE GUERRA
1966 *Las guerrillas en el Perú.*

MIRO QUESADA, Roberto
1975 *Contradicciones al interior de la burguesía peruana a través del análisis de los diarios El Comercio y La Prensa (1956-1962),* Tesis de Licenciatura, Universidad de San Marcos, Lima.

MOORE, Stanley
1971 *Crítica de la democracia capitalista,* Siglo XXI editores Buenos Aires.

MORSE, Richard
1964 The Heritage of Latin America", en Louis Hartz (ed.), *The Founding of New Societies,* pp. 123-177, New York.

MONTOYA, Rodrigo
1977 Les luttes paysannes pour la terre au Xxème siècle. Thèse. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, París.

NEIRA, Hugo
1968 *Los Andes, tierra o muerte,* Ed. XYZ, Madrid.
1970 "Sindicalismo campesino y complejos regionales agrícolas. Perú 1960-1970", *Aportes,* n° 18, pp. 27-67.

NORTH, Liisa
1973 *The Origins and Development of the Peruvian Aprista Party,* Ph. D. Thesis, *University of California,* Berkeley.

OFICINA NACIONAL DE ESTADISTICA Y CENSOS (ONEC)
1974 *La población del Perú,* Lima.

ORLOVE, Benjamin S.
1974 *Alpacas, Sheep and Men: The Wool Export Economy and Regional Society in Southern Peru,* Ph. D. Thesis, University of California, Berkeley.

OSMA, Felipe de
1912 *Informe que sobre las huelgas del norte presenta al gobierno su comisionado...,* Impr. Casa de La Moneda, reimpreso por Biblioteca Peruana de Historia Económica, dirigida por Pablo Macera, Lima.

OSSIO, Juan M.
1973 *Ideología Mesiánica del Mundo Andino,* Edición de Ignacio Prado Pastor, Lima.

OTS CAPDEQUI, José M.
1941 *El Estado Español en las Indias,* Fondo de Cultura Económica, México

PALMA, Ricardo
1964 *Epistolario,* Editor Carlos Milla Batres, Lima.

PARDO Y ALIAGA, Felipe
1869 *Poesía y escritos en prosa,* París.

PAREJA Y PAZ SOLDAN, José
1961 *Derecho constitucional peruano,* Lima.

PARIS, Robert
1972 *Saggio introduttivo a José Carlos Mariátegui Sette Saggi sulla realtà peruviana e altri scritti politici,* Einaudi, Torin°

PAYNE, James L.
1965 *Labor and Politics in Peru,* Yale University Press, New Haven.

POWELL, John Duncan
1970 "Peasant Society and Clientelistic Politics", *American Political Science Review,* June, vol. 20, nº 2, pp. 411-425.

QUIJANO, Aníbal
1967 "Los movimientos campesinos contemporáneos en América Latina", nº 2, Lima.
1970 "Tendencias en el desarrollo y la estructura de clases del Perú", en J. Petras y M. Zeitlin (compiladores) *América Latina: reforma o revolución,* Tiempo Contemporáneo, Buenos Aires.
1973 *Imperialismo, clases sociales y Estado en el Perú antes de 1930,* (ms.).
1977 *Dependencia, urbanización y cambio social en Latino-américa,* Masca Azul Editores, Lima.
1977 "Polo marginal de la economía y mano de obra marginada", en Anouar Abdel-Malek, *Sociología del Imperialismo,* Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México.

RADIGUET, Max
1971 *Lima y la sociedad peruana.*

RIPPY, Fred J.
1959 *British Investments in Latin American,* University of Minessota.

RIVA AGUERO, José de la
1965 *La historia en el Perú,* Pontificia Universidad Católica, Lima.

ROEMER, Michael
1970 *Fishing for Growth,* Harvard University Press, Cambridge.

ROWE, John H.
1957 "Incas under Spanish Colonial Institutions", *Hispanic American Historical Review,* vol. 37, nº 2, pp. 155-199, mayo.

SALAZAR BONDY, Augusto
1969 "Bases para un socialismo humanista peruano", *en Entre Escila y Caribdis. Reflexiones sobre la vida peruana*, Casa de la Cultura del Perú, Lima.

SANCHEZ, Luis A.
1943 "A New Interpretation fo the *History of America", Hispanic American Historical Review,* vol. 23, n° 3, pp. 441-456, agosto.
1969 *Testimonio personal. Memorias de un peruano del siglo XX*, 4 vols., Lima.

SCHLESINGER, Rudolf
1974 "La Internacional Comunista y el problema colonial", *Cuadernos de Pasado y Presente,* n° 52, Córdoba.

SCOTT, James C.
1972 "Patron-Client and Political Change in Southeast Asia", *American Political Science Review,* vol. 66, n° 1, pp. 91-113, marzo.

SEOANE, Manuel
1932 "Sobre una sentencia de muerte", *Repertorio Americano,* n° 19, San José de Costa Rica.
1940 *Nuestra América y la guerra,* Ediciones Ercilla, Santiago, Chile.
1952 *Carta de 1952.*
1958 *Obras apristas de 1931 a 1948.* Serie Documentos. Empresa Periodística "La Tribuna".

SERENI, Emilio
1968 *Il Capitalismo nelle Campagne (1860-1900)* Piccola Biblioteca Einaudi, Torin°

SMITH, Brian H.
1975 "Religión and Social Change", *Latin America Research Review,* vol. X, n° 2, p.

SOLORZANO PEREIRA, Juan
1648 *Política Indiana*, Madrid.

SPALDING, Karen
1974 *De indio a campesino: cambios en la estructura social del Perú colonial,* IEP, Lima.

STEPAN, Alfred
1973 "The New Professionalism of Internal Werfare and Military Role Expansion", en: *Authoritarian Brasil, Origins Policies and Future, Yale University Press.*
1969 *State and Society. Peru in Comparative Perspective,* Princenton University Press.

STEIN, Stephen J.
1973 *Populism and Mass Politics in Peru. The Political Behavior of the Lime Working Class in the 1931 Presidential Election, Thesis,* Stanford University.

STEWART, Watt
1976 *La servidumbre china en el Perú.* Mosca Azul Editores, Lima.

SULMONT, Denis
1975 *El movimiento obrero en el Perú 1900-1956.* Pontificia Universidad Católica, Lima.

TEMOCHE BENITES, Ricardo
1969 *La devaluación de 1967. Crónica y análisis de una catástrofe,* Lima.

THORBECKE, Erik
1966 "Determination of Agrregate and Sectoral Growth Rate in Peru 1960-1970", *International Studies in Economics,* n° 1, Iowa State University.

THORP, Rosemary
s/f *The Expansion of Foreign Ownership in Peru in the 1960´s:* A Perspective on the Military´s Economic Policy, (ms.).

1967 "Inflation and Orthodox Economic Policy in Peru", *Bulletin of the Oxford University,* Institute of Economic and Statistics, vol. 29, nº 3, agosto.

ToPASKE, J.
1970 "La crisis del siglo XVIII en el virreinato del Perú", en Bernardo García Martínez, *Historia y sociedad en el mundo de habla española, El Colegio de México, México.*

TORRES, Jorge A.
1975 *Estructura económica de la industria en el Perú,* Ed. Horizonte, Lima.

TOVAR DE ALBERTIS, Agustín
1972 "La renuncia del Arzobispo de Lima", *El Comercio, 24 de mayo,* Lima.

TREVERTON, Gregory F.
1974 *United States Foreign Policy-Making in the IPC Case,* setiembre (ms.).

UGARTECHE,. Pedro y Evaristo SAN CRISTOVAL
1945 *Mensajes de los Presidentes del Perú,* vol. II, Lima.

ULLOA, Alberto
1946 *Escritos históricos,* Ed. Espasa-Calpe, Buenos Aires.

UNIVERSIDAD NACIONAL FEDERICO VILLARREAL, Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales
1967 *Evolución de la política monetaría y creditícia del Perú,* Ed. Jurídica S.A., Lima.

URDANIVIA G., José
1954 "Una revolución modelo", (citado por V. Villanueva, *El militarismo en el Perú,* p. 46, Lima 1962).

US ARMY
1965 *Area Handbook for Peru,* Dept. of the Army, May.

US CONGRESS, SENATE, COMMITTEEE ON BANKING AND CURRENCY
Stock Exchange Practice Hearings, 12nd Congress, 2nd Session on Senate Res. 84 and Senate Res. 239, Washington 6PO/1933, part. 6, p. 2071, citado por Bollinger 1970, p. 204.

US DEPARTMENT OF COMMERCE
1918 "A. Wearing Appeel in Peru", *Miscelaneous Series, n° 74, citado por Bollinger 1970, p. 255.*

VALCARCEL, Gustavo
1953 *El APRA y la claudicación de sus líderes,* Guatemala.

VALDEZ DE LA TORRE, Carlos
1921 *Evolución de las comunidades indigenas,* Ed. Eutorión, Lima.

VINCENS VIVES, J.
1958 "Los indios en el siglo XVII: la centuria olvidada", *Historia social y económica de España y América,* t. III, Ed. Teide, Barcelona.

1960 *Estructura administrativa estatal en los siglos XVI y XVII, XI Congrès des Sciences Historiques,* Estocolmo.

VILLALOBOS, Sergio
1968 *El comercio y la crisis colonial,* Ediciones de la Universidad de Chile.

VILLANUEVA, Víctor
1967 *Hugo Blanco y la rebelión campesina,* Lima.
1972 *El CAEM y la revolución de las Fuerzas Armadas, IEP,* Lima.
1973 *La sublevación aprista del 48,* Ed. Milla Batres, Lima.
1973 *El Ejército peruano, del caudillaje anárquico al militarismo reformista,* Librería-Editorial Juan Mejía Baca, Lima.
1975 EL APRA en busca del poder, Ed. Horizonte, Lima.

VILLARAN, Manuel Vicente
1907 *Condición legal de las comunidades indígenas.*

WALLERSTEIN, Immanuel
1974 *The Modern World-System. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World – Economy in the Sixteenth Century,* Academic Press, New York.

WEBB, Richard y Adolfo FIGUEROA
1975 *Distribución del ingreso en el Perú,* IEP, Lima.

YEPES, Ernesto
1972 Perú 1820-1920. *Un siglo de desarrollo capitalista,* IEP, Lima.

YRIGOYEN, Pedro
1922 *El conflicto y el problema indígena,* Lima.

ZAVALA, Sílvio
1972 *La colonización española en América,* Sep-Setentas, México.

Livro:	Peru: Classes, Estado e Nação
Autor:	Julio Cotler
Tradutor:	Sérgio Bath
Coordenação editorial:	Heloisa Vilhena de Araújo
	Carmen Lúcia Gillet Lomonaco
Revisão:	Rejane Maria Lobo Vieira
	Janne Sawaya
Capa:	Paulo Pedersolli
Editoração eletrônica:	Samuel Tabosa de Castro
Formato:	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica:	11 x 17,5 cm
Tipologias:	AGaramond nos corpos 12, 11, 9, 8 e 7 (texto)
	Humanist 77BT corpos 18, 14 , 13, 12 e 11
	(títulos e subtítulos)
Número de páginas	344
Tiragem:	1.000 exemplares
Impressão e acabamento:	Gráfica Prol